

MENSAGEM

À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

2020

AUTORIDADES

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR

Governador do Estado

DARCI PIANA

Vice-Governador do Estado

LUIZ AUGUSTO SILVA

Secretário Chefe da Casa Civil

LETÍCIA FERREIRA DA SILVA

Procuradora-Geral do Estado

WELBY PEREIRA SALES

Secretário Chefe da Casa Militar

DANIEL WESLEY VILAS BÔAS ROCHA

Chefe de Gabinete do Governador

RAUL CLEI COCCARO SIQUEIRA

Controlador-Geral do Estado

VALDEMAR BERNARDO JORGE

Secretário de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes

CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO

Secretário de Estado da Saúde

JOÃO EVARISTO DEBIASI

Secretário de Estado da Comunicação Social e da Cultura

JOÃO CARLOS ORTEGA

Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas

MÁRCIO FERNANDO NUNES

Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo

NEY LEPREVOST NETO

Secretário de Estado da Justiça, Família e Trabalho

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA

Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

MARCEL HENRIQUE MICHELETTO

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

RENATO FEDER

Secretário de Estado da Educação e do Esporte

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JUNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

ROMULO MARINHO SOARES

Secretário de Estado da Segurança Pública

SANDRO ALEX CRUZ DE OLIVEIRA

Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

LUCIANA CASAGRANDE PEREIRA FERREIRA

Superintendente da Cultura

ANDRE MARTINS DOS SANTOS

Superintendente de Articulação Regional

ALDO NELSON BONA

Superintendente Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

FRANCISCO CAETANO MARTIN

Superintendente de Desenvolvimento das Bacias Hidrográficas

HENRIQUE DOMAKOSKI

Superintendente Geral de Inovação

JOÃO ANDRÉ SAROLLI

Superintendente Geral de Desempenho Governamental

MAURO ROCKENBACH

Superintendente de Diálogo e Interação Social

HELIO RENATO WIRBISKI

Superintendente do Esporte

RICARDO APARECIDO MAIA KOTSIFAS

Superintendente de Apoio aos Municípios

PEDRO PAULO GUERREIRO CARNEIRO

Superintendente Geral de Parcerias

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG

Coordenador Estadual da Defesa Civil

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Com o desejo de que o ano legislativo que se inicia seja próspero e benéfico para nosso Estado e todos os paranaenses e no uso das atribuições constitucionais que me são conferidas no artigo 87 da Magna Carta Estadual, tenho a honra de encaminhar a essa Assembleia Legislativa Mensagem Governamental e caderno expositivo das atividades deste Poder Executivo no Exercício de 2020.

Curitiba, fevereiro de 2021.

Carlos Massa Ratinho Junior

Governador do Estado

SUMÁRIO

SUMÁRIO

A ECONOMIA PARANAENSE NO ANO DE 2020	10
1 CASA CIVIL (CC).....	16
1.1 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE DIÁLOGO E INTERAÇÃO SOCIAL (SUDIS).....	18
1.2 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE DESEMPENHO GOVERNAMENTAL (SDG).....	19
1.3 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE GOVERNANÇA SOCIAL (SGG)	19
1.4 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE INOVAÇÃO (SGI)	20
1.5 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE ARTICULAÇÃO REGIONAL (SAR).....	21
1.6 DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ (DETRAN-PR).....	21
1.6.1 Principais Realizações	21
1.6.1.1 Tecnologia	21
1.6.1.2 Infraestrutura	22
1.6.1.3 Educação	22
1.6.1.4 Sinalização Viária	23
1.6.1.5 Parceiros.....	23
1.6.1.6 Área de Infrações	23
1.7 AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO PARANÁ (AGEPAR)	24
1.7.1 Principais Realizações	24
1.8 AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. (FOMENTO PARANÁ).....	27
1.8.1 Principais Realizações	27
1.9 ESCRITORIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO PARANÁ EM BRASÍLIA (ERP).....	30
1.9.1 Principais Realizações	30
1.10 DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ (DIOE).....	31
1.10.1 Principais Realizações	31
1.11 BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE).....	32
1.11.1 Principais Realizações	32
1.11.1.1 Desempenho Operacional	32
1.11.1.2 Principais Contas	33
1.11.1.3 Principais Atividades e efeitos da COVID-19.....	34
1.12 COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ (CELEPAR).....	35
1.12.1 Principais Realizações	35
1.12.1.1 Governo Digital.....	35
1.12.1.2 Soluções Desenvolvidas na Pandemia da COVID-19.....	36
1.12.1.3 Soluções para Segurança Pública	37
1.12.1.4 Soluções para Agricultura.....	38
1.12.1.5 Soluções para o Trânsito	38
1.12.1.6 Soluções Diversas	38
1.12.1.7 Incentivo à Inovação e à Transformação Digital	39

2	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (COPEL)	44
2.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	44
2.1.1	Geração de Energia Elétrica	44
2.1.1.1	Operação e Manutenção de Usinas.....	44
2.1.1.2	Expansão da Geração de Energia.....	45
2.1.1.3	Participação em Leilões de Energia Nova.....	45
2.1.1.4	Outras Fontes de Energia Renovável.....	45
2.1.2	Transmissão de Energia Elétrica	46
2.1.2.1	Novos Empreendimentos.....	46
2.1.3	Regularização Fundiária	48
2.1.4	Distribuição de Energia Elétrica	48
2.1.4.1	Ações Relevantes da Distribuidora.....	48
2.1.4.2	Ações relevantes de Relacionamento com o cliente.....	49
2.1.5	Comercialização de Energia Elétrica	50
2.2	DESTAQUES	50
2.2.1	Governança Corporativa e Sustentabilidade Empresarial	51
2.2.1.1	Principais Melhorias em Governança Corporativa.....	51
2.2.1.2	Sustentabilidade Empresarial e Gestão Socioambiental.....	52
2.2.2	Gestão Empresarial	54
2.2.2.1	Projeto Maximização de Valor da COPEL.....	54
2.2.2.2	Tecnologia da Informação.....	55
2.2.2.3	Gestão de Gente.....	57
2.2.2.4	Centro de Serviços Compartilhados (CSC).....	58
2.2.3	Resultados Econômico-financeiros	58
2.2.4	Reconhecimentos	59
3	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR)	62
3.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	63
3.1.1	Inventário de Gases de Efeito Estufa.....	63
3.1.2	Plano de Contingência à Pandemia da COVID-19.....	63
3.1.3	Política de Proteção de Dados Pessoais.....	63
3.1.4	Governança Corporativa.....	64
3.1.5	Mercado e Investimentos.....	64
3.1.6	Contratos e Concessões.....	65
3.1.7	Resultados Financeiros.....	65
3.1.8	Resultados Operacionais.....	66
3.1.9	Tarifa Social.....	66
3.1.10	Gerenciamento de Riscos.....	66
4	COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL (CEDEC)	70
4.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	70
5	CASA MILITAR (CM)	76
5.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	76
6	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE)	80
6.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	80

6.1.1	Prevenção e Combate à Corrupção	80
6.1.2	Transparência, Controle Social e Atendimento ao Cidadão:	84
7	PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE)	90
7.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES.....	90
7.1.1	Dívida Ativa do Estado	90
7.1.1.1	Cobrança e Arrecadação	90
7.1.1.2	Atualização de Valores e Sistema para Ajuizamento e Protesto.....	90
7.1.1.3	Recuperação de Ativos Relevantes - Dívida Ativa Ajuizada.....	91
7.1.2	Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Paraná.....	91
7.1.3	Comissão Técnica de Penhora de Faturamento.....	91
7.1.4	Ações Judiciais para Suspensão do Pagamento do ICMS Mensal ou Parcelado.....	91
7.1.5	Redução do Estoque de Precatórios.....	92
7.1.6	Honorários de Advocacia Dativa.....	92
7.1.7	Ações Judiciais de Grande Relevância	93
7.1.8	Ações de Relevância na Área Consultiva:.....	95
7.2	DESTAQUES	97
7.2.1	Quitação de R\$ 2,0 bilhões em precatórios.....	97
7.2.2	Restituição de <i>Royalties</i> e Compensações Financeiras Cedidos à União	98
8	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRUTURANTES (SEPL)	102
8.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES.....	103
8.1.1	Ações Voltadas ao Desenvolvimento de Projetos Estruturantes, Estratégicos e Prioritários e ao Desenvolvimento Integrado	103
8.1.1.1	Operações de Crédito Interno e Externo	103
8.1.1.2	Plano de Retomada e Desenvolvimento Econômico	104
8.1.1.3	PDS Litoral e Metrópole Paraná Norte.....	106
8.1.1.4	Plano de Retorno das Atividades Econômicas Durante a Pandemia da COVID-19.....	106
8.1.1.5	Centro Integrado de Inteligência e Apoio a Decisão (CIIAD)	106
8.1.1.6	Plataforma Mais Brasil	107
8.1.2	Ações de Monitoramento e Avaliação.....	107
8.1.3	Planejamento e Modernização da Estrutura Organizacional e Desburocratização.....	107
8.1.3.1	Reestruturação Organizacional.....	107
8.1.3.2	Desburocratização	109
8.1.4	Programas de Formação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento para os Líderes e Alta Gestão da Administração Pública	109
8.1.5	Estudos Técnico-Científicos e Avaliações Socioeconômicas.....	110
8.1.6	Promoção, Elaboração e Gerenciamento de Projetos	111
9	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA (SEAP)	116
9.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES.....	117
9.1.1	Gestão Administrativa.....	117
9.1.2	Gestão de Logística para Contratações Públicas.....	117
9.1.3	Gestão de Recursos Humanos.....	118
9.1.4	Gestão Previdenciária Estadual	120
9.1.5	Saúde do Servidor	121

9.1.6	Gestão do Patrimônio	122
9.1.7	Gestão do Transporte Oficial	124
9.1.8	Registro Mercantil Público	125
9.1.9	Metrologia Legal e Avaliação de Conformidade.....	125
9.1.10	Gestão do Arquivo Público	126
10	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFA).....	130
10.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES E DESTAQUES	130
10.1.1	Governança.....	130
10.1.2	Gestão Tributária	131
10.1.3	Gestão Orçamentária	134
10.1.4	Gestão Financeira.....	135
10.1.5	Gestão Contábil.....	136
10.1.6	Integridade e <i>Compliance</i>	137
10.1.7	Assuntos Econômicos e Benefícios Fiscais	137
11	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA (SESP)	142
11.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES.....	142
11.1.1	Gestão Penitenciária	142
11.1.2	Polícia Civil	145
11.1.3	Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.....	152
11.1.4	Polícia Científica	161
11.1.5	Fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG)	163
11.1.6	Centro Integrado de Denúncias 181	165
11.1.7	Centro Integrado de Comando e Controle (CICCR)	166
11.1.8	Assessoria de Conflitos da Terra.....	167
11.1.9	Cidade da Polícia	168
11.1.10	Núcleo Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas (NEPSD).....	169
11.1.11	Departamento de Inteligência	170
11.1.12	Programa Pró-Vida	171
12	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE (SEED)	174
12.1	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)	175
12.2	GESTÃO PEDAGÓGICA	175
12.3	PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR	179
12.4	TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	180
12.5	INFRAESTRUTURA ESCOLAR	181
12.6	GESTÃO DO ESPORTE	183
12.7	DESTAQUES	184
13	SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR (SETI)	188
13.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES.....	189
13.1.1	Edital de Combate à COVID-19	189
13.1.2	Telemedicina no Paraná.....	189
13.1.3	Estudo Genômico.....	190
13.1.4	Hospitais Universitários.....	191

13.1.5	Retomada Econômica no Paraná.....	192
13.1.6	Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação	192
13.1.7	Conselho de Ciência e Tecnologia	194
13.1.8	Relações Internacionais	194
13.1.9	Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia	195
13.1.10	Modernização da Legislação	195
13.1.11	Investimento em Capacitação	196
13.1.12	Política Pública de Inclusão	196
13.1.13	Ensino Superior.....	196
13.1.14	Curso Inédito	197
13.1.15	Disciplinas Transversais.....	197
13.1.16	Programa de Aceleração da Publicação Internacional (PAPI).....	197
13.1.17	Investimento.....	197
13.1.18	Exames de Paternidade Gratuitos	198
13.1.19	Programa Paraná Mais Orgânico.....	198
13.1.20	Arranjo de Pesquisa e Inovação	198
13.2	INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ (TECPAR).....	199
13.2.1	Principais Realizações	199
14	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESA)	204
15	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO (SEJUF).....	214
15.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES.....	214
15.1.1	Garantia de Direitos	215
15.1.1.1	Criança e Adolescente	216
15.1.1.2	Pessoa Idosa	220
15.1.1.3	Mulher	222
15.1.1.4	Pessoas com Deficiência	224
15.1.1.5	Jovens	225
15.1.1.6	Migrantes e refugiados.....	227
15.1.1.7	Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	229
15.1.1.8	Proteção a Pessoas Ameaçadas	229
15.1.1.9	Promoção da Igualdade Étnico-Racial.....	230
15.1.1.10	Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais	230
15.1.1.11	LGBTI+	230
15.1.1.12	Defesa dos Direitos Humanos.....	230
15.1.1.13	População em Situação de Rua.....	231
15.1.1.14	Consumidor	231
15.1.2	Socioeducativo.....	232
15.1.3	Trabalho, Emprego e Estímulo à Geração de Renda	236
15.1.4	Assistência Social	239
15.1.4.1	Programa Nossa Gente Paraná	244
15.1.5	Ação Solidária	247
16	SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA CULTURA (SECC)....	252
16.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES.....	253

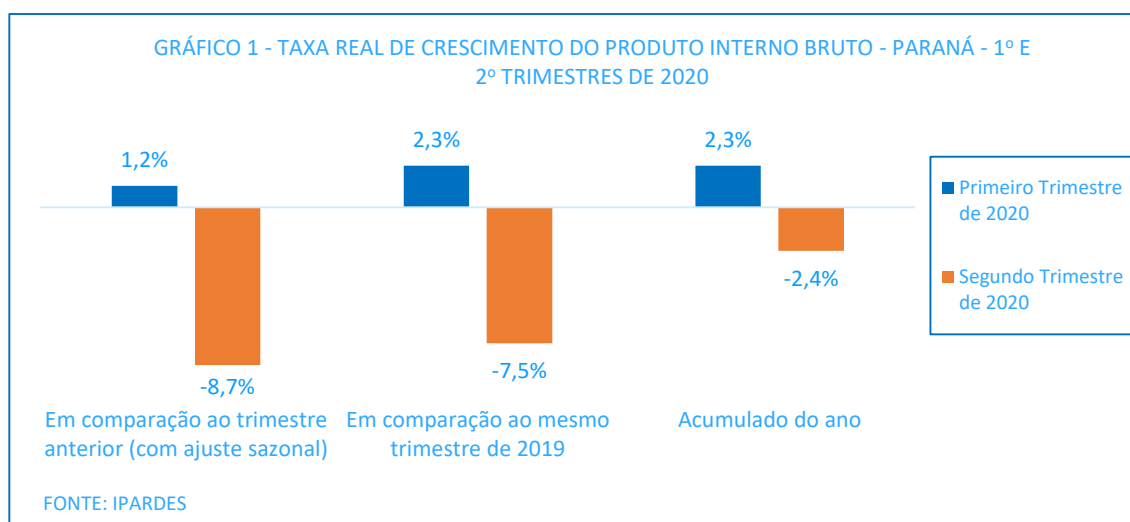
16.1.1	Apoio, Incentivo e Ação Cultural:.....	253
16.1.1.1	Centro Cultural Teatro Guaíra.....	258
16.1.2	Biblioteca Pública do Paraná (BPP)	259
16.1.2.1	Patrimônio cultural	259
16.1.2.2	Museus	260
16.1.2.3	Gestão do Sistema Estadual de Cultura:	261
16.1.3	Comunicação	261
17	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB)	266
17.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES.....	267
17.1.1	Competitividade e Renda	267
17.1.2	Inclusão Socioprodutiva da Agricultura Familiar	269
17.1.3	Produção Sustentável.....	271
17.1.4	Segurança Alimentar e Nutricional e a Melhoria da Qualidade de Vida no Meio Rural	273
18	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS (SEDU)	278
18.1	SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE	278
18.1.1	Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM).....	279
18.1.2	Plano de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios (PAM)	280
18.1.3	Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).....	280
18.1.4	Estudos e Parcerias	280
18.2	COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (COMEC)	281
18.2.1	Planejamento Urbano e Organização Territorial.....	281
18.2.2	Transporte Coletivo.....	281
18.2.3	Equipamentos e Infraestrutura	282
18.2.4	Linhas.....	282
18.2.5	Tarifa.....	282
18.2.6	Obras Estruturantes	283
18.3	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR)	283
18.4	PARANÁ EDIFICAÇÕES (PRED).....	285
19	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO (SEDEST)	290
19.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES.....	290
19.2	SUPERINTENDENCIA GERAL DE PARCERIAS.....	292
19.3	SUPERINTENDÊNCIA GERAL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS	293
19.4	INSTITUTO ÁGUA E TERRA.....	294
19.5	PARANÁTURISMO	302
19.6	SISTEMA METEOROLÓGICO DO PARANÁ (SIMEPAR).....	306
19.7	INVEST PARANÁ	306
20	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (SEIL)	312
20.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES.....	312
20.1.1	Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística	312
20.1.2	Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística Municipal.....	313
20.1.3	Gestão da Inovação para Planos, Projetos e Obras	314
20.1.4	Departamento de Estradas de Rodagem (DER).....	315

20.1.5	Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE)	317
20.1.5.1	Planejamento Estratégico.....	318
20.1.6	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA)	318
20.1.6.1	Projetos Estruturantes	319

ECONOMIA PARANAENSE

A ECONOMIA PARANAENSE NO ANO DE 2020

O desempenho econômico do Paraná em 2020 será marcado, indubitavelmente, pelos efeitos contracionistas da pandemia da COVID-19. Segundo dados do IPARDES, o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado declinou -2,4% no 1º semestre deste ano, último resultado disponível na ocasião da realização deste trabalho, com variações de +2,3% no período de janeiro a março e de -7,5% nos três meses seguintes, no confronto com idênticos intervalos do ano passado (gráfico 1).



A título de comparação, o PIB brasileiro apresentou queda de -5,9% na primeira metade do presente exercício, como resultado das taxas de -0,3% e -11,4%, que foram registradas no 1º e 2º trimestres, respectivamente, de acordo com o IBGE. Tal diferença pode ser atribuída principalmente à notável performance do setor primário paranaense, que, por sua vez, refletiu sobremaneira a produção recorde de grãos na safra de verão 2019/2020.

Na soma das quantidades colhidas de arroz, feijão, milho e soja (considerando apenas a 1ª safra dos três últimos produtos citados), foi alcançado um total de 24,8 milhões de toneladas de grãos na atual temporada, o que correspondeu a um acréscimo de 25,9% em relação à safra estadual de verão 2018/2019 (tabela 1). Embora menos proeminente, o crescimento da pecuária paranaense também merece menção, com incrementos de 3,4% no abate de frangos, de 2,14 milhões de toneladas no 1º semestre de 2019 para 2,22 milhões em

análogo período de 2020, e de 10,1% na produção de carne suína, de 417 mil para 458 mil toneladas, conforme levantamento do IBGE.

TABELA 1 - PRODUÇÃO DE GRÃOS DE VERÃO - PARANÁ - SAFRAS 2018/2019 E 2019/2020

ITEM	PRODUÇÃO (t)		VARIÇÃO (%)
	Safra 2018/2019	Safra 2019/2020	
Arroz	134.649	150.600	11,8
Feijão (1ª safra)	247.092	319.700	29,4
Milho (1ª safra)	3.159.735	3.564.900	12,8
Soja	16.164.807	20.773.900	28,5
TOTAL	19.706.283	24.809.100	25,9

FONTE: IBGE

Em contrapartida, os desempenhos da indústria e dos serviços não deixam dúvida quanto aos prejuízos impostos ao Paraná pela crise do Coronavírus. No primeiro caso, verifica-se retração de -8,5% da produção física da indústria de transformação no acumulado dos oito primeiros meses de 2020 (tabela 2), com as maiores quedas sendo registradas pelos segmentos de veículos automotores e máquinas e equipamentos, que apresentaram várias unidades fabris paralisadas durante os períodos mais críticos da pandemia. Esses movimentos contracionistas não se repetiram em algumas atividades agroindustriais, como a fabricação de papel e celulose e a produção alimentícia, ressaltando, mais uma vez, o comportamento diferenciado do agronegócio paranaense.

TABELA 2 - VARIÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL, SEGUNDO ATIVIDADES - PARANÁ - ACUMULADO DE JANEIRO A AGOSTO DE 2020

ATIVIDADE	VARIÇÃO
Indústria de transformação	-8,5%
Alimentos	8,3%
Bebidas	-1,1%
Produtos de madeira	-10,1%
Papel e celulose	1,1%
Derivados de petróleo e biocombustíveis	5,4%
Produtos químicos	-8,6%
Borracha e plástico	-1,6%
Minerais não-metálicos	0,2%
Produtos de metal	4,0%
Máquinas e materiais elétricos	2,4%
Máquinas e equipamentos	-34,8%
Veículos automotores	-42,8%
Móveis	-1,3%

FONTE: IBGE

As assimetrias intrassetoriais também podem ser observadas no comércio, mais especificamente no ramo varejista. De janeiro a agosto deste ano, o volume de vendas do

comércio varejista estadual declinou -0,3% (tabela 3), em comparação a igual intervalo de 2019, como resultado de variações subsetoriais que oscilaram de -33% (segmento de livros, jornais e papelaria) a +6,6% (móveis e eletrodomésticos). Já o ramo supermercadista, a maior atividade do varejo, registrou crescimento de 6,1%, refletindo, em grande medida, a maior permanência das pessoas em ambientes domésticos, com o distanciamento social, e o conseqüente aumento da demanda por produtos que atendem os consumidores nessa nova condição.

TABELA 3 - VARIAÇÃO DO VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA, SEGUNDO ATIVIDADES - PARANÁ - ACUMULADO DE JANEIRO A AGOSTO DE 2020

ATIVIDADE	VARIAÇÃO
Comércio varejista	-0,3%
Combustíveis e lubrificantes	-3,7%
Supermercados, alimentos, bebidas e fumo	6,1%
Tecidos, vestuário e calçados	-26,3%
Móveis e eletrodomésticos	6,6%
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	6,0%
Livros, jornais, revistas e papelaria	-33,0%
Materiais para escritório, informática e comunicação	-24,3%
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-17,3%

FONTE: IBGE

Ainda no terciário, constata-se retração de -10,4% do volume de serviços no acumulado dos oito primeiros meses de 2020 (tabela 4), com o pior resultado sendo anotado pelos serviços prestados às famílias (variação de -38%), que incluem, por exemplo, a atividade de alojamento e alimentação, fortemente penalizada pelas necessárias restrições à aproximação entre as pessoas durante a pandemia.

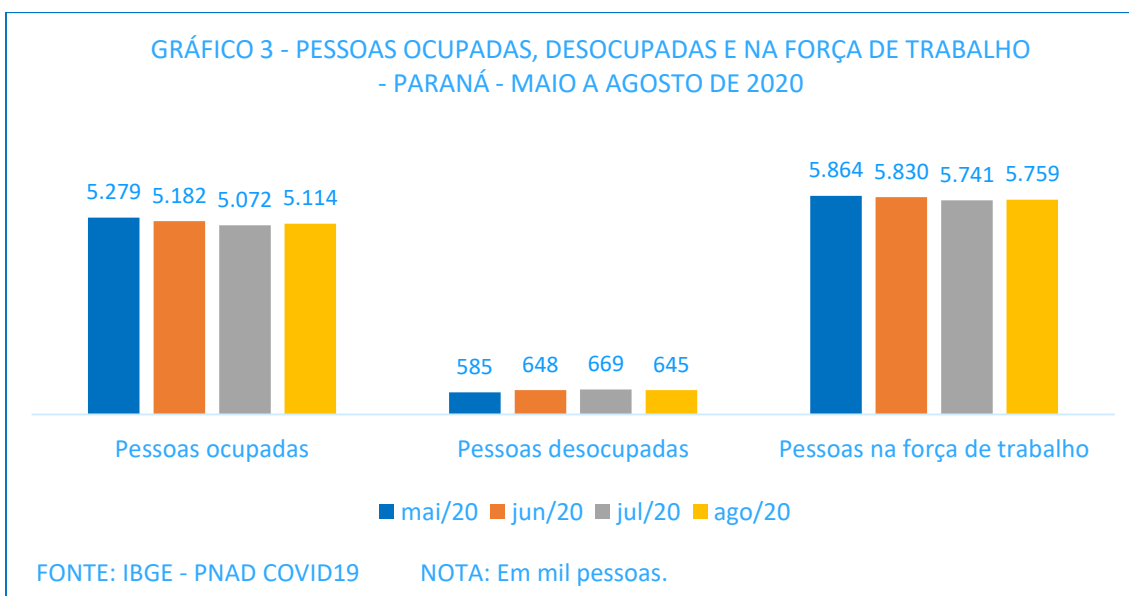
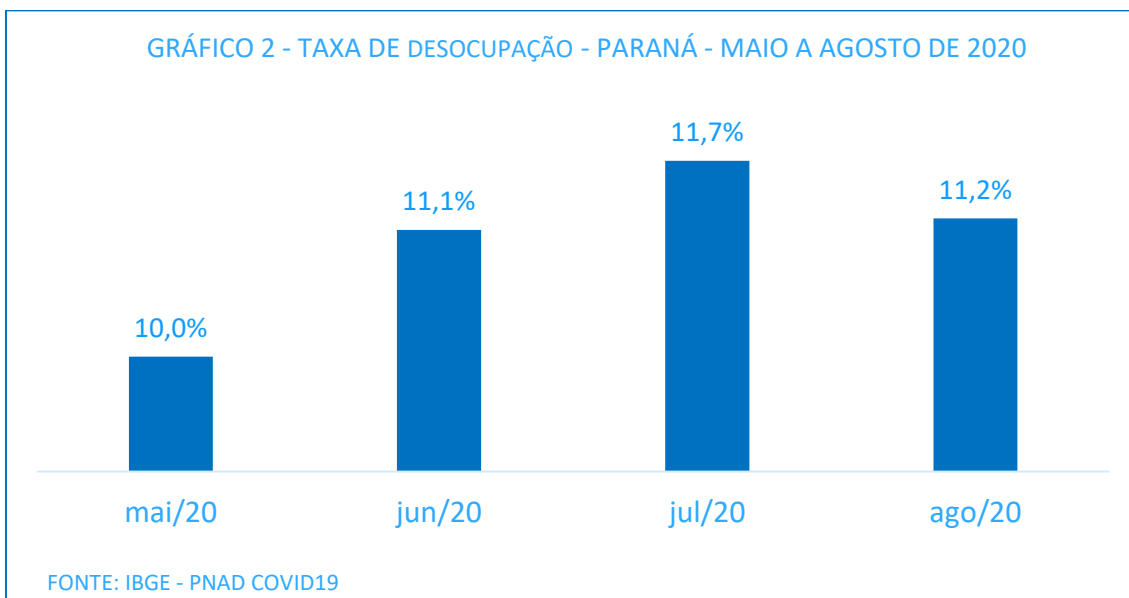
TABELA 4 - VARIAÇÃO DO VOLUME DE SERVIÇOS - ACUMULADO DE JANEIRO A AGOSTO DE 2020

ATIVIDADE	VARIAÇÃO
Total	-10,4%
Serviços prestados às famílias	-38,0%
Serviços de informação e comunicação	-9,1%
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-6,3%
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-7,9%
Outros serviços	-10,3%

FONTE: IBGE

Por fim, passando à questão do emprego, é possível notar, não obstante a piora em relação ao período pré-pandemia, interrupção do movimento de contração do mercado de trabalho paranaense nos últimos resultados. Em agosto, a taxa de desocupação no Estado atingiu 11,2% (gráfico 2), abaixo dos 11,7% registrados no mês anterior, como derivação de

um crescimento maior do número de ocupados comparativamente à evolução da força de trabalho (gráfico 3).



Mesmo assim, o número de desocupados no Paraná ainda se encontra em um patamar elevado (645 mil pessoas), tornando premente um processo de retomada econômica para a preservação do bem-estar da população.

CASA CIVIL

1 CASA CIVIL (CC)

Componente da Governadoria, a Casa Civil é um órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de assessoramento e apoio direto ao Governador. Dentre suas atribuições, destacam-se a assistência direta e imediata ao Governador do Estado na sua representação civil e política; o relacionamento público com autoridades civis, políticas, no âmbito de sua atuação, com o Poder Executivo Federal, Poderes Legislativos Estadual, Municipal e Federal e com outras esferas de Governo; a promoção, a coordenação e o acompanhamento das ações do Governo Estadual nos municípios, em articulação com as demais Secretarias e entidades públicas e a análise e elaboração de mensagens, anteprojeto de lei, decretos e demais atos administrativos.

O campo de atuação da Casa Civil envolveu atribuições, tarefas de apoio e responsabilidades diretas típicas de um órgão de assessoramento político e administrativo. No nível de gerência estão localizados o Diretor-Geral e o Diretor-Legislativo.

À Diretoria Legislativa (DL), compete a atividade legislativa realizada entre o Poder Executivo e a Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) e Deputados Estaduais e o desenvolvimento de Projetos de Lei no âmbito da Casa Civil. Foram analisados 229 Projetos de Lei para sanção e elaboração das respectivas Leis, foram elaboradas 68 mensagens governamentais com respectivos anteprojeto de lei encaminhados à ALEP, e foram respondidos respondeu cerca de 980 requerimentos de deputados.

A Diretoria-Geral da Casa Civil tem funções relativas à inteligência e à liderança técnica e estratégica do processo de integração interna, bem como à ordenação de atividades relativas aos meios administrativos necessários ao funcionamento da Pasta. Coordenou a preparação dos despachos e o recebimento, estudo e triagem do expediente encaminhado ao Governador do Estado e ao Chefe da Casa Civil; estabeleceu e coordenou o sistema de relacionamento com as Secretarias de Estado e com os órgãos regionais da Casa Civil, submetidos ao Chefe da Casa Civil, além de desempenhar variadas atividades correlatas atribuídas ao Chefe da Casa Civil, zelando pela boa governança institucional. Foram tramitados, entre janeiro e outubro de 2020, 3.172 processos no setor. Na execução de suas atribuições, destaca-se o apoio das seguintes unidades:

- ▶ Coordenadoria de Assuntos Políticos e Institucionais (COAP) - realizou suas atividades de pesquisa de satisfação dos Prefeitos em relação aos eventos e anúncios feitos pelo Governo do Paraná (ações e obras) ano-base 2019; atualização e informe junto às Associações de Municípios e Prefeituras das principais ações do Governo e dos Decretos Estaduais publicados durante a Pandemia e relatório atualizado das ações e obras do Governo do Estado.
- ▶ Centro de Apoio Operacional (CAO) - responsável pela análise prévia da documentação remetida à Casa Civil, providenciando o encaminhamento às unidades afins. Realizou a tramitação de 24.600

processos, 428 despachos conclusivos proferidos pelo Governador e 225 despachos do Chefe da Casa Civil. Atuou no controle da divulgação de atos oficiais, providenciando a sua publicação no Diário Oficial do Paraná, bem como a conferência da exatidão da referida publicação e seu registro; operacionalizou e supervisionou as solicitações de disposição funcional, sendo 167 disposições autorizadas, incluindo o seu controle e acompanhamento.

- ▶ Centro de Redação de Atos (CRA) - unidade do nível de execução programática da Casa Civil, que tem por atribuição a lavra de todos os decretos do Poder Executivo Estadual; a guarda e controle das vias originais dos decretos expedidos pelo Poder Executivo Estadual; a elaboração de decretos, resoluções e circulares da Casa Civil e atividades correlatas. Foram lavrados 2.254 Decretos e 456 Resoluções, com estimativa de mais 400 decretos e 200 resoluções até dezembro.
- ▶ Centro de Edição de Expediente Oficial (CEE) - setor responsável pelo preparo de expedientes que necessitem de formalização documental por parte do Governador, do Chefe da Casa Civil, Diretoria-Geral e demais autoridades. Devido ao advento da pandemia do Coronavírus, o trabalho remoto, até então nunca cogitado, tornou-se o único modo de prestar o serviço e foram elaborados, digitados/processados e expedidos pelo setor, um total de 36.592 expedientes.
- ▶ Procuradoria Consultiva junto à Governadoria - constitui-se em uma unidade da Procuradoria-Geral do Estado junto à estrutura administrativa da Casa Civil, com a atribuição de prestar serviço-meio (jurídico) para o desenvolvimento das atividades-fim da Casa. A PCG/PGE presta assessoria e consultoria jurídica direta aos órgãos da Governadoria, bem como profere manifestação técnico-jurídica sobre a regularidade formal dos procedimentos administrativos submetidos à apreciação do Chefe da Casa Civil e do Governador do Estado. Foram expedidas mais de 1.800 manifestações, sendo que a previsão para os próximos meses, é de que seja atingida a marca de 2.152 manifestações formais, entre despachos administrativos e informações jurídicas. As manifestações exaradas pela PCG/PGE versam sobre diversas áreas do Direito Público e Privado, encaminhadas pela própria Casa Civil ou para a deliberação da Casa Civil ou, ainda, para a decisão da Chefia do Executivo Estadual, provenientes de outros órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual.

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Paraná (CEDES) órgão colegiado de assessoramento e apoio estratégico do Governador do Estado, integrante da unidade da Casa Civil, tem dentre suas atribuições legais a elaboração de um Plano de Ação para a implementação e para a interiorização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, aprovada na Cúpula das Nações Unidas, em setembro de 2015.

Dentre as atividades realizadas em 2020, destacam-se:

- ▶ *Workshop* Escola Internacional de Pesquisa e Inovação Colaborativa: Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, que contou com a participação do Comitê Técnico de Desenvolvimento Sustentável (CTD/CEDES) e Fundação Araucária.
- ▶ Numa parceria da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) com o CEDES, procedeu-se o desenvolvimento de um índice sintético voltado aos ODS, com base nos dados de indicadores socioeconômicos levantados pelo IPARDES, elaborado pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e Universidade Federal do Paraná (UFPR). O índice busca identificar e mapear as metas dos ODS propostas pelas Nações Unidas em cada município do Estado.
- ▶ Em novembro, o CEDES coordenou a semana da Inovação junto com a Embaixada da Suécia, com dois webinários: *Food Waste Prevention* e *Biogás* que contaram com vários parceiros do Estado como SANEPAR, OCEPAR, SEDEST, PARANACIDADE e SETI.

Às Superintendências-Gerais compete: o planejamento, a coordenação e a execução das atividades integrantes da área de atuação definida como de interesse prioritário, compatibilizando-as com as diretrizes gerais do Governo do Estado; e o apoio estratégico ao Governador, ao órgão ou entidade no desempenho de suas competências institucionais visando ao aprimoramento da gestão governamental da área estabelecida como de interesse prioritário.

1.1 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE DIÁLOGO E INTERAÇÃO SOCIAL (SUDIS)

Vinculada diretamente ao Gabinete do Governador, é fruto da reforma administrativa e tem estrutura inédita no País. Como porta de entrada dos Movimentos Sociais no Estado, atende aquelas comunidades que ainda não conquistaram todos os direitos consagrados na Constituição Federal.

Principais atividades realizadas: a) emissão de boletins recomendativos às Comunidades e Povos Tradicionais do Paraná (quilombolas, indígenas, ciganos, ribeirinhos e terreiros de matriz africana) - de enfrentamento da emergência de saúde pública do Coronavírus - COVID-19, conforme Decreto n.o 4.230, de 16 de março; b) realização de reunião ordinária *online* da Comissão de Conflitos Fundiários do Estado do Paraná - Comissão que está analisando cerca de 146 processos de reintegração de posse urbana e rural; c) entrega de mais de 24 mil cestas básicas em parceria com a Defesa Civil do Estado às Comunidades e Povos Tradicionais face ao enfrentamento emergencial do Coronavírus; d) desenvolvimento e alimentação do Banco de Indicadores Sociais do Paraná (BIS); e) condução do Grupo de Trabalho de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná para a realização de estudos, estratégias e propostas afetas à Economia Solidária instituído pelo Decreto n.o 5.879/2020; f) projeto Produção Social de Moradia - Nosso Lar Paraná Moradia em Autogestão - condução do Grupo de Trabalho (Decreto n.o 2.568/2019); g) Projeto em andamento Recicla Paraná - Resíduos Sólidos; h) Projeto Inclusão Socioeconômica - retomada econômica do Paraná em fase de detalhamento do plano de trabalho e Projeto Paraná Livre de Preconceito.

1.2 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE DESEMPENHO GOVERNAMENTAL (SDG)

À Superintendência Geral de Desempenho Governamental (SDG) compete, a elaboração de análises, estudos e modelos econômicos sobre a eficiência do gasto público; a elaboração de estudos para avaliação de risco econômico e fiscal sobre políticas, programas e projetos e a avaliação dos impactos socioeconômicos das políticas, programas e projetos do governo estadual.

A SDG realizou a avaliação de impacto do programa Voe Paraná; a avaliação de impacto e análise para segunda fase do programa Escola Segura; projeções dos casos COVID-19 e projeções da taxa de ocupação de leitos exclusivos COVID-19 (trabalho em conjunto com IPARDES) e análise de desempenho das Secretarias e empresas estaduais.

1.3 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE GOVERNANÇA SOCIAL (SGG)

Criada para servir como braço gerencial da Casa Civil, atuando de modo transversal, coordenando esforços das Secretarias no sentido de fazer com que o Governo trabalhe de modo mais integrado e sinérgico em seus projetos mais estratégicos e complexos. A partir de 1º de junho, as atividades desenvolvidas pela SGG foram absorvidas pela Assessoria Técnica da Casa Civil.

Realizou atividades no intuito de cumprir com as atribuições: a) participação na elaboração, aprovação e acompanhamento de projetos prioritários do governo estadual com segmentos da sociedade civil organizada; b) promoção e divulgação das análises técnicas dos resultados das políticas públicas e dos projetos prioritários do governo na área de Governança Social, em conjunto com a Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura; c) assistência direta ao Chefe da Casa Civil no desempenho de suas atribuições; d) articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e composição entre os diversos setores da sociedade quando necessário, visando o aprimoramento das políticas públicas estaduais.

Foram encaminhados projetos de lei à Assembleia Legislativa do Paraná, que tratam de projetos de governo e receberam acompanhamento da Casa Civil: a lei que criou o Programa Cartão Futuro, a Lei da Liberdade Econômica, a Lei que cria o Programa Descomplica e a Lei que permite que seja criado o Programa Banco do Agricultor.

Acompanhou e coordenou ações de governo que buscam dar agilidade, simplicidade e modernização à máquina pública, tomadas na esteira do Programa Descomplica Paraná, como a Junta 100% Digital, o Descomplica Rural e o Descomplica DETRAN.

Organização junto ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Paraná (CEDES) das práticas realizadas pelo governo que estejam alinhadas aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

1.4 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE INOVAÇÃO (SGI)

É responsável pela articulação de políticas de inovação no Estado do Paraná, pela integração das Secretarias e demais entes do Estado para que atuem de forma coesa e alinhada com os objetivos estratégicos do Governo, no que diz respeito à inovação e incentivo que oportunizem a atração de empreendedores, investimentos e novas empresas para o Paraná.

Entre as ações realizadas pela Superintendência Geral de Inovação, em 2020, destacam-se:

- ▶ O Governo do Estado ativou uma aba no site www.coronavirus.pr.gov.br para conectar toda a cadeia de fabricação de máscaras de proteção (*face shield*) para ajudar os profissionais da Saúde. Ao todo foram quase 100mil máscaras somando uma economia de aproximadamente R\$ 2,0 milhões ao Estado.
- ▶ Empreendedores de inovação se uniram no movimento *#StartupsVsCovid19*, que conta com apoio do Governo do Estado. A ideia foi compartilhar soluções que ajudassem a minimizar o impacto econômico e social da pandemia do novo Coronavírus, além de facilitar o acesso à informação para o cidadão.
- ▶ Saúde Tech PR- uma iniciativa da SGI e da Fundação Araucária, em parceria com o Senai PR, tem por objetivo impulsionar projetos de diagnóstico, prevenção e contenção do Coronavírus, desenvolvidos por empresas e *startups* em conjunto com os Institutos Senai de Tecnologia e Inovação do Paraná ajudando a sociedade diante do cenário e da crise econômica decorrentes da pandemia.
- ▶ Aconteceu também o *Hack pelo Futuro*, um *hackathon* (maratona *online*) com mais de mil participantes, que buscou alternativas, ideias inovadoras e soluções para a economia, o comércio, a educação, a saúde e o setor de serviços.
- ▶ *Startups* que tiveram seus negócios impactados pela COVID-19 participaram de um programa voltado à solução de problemas de gestão das empresas. Foram mais de 50 *Startups* atendidas. Numa parceria das Superintendências de Inovação e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior com Fundação Araucária, Senai e Sebrae o programa Centelha oferece capacitações, recursos financeiros e suporte para transformar ideias em negócios de sucesso. Vai oferecer recursos financeiros de até R\$ 60 mil por projeto contemplado. A meta é apoiar de 27 a 30 novos empreendimentos inovadores.
- ▶ *Hackathon* Pense Agro - o Governo do Estado apoiou o evento que desenvolveu uma série de projetos para levar alternativas inovadoras à agricultura familiar e ao currículo do ensino técnico agrícola do Paraná. Durante o evento foi assinado o Decreto de transferência da administração da Granja do Canguiri à Secretaria de Estado da Educação e do Esporte.

- ▶ Projeto *Pitch* Paraná - uma parceria da Superintendência de Inovação e CELEPAR, é dirigido à startups e busca soluções inovadoras que possam ser adotadas no Estado nas áreas de Agronegócio, Saúde, Governo, Transformação Digital e Empreendedorismo Social.
- ▶ Programa Melhor Aprendiz Tech - programa de aprendizagem, que iniciou sua primeira fase em outubro, com 250 vagas para empresas de base tecnológica, de desenvolvimento de sistemas e empresas convencionais com cultura voltadas à inovação, que queiram capacitar jovens aprendizes para trabalharem com Programação de Sistemas e Programação Web.

1.5 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE ARTICULAÇÃO REGIONAL (SAR)

À Superintendência Geral de Articulação Regional compete, entre outras ações, a representação do Poder Executivo no interior do Estado de forma transversal e em rede; a promoção do engajamento, integração e participação da sociedade civil organizada no âmbito regional; o acompanhamento da execução de programas, projetos e ações, com vistas ao desenvolvimento sustentável regional e municipal, por meio do fornecimento de informações locais e setoriais às Secretarias executoras; a articulação e a integração dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Estadual que atuam nas regiões, observadas as políticas públicas estaduais estabelecidas e as diretrizes governamentais.

Tem o objetivo de colocar o governo mais próximo da população e fortalecer o interior do Estado. No decorrer do ano foram realizadas reuniões com os núcleos regionais por meio das 22 Regionais da Casa Civil distribuídas pelo Estado. Nestas reuniões foram discutidas as demandas regionais, mostrando um mapeamento real da situação em cada Região.

1.6 DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ (DETRAN-PR)

Vinculado à Casa Civil, tem seus gastos públicos definidos pela prestação de serviços à população paranaense, em conformidade com a Lei Federal n.o 9.503/1997 e demais legislações pertinentes. Tem sua própria arrecadação e a autonomia na gestão de seus recursos, calcado nos procedimentos que orientam a realização de despesas com fulcro no previsto na Lei Federal n.o 666/1993 e Lei Estadual n.o 15.608/2007 e suas alterações.

1.6.1 Principais Realizações

1.6.1.1 Tecnologia

- ▶ Alterações no Fluxo de Processo em virtude da COVID-19 - foram realizados ajustes nos processos prestados otimizando a execução de alguns serviços, como por exemplo o reaproveitamento da imagem da biometria para processos de renovação, segunda via, emissão de CNH definitiva e PID, prorrogação de prazos na área de habilitação, infrações e veículos.

- ▶ CRLV-e: Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo digital. O proprietário do veículo não precisa mais carregar o documento físico. Por meio do aplicativo Carteira Nacional de Trânsito, ele pode adicionar todos os documentos de seu veículo e ainda pode compartilhar com até cinco pessoas.
- ▶ Ensino Remoto: Aulas teóricas de primeira habilitação foram disponibilizadas na modalidade remota, incluindo validação facial para comprovação de presença.
- ▶ Curso de Reciclagem à distância: Neste ano, mais três empresas foram integradas ao sistema do DETRAN-PR e passaram a realizar o curso de reciclagem à distância.
- ▶ Laudo de Vistoria: Laudo de vistoria veicular disponibilizado em formato digital
- ▶ Disponibilização de serviços online para a área de infrações: Identificação de Conductor; Recurso Defesa CNH (suspensão/cassação); Recurso Infrações; Inclusão de adendo e Solicitação de Cópias de processos.
- ▶ Desbloqueio GNV: Integração com o Sistema Nacional para realizar o desbloqueio de gás natural veicular - GNV automaticamente assim que for realizado a vistoria na Instituição Técnica Licenciada (ITL).
- ▶ Call center: Implantação da nova central com atendimento telefônico das 8 horas às 20 horas de segunda à sexta-feira.
- ▶ Siga (Sistema de Integração de Gestão de Atendimento): Implantado em 100% das CIRETRANS e postos avançados. Sistema destinado ao atendimento online.

1.6.1.2 Infraestrutura

No que se refere à Infraestrutura, até novembro foi investido mais de R\$ 1,0 milhão em reformas em seis municípios. As novas estruturas do órgão ofertaram mais comodidade ao cidadão e melhores condições de trabalho aos colaboradores do departamento.

1.6.1.3 Educação

No que se refere à Educação, as ações da Coordenadoria de Programas de Educação para o Trânsito, consistem em oferecer ações educativas voltadas ao respeito às Leis de trânsito e a humanização junto às instituições de ensino e na comunidade em geral, com foco nas diretrizes de educação e qualidade nas ações. Devido ao quadro pandêmico causado pela COVID-19, em meados de março, as ações direcionadas ao contato com o público foram redirecionadas a outras atividades de informação e interatividade por meio das Redes Sociais e plataformas Digitais; sendo as principais atividades realizadas, no âmbito da educação, listadas a seguir:

- ▶ Operação Verão - ações focadas nos veranistas. Trabalha a educação no trânsito no Litoral do Paraná.
- ▶ Ecovia - Projeto de ação em parceria com a Ecovia, para professores e crianças da rede Pública de ensino sobre segurança no trânsito de circulação de carros, sinalização e travessia de pedestres, bicicletas e portadores de deficiência.

- ▶ Conhecendo o DETRAN e o BPTRAN - Projeto de ação em parceria com a Polícia Militar do Paraná, para professores e crianças da rede Pública de ensino com foco em regras de sinalização, travessia de pedestres, cuidados e segurança para crianças.
- ▶ Campanha Maio Amarelo - Conscientização da sociedade com relação a diminuição de mortes e feridos no trânsito com o *slogan* Perceba o Risco Proteja a Vida. Realizada por meio de postagens nas diversas mídias sociais pelas CIRETRAN e aproximadamente 144 entidades parceiras; 22 *lives*, homenagens aos profissionais de Saúde pelo trabalho realizado ao combate a Pandemia da COVID-19 e Atividade com a União dos Escoteiros do Brasil - Região Paraná (Jogos da Fraternidade).
- ▶ Atividade referente a datas alusivas - Lei Seca/Motoristas/Motociclistas/Pedestres/Ciclistas. Realizadas atividades *online* com diversas postagens, palestras, 11 *lives* e Programa Transformar (Parceria com a 1ª Vara de delitos de Trânsito de Curitiba - Aulas Gravadas e Material *online* para utilização no cumprimento de penas leves).
- ▶ Semana Nacional de Trânsito - conscientização da sociedade com relação a diminuição de mortes e feridos no trânsito com o *slogan* Perceba o Risco Proteja a Vida. Realização do 1º Fórum Digital do DETRAN-PR, *Blitz* Educativa, *lives*, Programa Transformar e Atividade com a União dos Escoteiros do Brasil Região Paraná (Gincana Escoteiros)
- ▶ *Webinar*, *lives*, vídeos educativos diversos, *Smart Mobility Forum*, Operação Verão - Previsto ações com veranistas em pontos fixos do Litoral do Paraná de 27 a 31 de dezembro e Programa Transformar.

1.6.1.4 Sinalização Viária

Os projetos de Sinalização Viária contemplaram 39 municípios com investimento de mais de R\$ 5,66 milhões e auxiliarão na sinalização de ruas, compra de placas e materiais que envolvam as sinalizações municipais.

1.6.1.5 Parceiros

Com cerca de 3,8 mil agentes externos ativo; as ações planejadas, assim que desenvolvidas e implantadas, facilitarão os processos de credenciamento e controle de agentes externos que prestam serviços à população paranaense, em complemento às atividades do órgão.

- ▶ Foi implantado o sistema de controle de frequência por biometria nos Cursos de Capacitação de Profissionais de CFC.

1.6.1.6 Área de Infrações

- ▶ Automatização do processamento dos Autos de Infração.
- ▶ Criação de novo canal de atendimento no Portal do DETRAN-PR para serviços de protocolo de identificação de condutor; defesa e recursos administrativos de auto de infração e suspensão/cassação da CNH; consulta de documentos relacionados a autos de infração e inclusão de adendos em defesas e recursos.

- ▶ Digitalização de processos direto no balcão de atendimento em 90 CIRETRANS e postos de Atendimento.
- ▶ Desenvolvimento/Homologação do Talonário Eletrônico.

1.7 AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO PARANÁ (AGEPAR)

Criada em 2002, pela Lei Complementar n.o 94, de 23 de julho, para regular contratos de concessão das rodovias do Anel de Integração, em todo o território estadual. A implementação da Agência, porém, ocorreu somente em 2012, pelo Decreto n.o 6.432, de 20 de novembro.

O Governador do Estado sancionou, no dia 5 de julho, a Lei Complementar Estadual n.o 222/2020, que dispõe sobre a AGEPAR. A lei atualizou a Agência em função da nova Lei Federal das Agências Reguladoras e da Lei Estadual de Parcerias Público-Privadas (PPP), permitindo que mantenha a segurança jurídica e o equilíbrio social na prestação dos serviços públicos regulados. Ampliou o campo de atuação da Agência e, ao retirar a palavra infraestrutura do nome, possibilitou novas atribuições como a regulação de parques estaduais, centros prisionais, aeroportos e outros serviços públicos que vierem a ser delegados.

1.7.1 Principais Realizações

- ▶ Nomeação e Prorrogação de Prazo do Concurso - o Governador nomeou, em decreto de 29 de abril, mais cinco aprovados no concurso público para o quadro efetivo. Foram nomeados três servidores para o cargo de Especialista em Regulação e dois para o cargo de Auxiliar de Regulação, para preenchimento de vagas abertas no primeiro chamamento. Foi aprovada e publicada no Diário Oficial a prorrogação da validade do concurso público, passando a data de vencimento do concurso para o cargo de Auxiliar de Regulação para 30 de maio de 2022 e para o cargo de Especialista em Regulação para 06 de julho de 2022. Por conta da pandemia da COVID-19, a maioria dos servidores da AGEPAR trabalhou em sistema de teletrabalho, com atendimento remoto e participando de reuniões (internas e externas) por videoconferência e os Documentos, solicitações e requerimentos foram protocolados no sistema e-Protocolo.
- ▶ Saneamento - o Conselho Diretor aprovou, em fevereiro, o novo Regulamento Geral dos Serviços de Água e Esgoto no Paraná (RGS) - Resolução n.o 003/2020. A versão final do regulamento recebeu contribuições na consulta e nas dez audiências públicas realizadas em 2019.
- ▶ Metodologia da Base de Ativos Regulatória (BAR) - Foram contratados serviços de consultoria empresarial, em março, após a realização de licitação, em 2019, para contratação de consultoria especializada para a elaboração de metodologia e critérios a serem utilizados para levantamento da Base de Ativos Regulatória (BAR), para o serviço de saneamento. Em agosto, foi aberta a Consulta Pública para receber contribuições para a nova proposta de Metodologia de Levantamento da BAR -

Saneamento Básico (água e esgoto). Os ativos são compostos pelo patrimônio da empresa - que inclui desde as estações até barragens e escritórios - e devem ser atualizados para análise em 2021, quando deverá ocorrer a Revisão Tarifária Periódica (RTP).

- ▶ Reajuste tarifário - solicitado, em fevereiro, pela Sanepar para aplicação em maio. Em função da pandemia, foram congeladas, por 120 dias, as revisões tarifárias dos serviços públicos regulados pela AGEPAR tendo sido posteriormente homologado pelo Conselho Diretor reajuste anual de 9,6299%, que entraria em vigor em 31 de outubro. O Governo do Estado protocolou pedido de suspensão do reajuste no dia seguinte. Diante disso, foi realizada audiência de mediação entre o Governo do Estado e a Sanepar e a suspensão foi homologada pelo Conselho Diretor da Agência, em reunião extraordinária em conformidade com o acordado na audiência.
- ▶ Gás canalizado - de 28 de maio a 15 de julho, foi realizada Consulta Pública para obter contribuições para elaboração de uma metodologia para o reajuste da tarifa média praticada para o fornecimento do serviço de distribuição do gás canalizado no Paraná. O Conselho Diretor aprovou, em setembro, adequação de sua Resolução n.o 018/2020, deixando explícita a vigência da redução do preço do gás canalizado, a partir de 1º de agosto. A deliberação assegurou o repasse aos consumidores da redução do custo do combustível, atendendo proposta apresentada pela COMPAGÁS. As novas tarifas autorizadas têm redução média de 11,41% no Gás Natural distribuído para indústria e redução de 13,29% para Gás Natural Veicular (GNV).
- ▶ Travessia de Guaratuba - o Conselho Diretor aprovou, em março, o Edital de Licitação da concessão da travessia da Baía de Guaratuba e contrato, com ressalvas, condicionado às adequações pelo DER-PR, da modelagem econômica e financeira, acordadas em reuniões realizadas em fevereiro. As adequações deverão ser feitas obrigatoriamente antes da publicação do Edital de Licitação (Resolução n.o 006/2020). Em abril, o Conselho Diretor aprovou o termo aditivo ao contrato de concessão para o serviço de travessia da Baía de Guaratuba, que prevê prorrogação do contrato até 07 de abril de 2021 (Resolução n.o 016/2020) conforme destacado pela Coordenadoria de Concessão e Pedágios Rodoviários do DER-PR. De 6 de fevereiro a 9 de março, foi realizada Consulta Pública para obter contribuições para a minuta do Regulamento da Travessia da Baía de Guaratuba, cujo objetivo é a regulamentação, em âmbito estadual, da concessão do serviço público de transporte aquaviário de veículos e passageiros, na travessia da Baía de Guaratuba, ligando à rodovia PR-412. Face à nova realidade, em 19 de setembro, a Agência promoveu sua primeira Audiência Pública Virtual, dentro do princípio de continuidade do serviço público.
- ▶ Travessia da Ilha do Mel - de 09 de março a 30 de abril foi realizada Consulta Pública para a minuta do Regulamento da Travessia da Ilha do Mel, com o objetivo de implementar a regulamentação, em âmbito estadual, do transporte aquaviário intermunicipal de passageiros, com embarque nas localidades de Pontal do Sul (Pontal do Paraná) e desembarque na Ilha do Mel, trapiches de Brasília

e Encantadas. O Conselho Diretor aprovou a realização de Audiência Pública, agendada para o dia 20 de novembro, em ambiente virtual, para discussão do Regulamento.

- ▶ Reajustes Tarifários - como medida econômica de proteção à população, em decorrência da pandemia da COVID-19, foi aprovada a suspensão do reajuste das tarifas cobradas pelos serviços regulados no Paraná por 120 dias: a primeira suspensão ocorreu por 60 dias, de abril a junho (Resolução n.o 015/2020) e em junho, a determinação foi prorrogada por mais 60 dias, encerrando em 17 de agosto (Portaria n.o 017/2020). Os serviços regulados que tiveram as tarifas congeladas, homologadas pela agência) foram: a) o transporte intermunicipal (incluindo Região Metropolitana de Curitiba); b) travessia por ferry boat da Baía de Guaratuba, c) travessia para Ilha do Mel, d) gás canalizado, e) água e esgoto. O reajuste da tarifa do pedágio, por ser realizado em dezembro, ficou fora do período de congelamento.
- ▶ Transporte Metropolitano - o Conselho Diretor aprovou, no dia 14 de abril, a flexibilização da gestão financeira do transporte coletivo gerenciado pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC). Esta medida passou a vigorar a partir de 15 de abril e se estende enquanto durar a pandemia da COVID-19, conforme a Resolução n.o 013/2020. Com esta medida, a tarifa metropolitana, não sofreu alteração e a COMEC pode gerenciar o ajuste financeiro do sistema, sem perda da qualidade do serviço nem prejuízo ao usuário, e tomando as medidas necessárias para o enxugamento dos custos.
- ▶ Câmaras Técnicas - de 16 a 18 de setembro foram realizadas as Câmaras Técnicas da ABAR, para discutir regulação de saneamento, gás e assuntos jurídicos. A AGEPAR foi a agência anfitriã, e, devido à pandemia da COVID-19, as reuniões foram virtuais, ao vivo, com a participação de servidores das agências associadas. A presidência da AGEPAR participou da abertura dos eventos. As Câmaras Técnicas, que têm por objetivo proporcionar *benchmarking* entre agências reguladoras, realizadas foram: CTJI-GCS (Assuntos Jurídicos e Institucionais, Governança e Controle Social), CTSan (Saneamento, Recursos Hídricos e Saúde) e CTGás (Petróleo e Gás).
- ▶ Atos Administrativos - a) receita - no primeiro semestre de 2020 a receita foi de R\$ 23,1 milhões; b) Mudança no regramento das Resoluções da Agência - passaram a ser denominadas simplesmente Resolução, iniciando com a numeração, seguida do ano; sendo que a mesma medida passou a valer para as reuniões do Conselho Diretor (Resolução n.o 001/2020); b) Portarias - foram expedidas 46 Portarias, destas 33 designam servidores para funções específicas e comissões; duas suspendem ofícios circulares (Portarias n.o 003 e 009); autos de infração (Portaria n.o 010); prorrogação de prazo da suspensão de reajuste (Portaria n.o 017); suspensão de atos e prazos dos processos administrativos (Portaria n.o 018); prorrogação do prazo para entrega dos trabalhos do Grupo de Trabalho 2 (Portaria n.o 020); entre outras, até 05 de novembro; c) Resoluções - foram expedidas 25 Resoluções, sendo quatro para homologação de reajuste tarifários e sete sobre medidas de enfrentamento à COVID-19. As outras dispõem sobre homologação do RGS (n.o 003);

procedimentos da migração de unidades consumidoras de energia elétrica da SANEPAR (n.o 004); indeferimento de recurso de concessionária (n.o 005); edital de licitação da Travessia da Baía de Guaratuba (n.o 006); novo procedimento de inscrição em dívida ativa (n.o 008); prorrogação do contrato de concessão da Travessia da Baía de Guaratuba (n.o 016); regulamento das audiências virtuais (n.o 019); entre outras, até 05 de novembro.

- ▶ Regulamento e Estrutura Organizacional - com a mudança pela LCE n.o 222/2020, que ampliou significativamente as competências da AGEPAR, foi aprovado pelo Conselho Diretor da AGEPAR, em outubro, o novo Regulamento da Agência. O ato normativo, encontra-se em trâmite na Casa Civil e prevê a nova Estrutura Organizacional da AGEPAR, com os seguintes níveis de atuação: a) nível de decisão colegiada - onde estão o Conselho Diretor e o Conselho Consultivo; b) nível de decisão superior - onde localizam-se os Diretores da Agência, conforme previsão legal; c) nível de assessoramento - composto por Gabinete do Diretor-Presidente (GAB), Assessoria Técnica (AT), Assessoria de Tecnologia da Informação e Inovação (ATII), Assessoria de Comunicação Social (ACS) e Unidade de Controle Interno, *Compliance* e Ouvidoria (UCCO); d) nível de execução programática - integrado pelas Coordenadorias Orçamentária e Financeira (COF), Administrativa (CA), de Recursos Humanos (CRH), d) de Energia e Saneamento (CES), de Infraestrutura do Transporte (CIT), dos Serviços de Transporte (CST), Residual e de Novos Mercados (CRNM), de Fiscalização (CF), de Qualidade dos Serviços (CQS), de Fluxo de Informações (CFI), Jurídica (CJ) e de Normatização Regulatória (CNT).

1.8 AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. (FOMENTO PARANÁ)

A Fomento Paraná é uma instituição financeira de desenvolvimento do Governo do Paraná, criada em 1999 para facilitar e ampliar o acesso ao crédito de modo a promover a geração de emprego e renda no Estado. Para isso oferece linhas de crédito para financiar empreendimentos de micro, pequeno e médio porte, em projetos de implantação, modernização, ampliação de atividades comerciais, industriais e de serviços. Opera por meio de uma rede de agentes de crédito correspondentes autorizados, em parceria com prefeituras, associações comerciais, federações do comércio e da indústria e sindicatos a elas vinculados. Os agentes de crédito e correspondentes são responsáveis por fazer a interface com empreendedores para orientar, recepcionar e encaminhar as propostas de financiamento via sistema.

1.8.1 Principais Realizações

A Fomento Paraná contratou 28.863 operações, totalizando mais de R\$ 289,0 milhões em recursos liberados até outubro para apoiar empreendimentos privados de micro e pequeno porte. É o melhor ano em contratações na história da empresa, que pela primeira vez, em 21 anos, consumiu

totalmente os limites de crédito estipulados pelo BNDES para repasse de recursos em operações de crédito, chegando a quase R\$ 150,0 milhões em 10 meses.

Destacam-se desse total as 23.284 operações da linha Paraná Recupera, lançada pelo Governo do Estado, que representam R\$ 120,0 milhões em recursos disponibilizados pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE). Outros R\$ 7,2 milhões foram contratados por meio da linha Paraná Recupera - Transportes, destinada a transportadores escolares e do segmento de turismo, com 832 beneficiados.

No Setor Público, a Fomento Paraná contratou, de janeiro a setembro, R\$ 265,5 milhões em financiamentos para projetos de desenvolvimento urbano e obras nos municípios referentes a 109 contratos de 80 municípios.

A moratória de 180 dias oferecida pela Fomento Paraná no Setor Público, por conta do programa Paraná Recupera, permitiu a suspensão de pagamentos em 587 contratos que beneficiaram 141 municípios.

No Setor Privado, a suspensão de pagamentos, por prazos entre 90 e 180 dias, e a renegociação de contratos, beneficiaram 3.600 empreendedores de todos os portes atendidos pela instituição. Os valores dos contratos renegociados somam mais de R\$ 131,0 milhões.

Reduziu as taxas de juros para operações de microcrédito em três pontos percentuais ao ano, a partir de fevereiro, de 1,49% para (a partir de) 1,28% ao mês, e outros cinco pontos percentuais em abril de 2020, para (a partir de) 0,91% ao mês. No Banco da Mulher Paranaense a menor taxa ficou em 0,76% ao mês, no microcrédito.

Criou, a partir da sanção da Lei Estadual n.º 20.164/2020, o programa Paraná Recupera, de caráter permanente, que dá à instituição condições de atender de forma ágil, com linhas de crédito específicas para apoiar empreendedores e municípios diante de situações de emergência ou calamidade pública.

A Fomento Paraná e a FÁCIAP celebraram um protocolo de intenções para desenvolver ações conjuntas e de interesse comum, visando o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Paraná. O objetivo da parceria é credenciar associações comerciais como correspondentes visando proporcionar aos empresários associados dessas entidades em todo o Paraná crédito com menores taxas e os prazos mais longos para estimular os investimentos.

As equipes de Tecnologia da Informação da Fomento Paraná desenvolveram e aprimoraram as plataformas de processamento de operações para possibilitar o acesso ao crédito por meio de ferramentas digitais, reduzindo e até eliminando a necessidade de atendimento presencial, para evitar a propagação do contágio pela COVID-19.

Patrocinou, em parceria com a CELEPAR, uma competição do tipo modelo *hackathon*, durante o *Show Rural Coopavel*, em Cascavel, visando à busca de soluções inovadoras para serem aplicadas ao agronegócio.

Atendendo à Lei Complementar n.º 163/13, que instituiu no Estado do Paraná o tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte, foram destinados R\$ 10,0 milhões em recursos do FDE no fundo da Sociedade de Garantia de Crédito-SGC Central, para permitir que um maior número de empresas paranaenses, que tem dificuldades em apresentar garantias, obtenham o aval prestado por aquela sociedade em empréstimos e financiamentos contratados com as instituições financeiras conveniadas.

Acrescentou o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI-BNDES), como modalidade de garantia para operações da plataforma Fomento Fácil e permitiu que parceiros e correspondentes consultem de forma *online* o Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) e os birôs de crédito SPC e Serasa na entrada das operações, para facilitar a tomada de decisão de crédito.

A Fomento Paraná firmou parceria com o município de Foz do Iguaçu para oferecer a linha Paraná Recupera com juro zero para empreendedores informais, microempreendedores individuais (MEI) e microempresários (ME) cadastrados no município. Os juros dos empréstimos serão pagos pelo município por meio de um fundo criado por Lei Municipal, com recursos oriundos dos *Royalties* pagos pela Itaipu Binacional, até o limite de R\$ 3,0 milhões, podendo alavancar créditos da ordem de R\$ 30,0 milhões. Esta ação beneficiou diretamente 2.371 empreendedores do município, que captaram R\$ 13,3 milhões em crédito para manutenção de seus negócios.

Firmou parceria com o município de Guarapuava para permitir aos empreendedores do município ter acesso e contratar operações da linha Paraná Recupera, com juro zero, para donos de pequenos negócios cadastrados no município. Pelo menos 813 empreendedores do município foram atendidos com créditos que somam R\$ 4,2 milhões.

Na qualidade de gestora de seus recursos, colocou em operação o Fundo de Aval Garantidor das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná (FAG/PR) instituído pela Lei Estadual n.º 19.478/2018 como mais um instrumento de apoio do governo para que micro e pequenas empresas apresentem garantias em seus financiamentos, firmando convênios com a própria Fomento Paraná e com o BRDE, o que poderá alavancar mais de R\$ 86,4 milhões em operações de crédito contratadas pelas instituições. Obrigatoriamente, no mínimo 30,0% do patrimônio do fundo deve garantir operações para microempresas. O FAG/PR está sendo utilizado inicialmente para dar suporte na forma de garantia para financiamentos contratados pela nova linha Fomento Turismo, que usa recursos do FUNGETUR.

Apoiada pela Lei Federal n.º 13.999/2020, que criou o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) e alterou a Lei n.º 13.636/2018, que trata

do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). A Fomento Paraná colocou em funcionamento um sistema *online* que permite captar e processar propostas de operações de microcrédito de todos os municípios do Estado e não mais apenas daqueles onde possui parcerias formais, com agentes de crédito ou correspondentes ativos. Com isso o próprio empreendedor, de qualquer município, pode preencher e anexar a documentação no sistema FomentoNet a partir do portal www.fomento.pr.gov.br.

Por fim realizou integração de sistemas com a base de dados da Junta Comercial do Paraná, o que passou a permitir à instituição o uso automatizado dos dados para operações de financiamento para apoiar empreendimentos formalizados, de forma a desburocratizar a administração pública e dar mais agilidade às atividades, facilitando o acesso ao crédito, especialmente para a linha de microcrédito.

1.9 ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO PARANÁ EM BRASÍLIA (ERP)

O Escritório de Representação do Governo em Brasília (ERP) tem por objetivo dar assessoramento técnico ao Governo do Estado, mediante a prestação de informações e acompanhamento das políticas públicas do Governo Federal, em assuntos relacionados ao Congresso Nacional, assim como promover a articulação com instituições federais municiando-as de informações atualizadas e qualificadas sobre o Estado, conforme Lei n.º 17.173/2012. O Escritório também tem por obrigação abrigar em seu espaço físico a Procuradoria Geral do Estado em Brasília (PGE) e dar o suporte administrativo necessário ao desempenho de suas atribuições, conforme Decreto n.º 3.619/1997.

1.9.1 Principais Realizações

Apoio aos atendimentos de logística prestados ao Governador e à Governadoria, suas comitivas e às outras autoridades do Estado, em cumprimento de agendas oficiais em Brasília e com Autoridades do Governo Estadual nas Embaixadas, Ministérios, Órgãos Federais e Secretaria Especial de Assuntos Federativos no Palácio do Planalto, visando tratar de Políticas Públicas para o Estado do Paraná. Comunicação e divulgação aos municípios, Secretarias Estaduais e Organizações da Sociedade Civil das Propostas Voluntárias e Proponentes Específicos disponibilizadas em 2020 junto ao sistema federal da Plataforma +Brasil pelos Ministérios, perfazendo neste período um total de 36 programas federais, que resultaram em 1.067 propostas com plano de trabalho, auferindo um valor total global de todas propostas em R\$ 4,4 bilhões.

Articulações com outras Representações de Estado em Brasília, em destaque para promover o diálogo acerca da distribuição da Cessão Onerosa - Lei Kandir, visando percentual maior de receita aos municípios e Estados. Participação em reuniões da Bancada Federal do Paraná com Órgãos Federais para tratar de assuntos de interesse do Estado, destacando-se: a) Estruturação da Concessão das

Rodovias Paranaenses; b) Royalties após 2023 previstos no Tratado da Itaipu - Investimentos em Infraestrutura; c) FERROESTE - ampliação da malha para implantação do Corredor Oeste de Exportação e Orçamento condizentes com as despesas para as Instituições Federais de Ensino Superior.

Com a COVID-19 e a impossibilidade de gestores e agentes públicos da esfera estadual e municipal se deslocarem até Brasília, intensificaram-se as solicitações de apoio ao ERPB junto aos Órgãos Federais. Houve o acompanhamento diário das publicações no Diário Oficial da União (DOU) com o objetivo de identificar e encaminhar aos órgãos estaduais e municipais publicações de Resoluções, Decretos e Portarias de interesse do Estado do Paraná, em especial os atos normativos sobre o enfrentamento ao Coronavírus; participação em reunião com autoridades do Governo Estadual nas Embaixadas da China e Rússia, Ministérios e ANVISA, visando tratar de assuntos relacionados ao enfrentamento da COVID-19 e vacina; e participação no Comitê Técnico Interinstitucional de Cooperação para Pesquisa, Desenvolvimento, Testagem, Fabricação e Distribuição de Vacina contra Sars-CoV-2 (COVID-19), colaborando com a articulação com os órgãos federais e Embaixadas.

1.10 DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ (DIOE)

O Departamento de Imprensa Oficial do Estado é uma entidade autárquica, dotada de personalidade jurídica de direito público e vinculada à Casa Civil.

O órgão é responsável pela edição do Diário Oficial Executivo, Suplemento de Concursos Públicos, Diário Oficial Comércio Indústria e Serviços. Prestava até junho deste exercício o serviço de impressão de material para a administração direta e indireta do governo e empresas públicas. Além de divulgar os atos oficiais do governo, o DIOE é importante apoiador na difusão da história e cultura paranaense, por meio da impressão de diversos títulos históricos, informativos, biografias, contos e poesias.

Em fase de reestruturação administrativa esforços têm sido feitos para modernizar a Imprensa Oficial e torná-la mais eficiente, como a implantação de controle dos processos internos por meio de sistema de gestão da qualidade, com base na NBR ISO 9000:2008.

1.10.1 Principais Realizações

O Departamento de Imprensa Oficial realizou atividades de administração e manutenção do planejamento e também a publicação dos materiais que lhe foram apresentados e que competiam à sua responsabilidade.

A partir do projeto de Lei n.o 608/2020, em tramitação na Assembleia Legislativa, e que prevê a extinção do DIOE, foram paralisadas as atividades gráficas (impressão e venda de materiais), aplicando todos os esforços na publicação e editoração dos atos governamentais. O ano foi afetado de

maneira significativa pela pandemia da COVID-19, e demonstrou a necessidade de avocação das funções de jornal (*online*) pelo governo do Estado, sendo realizado pelo mencionado projeto de Lei em conjunto com a Casa Civil.

Tendo como programa de Governo a Gestão Pública, Transparência e *Compliance*, por meio da iniciativa de Editoração Gráfica (6394), o Departamento tem como caracterização definida em seu plano de ação: atender as demandas editoriais e de publicações da administração pública direta e indireta, produzindo e disponibilizando os diários oficiais necessários aos Órgãos e entidades da administração; emitir certificação digital junto à CELEPAR; prestar serviços editoriais e publicações de interesse público atendendo normas e padrões de qualidade; e manter a eficiência produtiva e administrativa desta Autarquia. Sua meta principal é atender as demandas de publicação do Estado do Paraná (Administração Direta e Indireta) nos prazos acordados.

1.11 BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE)

É uma Instituição financeira pública de fomento, controlada pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e que conta com autonomia financeira e administrativa. O BRDE está sujeito a acompanhamento e controle do Tribunal de Contas, bem como à fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua estrutura administrativo-organizacional é determinada por Regimento Interno estabelecido pelo Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL) e fundamentada por Atos Constitutivos aprovados pelas Assembleias Legislativas dos Estados-Membros.

Tem sido um parceiro que apoia e acompanha o desenvolvimento de projetos para aumentar a competitividade de empreendimentos de todos os portes na região. Uma referência em financiamentos de longo prazo para investimentos, capaz de transformar projetos em realidades.

1.11.1 Principais Realizações

1.11.1.1 Desempenho Operacional

- ▶ Contratações por Segmento- de janeiro a setembro, o BRDE realizou novos contratos no montante aproximado de R\$ 918,0 milhões. Neste período, os segmentos econômicos de maior destaque foram o primário em número de contratos e o terciário em termos de valor contratado, conforme apresentado na Tabela 1 a seguir.

TABELA 1 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ PELO BRDE (Jan-Set./2020).

SETOR	VALOR CONTRATADO	Nº DE CONTRATOS
PRIMARIO	R\$ 115.631.445,36	425
SECUNDARIO	R\$ 115.434.992,55	111
TERCIARIO	R\$ 687.106.133,78	325
TOTAL	R\$ 918.172.571,69	861

* Fonte: BRDE/AGPR/Cubos

- ▶ Contratações por Porte das Entidades - na segmentação por porte das entidades observa-se uma concentração em produtores rurais e pequenas empresas quanto à quantidade de contratos. No âmbito empresarial, há equilíbrio entres os portes de médias e grandes empresas, quanto ao valor contratado. A Tabela 2 mostra as contratações realizadas pelo BRDE no PR de janeiro a setembro segregando por porte da entidade.

TABELA 2 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ POR PORTE DAS ENTIDADES (Jan-Set/2020).

Porte Entidade	Valor Contratado	Número de Contratos
Produtor rural	R\$ 81.133.175,88	422
Micro-empresa	R\$ 7.847.740,40	29
Pequena empresa	R\$ 287.676.591,74	270
Media empresa	R\$ 219.116.296,99	85
Grande empresa	R\$ 237.525.412,50	46
Prefeitura	R\$ 84.873.354,18	9
TOTAL	R\$ 918.172.571,69	861

* Fonte: BRDE/AGPR/BI - Boletim Dinâmico

- ▶ Operações Contratadas por Região - entre as regiões com o maior volume de operações contratadas estão a Oeste Paranaense, a região Metropolitana de Curitiba e a Norte Central Paranaense, que somaram aproximadamente de R\$ 267,0 milhões, R\$ 184,0 milhões e R\$ 182,0 milhões, respectivamente. A Tabela 3 detalha a situação em cada uma das mesorregiões do Estado do Paraná.

TABELA 3 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ PELO BRDE (Jan-Set/2020)

Mesorregião Processo	Valor contratado	Número de contratos
Centro Ocidental Paranaense	R\$ 60.287.209,49	43
Centro Oriental Paranaense	R\$ 27.608.683,21	29
Centro-Sul Paranaense	R\$ 109.749.724,03	80
Metropolitana de Curitiba	R\$ 183.598.732,12	187
Noroeste Paranaense	R\$ 24.248.237,20	38
Norte Central Paranaense	R\$ 182.107.855,00	168
Norte Pioneiro Paranaense	R\$ 10.266.580,47	22
Oeste Paranaense	R\$ 266.831.614,99	142
Sudeste Paranaense	R\$ 3.154.383,00	10
Sudoeste Paranaense	R\$ 90.319.552,18	142
TOTAL	R\$ 918.172.571,69	861

* Fonte: BRDE/AGPR/BI - Boletim Dinâmico

1.11.1.2 Principais Contas

A seguir são apresentados os principais números do BRDE de janeiro a setembro dos anos 2019 e 2020. Com destaque para o patrimônio líquido que, em setembro de 2020, era 7,0% superior ao realizado no mesmo período de 2019:

PRINCIPAIS NÚMEROS DO BRDE	JAN-SET 2019	JAN-SET 2020
Ativo Total	R\$ 16,6 bilhões	R\$ 16,1 bilhões

Operações de Crédito	R\$ 13,0 bilhões	R\$ 13,0 bilhões
Patrimônio Líquido	R\$ 2,8 bilhões	R\$ 3,0 bilhões
Lucro líquido	R\$ 169 milhões	R\$ 129 milhões

* Fonte: BRDE/AGPR/SIG

1.11.1.3 Principais Atividades e efeitos da COVID-19

- ▶ BRDE Recupera Sul - Para fazer frente aos desafios trazidos pela pandemia da COVID-19, foi aprovado, em abril, o Programa de Crédito Emergencial do BRDE voltado à recuperação da economia da Região Sul e denominado BRDE Recupera Sul. A principal finalidade deste Programa é prover capital de giro, às empresas localizadas em sua área de atuação, para enfrentamento da retração econômica advinda da pandemia da COVID-19, possibilitando a retomada do crescimento econômico, com geração de emprego e renda. O montante destinado ao Programa foi de R\$ 650,0 milhões, considerando giro emergencial e investimentos pós-crise, integralmente aplicados.
- ▶ Digitalização de Processos - em janeiro, quando ainda não se pensava nos impactos que a COVID-19 poderia trazer foi definido que a abertura de protocolo, assim como a demanda e o recebimento de documentação solicitada ao cliente, passaria a ser por formato eletrônico, a partir do criado Canal Digital do BRDE. Quando, a partir da segunda quinzena de março, a equipe técnica precisou ser paulatinamente transferida para trabalho em *home office*, foi possível manter o atendimento ao cliente sem solução de continuidade. Outro fator importante para a agilidade no atendimento ao cliente foi a adequação de procedimentos de concessão e recuperação de crédito, dando maior agilidade à resposta do Banco aos clientes neste momento de excepcionalidade.
- ▶ Contratações - de janeiro a setembro, foram contratados R\$ 918,0 milhões para o Paraná, distribuídos em 861 contratos. Em outubro, foi ultrapassada a marca de R\$ 1,0 bilhão contratados e a expectativa é encerrar 2020 com R\$ 1,1 bi contratados no Paraná.

Na análise aprofundada destes contratos celebrados, o BRDE apresentou aumento de 320,0% nos financiamentos de projetos de micro e pequenas empresas e 75,0% para médias empresas paranaenses. Os projetos de eficiência energética e energias renováveis destacam-se com um aumento de 36,0% em relação ao mesmo período de 2019, atingindo R\$ 294,0 milhões em contratos no Estado. Para o setor de Turismo, impactado pela pandemia, o BRDE contratou R\$ 59,0 milhões em novas operações, sobretudo capital de giro, por meio da linha FUNGETUR, na qual é o maior operador do País. Destaca-se ainda que o Fundo de Aval Garantidor do Estado do Paraná (FAG) foi normatizado e disponibilizado neste período, para benefício das micro e pequenas empresas paranaenses

Ressalta-se a prorrogação de juros e amortização de aproximadamente 82,0% dos valores contratados passíveis de prorrogação, mantendo-se as taxas originalmente contratadas, concedendo-se carência complementar de seis meses (de abril a setembro), que resultou em cerca de R\$ 1,0 bilhão em recursos postergados.

- ▶ Diversificação de *Fundings* - em sua estratégia de diversificação de *fundings*, o BRDE e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) firmaram, em agosto, contrato que estabelece linha de crédito no valor de US\$ 70,0 milhões - cerca de R\$ 392,0 milhões - para financiar empreendimentos que contribuam para a retomada do desenvolvimento sustentável na Região Sul do Brasil, onde o BRDE opera. Esta é a primeira parceria estabelecida entre as duas instituições financeiras.
- ▶ INOVACRED - programa de crédito para iniciativas voltadas ao desenvolvimento e aprimoramento de produtos, processos e serviços, e também ações inovadoras no âmbito organizacional e de *marketing*.
- ▶ BRDE *Labs* - lançado em 2020, com o objetivo de fomentar a inovação e o empreendedorismo no agronegócio do Paraná, o Programa está sendo realizado em parceria com a *Hotmilk*, aceleradora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), e com o apoio de cooperativas agroindustriais paranaenses, clientes do BRDE. O Programa foi dividido em duas etapas: *Product Lab* e *Business Lab*, sendo a primeira etapa encerrada em 21 de outubro com a apresentação das soluções inovadoras das 10 *startups* finalistas (das 179 inscritas) e a segunda etapa iniciada em 22 de outubro, com 173 *startups* inscritas. O encerramento do Programa acontecerá em fevereiro de 2021.

1.12 COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ (CELEPAR)

A CELEPAR é uma empresa com a finalidade de identificar, desenvolver, implantar e operar soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação como instrumento de aprimoramento do desempenho e inovação da Administração Pública, melhorando os resultados do governo em termos de operação e gestão, com a consequente melhoria dos serviços ao cidadão. Visa ao interesse da sociedade paranaense e ao da administração pública, atuando para contribuir para a melhoria da gestão pública por meio de sistemas que integram processos e Tecnologia da Informação e Comunicação; e para a melhoria dos serviços públicos à população, alavancada pela utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação.

1.12.1 Principais Realizações

1.12.1.1 Governo Digital

O Paraná Inteligência Artificial (PIÁ) é uma solução de inteligência artificial que vem ofertando serviços públicos à população de forma simples e intuitiva. Vários processos são facilitados pelo PIÁ, como: consulta, geração de código para pagamento e emissão da segunda via da conta de água e luz; consulta ao crédito no Nota Paraná; verificação do boletim escolar dos filhos; matrícula na rede estadual e agendamento de horário para procurar vaga de emprego na Agência do Trabalhador. São 620 serviços publicados, sendo: 596 do Governo do Estado do Paraná; 23 serviços municipais e um serviço federal.

Dentre os serviços de destaque estão:

- ▶ Agendamento para doações de sangue no HEMEPAR - ampliação do agendamento para doações de sangue nas unidades de Maringá, Pato Branco, Ponta Grossa e Toledo (já disponíveis em Curitiba, Cascavel).
- ▶ Consulta a medicamentos disponíveis nas 23 farmácias da Rede do Estado - pesquisa os medicamentos padronizados em 84 protocolos clínicos com as principais informações para o usuário, como disponibilidade na rede e Classificação Internacional de Doenças (CID).
- ▶ Farmácia Paraná - atualização que agilizou a solicitação *online* de medicamentos padronizados, pelo endereço: <https://www.pia.pr.gov.br/servicos/Cidadania/Assistencia-social/Solicitar-medicamentos-a-Farmacia-do-Parana-pA3LwNbm>.
- ▶ Serviços de trânsito em rodovias estaduais disponíveis *online*: a) indicação de condutor para auto de infração de trânsito do DER; b) consultar cópias de documentos relacionados a multa de trânsito do DER; c) apresentar defesa, recurso, ou solicitar advertência por escrito para auto de infração de trânsito do DER.
- ▶ Ampliação do serviço de recursos *online* para multas emitidas por quatro órgãos municipais de trânsito de Fazenda Rio Grande, Maringá, Paranaguá e Telêmaco Borba.
- ▶ Novo portal da Secretaria de Estado da Fazenda integrado ao PIÁ, possibilitou o aumento do número de serviços disponibilizados ao cidadão. A plataforma permite o acesso a 137 serviços.

1.12.1.2 Soluções Desenvolvidas na Pandemia da COVID-19

No que se refere ao Suporte às Demandas dos Clientes, desenvolveu as seguintes soluções:

- ▶ Portal do Governo do Estado com informações sobre o Coronavírus - <http://www.coronavirus.pr.gov.br/>. Nele o cidadão encontra orientações sobre cuidados básicos para reduzir o risco de contrair ou transmitir o vírus.
- ▶ Serviço de Atendimento de Saúde *Online* - auxilia nas medidas de enfrentamento à COVID-19. Além de agilizar o atendimento à população, a plataforma ajuda a desafogar as unidades de saúde, evita aglomerações e deslocamentos, protege os profissionais de saúde e possibilita que o cidadão possa ser consultado diretamente de sua casa.
- ▶ Atendimento Psicológico à População - nova funcionalidade, o serviço é fruto de uma parceria do Governo com o Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP) e conta com profissionais qualificados para o acolhimento.
- ▶ Auxílio Emergencial - criação de *site*, impressão dos cartões e apoio na operacionalização do auxílio emergencial criado pela Lei n.º 20.172/2020, que permite aos beneficiários a compra de alimentos em comércios credenciados.
- ▶ APP Melhor Hora - solução criada pela Receita Estadual do Paraná, com base na emissão de Notas Fiscais Eletrônicas em farmácias e supermercados, o aplicativo permite que os consumidores

paranaenses possam escolher os horários com menor fluxo de pessoas nos estabelecimentos e fazer suas compras com mais tranquilidade e segurança.

- ▶ Aplicativo 190 PR da Polícia Militar do Paraná - recebeu uma nova solução para que a população possa fazer o acionamento sobre ocorrências relacionadas à pandemia do Coronavírus. A nova opção é para agilizar o atendimento nos casos de aglomeração de pessoas e liberar a linha telefônica do 190 para os casos mais graves, de risco à vida, por exemplo.
- ▶ Solução para a classe de artistas e espaços culturais, um dos setores mais atingidos pela pandemia, que possibilita a eles solicitar o auxílio emergencial, de acordo com a Lei Aldir Blanc.

No que se refere a Iniciativas CELEPAR, desenvolveu as seguintes soluções:

- ▶ Protetores Faciais (*Face Shields*) - buscando ajudar os colaboradores que atuam na linha de frente contra o Coronavírus, a CELEPAR e o Governo do Paraná contribuíram com uma rede de solidariedade na produção e distribuição de protetores faciais, impressos em impressoras 3D, aos profissionais da saúde. A CELEPAR, contribuiu na impressão das bases em 3D e criou um canal para conectar fornecedores, *makers* e profissionais de saúde (www.coronavirus.pr.gov.br/mascaras).
- ▶ TechAjuda CELEPAR - canal de contato, com o objetivo de simplificar a tecnologia, e ajudar as pessoas que têm dificuldade com o universo digital por meio de atendimentos digitais e humanizados pelo aplicativo *whatsapp*. Os colaboradores da CELEPAR recebem o contato do cidadão e retornam tirando a dúvida frente a tecnologia da maneira mais simplificada possível. Os cidadãos podem receber ajuda e orientações sobre o uso de sites, aplicativos e outras soluções tecnológicas.
- ▶ Dica do Dia - com a pandemia do novo Coronavírus levando à obrigatoriedade das pessoas acima de 60 anos se isolarem em casa, surgiram problemas, como o afastamento da família e amigos e a dificuldade na utilização de meios tecnológicos. A fim de tornar esse período de isolamento mais ameno e mais proveitoso, os colaboradores da CELEPAR criaram o projeto Dica do Dia, da iniciativa #celeparcomvc, que consiste em gravar vídeos curtos contendo dicas sobre tecnologia e funcionalidades/aplicativos para *smartphone*. Esses vídeos são enviados semanalmente, pelos instrutores (via *WhatsApp*), para os ex-alunos que fizeram o Curso de Inclusão Social e Digital da Pessoa Idosa, promovido pela CELEPAR. Os vídeos podem ser acessados em: www.youtube.com/playlist?list=PLJwEOIEniPkkMOvrRm4SXWbiwreQQrpIG

1.12.1.3 Soluções para Segurança Pública

- ▶ Sistema de Gestão da Execução Penal (SIGEP) - com mais de 200 funcionalidades, trará mais agilidade aos processos do sistema prisional do Estado, com maior integração e controle de informação.
- ▶ Sistema para facilitar a gestão de itens voltados à segurança pública, no controle da distribuição de itens entre as unidades de policiais civis e auxiliando a polícia na renovação de seus estoques.

- ▶ Novo Modelo de Carteira de Identidade - emissão de um novo modelo que possibilita a inclusão de dados e oferece mais segurança contra a falsificação. Por meio de biometria, são acessadas as informações de outros documentos pessoais, além de verificar se a pessoa possui outro RG no Estado, evitando fraudes.
- ▶ Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTÉA) - pode ser solicitada gratuitamente pelos paranaenses com Transtorno do Espectro Autista, pela *internet*. A CIPTÉA é um documento digital, com possibilidade de impressão pelo usuário ou responsável, e facilita a identificação e a prioridade no atendimento em serviços públicos e privados.
- ▶ Solução que possibilita o registro pela internet de Boletins de Ocorrência (BO) referentes a crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha) e estelionato.
- ▶ Aplicativo 190 que possibilita informar emergências no Paraná acessível também para portadores de deficiência auditiva e de fala.

1.12.1.4 Soluções para Agricultura

- ▶ Nova plataforma integrante do programa emergencial do Governo que destinou R\$ 20,0 milhões para a compra de produtos da agricultura familiar à rede socioassistencial, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e hospitais filantrópicos do Estado.
- ▶ Sistema para cadastro do Programa Trator - permite aos agricultores familiares o financiamento com preços mais acessíveis de tratores, pulverizadores e colhedoras. O sistema possibilita a realização da primeira etapa do processo, que contempla a aprovação de financiamentos, o cadastramento dos produtores interessados, o maquinário a ser financiado e a instituição financeira responsável pelo financiamento.
- ▶ Paraná Livre da Febre Aftosa - várias soluções desenvolvidas contribuíram para o Paraná Livre da Febre Aftosa, como: o Sistema do Produtor, o Sistema de Trânsito Agropecuário (SISTRAN) e o Sistema de Defesa Sanitária Animal (SDSA).

1.12.1.5 Soluções para o Trânsito

- ▶ Novo modelo de Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) - pensado para o mundo digital e físico, pode ser impresso a partir do site do DETRAN, pelo Paraná Inteligência Artificial (PIÁ), pelo portal de serviços do DENATRAN ou exportado e enviado por e-mail para a impressão por meio do aplicativo Carteira Digital de Trânsito. O documento exclusivamente digital também está no aplicativo Carteira Digital de Trânsito.
- ▶ Novo serviço de liberação anual do laudo de Gás Natural Veicular (GNV) que dispensa a exigência do atendimento presencial.

1.12.1.6 Soluções Diversas

- ▶ Aplicativo Paraná Serviços - plataforma que conecta prestadores de serviços e contratantes de maneira *online*. A ferramenta é gratuita tanto para o profissional autônomo, que pode divulgar o

seu trabalho na plataforma, quanto para a parte contratante, que pode se comunicar e contratar o serviço pela tela do celular.

- ▶ Plataforma Fomento Fácil - considerada uma esteira digital, disponibiliza caminho próprio e exclusivo acelerando a liberação de crédito da Fomento Paraná, com a integração ao sistema BNDES *Online*, por meio de certificação digital, permitindo que o pedido de liberação do crédito ocorra em tempo real.
- ▶ Sistema de Gestão Ambiental - de forma *online*, as autorizações ambientais para destinação de resíduos gerados no Estado passaram a ser emitidas automaticamente pelo sistema.
- ▶ Aplicativo APPA - Apontamentos NC - parte da estratégia de Logística Inteligente na Gestão dos Portos de Paranaguá; permite que administração portuária, operadores, agentes e terminais, possam relatar situações que não estejam em conformidade, auxiliando na gestão das infrações.
- ▶ Melhorias no Sistema de Operação Portuária trouxeram mais agilidade nas cargas e descargas de caminhões, evitando as filas no Porto de Paranaguá.
- ▶ Novo portal da SEFA para modernizar e melhorar o acesso do contribuinte aos muitos serviços que são prestados no âmbito de Secretaria de Fazenda e da Receita Estadual, podendo ser acessado pelos endereços <http://www.fazenda.pr.gov.br> e <https://www.receita.pr.gov.br>.
- ▶ Projeto Harpia - plataforma que permite soluções customizadas para todas as etapas dos processos de compra. Com o uso inovador de tecnologias, tais como Inteligência Artificial (IA), automação de processos, *analytics* e tecnologia do tipo *blockchain* (registro imutável de informações), permite o acompanhamento dos processos em andamento pelos servidores públicos e gestores da administração direta, autárquica e fundacional, evitando e apontando, em tempo real, os principais problemas nas licitações identificados pelos órgãos de controle interno e externo, seja na restrição do caráter competitivo, direcionamento do procedimento, construção do contrato, execução, fiscalização, entre outros.
- ▶ Projeto Gestão de Taxas - solução que auxilia na desburocratização, gestão, sistematização e unificação dos processos de arrecadação da Adapar, aumentando a eficiência e controle na prestação dos seus serviços.
- ▶ Solução de Gestão de Margem Consignável - possibilita o gerenciamento seguro da margem consignável, apoiando a oferta de melhores soluções de crédito para servidores públicos, militares, aposentados e pensionistas, oferecendo funcionalidades para o Consignante, as Consignatárias e os Consignados de maneira segura, *online* e alinhadas com as legislações pertinentes.

1.12.1.7 Incentivo à Inovação e à Transformação Digital

- ▶ Arena *Hackathon* - de forma inédita a CELEPAR patrocinou o espaço de tecnologia do Governo do Paraná no Show Rural Digital da Coopavel em Cascavel. Um espaço de mais de 170 metros quadrados contou com mais de 75 participantes divididos em 15 equipes com objetivo de encontrar soluções inovadoras para serem aplicadas ao agronegócio. Promoveu diversas atividades com destaque para

o *Pitch Day* CELEPAR, parte de um programa de transformação digital e inovação que integra o Estado e a Companhia, cujo objetivo era identificar e promover ideias inovadoras que gerassem benefícios ao cidadão e que pudessem se transformar em políticas públicas permanentes.

- ▶ *Hack pelo Futuro* - o *Hackathon* destinado a professores, estudantes, pesquisadores, profissionais das áreas de negócios, saúde, comunicação, *marketing*, *UX/Design*, desenvolvimento, programação, engenharias e finanças, entre outras, contou com a participação da CELEPAR. Os participantes puderam escolher entre quatro categorias de atuação: Saúde, Sociedade, Economia e Cultura. Cada uma delas contava com desafios específicos, e as equipes tinham como objetivo propor uma solução para eles. Foram 1013 inscrições, 800 participantes, 124 times e 230 mentores.
- ▶ *Saúde Tech Paraná* - iniciativa da Superintendência Geral de Inovação da Casa Civil e da Fundação Araucária, em parceria com o SENAI no Paraná para apoiar projetos inovadores de combate ao Coronavírus. A Companhia participou da banca de avaliação dos projetos das empresas selecionadas (10), entre nove categorias diferentes, que tinham como objetivo potencializar projetos de: a) simulação predial hospitalar (otimização de *layout*); b) organização hospitalar a partir de triagem; c) Monitoramento de aglomerações; d) produto de limpeza individual; e) equipamento de proteção coletivo nos ambientes; f) monitoramento de saúde dos colaboradores das empresas; g) tinta antiviral para hospitais; h) monitoramento de pacientes com uso de *APPs*; e i) plataforma de atendimento médico/telemedicina (dois projetos)

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

2 COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (COPEL)

A Companhia Paranaense de Energia (COPEL), criada em outubro de 1954, é a maior empresa do Paraná e atua com tecnologia de ponta nas áreas de geração, transmissão, distribuição, comercialização de energia elétrica, além de telecomunicações.

Opera um abrangente e eficaz sistema elétrico com parque gerador próprio de usinas, linhas de transmissão, subestações, linhas e redes elétricas do sistema de distribuição e um moderno e poderoso sistema óptico de telecomunicações que integra as principais cidades do Estado.

A COPEL, por ser uma empresa de capital aberto, alinha suas práticas às exigências estabelecidas para as empresas listadas no Nível 1 de Governança da B3 atendendo aos dispositivos das Leis Federais n.o 6.404/1976 e n.o 13.303/2016, regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e demais legislações aplicáveis no Brasil. No exterior, a Companhia cumpre as normas da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e da *NYSE*, nos Estados Unidos; do *LATIBEX* da *Bolsa y Mercados Españoles*, na Espanha.

Tem como missão prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

2.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

2.1.1 Geração de Energia Elétrica

2.1.1.1 Operação e Manutenção de Usinas

No âmbito da operação e manutenção do parque gerador, encontram-se em andamento obras e projetos para assegurar maior confiabilidade ao sistema elétrico. Destacam-se:

- ▶ Usina Hidrelétrica (UHE) Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (GBM) - em processo de modernização. O projeto de modernização foi iniciado em 2010 e tem previsão de término em 2022. A modernização das unidades geradoras 01, 02 e 04 foi concluída e em setembro de 2020 foi iniciada a modernização da unidade geradora 03, que deve durar cerca de um ano.
- ▶ Usina Termelétrica (UTE) Figueira - a modernização visa aumentar sua eficiência e atender a legislação vigente, reduzir a emissão de gases e partículas resultantes da queima do carvão e atender a legislação ambiental. Em 2020, foi necessária a rescisão contratual com a empreiteira e realizado o processo licitatório para celebrar novo contrato com o objetivo de finalizar a obra em 2021.
- ▶ Em 2020, realizou-se a manutenção das certificações dos sistemas de gestão da Qualidade (ISO 9001), Ambiental (ISO 14001) e de Saúde e Segurança no Trabalho - SST (OHSAS 18001). Busca-se

a ampliação da quantidade de usinas certificadas na norma ISO 14.001 e a migração do sistema de gestão de SST para a norma de referência ISO 45001.

2.1.1.2 Expansão da Geração de Energia

- ▶ Usina Hidrelétrica Colíder - em março de 2019, entrou em operação comercial a 1ª unidade geradora, e em dezembro de 2019 entrou em operação comercial a 3ª e última unidade geradora, totalizando 300 MW de capacidade instalada. A COPELGeT conquistou a concessão para implantação e exploração da usina por 35 anos no leilão de energia realizado pela ANEEL em 30/07/2010.
- ▶ Pequena Central Hidrelétrica Bela Vista - Empreendimento da Bela Vista Geração de Energia S.A., subsidiária da COPEL Geração e Transmissão S.A., teve as obras iniciadas em junho de 2019 e terá investimento da ordem de R\$ 217,0 milhões. A PCH Bela Vista está sendo instalada no rio Chopim, entre os municípios de Verê e São João, no sudoeste paranaense. A entrada em operação está prevista para o primeiro semestre de 2021 e quando estiver pronta, Bela Vista terá potência instalada de 29,81 MW.

2.1.1.3 Participação em Leilões de Energia Nova

Em razão da pandemia e de seus impactos no setor elétrico, os leilões energia nova de 2020 foram postergados, pela Portaria n.o 134 de 28 de março de 2020 do MME, por tempo indeterminado. Por esta razão, até a data de elaboração deste relato, não há registro de participação da COPEL em leilão de energia nova.

2.1.1.4 Outras Fontes de Energia Renovável

A COPEL, em consonância com o planejamento estratégico corporativo, tem o propósito de conquistar protagonismo na matriz energética brasileira com a geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas renováveis. Para isso estão em operação parques com capacidade instalada total de 593,0 MW, sendo 183,6 MW referentes ao Complexo Brisa Potiguar; 94,0 MW referentes ao Complexo São Bento; 2,5 MW da Usina Eólica de Palmas; 180,6 MW do Complexo Cutia e 132,3 MW do Complexo Bento Miguel.

Adicionalmente, a COPEL possui 52,92 MW referentes a participações societárias de 49,0% no Complexo de Parques Eólicos de São Miguel do Gostoso I, no Estado do Rio Grande do Norte.

A COPEL GeT, em consórcio com a subsidiária Cutia Empreendimentos Eólicos, participou do leilão A-6 realizado em outubro de 2019, tendo vendido 14,4 MW médios do Complexo Eólico Jandaíra ao preço de R\$ 98,00/MWh, com prazo de suprimentos de 20 anos. O montante de energia vendida representa 30,0% da garantia física, sendo que o restante da energia foi comercializado por meio de contratos no ambiente livre.

Com um investimento estimado em R\$ 411,0 milhões, o Complexo Eólico, que terá 90,09 MW de potência instalada e garantia física de 47,6 MW, será construído nos municípios de Jandaíra e Pedra Preta, no Estado do Rio Grande do Norte.

As obras encontram-se com mais de 30,0% de avanço físico, onde as principais atividades desenvolvidas são os licenciamentos ambientais e projetos. A execução das obras tem início previsto em dezembro de 2020 e sua operação comercial está prevista para julho de 2022.

2.1.2 Transmissão de Energia Elétrica

2.1.2.1 Novos Empreendimentos

Em continuidade aos empreendimentos de transmissão previstos no Contrato de Concessão 06/2016-ANEEL, tem-se a Linha de Transmissão 525 kV Curitiba Leste - Blumenau, em circuito simples com aproximadamente 142 km, com origem na Subestação Curitiba Leste, no município de São José dos Pinhais e término na Subestação Blumenau no Estado de Santa Catarina. O prazo contratual previsto para a entrada em operação comercial do empreendimento é 04/03/2021, entretanto as equipes envolvidas sinalizam um ritmo acelerado das obras, indicando uma possibilidade real de antecipação, para entrada em operação em dezembro/2020.

Os empreendimentos de transmissão vinculados a esse contrato de concessão que entraram em operação comercial, no ano de 2019, proporcionaram um incremento da Receita Anual Permitida (RAP) de aproximadamente R\$ 70,0 milhões. Em conjunto, os empreendimentos do Contrato de Concessão 06/2016-ANEEL totalizam mais de R\$ 560,0 milhões em investimentos e quando da conclusão final das obras, com a entrada da LT 525 kV Curitiba Leste - Blumenau, totalizará uma receita para COPEL, na ordem de R\$ 115,0 milhões, de acordo com a Resolução Homologatória ANEEL n.o 2725/2020 para o ciclo 2020/2021.

Resoluções Autorizativas - além das obras conquistadas nos leilões promovidos pela ANEEL, a COPEL GeT tem as obras provenientes das resoluções autorizativas, com o objetivo de ampliar e melhorar as instalações existentes. São elas:

- ▶ Resolução Autorizativa n.o 5.711/2016 - implantação, na subestação 230 kV Figueira - do 1º banco de capacitores 138kV - 15 Mvar, com investimento de R\$ 4,8 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 800,0 mil, que entrou em operação comercial em 27/09/2020.
- ▶ Resolução Autorizativa n.o 5.834/2016 - implantação, na subestação 230 kV Apucarana - do banco de capacitores 138 kV - 30 Mvar, com investimento de cerca de R\$ 5,5 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 930,0 mil, que entrou em operação comercial em 20/09/2020.
- ▶ Resolução Autorizativa n.o 7.384/2018, com investimento de cerca de R\$ 111,0 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 15,0 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela ANEEL é o 2º semestre de 2021, das seguintes instalações: a) SE Realeza Sul 230 kV - implantação de reforços em instalações de transmissão - adequação do módulo de

infraestrutura geral e instalação de novos equipamentos no pátio de 230 kV da subestação; b) SE São Mateus do Sul 230 kV - implantação de reforços em instalações de transmissão - adequação do módulo de infraestrutura geral e substituição de equipamentos no pátio de 230 kV da subestação; c) SE Pato Branco 230 kV - implantação de reforços em instalações de transmissão - adequação do módulo de infraestrutura geral e substituição de equipamentos no pátio de 230 kV da subestação; d) SE Ponta Grossa Sul 230 kV - implantação de reforços em instalações de transmissão - adequação do módulo de infraestrutura geral, instalação e substituição de novos equipamentos no pátio de 230 kV da subestação; e) LT 230 kV Londrina (CGT Eletrosul) - Ibiporã C1 e C2 - implantação de reforços em instalações de transmissão - recapacitação de longa duração de 570 A para 879 A; e f) SE Ibiporã 230 kV - implantação de reforços em instalações de transmissão - adequação dos módulos de conexão de entradas de linha associados à recapacitação da LT 230 kV Londrina (CGT Eletrosul) - Ibiporã C1 e C2, no pátio de 230 kV da subestação.

- ▶ Resolução Autorizativa n.o 7.515/2018, com investimento de cerca de R\$ 70,0 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 9,5 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela ANEEL é o 2º semestre de 2021, das seguintes implantações: a) SE Cascavel 230 kV - implantação de reforços em instalações de transmissão - adequação de módulo de conexão de transformador e instalação de novos equipamentos no pátio de 230 kV da subestação; b) SE Ponta Grossa Norte 230 kV - implantação de reforços em instalações de transmissão - adequação de módulo de conexão de transformador e substituição de equipamentos no pátio de 230 kV da subestação; c) SE Umbará 230 kV - implantação de reforços em instalações de transmissão - adequação de módulo de conexão de transformador e substituição de equipamentos no pátio de 230 kV da subestação; d) SE Maringá 230 kV - implantação de reforços em instalações de transmissão - adequação de módulo de conexão de transformador e substituição de equipamentos no pátio de 230 kV da subestação; e) SE Uberaba 230 kV - implantação de reforços em instalações de transmissão - adequação dos módulos de conexão de transformador e substituição de equipamentos no pátio de 230 kV da subestação.
- ▶ Resolução Autorizativa n.o 8.543/2020, com investimento de cerca de R\$ 33,0 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 4,3 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela ANEEL é o 1º semestre de 2023, das seguintes recapacitações de linhas de transmissão: a) recapacitação de 29 km da LT 230kV Bateias -Pilarzinho de 610/870 A para 861/990 A, para condição de operação normal e em emergência, respectivamente, envolvendo a troca de cabos condutores e de 16 torres; b) recapacitação de 28 km da LT 230 kV Pilarzinho - Santa Mônica de 693A para 861/990 A, para condição de operação normal e em emergência, respectivamente, envolvendo a troca de cabos condutores e de 61 torres.
- ▶ Resolução Autorizativa n.o 9.219/2020, com investimento de cerca de R\$ 39,0 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 6,0 milhões, a partir da entrada em operação comercial,

cujo prazo previsto pela ANEEL é o 1º semestre de 2024, das seguintes implantações: a) substituição do transformador ATF-A trifásico 230/138 kV, de 150 MVA por uma unidade de 225 MVA (novo) e Instalação do 3º ATF 230/138 kV 225 MVA(novo).e b) demais adequações nas conexões de manobras nos setores 138 e 230 kV.

2.1.3 Regularização Fundiária

- ▶ Reassentamentos Usina Hidrelétrica Governador José Richa - o processo de regularização das fazendas dos reassentamentos decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica Governador José Richa, continua em andamento. O trabalho, realizado em 2019, permitiu que neste ano fossem entregues 252 matrículas às famílias reassentadas na Fazenda Flamapec. Além destes casos, também foram transferidos alguns lotes localizados em outras Fazendas, num total de 692 matrículas transferidas até novembro. Em 2019, tiveram sequência os processos nas Fazendas Varguinhas, Três Barras, Liasi e Agroibema, sendo que as duas primeiras estão em fase final de regularização. PCH Bela Vista - para implantação da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Bela Vista, localizada entre os municípios de São João e Verê, sudoeste do Estado do Paraná, foram realizadas as atividades que permitiram a desapropriação de 58 propriedades rurais, para a formação do reservatório e 77 casos de negociação para instituição de servidão de passagem da Linha de Transmissão 138 kV Bela Vista x Dois Vizinhos.
- ▶ Parques Eólicos Jandaíra I, II, III e IV - atuação na gestão de contratos de arrendamento e na instituição de servidão de passagem, que irão propiciar a implantação dos quatro Parques Eólicos, no município de Jandaíra e Pedra Preta, bem como da Linha de Transmissão 138 kV Jandaíra x João Câmara III, no Rio Grande do Norte.
- ▶ Linha de Transmissão 525 kV BLUxCTL - realização dos trabalhos de liberação de faixa para execução das obras de implantação da Linha de Transmissão 525 kV Blumenau x Curitiba Leste e instituição de servidão de passagem em 507 propriedades, distribuídas entre o Paraná e Santa Catarina.

2.1.4 Distribuição de Energia Elétrica

O incremento de ligações observado no ano de 2020 (acumulado até setembro) é de 84.650 consumidores, com influência principal da classe residencial. Caso esta tendência se mantenha, estima-se que ao término do ano serão faturados 4,8 mil consumidores, número 2,4% superior ao verificado em 2019.

2.1.4.1 Ações Relevantes da Distribuidora

O Estado do Paraná e a COPEL têm no agronegócio e no pioneirismo tecnológico, um histórico virtuoso, comprovado em vários casos de sucesso, desde a eletrificação rural na década de 80 até a universalização do atendimento atingida em 2012. Neste caminho, foi lançado em 2019 pelo

Governador do Estado do Paraná, o Programa Paraná Trifásico, que visa construir 25.000 km de redes trifásicas nos entroncamentos das áreas rurais da rede da COPEL até 2025, abrangendo toda a área de concessão da Companhia com um orçamento de R\$ 2,1 bilhões. Para 2020, mais de 2.500 km de redes trifásicas nas áreas rurais com cabos protegidos e redundância serão realizados. Em 2021, serão mais 3.000 km de redes construídas.

Em 2019, a COPEL DIS lançou o projeto ADMS, acrônimo do inglês para Sistema Avançado de Gerenciamento de Distribuição, um sistema exclusivo de redes inteligentes de energia. Trata-se de um projeto de tecnologia de ponta em gestão de redes de energia, que proporcionará um passo fundamental para a entrada definitiva da Companhia na era digital, promovendo uma transformação na forma como a empresa opera seus ativos, vinculado ao futuro das redes inteligentes e geração distribuída. O projeto tem previsão de conclusão em 2022, e investimentos na ordem de R\$ 45,0 milhões.

Com o projeto Rede Elétrica Inteligente, a COPEL iniciou a implantação da rede de distribuição mais moderna do Brasil. Nesta primeira fase, já contratada, prevista para ser concluída em 2022, serão investidos R\$ 252,0 milhões nas regiões Centro-Sul, Sudoeste, atendendo 462 mil consumidores. É uma tecnologia composta por medidores inteligentes, sistemas de comunicação de última geração e sistema de gerenciamento, que possibilita a implementação de muitas facilidades para a Companhia e seus consumidores.

O Projeto Confiabilidade Total foi criado com o intuito de modernizar o sistema de distribuição de energia da COPEL, tornando o sistema elétrico mais robusto e seguro, melhorando a qualidade do fornecimento da energia elétrica e as informações presentes no Centro de Operação da Distribuição para tomadas de decisão. O Projeto, com duração de três anos e orçamento de R\$ 300,0 milhões, prevê o reforço dos sistemas de distribuição e de telecomunicação da empresa, implantação de novas subestações, redundância nos circuitos de alimentação, automatização de equipamentos e melhoria dos circuitos com grande concentração de consumidores.

2.1.4.2 Ações relevantes de Relacionamento com o cliente

O Caminho do Cliente foi pensado e planejado para promover rapidez e eficácia no atendimento. Neste conceito, o cliente é encaminhado prioritariamente a ambientes onde o processo é automatizado, por meio do autoatendimento em totens, que executam diversos serviços sem necessidade de um atendente presencial. O autoatendimento tem proporcionado uma redução de 45,0% dos atendimentos realizados presencialmente.

Implantação e investimentos no atendimento telefônico na Unidade Resposta Automática (URA) que, associada a uma excelente qualidade de cadastro, identifica e supõem quais são as necessidades de atendimento, retendo aproximadamente 65,0% das ligações. Bem como, ampliação do atendimento pelos canais virtuais (*e-mail*, *site*, etc) que em 2020 receberam uma demanda de aproximadamente 219,0% superior em relação a 2019, passando de 220.000 para 703.000

atendimentos. Destaca-se principalmente o movimento de migração para o trabalho em *home office* devido à pandemia da COVID-19 em que mais de 60,0% dos teleatendentes e 100,0% da equipe do atendimento presencial continuaram prestando serviços ao cliente da COPEL com qualidade ímpar, tendo em vista a necessidade de fechar todas as lojas do atendimento presencial.

Em 2020, registrou-se um aumento das ligações na área de atendimento passando de aproximadamente 797.000 para 1.050.000. Neste contexto, a capacidade técnica da COPEL em migrar o atendimento para as residências dos empregados propiciou manter a liderança na qualidade do atendimento entre as concessionárias com valores elevados e estáveis do Índice de Nível de Serviço (INS), indicador técnico medido pela ANEEL. Destaca-se desta forma a preocupação em manter o respeito e comprometimento junto à população do Estado do Paraná.

2.1.5 Comercialização de Energia Elétrica

No ano de 2020 o volume de energia comercializada pela COPEL Comercialização no mercado livre de energia aumentou significativamente. Foram comercializados em torno de 1.300 MW médios, o que levou a empresa a subir sete posições no *ranking* de volume de energia comercializada no mercado livre por empresas do mesmo segmento, passando do 11º lugar para o 4º lugar no *ranking* das comercializadoras de acordo com os dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Destaque neste ano foi o reposicionamento da marca de COPEL Energia para COPEL Mercado Livre, com a criação da campanha e a divulgação no novo site www.copelmercadolivre.com.

A COPEL Comercialização fornece energia para mais de 800 clientes, em 19 estados, totalizando aproximadamente 4,5% dos consumidores livres e especiais do Brasil. Deste total de clientes, 72,0% estão localizados fora do Estado do Paraná. Dentre os clientes livres do Paraná, 14,0% são clientes da COPEL Comercialização.

2.2 DESTAQUES

A previsão atual do programa de investimentos da COPEL Geração e Transmissão S.A para 2020 é de R\$ 630,7 milhões. A realização nos primeiros seis meses de 2020, considerando suas subsidiárias integrais e as Sociedades de Propósito Específico (SPEs), foi na ordem de R\$ 292,0 milhões: R\$ 286,8 milhões foram aplicados em projetos de geração e transmissão de energia e R\$ 5,2 milhões em demais projetos. Dos R\$ 286,8 milhões investidos no segmento de geração e transmissão, R\$ 75,1 milhões foram destinados às subestações e linhas de transmissão que estão em construção no Paraná e outros Estados, R\$ 13,8 milhões na modernização e melhoramentos de usinas, subestações e linhas de transmissão, R\$ 12,5 milhões na UHE Baixo Iguaçu e R\$ 9,9 milhões na UHE Colíder. Para as SPE de geração eólica de energia foram R\$ 59,7 milhões, sendo R\$ 39,9 milhões no Complexo Jandaíra, R\$ 18,3 milhões no Complexo São Bento e R\$ 1,5 milhão no Complexo Cutia. Nas demais SPE foram R\$

65,4 milhões, sendo R\$ 60,0 milhões na PCH Bela Vista, R\$ 3,9 milhões na FDA Energia e R\$ 1,5 milhão nos demais empreendimentos. Nas participações da COPEL GeT foram R\$ 50,4 milhões, sendo R\$ 25,4 milhões da SPE Mata de Santa Genebra e R\$ 25,0 na SPE Caiuá.

2.2.1 Governança Corporativa e Sustentabilidade Empresarial

O modelo de Governança Corporativa da COPEL baseia-se nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa, seguindo as melhores práticas do mercado e tem como referência o Código de Melhores Práticas de Governança do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), buscando os melhores resultados para as partes interessadas.

Com base nesses princípios, a Política de Governança da COPEL estabelece o padrão e as melhores práticas a serem adotadas pela Companhia. E para que seja permanentemente conduzida por princípios éticos, é regida por Código de Conduta desenvolvido em consonância com os seus valores, os Princípios do Pacto Global e os Princípios de Governança Corporativa.

2.2.1.1 Principais Melhorias em Governança Corporativa

A COPEL tem como prática o aprimoramento constante do seu Sistema de Governança que vai além do atendimento às exigências legais, aos regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ao Regulamento dos Emissores da B3 e às práticas impostas pela legislação norte-americana para empresas listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Em 2020, foram feitas melhorias com o intuito de estabelecer alinhamento ao seu referencial estratégico, às boas práticas de governança corporativa e gerar valor compartilhado às partes interessadas. Essa orientação está vinculada às diretrizes do Conselho de Administração e aos objetivos estratégicos: Ser referência em sustentabilidade empresarial, ambiental, governança, gestão de riscos e *compliance*.

Dentre as melhorias implementadas, destacamos:

- ▶ Foi a primeira estatal a atingir a pontuação máxima no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3.
- ▶ Selo Pró-Ética - foi certificada com o selo que é o reconhecimento concedido pela Controladoria-Geral da União (CGU), às empresas que primam pela integridade corporativa.
- ▶ Reestruturação dos órgãos de governança societária da COPEL (*Holding*) e das subsidiárias integrais.
- ▶ Implantação da Política de Avaliação Anual de Desempenho dos Órgãos Estatutários.
- ▶ Criação do Programa embaixadores de *Compliance* e da Política de Doações e Contribuições Voluntária.
- ▶ Revisão do Estatuto Social das subsidiárias integrais da COPEL.
- ▶ Publicação da Carta Anual de Políticas Públicas e do Informe de Governança Corporativa.

- ▶ Revisão do Programa de Integridade.
- ▶ Revisão da Política de Gestão Integrada de Riscos Corporativos; Política de Transação com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses; Política de Tecnologia da Informação; Política de Segurança da Informação.
- ▶ Revisão das estruturas de Governança Societária da COPEL (*Holding*) e das subsidiárias integrais.

A COPEL se mantém como a única empresa a obter a pontuação máxima (60 pontos) no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3, atendendo todas as medidas estabelecidas. A Companhia foi a única a inserir no Código de Ética da Alta Administração Pública Estadual as exigências do Programa.

2.2.1.2 Sustentabilidade Empresarial e Gestão Socioambiental

Reforçando o compromisso com o Pacto Global, em 2016, a COPEL aderiu à Agenda 2030, proposta pela ONU, comprometendo-se a contribuir com a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Foram realizadas análises de impacto e oportunidade para os setores nos quais a COPEL possui negócios, e o mapeamento dos desafios a serem enfrentados pela sociedade brasileira. Dentre os temas que serão trabalhados na COPEL estão a priorização de ações para a geração de energia renovável e universalização/eficiência energética (ODS 7 - Energia Limpa e Acessível) e investimento em inovação tecnológica (ODS9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura). Os demais ODS prioritários para a COPEL são: ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico; ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis; ODS 13 - Ação contra a Mudança Global do Clima.

A Companhia adota as melhores práticas de mercado para:

- ▶ Direcionar e avaliar o desempenho, e comparar as práticas com as referências mundiais e nacionais: Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 - ISE, Indicadores Ethos para Modelos de Negócios Sustentáveis e Responsáveis, e demais avaliações e classificações relacionadas à ASG (Ambiental, Social e Governança).
- ▶ Reportar o desempenho empresarial e engajar os públicos - Cumprindo a Lei 13.303/2016, realizando a Comunicação de Progresso do Pacto Global, e seguindo as melhores práticas do mercado, a COPEL publica relatório anual sobre o desempenho relacionado a aspectos econômicos, sociais, ambientais e de governança (Relato Integrado COPEL). Este relatório segue as diretrizes internacionais da *Global Reporting Initiative (GRI) modelo Standards*, e do *International Integrated Reporting Initiative (IIRC)*, e é submetido à asseguarção independente, para garantir a confiabilidade das informações divulgadas. Este ano, o processo de asseguarção foi realizado pela auditoria independente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, que também realiza a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Outras divulgações de desempenho são realizadas por meio do *Carbon Disclosure Project (CDP)*, do *Global Greenhouse Gas Protocol (GHG)*, e pela Revista COPEL & Sustentabilidade.

Entre os resultados alcançados destacam-se:

- ▶ Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) - é uma ferramenta para análise comparativa da *performance* das empresas listadas na B3 sob o aspecto da sustentabilidade corporativa.
- ▶ Permanência na carteira do *FTSE 4GOOD Emerging Index* - a série *FTSE4Good* é uma ferramenta para investidores criada com o intuito de reconhecer as empresas que possuam boas práticas relacionadas a aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG).
- ▶ Criação da Política de Direitos Humanos.
- ▶ Eletricidadania, programa corporativo de voluntariado, teve até o mês de setembro de 2020, 74 registros de participação de empregados nas ações de voluntariado, totalizando 859 horas.
- ▶ Programa Cultivar Energia - Programa Corporativo que consiste na viabilização de hortas comunitárias sob linhas de energia da COPEL em parceria com prefeituras municipais, promovendo a substituição de áreas ociosas e subutilizadas por áreas verdes e produtivas. O programa está alinhado às políticas públicas de agricultura urbana e contribui com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável (metas 2.1 e 2.4); ODS 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles (metas 10.1 e 10.2) e ODS 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (meta 17.17). Conta com três Hortas Comunitárias em funcionamento no município de Maringá (Horta Comunitária Parque Itaipu, Horta Comunitária Vila Esperança e Horta Comunitária Cidade Canção), uma Horta Comunitária em Cascavel (Parque Verde), uma em Ponta Grossa (Costa Rica), e duas novas Hortas Comunitárias em Curitiba, inauguradas em janeiro e agosto de 2020. A mais recente (de agosto), beneficia um dos bairros mais socialmente fragilizados de Curitiba, o CIC, atendendo demanda antiga da comunidade local.
- ▶ Programa Luz Fraterna - mantido em parceria com o Governo do Paraná, o Programa concede isenção total da fatura das unidades consumidoras classificadas como residenciais de baixa renda e com consumo mensal de até 120 kWh. Até agosto, o total de recursos do Estado com o pagamento do programa foi de R\$ 19,3 milhões, com uma média mensal de 157 mil famílias atendidas.
- ▶ Programa Iluminando Gerações - tem por objetivo levar aos alunos e professores das redes municipais de ensino da área de concessão da COPEL, orientações de caráter informativo e preventivo sobre sustentabilidade, uso consciente e seguro da energia elétrica, utilização dos recursos naturais e a destinação correta dos resíduos. Devido à pandemia da COVID-19, as tradicionais palestras nas escolas foram suspensas e substituídas pela produção de uma série de vídeos educativos publicada no canal da COPEL no *YouTube* e compartilhada com escolas públicas municipais do Paraná. Desde a criação dos vídeos em junho de 2020, cerca de 60 escolas receberam o material e mais de 14.500 alunos visualizaram os vídeos. A COPEL organizou eventos *online (lives)*, com o apoio dos Núcleos Regionais de Educação, direcionados aos professores da

rede, para prepará-los para eventuais questionamentos dos alunos, com mais de 800 visualizações registradas até outubro.

- ▶ Cobrança de Valores de Terceiros (CVT) - arrecadação de contribuições via fatura de energia para entidades filantrópicas contratantes junto à COPEL Distribuição, são realizadas por meio do CVT. Até setembro, estão cadastradas 180 instituições filantrópicas, com 276 mil doações e R\$ 3,5 milhões de arrecadação média mensal.
- ▶ Comunidades indígenas - para garantir acesso à energia por comunidades indígenas, a COPEL desenvolveu projetos que abrangem novas ligações, promoção do uso eficiente da eletricidade e instalação de painéis fotovoltaicos. Até setembro, 1.087 unidades consumidoras estavam inscritas na Tarifa Social de Energia Elétrica - Baixa Renda.
- ▶ Programa de Gestão Corporativa de Mudanças Climáticas - tem por objetivo definir o posicionamento da COPEL frente ao tema. Em 2020, realizou: a) acompanhamento das metas e compromissos, válidos até 2022, que contribuirão para reduzir as emissões de GEE e irão preparar a companhia para enfrentar a mudança do clima; b) avanços no desempenho da Gestão das Emissões de gases do efeito estufa (GEE); c) queda de 89,0% na emissão de GEE em 2020 na UTE Figueira em decorrência da parada para modernização; d) participação no fórum Paranaense de Mudança do Clima e no fórum Municipal de Mudança do Clima (Curitiba); e e) realização de pesquisas e estudos de modelos de negócios que contribuirão para a redução de emissões no setor elétrico.

2.2.2 Gestão Empresarial

2.2.2.1 Projeto Maximização de Valor da COPEL

O projeto Maximização de Valor da COPEL tem por objetivo promover o crescimento da companhia com sustentabilidade financeira e eficiência operacional, sendo especialmente relevante no cenário em que a COPEL está inserida: um mercado competitivo, com atuação majoritária de empresas privadas.

A primeira fase dos trabalhos, realizada entre fevereiro e agosto de 2020, contou com o auxílio e expertise da consultoria *Boston Consulting Group*, e consistiu no levantamento de dados, identificação de melhorias nos processos, comparação com *benchmarks* e recomendações de atuação para as seguintes frentes de atuação:

- ▶ Eficiência GeT e *Holding* - buscou soluções que ajudam a Companhia a fazer mais com menos e aumentar a produtividade em seus processos.
- ▶ Alocação de capital - identificou os projetos mais rentáveis e eficientes para alocar recursos.
- ▶ Serviços não regulados - buscou inovação para avaliar o mercado e as possibilidades de serviços e projetos que a COPEL pode explorar.

- ▶ A segunda etapa do projeto, que está em andamento, visa colocar em prática mais de 200 iniciativas recomendadas na primeira fase dos trabalhos, com ganhos estimados na ordem de R\$ 387 milhões até 2025.

2.2.2.2 Tecnologia da Informação

No âmbito da tecnologia da informação as principais realizações foram:

- ▶ Ampliação da solução para Gestão da frota *Web* e para Controle de Participação Societária.
- ▶ Implantação de projeto *Chatbot* para atendimento aos usuários COPEL, LUC10 com integração direta com base de conhecimento utilizando inteligência artificial (*Mr. Touring*).
- ▶ Implantação de solução para cadastro e priorização de iniciativa para Gestão de Portfólio de TI; para Gestão de Empregados Terceirizados (SG3); para Consulta Informação Gráficas Contratos em Andamento (COM); e para Gestão de Documentos Fiscais dos Contratos da COPEL (DFC).
- ▶ Implantação (*Rollout*) do Sistema ERP-SAP nas empresas transmissoras de energia Uirapuru, Costa Oeste e Marumbi.
- ▶ Implantação de solução para Gestão Jurídica (PROJURIS); para Armazenamento de Grandes Quantidades de Documentos (*Content Server*); para Gestão de Materiais (DMED); e para Automação da Distribuição de Serviços Prediais.
- ▶ Módulo de conferência de Informações de Contabilidade Gerencial (ICO).
- ▶ Implantação de solução para Análise de Compra e Venda de Energia para a Comercializadora (BIE - BI COPEL Energia).
- ▶ Ampliação do *Chatbot* de atendimento no *Facebook Messenger* por linguagem transacional - COPEL Telecomunicações.
- ▶ Sistema de atendimento com abertura e encaminhamento automatizados dos *Tickets* da COPEL Telecomunicações
- ▶ Implantação de provisionamento para Automação de Serviços de Banda Larga.
- ▶ COPEL *Mobile* (Telecom): pagamento via cartão de crédito e *Analytics*.
- ▶ Processo de identificação do cliente via portal de vendas da COPEL Telecomunicações.
- ▶ Implantação do novo *Storage All Flash*.
- ▶ Atualização tecnológica de informática para usuários final.
- ▶ Implantação de um Plano de Recuperação de Desastre de *Datacenter*.
- ▶ Implantação e migração dos bancos de dados Oracle para o ExaCC.
- ▶ Implantação de rede *Wi-Fi* interna protegida e segura.
- ▶ Implantação de VPN para atendimento aos empregados em *home office* devido a pandemia da COVID-19.
- ▶ Atualização da aplicação SAP *Solution Manager* em SAP-HANNA.
- ▶ Implantação e expansão do ambiente colaborativo - Office 365, que garantiu produtividade das equipes principalmente durante o período de pandemia da COVID-19.

- ▶ Contratação de solução para atendimento às funções de gestão de pessoas, *SuccessFactor*;
- ▶ Contratação de solução RPA (*Robotic Process Automation*) e implantação do centro de excelência em RPA visando automatização de processos da COPEL.
- ▶ Automação dos processos - Gerenciamento de Licenciamento Ambiental; Gerenciamento da Elaboração de Documentos Empresariais; Prover Desenvolvimento Organizacional - Documentos Normativos; Expandir Negócios - Leilões.
- ▶ Implantação de solução de gestão empresarial (ERP SAP) para a empresa FDA Geração de Energia Elétrica S.A.
- ▶ Contratação e implantação de solução para Automação do Lançamento de Notas Fiscais de Serviços (*Inbound NFS-e*).
- ▶ Atualização do processo de Arquitetura e Desenvolvimento Seguro DevSecOps.
- ▶ Contratação e execução de testes de intrusão - *PENTEST*.
- ▶ Contratação e implantação de solução para gestão de incidentes de segurança - *Security Operation Center (SOC)*.
- ▶ Modernização dos sistemas responsáveis pela aquisição de dados hidráulico-operativos das usinas hidrelétricas da COPEL e de terceiros, dados da rede hidrológica telemétrica mantida pela COPEL GeT e envio de dados hidrológicos e hidráulicos operativos dos reservatórios para Órgãos e empresas interessadas.
- ▶ Implantação de aplicativo móvel para auxiliar na inspeção de linhas de transmissão (ISP) integrado ao sistema de Manutenção de Ativos de Transmissão (GMT).
- ▶ Adequações nos sistemas da transmissão para atendimento à Nota Técnica n.o 82/2019- SRT-SFE-SGI/ANEEL para estabelecimento da Base de Informações das Instalações de Transmissão (BDI).
- ▶ Projeto Indicadores de Operação e Manutenção (IOM) da GeT com a disponibilização de os dados dos sistemas de Manutenção da Geração e Transmissão (GMT e GMG) para serem trabalhados no *Power BI* desenvolvido pela área de negócio.
- ▶ Projeto MPS - novo *WebGeo* da Geração e Transmissão - desenvolvimento de solução corporativa para a consulta, visualização e análise dos dados geoespaciais da GeT, tanto em ambiente *web*, como em dispositivos móveis.
- ▶ Conclusão do projeto de Digitalização de Processos de Operação e Manutenção da Geração e Transmissão, estabelecendo as diretrizes e estratégias tecnológicas para modernização dos sistemas destes processos.
- ▶ Projeto ADMS - proporcionará um passo fundamental para a entrada definitiva da Companhia na era digital das redes inteligentes.
- ▶ Projeto de Rede Elétrica Inteligente - consiste em investimentos em tecnologia composta por medidores inteligentes e sistemas de comunicação de última geração.

- ▶ Projeto Confiabilidade Total - criado com o intuito de modernizar o sistema de distribuição de energia da COPEL, tornando o sistema elétrico mais robusto e seguro, com o reforço dos sistemas de distribuição e de telecomunicação da empresa, implantação de novas subestações, redundância nos circuitos de alimentação, automatização de equipamentos e melhoria dos circuitos com grande concentração de consumidores.

2.2.2.3 Gestão de Gente

A COPEL conta com 7.006 empregados próprios no seu quadro de pessoal. Ao longo do ano, foram desligados 88 empregados e não houve admissões. Além do quadro próprio, no Programa de Estágios tem-se 226 estagiários contratados, sendo 102 de nível médio e 124 de nível superior, e 114 aprendizes contratados por meio do Programa Aprendiz Legal (quadro de 30/09).

As principais realizações ocorridas no ano de 2020 foram:

- ▶ Redução e otimização do quadro de pessoal - redução gradativa do quadro de pessoal, por meio da não reposição de empregados desligados, não realização de novo concurso público, e avaliação dos remanejamentos. Em outubro de 2020, a empresa instituiu novo Programa de Demissão Incentivada, com desligamentos previstos com prazo máximo em 15/12/2020.
- ▶ Projeto de Remuneração Variável (Meritocracia) e Gestão de Pessoas com base em Competências - em 2020, foi implantado o Prêmio por Desempenho (PPD), que consiste num modelo de remuneração variável e tem o intuito de reconhecer os resultados alcançados pelos empregados.
- ▶ Adequação da forma de trabalho e cuidados frente à pandemia da COVID-19 - cerca de 4.000 empregados estão em *home office* desde o início da pandemia. Os demais, que atuam em áreas consideradas essenciais, tiveram adaptação de horários e escalas, a fim de que pudessem continuar prestando suas atividades na empresa e em campo.
- ▶ Dia da Família - encontro anual, onde os familiares dos empregados da COPEL visitam as unidades da Empresa. Em 2020, o Dia da Família ocorreu no formato *online* e, com o tema A solidariedade é o nosso abraço, e arrecadou quase 700 cestas básicas.
- ▶ Pesquisa de Clima *Great Place To Work Institute (GPTW)* - o *GPTW* é um instituto fundado nos EUA, com abrangência nacional e internacional, que realiza pesquisas de satisfação dos funcionários em relação ao ambiente de trabalho. Em 2020, a Companhia celebrou a conquista de dois marcos históricos: a participação de 87,0% dos empregados na pesquisa e a certificação recebida pela *GPTW*, reconhecendo a COPEL com uma das empresas melhores avaliadas pelos seus empregados.
- ▶ Educação Corporativa - com o apoio de consultoria, a COPEL está remodelando sua Universidade Corporativa, de forma a estruturar o tema educação corporativa a partir de pilares chamados de escolas de desenvolvimento. A proposta em construção tem previsão de implantação em 2021.
- ▶ Trilhas de Aprendizagem - as trilhas consistem em um conjunto de informações que combinam diferentes possibilidades de aprendizagem e oferecem caminhos alternativos e flexíveis para o

aprimoramento pessoal e profissional. Em 2020, foi criado pela Companhia um Portal de Trilhas, onde serão divulgadas as trilhas desenvolvidas.

- ▶ Programa de Desenvolvimento de Conselheiros e Administradores (PDCA COPEL) - programa focado no desenvolvimento das funções executivas da empresa, compreendendo diretorias, membros de conselhos e comitês da COPEL e controladas. Os temas são oriundos da avaliação de desempenho, aspectos legais e outros temas identificados como relevantes para esse público.

Adicionalmente, está sendo estendido aos empregados que são potenciais sucessores das funções executivas um curso de Aprimoramento em Governança para Administradores e Conselheiros Fiscais de Estatais e Sociedades de Economia Mista, de 40 horas, com o objetivo de capacitar pessoas para essas funções críticas, tornando-as aptas a assumirem funções nos conselhos e comitês.

2.2.2.4 Centro de Serviços Compartilhados (CSC)

Implantado em junho de 2019, tem por objetivo prover soluções aos processos de apoio aos negócios mediante prestação de serviços eficiente, ágil, com tecnologias inovadoras, seguindo os princípios de *compliance* e visando a redução dos custos operacionais.

Até outubro de 2020, suas principais realizações foram:

- ▶ Adequação das edificações da COPEL à acessibilidade, em atendimento à Norma Técnica de Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos (NBR 9050:2015), com realização de 85,0% do projeto. As adequações contemplam todas as regionais no Paraná.
- ▶ Digitalização parcial do acervo documental físico - com redução de 17,0% do volume documental da Companhia desde o início do ano.
- ▶ Locação de veículos - visando a redução da frota própria da COPEL, sendo que, até outubro de 2020, tem-se 55,0% da frota de veículos locados, possibilitando ganhos de disponibilidade e custo evitado.
- ▶ Implantação de processos automatizados de lançamento de notas fiscais de serviço (*Inbound*) - a tecnologia *Machine Learning*, integrada ao SAP, possibilita a redução de esforço de pessoal no processo.
- ▶ *Software* de Gestão de Demandas - no qual está sendo unificada a entrada de chamados para o Centro de Serviços Compartilhados, trazendo padronização e a possibilidade de automação de várias atividades.

2.2.3 Resultados Econômico-financeiros

De janeiro a junho00, a receita operacional bruta da COPEL foi de R\$ 12.108,00 milhões, montante 0,9% superior ao mesmo período do ano anterior. A participação do ICMS nessa receita foi de R\$ 2.212,0 milhões, com variação negativa de 3,95%, representando uma redução de R\$ 91,0 milhões. Entre janeiro e junho, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização atingiu R\$ 2.946,6

milhões, montante 44,5 % superior ao apresentado no mesmo período do ano anterior (R\$ 2.039,2 milhões).

O lucro líquido da COPEL totalizou R\$ 2.105,9 milhões nos seis primeiros meses de 2020, montante 146,9% superior aos R\$ 852,9 milhões apurados no primeiro semestre de 2019. O programa de investimentos realizado nos primeiros seis meses de 2020, considerando suas subsidiárias integrais e as SPEs, foi de R\$ 791,3 milhões, dos quais R\$ 253,0 milhões foram aplicados em projetos de geração e transmissão de energia, R\$ 506,3 milhões em obras de distribuição e R\$ 32,0 milhões em telecomunicações.

Quanto ao desempenho das ações da COPEL, de janeiro a junho de 2020, as ações ordinárias nominativas (ON) e as ações preferenciais nominativas classe B (PNB) estiveram presentes em 100,0% dos pregões da B3. As ações ON fecharam o período cotadas a R\$ 60,44, com variação negativa de 12,53%, e as ações PNB fecharam a R\$ 60,82, com variação negativa de 11,94%.

Na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), as ações PNB são negociadas no Nível 3 na forma de ADSs, sob o código ELP, as quais estiveram presentes em 100,0% dos pregões, fechando o período cotadas a US\$ 11,36 com variação negativa de 32,94%.

No *Latibex* (Mercado de Valores Latino-Americano em Euros), vinculado à Bolsa de Valores de Madri, as ações PNB da Companhia são negociadas sob o código XCOP, as quais estiveram presentes em 65,0% dos pregões, fechando o período cotadas a € 10,90 com variação negativa de 28,29%.

2.2.4 Reconhecimentos

Em 2020, a COPEL recebeu os seguintes reconhecimentos:

- ▶ Prêmio ANEEL de Ouvidoria, tendo sido eleita a melhor do Brasil.
- ▶ Prêmio Qualidade de Gestão, na categoria Ouro, concedido pela Fundação Ibero-americana de Gestão da Qualidade (FUNDIBEQ).
- ▶ Selo SESI ODS, concedido à Companhia Paranaense de Energia e à COPEL GeT, em reconhecimento às práticas em prol dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- ▶ A COPEL manteve-se na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 em 2020, reflexo da constante preocupação da Companhia com o desenvolvimento da sustentabilidade.
- ▶ Mantém a certificação no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3 desde 2018, e se mantém como a única empresa a obter a pontuação máxima (60 pontos), atendendo todas as medidas estabelecidas. A Companhia foi a única a inserir no Código de Ética da Alta Administração Pública Estadual as exigências do Programa.
- ▶ Certificada, pela 6ª vez consecutiva, com o Selo Clima Paraná, concedido pelo Registro Público de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Governo Estadual. Criado pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos em 2016, o selo certifica as ações de empresas paranaenses no campo das mudanças climáticas..

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ

3 COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR)

A SANEPAR ocupa a segunda posição no ranking das companhias de saneamento do país e é referência nacional em eficiência. Trata 100,0% do esgoto que coleta, sendo que a média de tratamento do país é de 49,1% (SNIS 2019).

No novo Ranking do Saneamento Básico das 100 maiores cidades do Brasil, divulgado pelo Instituto Trata Brasil em 2020, a SANEPAR mantém suas cinco maiores cidades entre as 20 primeiras em saneamento: Maringá (3º lugar); Cascavel (7º); Ponta Grossa (saltando da 17º para 7º); Londrina (13º); Curitiba (17º); sendo que a Capital continua como a melhor capital do País e São José dos Pinhais, em 31º lugar.

Além disso, a Companhia tem seguidamente alcançado altos índices de satisfação do cliente. Em 2019, alcançou 79% de clientes satisfeitos, comprovando a qualidade dos serviços prestados. Este ano, devido principalmente a pandemia, adiou a realização da pesquisa de satisfação para o final de 2020. A modernização das centrais de relacionamento presenciais, a ampliação da estrutura de teleatendimentos, a disponibilização de ferramentas digitais cada vez mais intuitivas, além de empregados capacitados, visam oferecer atendimento ágil, potencializando a satisfação dos clientes.

Em 2020, a Companhia ampliou a escala do empreendimento CS Bioenergia, gerando R\$ 2,5 milhões em créditos de energia.

A estrutura atual da SANEPAR é composta por 165 Estações de Tratamento de Água (ETAs), 1.142 poços, 251 Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), três Aterros Sanitários e quatro Barragens, com ramificações em todo o Estado. Esta estrutura é operada por uma força de trabalho de quase 6.500 empregados qualificados e comprometidos com o saneamento ambiental, além de diversos parceiros.

A SANEPAR é uma empresa brasileira de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná, cabendo a este, determinar as políticas e estratégias operacionais e eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração. Atualmente o Estado é titular direto de 20,03% do total das ações da Companhia e de 60,10% das ações ordinárias.

A Companhia avançou com mais de 95,0% dos investimentos planejados para o ano, apesar da pandemia da COVID-19 ter levado grande parte dos funcionários, principalmente do grupo de risco, a trabalharem remotamente. Outra dificuldade superada foi a escassez de matérias-primas para a construção civil, que a Companhia mitigou com a priorização da utilização dos estoques de materiais, bem como o eventual ajuste nos cronogramas das obras.

A Barragem do Miringuava é um importante empreendimento que ganhou ainda mais relevância com a severa crise hídrica. Os trabalhos de construção foram acelerados em 2020 e a

primeira etapa deve ser concluída no primeiro semestre de 2021. A segunda fase, que contempla a construção de estradas vicinais e os serviços de desmatamento e demolições na área do futuro reservatório, estão em fase de licitação, com previsão de início em março (2021) e de término em dezembro (2021), permitindo o enchimento do reservatório até o final do segundo semestre de 2021. A obra de captação de água no Rio Miringuava trará segurança hídrica para abastecimento de água a 650.000 famílias. Estudos para a construção da 6ª barragem da Região Metropolitana de Curitiba, em Fazenda Rio Grande, revista para ser implantada e operada pela SANEPAR, já iniciaram.

A SANEPAR estima pela equidade entre os diversos públicos na tomada das decisões estratégicas. Para tanto, garante que os assentos nas diversas instâncias sejam compostos, de forma justa, por representantes dos dois segmentos de acionistas - majoritário e minoritário. Itens financeiros e econômicos, incluindo contratos de concessão, são analisados por Comitê Técnico, que assessora a alta liderança. Todas as informações são submetidas à auditoria interna e externa. A Companhia também está atenta aos riscos que podem afetá-la. Por isso, tem como prática constante, a identificação e mitigação de eventuais ameaças aos negócios.

3.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

3.1.1 Inventário de Gases de Efeito Estufa

Há 10 anos a Companhia reporta seu IGEE ao Registro Público do *GHG Protocol*, sendo reconhecido com selo Ouro de confiabilidade do Programa Brasileiro GHG Protocol, coordenado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) nos anos 2010, 2016, 2017 e 2018. Em 2019, o IGEE recebeu o Selo Clima Paraná categoria Ouro da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo.

3.1.2 Plano de Contingência à Pandemia da COVID-19

O Plano é uma iniciativa da Gerência de Gestão de Pessoas (GGPS), criado por meio da Comissão Especial COVID-19, que reúne informações para gerenciamento de riscos e descreve medidas internas a serem adotadas, de forma padrão, pelas áreas envolvidas em situações de contaminação pela COVID-19, priorizando a segurança dos empregados. A SANEPAR atuou constantemente por meio de comunicações internas e informes internos relativos à COVID-19. Foi adotado o *home office* e revezamentos de trabalhos presenciais para evitar aglomerações, testes RT-PCR foram custeados pela SANEPAR para empregados com sintomas ou contato direto com infectado e foram instalados suportes de acrílico nas mesas das Centrais de Relacionamento com clientes.

3.1.3 Política de Proteção de Dados Pessoais

Aprovada em 2019, aguarda regulamentação da Lei Federal n.o 13.709/2018 para início de sua vigência. A Companhia iniciou as adequações necessárias, estabelecendo canais de comunicação passíveis de acesso a titulares interessados e aprovou a Política de Gestão da Segurança da Informação,

com definição para a governança das informações. Com base na avaliação dos processos, foram determinados processos prioritários para relatório de impacto e consequentes planos de ação, mitigando riscos.

3.1.4 Governança Corporativa

A partir da adesão ao Nível 2 de governança da Brasil, Bolsa, Balcão - B3 e da adequação à Lei 13.303/2016, a SANEPAR vem reafirmando seu compromisso com as melhores práticas de governança corporativa.

O Programa está estabelecido em seis pilares: Governança e Ambiente de Gestão, Análise de Riscos e Ambiente de Controle, Instrumentos de Integridade, Comunicação e Treinamento, Gestão da Consequência e Monitoramento. A Companhia avançou em ações para sua implantação e disseminação.

- ▶ Revisão da Política de Gerenciamento de Riscos Estratégicos e Controle Interno - estabelecendo diretrizes sobre controles internos, a fim de definir ações nos processos da Companhia. Com a contratação externa do Canal de Denúncias, garante-se a independência ao tratamento de casos de desvio de conduta, estabelecidos no Código de Conduta e Integridade.
- ▶ Aprovação do Regulamento Disciplinar - para reger a Gestão da Consequência, com ampla divulgação para início de vigência em novembro
- ▶ Revisão da Política de Transações com Partes Relacionada - foi revisada com vistas a ampliar as diretrizes, sendo aplicada em processos licitatórios e contratações diretas.

Os elementos essenciais do Programa de Integridade estão ancorados nos valores da Companhia e espelham o compromisso de conduzir os negócios com ética, transparência, respeito e comprometimento, direcionando para uma conduta íntegra e honesta.

3.1.5 Mercado e Investimentos

O índice de atendimento com água tratada é de 100,0% e a cobertura com coleta de esgoto é de 74,6% da população urbana na área de concessão, com um índice de tratamento de 100,0%, conforme Sistema de Informações da Companhia.

O faturamento é oriundo principalmente das ligações de água do tipo residencial, que representam 90,9% do total de ligações de água existentes, em 30 de junho de 2020. O número de ligações de água, em junho, 1,9% superior ao número de ligações existentes em junho de 2019, representando um incremento de 61.067 ligações de água. O número de ligações de esgoto em junho de 2020 é 3,9% superior ao número de ligações existentes em junho de 2019, representando um acréscimo de 85.286 novas ligações de esgoto.

Os investimentos realizados no 2T20 foram de R\$235,2 milhões (R\$251,3 milhões no 2T19), conforme apresentados a seguir:

INVESTIMENTOS - R\$ MILHÕES	2T20 (1)	2T19 (2)	Var. % (1/2)	6M20 (3)	6M19 (4)	Var. % (3/4)
Água	99,5	113,2	-12,1	201,2	210,6	-4,5
Esgoto	120,7	111,8	8,0	211,0	203,7	3,6
Outros Investimentos	15,0	26,3	-43,0	34,4	49,7	-30,8
Totais	235,2	251,3	-6,4	446,6	464,0	-3,8

3.1.6 Contratos e Concessões

Por meio de contratos de concessão e de programa, a SANEPAR oferece aos municípios serviços de distribuição de água, coleta, tratamento de esgoto e coleta, e destinação de resíduos sólidos. De um total de 346 sedes municipais operadas pela Companhia, aproximadamente 19,1% encontram-se em processo de renovação contratual, por estarem com contratos vencidos, vencendo ou estarem se adequando ao Marco Regulatório do Saneamento da Lei Federal n.o 11.445/2007.

Com a aprovação da Lei Federal n.o 14.026/2020, Novo Marco Regulatório do Saneamento, e o veto ao Art. 16, que possibilitava a renovação dos contratos até 31 de março de 2022, estes processos encontram-se tramitando internamente na Companhia, aguardando a definição de manutenção ou derrubada do veto.

Até a aprovação do Novo Marco, em 15 de julho de 2020, a Companhia formalizou a assinatura de Contratos de Programa por 30 anos com os municípios de Bela Vista do Paraíso, Candói, Douradina e Umarama, totalizando 179 contratos após a Lei Federal n.o 11.445/2007, contando com mais 157 contratos anteriores a esta Lei, sendo 336 contratos vigentes das 346 concessões municipais.

A SANEPAR mantém Contratos para a prestação de serviços de Resíduos Sólidos Urbanos nos municípios de: Cianorte, Apucarana, São Tomé, Terra Boa, Cornélio Procópio, Guaporema e Indianópolis.

3.1.7 Resultados Financeiros

No primeiro semestre de 2020, a SANEPAR obteve um lucro líquido de R\$ 540,4 milhões, superior ao resultado líquido de R\$ 450,1 milhões registrado no mesmo período de 2019.

INDICADORES ECONÔMICOS - R\$ MILHÕES	2T20 (1)	2T19 (2)	Var. % (1/2)	6M20 (3)	6M19 (4)	Var. % (3/4)
Receita Operacional Líquida	1.150,1	1.099,3	4,6%	2.396,2	2.197,9	9,0%
Lucro Operacional	382,7	318,5	20,2%	816,7	688,7	18,6%
Lucro Líquido	284,4	232,6	22,3%	540,4	450,1	20,1%
% Margem Operacional	28,4	23,2	5,2 p.p.	28,4	25,3	3,1 p.p.
% Margem Líquida	24,7	21,2	3,5 p.p.	22,6	20,5	2,1 p.p.
% Rentabilidade do PL médio	4,4	4,0	0,4 p.p.	8,5	7,8	0,7 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA (Acumulado 12 meses)	-	-	-	1,3	1,7	-0,4 p.p.

3.1.8 Resultados Operacionais

ÁGUA*	2T20 (1)	2T19 (2)	Var. % (1/2)	2T18	Var. % (2/3)
Economias atendidas com rede de distribuição	4.037.310	3.956.974	2,0%	3.886.782	1,8%
Nº de estações de tratamento	165	165	0,0%	166	-0,6%
Nº de poços	1.142	1.131	1,0%	1.172	-3,5%
Nº de captações de superfície	232	238	-2,5%	229	3,9%
Km de rede assentada	56.056	54.736	2,4%	53.317	2,7%
Volume Produzido (m³)	390.017.332	387.774.728	0,6%	379.510.532	2,2%
Índice de Perdas			-		
No sistema distribuidor - %	34,68	34,38	0,30 p.p.	34,47	-0,09 p.p.
No faturamento - %	31,90	31,71	0,19 p.p.	31,89	-0,18 p.p.
Evasão de receitas - % (inadimplência)	3,69	1,72	1,97 p.p.	1,51	0,21 p.p.

ESGOTO*	2T20 (1)	2T19 (2)	Var. % (1/2)	6M20 (3)	Var. % (3)
Economias atendidas com rede de coleta	3.058.663	2.940.247	4,0%	2.815.678	4,4%
Nº de estações de tratamento	251	247	1,6%	246	0,4%
Km de rede assentada	37.609	36.402	3,3%	35.453	2,7%
Volume Coletado (m³)	191.396.902	188.974.856	1,3%	181.114.186	4,3%

3.1.9 Tarifa Social

A SANEPAR mantém o benefício da Tarifa Social para famílias de baixa renda, usuárias dos serviços de água e esgoto, com consumo de até 10m³/mês, considerados os valores de R\$ 10,37 para faturamento até 5m³ e de R\$ 0,31/m³ para faturamento de 6 a 10m³. Para o esgotamento sanitário a tarifa é de 50,0% sobre o valor da água.

Alinhada às diretrizes do Governo do Estado no combate à pandemia da COVID-19, a Companhia vem realizando o adiamento do vencimento das contas cadastradas na Tarifa Social por 90 dias; bem como não está efetuando o corte no abastecimento, conforme a Lei Estadual n.o 20.187/2020.

Em setembro, cerca de 190 mil famílias estavam cadastradas no programa resultando em subsídio acumulado de R\$ 91,6 milhões. Estima-se, até dezembro, um subsídio acumulado de R\$ 122,0 milhões. (Considerada a tabela de tarifas vigente conforme Resolução Homologatória n.o 006/2019 - AGEPAR).

3.1.10 Gerenciamento de Riscos

Em 2020, no processo de reestruturação organizacional da Companhia, a Gerência de Governança, Risco e *Compliance* teve seu escopo ampliado com a criação da Diretoria Adjunta de Governança, Risco e *Compliance*, demonstrando o interesse da companhia em fortalecer o sistema de governança com a criação do Programa de Integridade. A reestruturação evidencia o cuidado com a transparência, seriedade e responsabilidade da Companhia no aprimoramento de sua governança.

A matriz de riscos, aprovada até o nível de Conselho de Administração, priorizou seis riscos estratégicos que focam em: redução da receita, não renovação ou perda de contratos com municípios,

não cumprimento da legislação ambiental, indisponibilidade hídrica, não execução do plano de investimentos, falha na prestação de serviço ao cliente e a deterioração da reputação/marca.

Para fazer frente ao tratamento desses riscos, são monitorados indicadores e desenvolvidas ações mitigatórias, com apresentação mensal de seus resultados ao Comitê de Gerenciamento de Riscos para aferir o atendimento dos limites de tolerância estabelecidos e, trimestralmente, à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração.

Concomitante ao gerenciamento de riscos estratégicos, está sendo executada a avaliação dos sistemas de controles internos. A avaliação tem evoluído por meio do mapeamento dos processos definidos por diretoria; de acordo com a cadeia de valor em que serão mapeados os processos a fim de identificar os riscos táticos e operacionais e os controles internos necessários para mitigá-los.

Neste trabalho, são entrevistados gestores, técnicos e colaboradores de todos os níveis da Companhia para a coleta dos dados de seu processo. Desta forma, assegura-se a participação de todo o corpo técnico na identificação dos riscos de cada processo mapeado, bem como dos controles internos necessários para mitigá-los, visando o alcance dos objetivos e da eficiência.

A melhoria contínua da gestão por riscos na Companhia alinhou procedimentos com o planejamento Estratégico, definindo acompanhamentos que se completam e mitigam riscos para o atingimento dos objetivos estratégicos definidos.

Desde 2019, quando aprovou a Política de Proteção de Dados Pessoais no Conselho de Administração, a Companhia vem trabalhando para estar em *compliance* com a LGPD, que entrou em vigor em agosto de 2020.

A política de Proteção de Dados Pessoais estabelece diretrizes para uniformizar o comportamento da Companhia no que concerne ao tratamento de dados pessoais em seus processos, a privacidade e a proteção destes dados, além de disseminar a cultura de segurança destas informações em consonância com os seguintes princípios: legalidade, lealdade, transparência, integridade e confidencialidade. Dessa forma, em um ambiente regulatório cada vez mais rígido, que envolve questões como as impostas pelas Leis de Transparência, Lei n.º 13.303/2016, Leis Ambientais e de Responsabilidade Civil dos Administradores, o gerenciamento de riscos se torna cada vez mais significativo na pauta da linha decisória da Companhia.

COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL

4 COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL (CEDEC)

Criada a partir da reforma administrativa, por meio da Lei n.º 19.848, de 03 de maio de 2019, é órgão essencial e integrante da Governadoria do Estado, e não mais Divisão de Proteção e Defesa Civil da Casa Militar. A Coordenadoria Estadual da Defesa Civil é responsável, pelas ações decorrentes do atendimento a desastres no Estado.

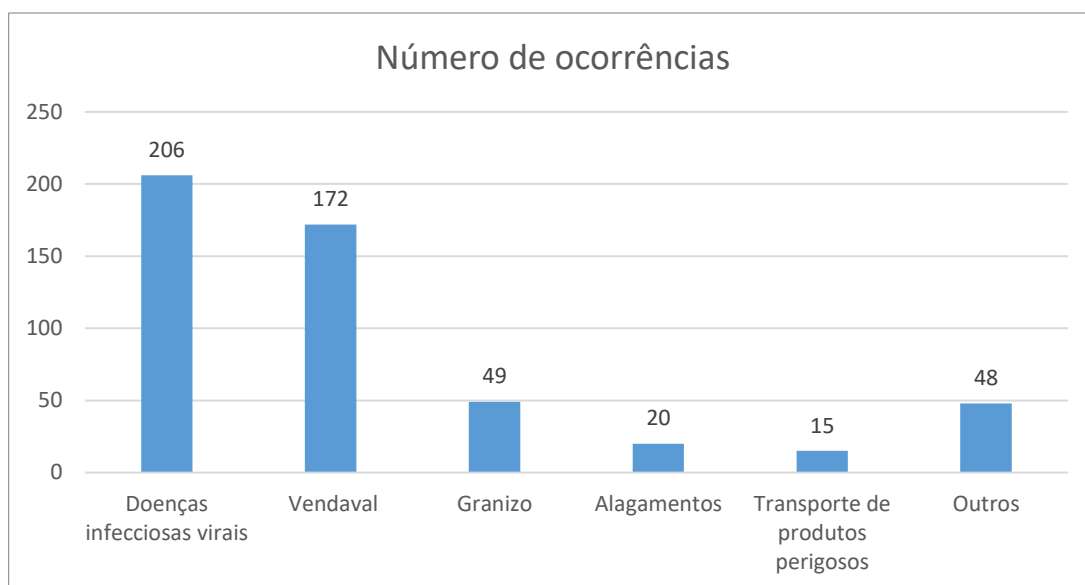
As principais atribuições da Defesa Civil são: a) geração e envio de alertas para o sistema de defesa civil e para a população; b) minimizar e reduzir os efeitos do desastre na comunidade; c) coordenar a execução de ações e operações de proteção e defesa civil, decorrentes de desastres naturais, mistos ou provocados pelo homem, nas fases de prevenção, preparação, mitigação, resposta e recuperação; d) coordenar ações de pesquisa e de controle estatístico em relação à proteção e defesa civil; e) ceder apoio logístico para atendimentos emergenciais ou de natureza preventiva, nas ações e operações de proteção e defesa civil; f) promover a qualificação de recursos humanos na estrutura do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil; e g) coordenar ações das brigadas escolares nos estabelecimentos de ensino.

4.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

No cumprimento de suas atribuições, e no atendimento à população do Estado do Paraná, a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil apresenta suas principais realizações:

- ▶ Nas ações de respostas a desastres, foram atendidos 84 municípios em Estado de Calamidade Pública e 42 em Situação de Emergência, com distribuição de materiais de ajuda humanitária, a saber: a) 993 bobinas de lona; b) 63.120 telhas de fibrocimento; c) 969 colchões; d) 1.481 *kits* dormitórios; e) 1.000 cobertores; f) 35.936 Cestas Básicas; g) 723 *kits* higiene; h) 741 *kits* limpeza.
- ▶ A CEDEC, de janeiro a novembro, deu atendimento às ocorrências conforme Gráfico 1.

GRÁFICO 1 - ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS PELO CEDEC DE ACORDO COM O TIPO - PARANÁ - 2020



Fonte: SISDC/Defesa Civil.

- ▶ A totalidade de municípios atingidos, ocorrências e danos causados pelos desastres, no período de janeiro a novembro de 2020, podem ser consultados no Quadro 1.

QUADRO 1 - ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS PELA CEDC DE ACORDO COM O TIPO - PARANÁ – 2020

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Total de municípios atingidos	270
Total de ocorrências	510
Total de pessoas afetadas	185.592
Total de pessoas desalojadas	1.589
Total de pessoas feridas	32
Total de pessoas enfermas	286
Total de casas danificadas	239
Total de casas destruídas	18

Fonte: SISDC/Defesa Civil.

- ▶ A CEDEC atuou no recebimento e distribuição de donativos em todo o Estado do Paraná devido à pandemia do novo Coronavírus conforme Quadro 2.

QUADRO 2 – QUANTIDADES DE MATERIAIS (DOAÇÕES) DISTRIBUÍDOS PELA CEDEC - PARANÁ – 2020

MATERIAL	QUANTIDADE
Álcool Gel 70% (300ml)	17.163
Álcool Líquido 70% (250ml)	18.472
Álcool Líquido 70% (litros)	154.258
Álcool Spray 70% (150ml)	13.307
Diesel S10 (litro)	115.000
Peróxido de Hidrogênio (litros)	5.208
Máscaras	168.524
Luvas	7.510
Cesta Básica	71.131

Merecem destaque algumas ações realizadas e previstas pela Defesa Civil do Estado do Paraná:

- ▶ Desencadeou ações de caráter preventivo, por meio de mutirões visando o combate ao mosquito da dengue, treinamento e qualificação dos coordenadores municipais de defesa civil, nos módulos presenciais e a distância, antes e durante a pandemia respectivamente;
- ▶ Devido às necessidade ocasionadas pelo isolamento social, na mesma linha das ações de caráter preventivo, a CEDEC realizou ações de entrega de ajuda humanitária, num primeiro momento com recursos do Estado, por meio da compra de cestas básicas (30.000 cestas), em um segundo momento utilizando-se de cestas doadas por terceiros, que totalizaram mais de 1.000.000 de toneladas e foram distribuídas para municípios, entidades e organizações que atendem pessoas e comunidades em condições de vulnerabilidade social, bem como operações integradas em apoio a outros órgãos federais, como FUNAI e Fundação Cultural Palmares (FCP) em que quase 500.000 toneladas foram entregues nas aldeias indígenas e para quilombolas no Estado do Paraná.
- ▶ A Defesa Civil planeja desenvolver ações de descentralização dos centros logísticos no Estado, o que proporcionará uma maior capilaridade e redução no tempo de atendimento às ocorrências que porventura venham a atingir o Estado. Estão previstas a construção de três novas unidades de Centros Logísticos (Guarapuava, Londrina e Quedas do Iguaçu), e ainda a aquisição de caminhões, veículos 4x4, novos radares e pluviômetros, dentre outros materiais e equipamentos, que proporcionarão uma melhora na qualidade no tempo resposta à população do Estado do Paraná.

CASA MILITAR

5 CASA MILITAR (CM)

A Casa Militar, órgão pertencente à Governadoria do Estado do Paraná, desenvolve atividades de assistência direta e imediata ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos militares, bem como proporciona a segurança pessoal do Governador, Vice-Governador e suas respectivas famílias, hóspedes oficiais e demais pessoas designadas. Nesses termos, executa ainda a segurança das instalações físicas da Sede do Governo (Palácio Iguazu), Consulados no município de Curitiba, pontos sensíveis e demais instalações de interesse institucional. Além dessas atribuições, desenvolve a atividade de transporte aéreo e transporte terrestre desses dignitários, a produção e proteção de assuntos sigilosos de interesse governamental, bem como apoia a Secretaria de Estado da Saúde no transporte de órgãos e tecidos humanos (Central Estadual de Transplantes). Por meio da Resolução Conjunta n.o 001/2020 - Casa Civil/Casa Militar, o Cerimonial da Governadoria, que até então estava com suas atribuições sob a administração da Casa Civil, incorporou a estrutura da Casa Militar, passando a integrar a Divisão de Cerimonial e Relações Internacionais (DCRI).

5.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Mesmo diante do cenário de pandemia mundial de saúde, que afetou os planejamentos dos Órgãos governamentais e prejudicou a normalidade das ações programadas, a Casa Militar prosseguiu, no exercício de suas missões de garantir a segurança do Exmo. Sr. Governador, Vice-Governador, respectivos familiares e hóspedes oficiais, cujas ações resultaram na execução de missões de segurança, e atendimentos a visitantes oficiais ao Estado do Paraná entre Presidentes, Embaixadores, Ministros e outros dignitários de interesse institucional.

O Serviço de transporte aéreo, até 31 de outubro, executou 1.253 horas de voo, correspondentes a 375 missões, das quais 186 missões foram destinadas a transportes de autoridades e 74 atividades se referem a transporte aeromédicos (transporte de órgãos e tecidos para a Central de Transplante, resgates e transporte para Central de Leitos) e 115 missões em apoio ao combate à pandemia da COVID-19.

Merecem destaque algumas ações desenvolvidas pela Divisão de Transporte Aéreo:

- ▶ Em apoio à Secretaria de Estado da Saúde, no transporte de exames para detecção do Coronavírus realizados em vários municípios no interior do Estado.
- ▶ Em ações de combate à pandemia da COVID-19, conforme determinação governamental por meio de Decreto Estadual.
- ▶ A manutenção dos serviços de transporte aéreo em atendimento à Central de Transplantes de Órgão e Tecidos, que contribuíram significativamente para que o Estado do Paraná se mantivesse como referência em transplante de órgãos e tecidos no País.

A Divisão de Transporte aéreo opera com dois aviões do tipo Seneca III, um Sessna Grand Caravan, um King Air 350 (este mediante convênio com a COPEL) e um helicóptero EC130B4, os quais além de dar suporte aos transportes oficiais do Estado operam, com prioridade, para atender o serviço de transplante de órgãos e tecidos.

Dentre as ações previstas estão:

- ▶ A aquisição de uma aeronave e manutenção das aeronaves recebidas mediante termo de doação da Justiça Federal, visando aumentar as ações de transporte aeromédico.
- ▶ A readequação das instalações do hangar aeronáutico, proporcionando maior segurança e preservação das aeronaves e equipamentos de aviação.
- ▶ A renovação da frota terrestre própria, em 25,0%, para proporcionar melhor agilidade nas missões de transporte das autoridades e geração de economia com manutenção dos veículos.

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

6 CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE)

A Controladoria-Geral do Estado (CGE), regulamentada pelo Decreto Estadual n.o 2.741/2019, é composta pelos Sistemas de Controle Interno, Transparência e Controle Social, Corregedoria, Ouvidoria e Integridade & *Compliance*. Como órgão central do Sistema Estadual de Controle Interno do Poder Executivo, compete à Controladoria auxiliar o Governador do Estado na coordenação da ação governamental e no controle dos assuntos prioritários, atuando no desempenho das funções de planejamento, coordenação, controle, avaliação, promoção, formulação e implementação de mecanismos no combate à corrupção, bem como de regulamentação e normatização dos sistemas de controle do Poder Executivo Estadual. Essa coordenação, por sua vez, se dá de forma descentralizada em cada órgão/entidade da Administração Pública, por meio dos Agentes, integrantes dos Núcleos de Integridade e *Compliance* Setoriais, que atuam na avaliação *in loco*.

Considerando a situação atípica vivenciada no ano corrente com a pandemia mundial da COVID-19 e suas consequências, como: isolamento social, fechamento de escolas, aumento do uso e procura do sistema público de saúde, declaração de situação de emergência e publicação de instrumentos legais, a Controladoria-Geral do Estado direcionou suas ações para o enfrentamento da pandemia, visando diminuir as suas consequências à população.

6.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

6.1.1 Prevenção e Combate à Corrupção

- ▶ No âmbito do Controle Interno realizou as avaliações dos controles administrativos dos órgãos/entidades estaduais previstos no Plano de Trabalho de 2020, disponível no sítio eletrônico desta Controladoria.
- ▶ Programa de Integridade e *Compliance* - implementação em 14 órgãos ou entidades do Poder Executivo Estadual, sendo 11 da administração direta e três da indireta; e entrega de 10 Planos de Integridade e acompanhamento dos planos em execução.
- ▶ Desenvolvimento de materiais - foram desenvolvidos: a) Código de Ética do Agente de *Compliance*; b) Manual do Agente de *Compliance* - com detalhamento da implementação e execução do Programa de Integridade e *Compliance*, bem como os padrões dos documentos e processos inerentes à função; c) Cartilha de Integração do Agente de *Compliance* - trazendo os pilares de treinamento e capacitação, com leis, decretos, códigos e cursos relevantes ao trabalho; d) Código de Ética e Conduta do Servidor do Estado do Paraná - mediante consulta pública, com 18.957 participações entre servidores do Estado e cidadãos e cerca de 2.113 sugestões visando preservar

- a integridade no serviço público e melhorar o ambiente de trabalho dos servidores; e) Cartilha Eleitoral *Online* - frisando as regras e condutas dos Agentes Públicos durante o período eleitoral.
- ▶ Promoção de treinamentos individuais aos chefes dos Núcleos de Integridade e *Compliance*, bem como de capacitação a mais de 90 servidores, habilitando-os na condução de processos administrativos correcionais.
 - ▶ Não silencie! - lançamento da campanha instruindo as medidas para denunciar atos suspeitos de ilegalidade, com o intuito de ressaltar a importância de realizar a denúncia diante da ciência de atitudes ou procedimentos que atentem contra a ética e a integridade.
 - ▶ Amostragem técnica junto ao IPARDES, para levantamento dos servidores a serem entrevistados nas três maiores Secretarias do Estado (SESP, SESA e SEED), que terão o início da implementação do Programa de Integridade e *Compliance* em meados de 2021, tendo sido adiado por causa da pandemia.
 - ▶ Assinatura do Pacto de Integridade e do Termo de Responsabilidade e Confidencialidade dos Agentes de *Compliance*.
 - ▶ Atuação efetiva no controle das instituições públicas, orientando, fiscalizando e regulando o atendimento dos princípios constitucionais e contribuindo para a promoção de uma cultura ética e de probidade no serviço público do Estado do Paraná, planejando, coordenando e avaliando as atividades do Sistema de Corregedoria do Poder Executivo Estadual, atuando como órgão central do sistema de correição.
 - ▶ Análise de conformidade em aproximadamente 80 processos administrativos.
 - ▶ Atuação direta nos processos de investigação de responsabilidade de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos previstos nas Leis Federais n.o 12.846/2013 e 8.666/1993.
 - ▶ Atividades previstas em convênios com: a) Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA); b) Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI); c) Fundo Estadual de Combate à Corrupção (FUNCOR); d) Programa de Fortalecimento de Corregedorias (PROCOR); e) Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SISCOR); e f) Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), ampliando e aprofundando as ações de integração com órgãos de controle congêneres, nas esferas municipal, estadual e federal.
 - ▶ Edição de instrumentos jurídicos e administrativos necessários à constante ampliação da eficiência e economia das atividades do Estado, com destaque para os projetos de regulamentação da aplicação do Termo de Ajuste de Conduta (TAC), como alternativa a solução de questões funcionais disciplinares de menor potencial ofensivo; de obrigatoriedade de uso do sistema Gestão de Materiais, Obras e Serviços, para registro e atualização de dados aos órgãos e entidades, que culminou na publicação do Decreto n.o 5.880/2020; de revogação integral do Decreto Estadual n.o 11.953/2018, com o intuito de aperfeiçoar e atualizar a regulamentação da Lei Federal n.o 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), no âmbito do Poder Executivo do Estado do Paraná; e de

anteprojeto de lei, que prevê aumentar a fiscalização nas obras públicas, com câmeras que transmitam, em tempo real, o andamento do serviço contratado com publicação das imagens no Portal da Transparência, como forma de ampliar a transparência.

- ▶ Atuação no acompanhamento de processos administrativos de interesse correccional, por meio de inspeções físicas e monitoramento de publicações no DIOE, sobrepostos aos relatórios de atividades encaminhados pelos órgãos e entidades, possibilitando um controle estatístico do Sistema de Corregedoria do Poder Executivo Estadual.
- ▶ Auditoria da Folha de Pagamento e de Benefícios dos Servidores Ativos do Poder Executivo do Estado do Paraná - implementação com o objetivo de promover a regularização de concessão de benefícios a servidores que estejam em desconformidade com a legislação vigente, bem como permitir uma visão estratégica das informações contidas no Sistema META4 (software para gestão de folhas de pagamento do Governo do Paraná). O estudo possui 136 trilhas de auditoria distintas, capazes de abordar quase todos os aspectos da estrutura de informações contidas no sistema. A auditoria resultou na emissão de orientações aos órgãos da administração direta e indireta, visando correção dos apontamentos realizados e economia aos cofres públicos.
- ▶ Cruzamento de informações relacionados à distribuição do Cartão Comida Boa, do Auxílio Emergencial e do Auxílio Emergencial Lei Adir Blanc para identificação de indícios de ilicitudes, principalmente com o fornecimento dos benefícios aos servidores públicos do Estado, comprometendo-se não somente em salvaguardar o fisco Público Estadual, mas auxiliar na fiscalização dos recursos públicos federais executados em parceria com o Estado.
- ▶ Estudos em conjunto com órgãos federais para identificação de acúmulo de cargos públicos em desconformidade com a lei aplicável.
- ▶ Apoio técnico ao Núcleo Integração da Procuradoria-Geral do Estado na realização dos cálculos de reequilíbrio econômico financeiro para os processos judiciais contra as concessionárias de pedágio.
- ▶ Participação emergencial concentrada para a coleta de dados acerca das aquisições de mais de 1.474 bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19 com dispensa de licitação, para fins de controle e correção de procedimentos.
- ▶ Auditoria de conformidade em uma amostra de aproximadamente 300 processos de dispensa de licitação, classificados como dispensa emergencial amparada na Lei Federal n.o 13.979/2020 provenientes da pandemia internacional da COVID-19, resultando na emissão de mais de 1.000 recomendações.
- ▶ Pesquisa, análise, aprofundamento e correlações em compras públicas, relacionadas à COVID-19, e outras provenientes de denúncias - foram verificadas mais de 145 empresas com envolvimento direto e 2.105 com envolvimento indireto (ou pertencente ao mesmo grupo econômico) no certame licitatório. Alguns estudos subsidiaram investigações de outros órgãos e entidades e

outros permanecem em análise para coleta de informações e posterior encaminhamento aos órgãos e entidades competentes para análise e apreciação.

- ▶ Expedição de 15 informações técnicas orientando eventuais falhas e/ou desvios em processos licitatórios, contratos e folhas de pagamento.
- ▶ Auditoria na sala de recepção privada no Aeroporto Internacional Afonso Pena, cedida pela Infraero ao Governo do Estado, a fim de inspecionar a situação patrimonial dos bens do Estado alocados no ambiente, analisar o instrumento jurídico de cessão e verificar os sistemas de acesso e controle do local.
- ▶ Proposta de auditoria na execução da Lei Aldir Blanc, realizada pela Secretaria de Estado da Comunicação Social e Cultura, com intuito de averiguar a garantia dos princípios e das normas que norteiam a Administração Pública.
- ▶ Recolhimento de aproximadamente seis mil litros de álcool em gel comprovadamente adulterados, mediante apuração de denúncia, que foram reciclados por meio de uma parceria com a Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Visando a responsabilização da empresa foi aberto Processo Administrativo de Responsabilização para ressarcimento aos cofres públicos dos danos causados.
- ▶ Implantação da metodologia IA-CM a partir da confecção do Manual da Auditoria Interna do Estado do Paraná, da metodologia para o Plano de Auditoria, do Estatuto da Auditoria Interna e do Código de Ética do Auditor Interno.
- ▶ Emissão de duas Notas Técnicas em razão da pandemia da COVID-19 visando orientar: a) os preços de referências às aquisições de equipamentos de proteção individual (EPI); e b) as aquisições com dispensa de licitação nas compras emergenciais no período de enfrentamento da pandemia, baseada nas recomendações da PGE, por meio do Caderno Orientador da PGE, sobre licitação, contratos e convênios na pandemia.
- ▶ Expedientes aos Prefeitos com recomendações relacionadas à execução de certames licitatórios durante a pandemia da COVID-19, em conjunto com a Controladoria Regional da União no Estado do Paraná, disponibilizando canais de comunicação para sanar dúvidas dos gestores municipais.
- ▶ Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público do Paraná e o Tribunal de Contas do Estado para o Projeto Harpia, plataforma que irá modernizar os sistemas de tecnologia de informação dos processos de compra do Estado, trazendo mais transparência para as licitações e compras públicas.
- ▶ Fortalecimento do Fundo Estadual de Combate à Corrupção (FUNCOR) com o repasse de R\$ 2,2 milhões para otimizar as políticas de combate à corrupção, *compliance*, integridade e ética no serviço público.
- ▶ Apresentação de projeto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em fase de aprovação, visando liberação de recursos financeiros para modernização da CGE.

- ▶ Termo de Cooperação Técnica n.o 001/2020 com a Paraná Edificações para ampliar e aprimorar a integração dos serviços públicos prestados no que diz respeito ao acompanhamento e fiscalização dos atos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial no âmbito do Poder Executivo Estadual, ao cumprimento dos princípios e das normas que norteiam a conduta da Administração Pública, à investigação de fatos tidos como irregulares no âmbito do Poder Executivo Estadual e à condução de Processo Administrativo de Responsabilização e Procedimento Investigativo Preliminar.
- ▶ Acordo de Cooperação Técnica da Rede Controla para formação de rede de âmbito estadual com vistas à articulação de ações de fiscalização, ao combate à corrupção, ao fortalecimento do controle social e à interação das redes, nos âmbitos estadual e federal.
- ▶ Acordo de Cooperação Técnica com a Transparência Internacional Brasil para criação de um programa de cooperação e uma agenda técnico-institucional, a fim de aprimorar o controle da corrupção, por meio do desenvolvimento e implementação de um Plano Estadual de Integridade.
- ▶ Acordo de Cooperação Técnica com Controladoria-Geral do município de São Paulo para utilizar o Sistema de Controle de Bens Patrimoniais dos Agentes Públicos (SISPATRI), visando maior transparência e prevenção à corrupção.
- ▶ Participação do Grupo de Trabalho Interinstitucional para realização de estudos técnicos para identificar eventuais desequilíbrios econômicos na execução dos contratos de concessão das rodovias do Anel de Integração, instituído pela Resolução n.o 24/2020 pela Agência Reguladora do Paraná (AGEPAR), PGE, CGE e Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR).
- ▶ Participação no Grupo de Trabalho, instituído pelo Decreto Estadual n.o 4.001/2020, para estudo em relação às características jurídico-administrativas comuns aos Serviços Sociais Autônomos do Estado do Paraná e elaboração de proposta legislativa de repercussão geral, que servirá como um marco legal para a definição, regulação e regulamentação quanto à atuação administrativa, jurídica e de gestão de tais entidades no âmbito do Estado do Paraná. A minuta de proposta de Lei Complementar foi encaminhada para os trâmites necessários precedentes a publicação do instrumento legal.

6.1.2 Transparência, Controle Social e Atendimento ao Cidadão:

- ▶ Gravação de *Podcast* com a temática Transparência em Tempos de Pandemia, com foco na divulgação dos dados da doença no Estado do Paraná, e das contratações emergenciais.
- ▶ Atuação nas ações de transparência na divulgação de dados relacionados à pandemia da COVID-19, como dados epidemiológicos e de contratação, focando o controle social.
- ▶ Criação de área específica e exclusiva para aquisições baseadas na COVID-19, por meio de ajustes no sistema GMS e no sítio institucional do Coronavírus, com a ampliação de 15 tópicos que trazem informações de transparência, inclusive de um *Business Intelligence (BI)* com os dados epidemiológicos.

- ▶ Altos conceitos de avaliações na transparência do Coronavírus, realizadas por duas ONGs de renome internacional: *Open Knowledge* Brasil e Transparência Internacional Brasil.
- ▶ Implementação do Programa CGE Itinerante - uma ação que visa aproximar a CGE e o Governo do Estado da sociedade paranaense, divulgando os canais de comunicação e o Portal da Transparência, realizando visitas aos órgãos que prestam serviços públicos e entrevistando os cidadãos. Foram realizadas cerca de 2.000 entrevistas em 30 municípios do Estado que buscavam saber sobre a satisfação do usuário quanto ao serviço prestado, bem como perceber oportunidades de melhorias durante a execução dos trabalhos. Em virtude da pandemia, as ações do CGE Itinerante foram direcionadas à verificação de entrega dos *kits* merenda escolar, de entrega do Cartão Comida Boa e da alta dos preços do gás de cozinha, em ação conjunta com o PROCON-PR.
- ▶ Monitoramentos da área de transparência temática dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, com expedição de recomendações para a regularização das inconsistências identificadas.
- ▶ Ouvidoria - até outubro, registou mais de 111 mil atendimentos, aumento de 7,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.
- ▶ Desenvolvimento da Cartilha dos Agentes de Ouvidoria e Transparência, visando auxiliar na atuação das demandas recepcionadas junto ao sistema SIGO, com base na Lei Federal n.o 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação, e na promoção de um melhor atendimento à população em relação aos prazos, formas de apresentação e de respostas, dando maior clareza ao cidadão.
- ▶ Criação da Carta de Serviços ao Usuário de Ouvidoria, dando publicidade aos serviços prestados pela Coordenadoria de Ouvidoria Geral do Estado, como os canais de acesso, etapas, prazos e padrões de qualidade.
- ▶ Sistema SIGO: a) realização de estudo técnico, em conjunto com a CELEPAR, para aprimoramento da acessibilidade a pessoas com deficiência; b) adaptações da ferramenta relacionadas à identificação das manifestações relacionadas à COVID-19 e à otimização do serviço, gerando maior controle para o ouvidor e ao Gestor da Pasta.
- ▶ Criação do Conselho Consultivo dos Ouvidores que atuará, inicialmente, de forma consultiva para integrar, compartilhar e sugerir procedimentos.
- ▶ Disponibilização do curso Dispensa de Licitação COVID-19, em parceria com a Escola de Gestão do Paraná, tendo em vista a publicação da Lei Federal n.o 13.779/2020.
- ▶ Seleção de capacitações direcionadas aos agentes atuantes nas áreas finalísticas da CGE, direcionando aos servidores mais de 2.000 horas de cursos, na modalidade a distância.
- ▶ Promoção de capacitação de formação dos ouvidores setoriais, que replicam os conhecimentos aos servidores do Estado.
- ▶ Emissão da Resolução CGE n.o 32/2020, que estabelece padronização quanto à forma de publicação de dados referentes à ocupação hospitalar da rede pública e privada e de dados de

pacientes acometidos pelo Coronavírus no Portal Coronavírus durante o período de enfrentamento a pandemia.

- ▶ Monitoramento da evolução patrimonial do governador e dos secretários de Estado, bem como dos presidentes de órgãos e/ou entidades vinculados à administração estadual direta e indireta do Governo do Paraná, por meio do recebimento de cópia da declaração do imposto de renda.
- ▶ Proposta, que culminou no Decreto n.o 6.010/2020, que instituiu o Comitê de Monitoramento das Medidas ao Enfrentamento da COVID-19, órgão colegiado de natureza consultiva e pospositiva, vinculado à Controladoria-Geral do Estado, que tem por finalidade debater e sugerir ações estratégicas de aperfeiçoamento no controle social e na transparência da gestão pública, no âmbito do Poder Executivo Estadual, quanto às medidas para o enfrentamento da COVID-19, com o objetivo de dar subsídios às decisões do Poder Executivo.
- ▶ Participou de grupo de trabalho instituído pelo Decreto n.o 6.008, de 26 de outubro de 2020, com o objetivo de diagnosticar, remodelar e atualizar o mapeamento realizado pela base de dados do Sistema G-Gov, a fim de torná-lo um instrumento de gestão eficaz no acompanhamento das ações de Governo.
- ▶ Divulgação interna do *Newsletter* CGE, informativo digital enviado aos servidores atuantes diretos e de forma descentralizada da CGE, aproximando a Controladoria-Geral do Estado dos agentes setoriais dos órgãos e entidades e divulgando as realizações como forma de motivar a equipe.
- ▶ Proposta de medida para facilitar e dar celeridade nas informações sobre medidas protetivas concedidas a servidoras estaduais ao Tribunal de Justiça do Paraná. A parceria visa diminuir a burocracia na solicitação de ocultação de dados no Portal da Transparência e reduzir a exposição de vítimas sob risco de violência doméstica.

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

7 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE)

A Procuradoria-Geral do Estado, a PGE, com 74 anos de existência, é órgão do Poder Executivo, vinculado à Governadoria, com as competências fixadas no art. 132 da Constituição Federal e artigo 124 da Constituição Estadual, destacando-se dentre outras: a representação judicial e extrajudicial do Estado e suas autarquias; a consultoria jurídica da administração pública direta e indireta do Poder Executivo e a cobrança judicial da dívida ativa do Estado e suas autarquias.

7.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

7.1.1 Dívida Ativa do Estado

7.1.1.1 Cobrança e Arrecadação

A cobrança judicial da dívida ativa tributária e não tributária é feita através da execução fiscal cujo procedimento está delineado na Lei n.o 6.830/80, enquanto que a cobrança extrajudicial é realizada por meio do encaminhamento a protesto das dívidas ativas de menor valor, consoante os limites estabelecidos pelo Decreto n.o 4.060/2020.

No ano de 2020, uma das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus - COVID-19 foi a suspensão, por 90 (noventa) dias, da apresentação para protesto e do ajuizamento da dívida ativa, na forma do art. 7º, do Decreto n.o 4385, de 27 de março de 2020. Apesar disso, excetuado o período de suspensão, foram ajuizados pela Procuradoria da Dívida Ativa 1,4 mil processos de execução fiscal, ultrapassando 7,6 mil certidões de dívida ativa e atingindo um valor superior a R\$ 952,0 milhões. No mesmo período foram encaminhadas a protesto pela PGE 270,6 mil certidões de dívida ativa, no valor total de R\$ 330,9 milhões.

A arrecadação da dívida ativa ajuizada e enviada a protesto superou os R\$ 160,0 milhões e a arrecadação da dívida ativa ajuizada somou R\$ 139,3 milhões.

7.1.1.2 Atualização de Valores e Sistema para Ajuizamento e Protesto

A PGE promoveu estudos para subsidiar a atualização dos valores mínimos para o ajuizamento de execuções fiscais e os valores máximos para o protesto extrajudicial da dívida ativa do Estado do Paraná. Como resultado desse trabalho foi editado o Decreto n.o 4060, de 18 de fevereiro de 2020, além da Resolução n.o 43/2020-PGE, de 04 de março de 2020.

Em trabalho orientado pela PGE em parceria com a CELEPAR, foi disponibilizado um novo software para o ajuizamento e o protesto da dívida ativa estadual, o PROAJU. Essa ferramenta permite realizar eletronicamente o protesto e o ajuizamento da dívida ativa, nos termos dos atos normativos que

os regulamentam. Ainda, trouxe considerável avanço em relação ao sistema anteriormente utilizado, permitindo o acompanhamento da evolução dos protestos e ajuizamentos ao longo do período selecionado. Esse sistema permite uma leitura mais clara das características dos débitos enviados para protesto e ajuizamento, facilitando a elaboração de estratégias de cobrança.

7.1.1.3 Recuperação de Ativos Relevantes - Dívida Ativa Ajuizada

O Grupo Estratégico de Recuperação de Ativos Relevantes (GERA) promove execuções fiscais e ações ordinárias contra grandes devedores e/ou grupos econômicos, com atribuições estabelecidas no Decreto n.o 7.435/2017. Em 2020, foram realizadas ações para a garantia de dívidas que somam o montante de R\$ 83,3 milhões. Outras medidas judiciais seguem em fase de elaboração pelos procuradores do GERA, para ajuizamento.

7.1.2 Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Paraná

Em parceria com a Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, a PGE participou da elaboração da Matriz de Problemas, Soluções e Resultados apresentada ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no âmbito do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Paraná (PROFISCO II PR), cujo objetivo é obter o financiamento daquela instituição para a implementação de medidas que impliquem na melhora da capacidade institucional dos órgãos envolvidos e a manutenção do equilíbrio fiscal do Estado.

7.1.3 Comissão Técnica de Penhora de Faturamento

A Lei Estadual n.o 18.919/2016 autoriza a PGE a celebrar composições em execuções fiscais com base na penhora do faturamento dos devedores, para fins de garantia e de pagamento da dívida ativa ajuizada e dos acessórios legais devidos ao Estado do Paraná e às suas autarquias. No ano de 2020, a PGE já deferiu pedidos envolvendo débitos de aproximadamente R\$ 10,0 milhões.

Contabilizando os acordos já firmados nos exercícios anteriores, com os autorizados em 2020, encontra-se garantida com base na penhora de faturamento prevista na Lei n.o 18.919/2016, dívida ativa ajuizada no valor aproximado de R\$ 77,0 milhões.

7.1.4 Ações Judiciais para Suspensão do Pagamento do ICMS Mensal ou Parcelado

Durante a crise causada pelo COVID-19 surgiram diversos novos processos judiciais questionando a atividade tributária exercida pelo Estado. As demandas mais impactantes para o erário durante este período disseram respeito a pedidos de grandes contribuintes (mais de 120 identificados) para suspender o pagamento do ICMS, devido mensalmente e/ou já objeto de parcelamento.

As decisões liminares desfavoráveis ao Estado foram devidamente atacadas e todas revertidas, restaurando a exigibilidade dos créditos e a necessidade de recolhimento mensal.

Vale destacar que, segundo informações da Receita Estadual, os créditos de ICMS parcelados perfaziam o montante aproximado de R\$ 3,3 bilhões e que o recolhimento mensal desses créditos, potencialmente abrangidos por pedidos judiciais semelhantes, era de cerca de R\$ 45,0 milhões.

7.1.5 Redução do Estoque de Precatórios

A PGE patrocina todos os precatórios expedidos contra a Administração Pública Estadual, cujo estoque apontado pelo Tribunal de Justiça é de R\$ 7,3 bilhões, atualizado até julho/2020, analisando a legitimidade da inscrição, dos pagamentos, retenções legais, dentre outros dados.

Em 2020, a PGE comprovou e requereu o abatimento de R\$ 75,4 milhões do estoque de precatórios, relativo a compensações de créditos tributários com os débitos dos precatórios, efetuadas na forma do §2º do art. 78 do ADCT, convalidadas expressamente pelo art. 6º da EC 62/2009.

Abatimento de R\$ 200,6 milhões do estoque de precatórios, através da homologação de 520 acordos direto, até setembro de 2020, conforme previsto no Decreto Estadual n.o 2.566/2019, de 30/08/2019, e o Decreto Judiciário n.o 527/2019-TJPR, de 05/09/2019, que possibilitam o pagamento de precatórios, na modalidade de acordo direto, com deságio escalonado (progressivo) conforme ano orçamentário.

A 1ª Câmara de Conciliação de Precatórios da PGE realiza acordos diretos com credores de precatórios que são, ao mesmo tempo, devedores tributários do Estado do Paraná, nos termos da Lei n.o 17.082/12 e do Decreto n.o 5.007/12. Até setembro de 2020, 1ªCCP, quitou precatórios, com igual valor de arrecadação, que corresponde a R\$ 8,0 milhões.

Há, ainda, o auxílio prestado à Fomento Paraná para identificação e realização de cálculos das compensações realizadas com base na Lei Estadual n.o 13.956/2002, cujo valor nominal aproximado é de R\$ 73,7 milhões (SID 15.499.456-4 e 16.718.454-5).

7.1.6 Honorários de Advocacia Dativa

Em 2020, a PGE promoveu o pagamento de mais de 94 mil requerimentos de pagamento de honorários devidos em razão de advocacia dativa, com total de R\$ 72,0 milhões de reais, fazendo com que mais de 30 mil processos deixassem de ser ajuizados contra o Estado do Paraná neste ano para a cobrança de tais valores, evitando maiores dispêndios com custas processuais e garantindo o atendimento jurídico a pessoas hipossuficientes. Além desses pagamentos, realizados na via administrativa, defendeu o Estado em 10.014 processos de execução judicial de pagamento de honorários dativos, totalizando 321,3 milhões de reais.

O trabalho desenvolvido entre a PGE, SEFA, OAB/PR e Tribunal de Justiça, com a criação de tabela diferenciada para os valores de honorários dativos e nas impugnações judiciais, representa uma economia de R\$ 4,0 milhões anuais, com base nas impugnações apuradas nos últimos doze meses.

7.1.7 Ações Judiciais de Grande Relevância

- ▶ Atuação da PGE impede instituição financeira de penhorar participação societária do Estado na COPEL - merece destaque a decisão favorável obtida pela PGE no Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir que uma instituição financeira penhorasse participação societária do Estado do Paraná na Copel. O processo judicial foi ajuizado em 2004, em decorrência de contrato assinado em 1998 entre Estado do Paraná e Banco do Estado do Paraná SA, enquanto ainda era integrante da Administração Pública Estadual. A instituição financeira que adquiriu tal banco pretende a penhora de ações ordinárias do Estado no capital social da Copel. O Ministro relator acatou argumentação da PGE e rejeitou recurso da instituição financeira ao STF por entender que sua pretensão violaria a sistemática de precatórios requisitórios prevista no artigo 100 da Constituição Federal. Ainda cabe recurso.
- ▶ Mandado de segurança evitando-se o risco de colapso do sistema de segurança - A impetrante obteve liminarmente, após confirmada por sentença a anulação do ato administrativo de habilitação e declaração de empresa vencedora do pregão eletrônico n.o 866/2018-SRP- referente aos serviços de monitoramento de tornozeleiras eletrônicas para os presos do sistema prisional do Estado do Paraná. Durante o período da discussão conseguiu manter a prestação do serviço com prorrogação do contrato que havia com a administração pública. Em grau de recurso, o Estado do Paraná obteve vitória com a confirmação da legalidade do procedimento licitatório impugnado e a determinação da manutenção da empresa vencedora Show prestadora de serviços do Brasil S.A. como vencedora do pregão eletrônico, após a decisão do TJPR, e tendo a empresa vencedora da licitação pugnado por prazo superior a 60 dias para fazer a adequação e troca de todos os sistemas para o início do contrato, a impetrante formalizou junto à administração pública a intenção de descontinuar a prestação do serviço após a data de 30/10/2020, independente do eminente risco à segurança pública, com a paralisação dos serviços de monitoramento. PGE obteve ordem cautelar no sentido de que a impetrante ficou obrigada a continuar a prestação dos serviços de monitoramento das tornozeleiras eletrônicas pelo prazo de 90 (noventa) dias a partir da decisão, visando a assunção total do monitoramento pela empresa vencedora do certame, evitando-se o risco de colapso do sistema de segurança.
- ▶ Venda de cerveja em estádios - a PGE obteve perante o TJPR a não admissão de recurso do Ministério Público que pretendia a proibição da venda de cerveja em estádios, o que foi confirmado pelo STF em setembro de 2020.
- ▶ Suspensão da liminar em Mandado de segurança em face da licitação para manutenção da frota - Após atuação da PGE foi indeferida liminar solicitada pela Impetrante, tanto na primeira instância como no Tribunal de Justiça.
- ▶ Liminar em ação de declaração de inconstitucionalidade - ADI n.o 0038834-56.2020.8.16.0000 ajuizada pela Procuradoria-Geral perante o Tribunal de Justiça, onde obteve liminar para

suspender a eficácia do art. 10 da Lei 18.466/15. Esse dispositivo ampliou os benefícios fiscais das empresas em recuperação judicial e, segundo informações prestadas pela Receita Estadual, a estimativa do impacto econômico financeiro prejudicial ao erário, se não concedida a liminar, seria de cerca de R\$ 107,0 milhões.

- ▶ Decisão judicial de Constitucionalidade do art. 57 - Lei n.o 11.101/2005 e do art. 191- O CTN - O Órgão Especial do TJPR declarou a constitucionalidade do art. 57, da Lei n.o 11.101/2005 (Lei de Falências e Recuperações Judiciais) e do art. 191-A, do Código Tributário Nacional, que condicionam a homologação do plano de recuperação judicial aprovado pela Assembleia Geral de Credores à comprovação da regularidade da empresa recuperanda perante os Fiscos Federal, Estadual e Municipal. Com a decisão, será possível exigir das empresas em recuperação judicial a comprovação do parcelamento ou da quitação dos débitos estaduais para que o plano de recuperação seja homologado, destacando que, em 2019, o valor total dos débitos das empresas em recuperação judicial, segundo informações da Receita Estadual do Paraná, importava em R\$ 1,3 bilhão.
- ▶ Suspensão da dívida do Estado com a União em razão da pandemia do novo Coronavírus - Considerando a situação da pandemia e a queda brusca da arrecadação tributária, foi ajuizada a Ação Civil Originária n.o 3.367 perante o Supremo Tribunal Federal, obtendo medida liminar que suspendeu, por 180 (cento e oitenta) dias, a exigibilidade da dívida com a União, que gravitava em torno de R\$ 50,0 milhões por mês.
- ▶ Essa ação, ao lado de outras semelhantes ajuizadas pelos demais Estados, implicou a realização de uma audiência multilateral, em 27 de abril, a fim de construir uma solução consensual. Em grande parte, a Lei Complementar n. 173/2020 - Lei que estabeleceu o auxílio financeiro da União aos Estados decorreu das diversas ações ajuizadas pelos Estados-membros em face da União para suspender o pagamento da dívida. Referência: ACO 3367-STF.
- ▶ Defesa da gestão da Secretaria de Saúde nas ações que requerem *lockdown*. - Diante da pandemia do novo Coronavírus, o Ministério Público ajuizou diversas ações para impor um *lockdown* (interrupção total) das atividades não essenciais, o que implicaria o fechamento de todos os estabelecimentos, ressalvados mercados, farmácias e outros relacionados com a saúde. A PGE defendeu em juízo que a gestão dos meios de enfrentamento à pandemia deve ser realizada pelo Poder Executivo, somente se legitimando interferência judicial em caso de omissão. Por não haver omissão do Estado, as decisões da Secretaria de Saúde deveriam ser respeitadas, tendo sido acolhida a manifestação da PGE pelo magistrado. Ação n. 0002652-59.2020.8.16.0004.
- ▶ Liminar em ação de declaração de inconstitucionalidade - ADI n.o 0038834-56.2020.8.16.0000 - A PGE ingressou com ação direta de inconstitucionalidade em face do art. 10, inciso III, §§ 2º e 4º, e por arrastamento dos §§3º e 5º da Lei Estadual n.o 18.466/2015, acrescentados pelo art. 2º da Lei Estadual n.o 19.990/2019.

Um dos impactos que os dispositivos impugnados poderiam trazer ao Estado do Paraná era a baixa de autos de infrações de empresas em recuperação judicial que se utilizaram, indevidamente, de créditos presumidos.

Se considerarmos apenas os autos de infração lavrados entre 2017 e 2019, representaria um prejuízo de R\$ 107,0 milhões. A liminar foi concedida em 04 de agosto de 2020, monocraticamente pelo relator, com o afastamento dos dispositivos legais objeto da ADI, sendo referida cautelar, referendada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. A ADI ainda não teve o julgamento final. Referência: Ação Direta de Inconstitucionalidade n.o 0038834-56.2020.8.16.0000.

7.1.8 Ações de Relevância na Área Consultiva:

- ▶ Proposta de alteração do plano de pagamento de precatórios junto ao TJ/PR, visando postergar o pagamento para 2021 em decorrência da pandemia.
- ▶ Análise da legalidade dos convênios entre o DNIT, ITAIPU e ESTADO DO PARANÁ, que viabilizam a duplicação da rodovia federal BR 469, da Rodovia das Cataratas, da Estrada da Boiadeira, da BR-277, da Ponte Guaíra, do Contorno Guaíra e do Contorno Oeste.;
- ▶ Análise de editais para utilização dos recursos da Lei Aldir Blanc.
- ▶ Elaboração e atualização da minuta do decreto e do caderno orientador para as eleições municipais de 2020.
- ▶ Análise e orientação do projeto de lei de subsídio ao transporte coletivo.
- ▶ Alteração da Lei do ICMS para incrementar a arrecadação diante das perdas tributárias decorrentes da pandemia.
- ▶ Autorização de operação de crédito no importe de R\$ 1,0 bilhão, cuja finalidade consiste no pagamento de precatórios.
- ▶ Análise da viabilidade jurídica acerca do Programa Cartão Comida Boa, em razão do qual o Estado distribuiu auxílio emergencial para a aquisição de gêneros alimentícios que compõem a cesta básica às pessoas economicamente vulnerabilizadas em decorrência da COVID-19, totalizando três parcelas de R\$ 50,0 (Lei n.o 20.172/2020, Decretos n.o 4570/2020 e n.o 5069/2020). Foram realizadas reuniões com os agentes públicos responsáveis pela formulação e implantação da política pública, bem como analisadas as minutas dos atos normativos, em regime de urgência.
- ▶ Análise da viabilidade jurídica em relação ao Programa dos Colégios Cívico-Militares, que instituiu esse novo modelo de ensino em âmbito estadual. Foram realizadas reuniões com os agentes públicos responsáveis pela formulação e implantação da política pública, bem como analisada a minuta do anteprojeto que resultou na Lei n.o 20.338/2020. Além disso, a PGE vem orientando a Administração Pública em relação à implantação do Programa.
- ▶ Informação jurídica sobre o Convênio de delegação. Transporte aquaviário. Administração e exploração de terminais de embarque e desembarque de passageiros.

- ▶ Minuta de decreto estadual sobre a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- ▶ Elaboração da minuta do anteprojeto da Lei Estadual n.o 20.170/2020, que permitiu o Estado manter os contratos com as empresas terceirizadas, visando a manutenção dos empregos - COVID-19.
- ▶ Edição de Caderno Orientador sobre as contratações durante a pandemia - COVID-19.
- ▶ Edição de Orientações Administrativas, em especial as de números: a) 40/PGE - Contratos Administrativos. Dispensa de Licitação. Declaração de inconstitucionalidade do inciso VII do art. 34 da Lei Estadual n.o 15.608/2007; b) 41/PGE - Medida Provisória n.o 961, de 07 de maio de 2020. Contratos Administrativos. Período de Aplicação e Efeitos da Medida Provisória. Limites para Dispensa de Licitação. Pagamento Antecipado. Regime Diferenciado De Contratações; c) 42/PGE - Transferências Voluntárias. Licitações. Pregão Eletrônico; d) 43/PGE - Artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006; art. 5º do Decreto 2.474, de 25 de setembro de 2015. Licitação Pública. Pregão. Regime especial para microempresas e empresas de pequeno porte. Parâmetro de configuração do empate ficto. Melhor proposta existente e válida.
- ▶ Curso sobre Contratação Direta para servidores públicos a pedido da Controladoria Geral do Estado e em parceria com a Escola de Governo - COVID-19;
- ▶ Dispensa de licitação. Art. 4º da Lei Federal n.o 13.979/2020, alterado e complementado pela medida provisória n.o 926/2020;
- ▶ Contratos administrativos. Serviços continuados. Utilização de parecer referencial. Previsão legal. Aprovação de minutas. Aditivo. Lista de verificação. Enfrentamento da emergência nacional ocasionada pelo Coronavírus, responsável pelo surto da COVID-19;
- ▶ Licitação para aquisição de Kits merenda para serem distribuídos aos alunos carentes da rede estadual de ensino durante o período de suspensão das aulas por força da pandemia - COVID-19;
- ▶ Minuta padronizada de convênio para o repasse de recursos para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 em atendimento à Lei Federal n.o 13.995/2020 aos Hospitais Filantrópicos;
- ▶ Minutas padronizadas de convênio e contrato para repasse de recursos financeiros oriundos de Emenda Parlamentar em atendimento às Portarias MS/GM n.o 488/2020 e n.o 545/2020 (SESA);
- ▶ Elaboração de minuta de Decreto Estadual para regulamentar o credenciamento de entidades privadas para a prestação de serviços de saúde em caráter complementar ao SUS;
- ▶ Minuta padronizada de convênio a ser firmado entre o DETRAN e os Municípios, destinado à cooperação técnica entre as partes, visando atendimento das obrigações mútuas determinadas pela legislação de trânsito, para o planejamento e a operacionalização da Sinalização Viária Urbana;
- ▶ Minuta padronizada de Termo de Parceria a ser firmado com Organização da Sociedade Civil visando atender as necessidades de lazer e de desenvolvimento da coordenação motora global dos alunos matriculados na Modalidade Educação Especial, mediante a transferência de recursos

para aquisição de equipamentos a serem empregados em parque infantil adaptado, em atendimento ao Programa Paraná Mais Cidades;

- ▶ Licitação para terceirização de serviços de limpeza e conservação para atendimento dos colégios estaduais (mais de 132 milhões de reais);
- ▶ Diversas licitações internacionais, a maioria na modalidade pregão, para aquisição de equipamentos hospitalares e medicamentos;
- ▶ Dezenas de minutas de convênios com hospitais filantrópicos ou sem fins lucrativos para a transferência de recursos financeiros, visando a aquisição de equipamentos médico hospitalares, no intuito de melhorar o atendimento dos usuários do SUS (SESA);
- ▶ Manifestações no protocolo que tratou da celebração de convênio para transmissão gratuita de conteúdos pedagógicos sistematizados, na forma de videoaulas, mediante canal aberto de televisão, para desenvolvimento de atividades escolares no âmbito da SEED, em virtude da pandemia - COVID-19;
- ▶ Análise dos protocolos a respeito das obras nos Hospitais Regional do Centro Oeste em Guarapuava, Regional de Telêmaco Borba e Hospital do Trabalhador, ações relevantes para o aparelhamento do Estado no combate à COVID-19;
- ▶ Análise da Minuta de Registro de Preços para eventual contratação de empresas especializadas para a execução de quadras esportivas “programa meu campinho” em diversos municípios do Estado do Paraná, no valor de R\$ 80,3 milhões (PRED).

7.2 DESTAQUES

7.2.1 Quitação de R\$ 2,0 bilhões em precatórios

A quitação dos precatórios é parte de um compromisso de encerrar questões judiciais muito antigas, e no ano de 2020 eles foram fundamentais para injetar recursos na economia em um momento de necessidade. Esses pagamentos são resultados dos esforços coordenados da PGE e do Poder Judiciário para diminuir o tempo de espera das empresas e da população.

De acordo com o relatório de pagamentos do Tribunal de Justiça, responsável pela gestão dos recursos, mais de R\$ 1,7 bilhão diz respeito a precatórios apresentados em ordem cronológica, de dívidas ainda referentes a 1998. Também foram R\$ 147,3 milhões em 1.546 pagamentos superpreferenciais, referentes a pedidos que levaram em consideração credores com doença grave, idade avançada ou algum tipo de deficiência. Foram 1.294 credores beneficiados na Justiça Estadual, 250 no Tribunal Regional do Trabalho e dois no Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Os outros pagamentos foram feitos em rodadas de negociação que têm atuação destacada da PGE e que ajudam a diminuir o passivo do Paraná. Foram, por exemplo, R\$ 147,7 milhões em 520 acordos pela Primeira Rodada de Acordo Direto em Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios. O

Estado autorizou o percentual de deságio na conciliação de precatórios em até 40,0% - escalonado conforme o ano orçamentário. Nos acordos já realizados nessa variante houve economia de R\$ 52,9 milhões aos cofres públicos.

Também foram R\$ 5,8 milhões referentes à homologação de Acordos Diretos da 1ª Rodada e R\$ 3,2 milhões dos Acordos Diretos da 3ª Rodada nas Câmaras de Conciliação da própria PGE.

Esses acordos também são uma alternativa para trazer devedores e quitar mais precatórios. Foi realizado um programa de recuperação fiscal e essas empresas indicaram a possibilidade de quitar até 75,0% das suas dívidas oferecendo precatórios, e a parte restante é escalonada em até 59 meses. Eram devedores de ICMS que tinham precatórios para fazer esse encontro de contas.

7.2.2 Restituição de *Royalties* e Compensações Financeiras Cedidos à União

Acolhendo o pedido da PGE, o Supremo Tribunal Federal determinou que a União restitua, desde abril de 2018, os royalties e as compensações financeiras cedidos à União por força do Contrato 017/2000-PGFN/CAF.

No ano de 2000, o Estado do Paraná celebrou um contrato com a União no âmbito do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados no qual o Estado havia cedido, até dezembro de 2020, seus direitos de royalties e compensações financeiras decorrentes da geração de energia elétrica. Em troca, recebeu títulos da União cujos recursos foram utilizados para estruturar a previdência dos servidores públicos estaduais. Com o passar do tempo, o Estado constatou que os valores dos títulos recebidos da União ficaram abaixo dos valores de royalties e compensações financeiras cedidos. Após uma tentativa frustrada de conciliação, o Paraná, por meio da PGE, ajuizou a Ação Civil Originária n.o 3119 no STF para restituir os royalties e as compensações financeiras cedidos em valores superiores aos títulos recebidos. Em junho de 2020, o Plenário do STF, à unanimidade, julgou parcialmente procedente o pedido, determinando a devolução dos valores a partir de 03 de abril de 2018, data em que foi proposta a ação. Com essa vitória, a PGE assegura o retorno de cerca de R\$ 860,0 milhões aos cofres públicos em benefício da sociedade paranaense.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRUTURANTES

8 SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRUTURANTES (SEPL)

A Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL) é o órgão de assessoramento e apoio direto ao governador do Estado para o desempenho de funções de planejamento, coordenação e controle da ação geral do governo, dos assuntos e programas intersecretariais, bem como da organização base do sistema de planejamento e organização institucional.

Compõe sua atuação: a) a elaboração, coordenação e apoio ao desenvolvimento de projetos estruturantes, estratégicos e prioritários do Governo Estadual; b) a formulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas de desenvolvimento de caráter multisetorial; c) a coordenação da política de desenvolvimento integrado do território paranaense visando à sustentabilidade local e regional; d) a formulação de políticas públicas de indução e de estímulo ao desenvolvimento produtivo integrado voltado à sustentabilidade econômica local e regional, bem como a execução dessas políticas afetas às microempresas e empresas de pequeno porte, e o acompanhamento da implementação pelos órgãos e entidades competentes; e) a coordenação da elaboração, monitoramento, revisão e atualização do Plano Plurianual (PPA) e dos Planos Regionais de Desenvolvimento e a análise de resultados; f) a coordenação da elaboração da mensagem anual do Governador à Assembleia Legislativa do Paraná; g) a coordenação do programa estadual de desburocratização e, o planejamento e modernização da estrutura organizacional de órgãos e entidades estaduais, com a respectiva criação, remanejamento, transformação e extinção de cargos de provimento em comissão e funções de gestão pública; h) o desenvolvimento e coordenação de programas estratégicos de formação, desenvolvimento e aperfeiçoamento para os líderes e alta gestão da Administração Pública, destinados a ampliar e consolidar a capacidade de governo na gestão pública, criando oportunidades para concepção, discussão e inovação de práticas gerenciais focadas em um processo contínuo de modernização do Estado e gerando impacto na qualidade de vida da população; e i) a coordenação técnica e funcional do Sistema Estadual de Planejamento.

A Administração Indireta da SEPL é constituída pela autarquia Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (IPARDES) e, para auxiliar na viabilização de suas competências legais, a SEPL conta, ainda, com o suporte especializado do Serviço Social Autônomo Paraná Projetos, que se vincula à Pasta por contrato de gestão.

8.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

8.1.1 Ações Voltadas ao Desenvolvimento de Projetos Estruturantes, Estratégicos e Prioritários e ao Desenvolvimento Integrado

8.1.1.1 Operações de Crédito Interno e Externo

Assessoramento e apoio técnico em projetos com agentes financeiros nacionais e internacionais. O saldo a desembolsar das operações em execução, incluindo três recentemente contratadas, totaliza cerca de R\$ 3,7 bilhões. Além disso, o Estado do Paraná busca recursos para investimentos por meio de outras quatro operações de crédito, incluindo o Projeto Paraná Eficiente, que somadas, representam mais de R\$ 2,0 bilhões, e irão atender as áreas de: educação profissionalizante, habitação, gestão pública e de fortalecimento das ações correlatas à Controladoria Geral do Estado. Os principais projetos e programas foram:

- ▶ Programa Paraná Urbano III (Valor: US\$ 118,3 milhões) - contrato entre o Estado e o BID, assinado em abril, com objetivo de reduzir o déficit de Infraestrutura urbana nos municípios do Estado, de maneira sustentável, por meio da melhoria da gestão Tributária e Financeira dos municípios, do aumento da eficiência operacional do Sistema de Financiamento das Ações nos Municípios do Paraná (SFM) e do aumento da capacidade de Planejamento Urbano dos Municípios.
- ▶ Programa Avança Paraná (Valor: R\$ 1,6 bilhão) - contrato entre o Estado e o Consórcio constituído pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica, assinado em setembro, com o objetivo de apoiar ações de investimento em obras rodoviárias, implantar estradas rurais, recuperar a orla de Matinhos, no litoral do Estado, e implementar ações de segurança pública com financiamento parcial do Projeto Olho Vivo.
- ▶ PROFISCO II (Valor: US\$ 50 milhões) - contrato entre o Estado e BID, assinado em setembro, com o objetivo de, nos próximos cinco anos, modernizar a gestão fiscal e administrativa do Estado, agregar novas plataformas tecnológicas ao controle tributário e gerar mais dados para embasar políticas públicas.
- ▶ Projeto Paraná Eficiente (Valor: R\$ 130,0 milhões) - estruturação do Projeto Paraná Eficiente junto ao Banco Mundial, com aprovação da COFIEX e minuta da lei autorizativa, visando aumentar a eficiência e eficácia da administração estatal e da prestação de serviços públicos por meio da modernização e inovação de processos, contribuindo para a valorização das entregas à população e geração de economia que possibilite investimento em áreas estratégicas.
- ▶ Encerramento do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - elaboração do relatório do 2º semestre de 2019 e do relatório final contendo a síntese das ações e resultados alcançados no Acordo de Empréstimo n.o 8.201-BR, firmado entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Estado do Paraná, com duração de quatro anos, e dilação de prazo de dois anos, iniciando em dezembro de 2013 e encerrando em novembro de

2019. O relatório final foi aprovado pelo Banco Mundial, pois o projeto atendeu os objetivos firmados e cumpriu as metas de acompanhamento físico e financeiro. O relatório de auditoria aguarda a aprovação do pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

- ▶ Comissão de Coordenação e Controle das Operações de Crédito e Concessão de Garantias (COPEC) - instituída pelo Decreto Estadual n.o 4.757/2020, é presidida pela SEPL e tem a finalidade de deliberar sobre operações de crédito que poderão ser firmadas, garantias a serem concedidas pelas entidades e órgãos estaduais, além de avaliar o desempenho da carteira de projetos em execução. Coube à Coordenação de Desenvolvimento Governamental e Projetos Estruturantes (CDG) as seguintes atribuições: a) elaboração da minuta de Resolução do Regimento Interno da COPEC; b) elaboração do Modelo de Apoio à Preparação da proposta de Programa/Projeto de financiamento; c) regimento interno aprovado e publicado; d) Secretaria Executiva da COPEC; e) membro do Grupo Técnico da COPEC pela SEPL; e f) elaboração e análise e critérios de avaliação das propostas. Foram realizadas duas reuniões: a) julho - para apresentação das propostas de programas e projetos pleiteados pela SESA, SEED e COHAPAR, deliberação de aprovação do Regimento Interno e indicação dos membros para compor o Grupo Técnico; e em agosto, em que o Governador e os Secretários membros da COPEC definiram pela continuidade das tratativas de negociação e contratação do Projeto Paraná Eficiente, apoiado pelo Banco Mundial e que já possui aval da COFLEX, com a orientação de inserir parte das despesas previstas na operação emergencial de combate ao novo Coronavírus, e do Projeto de Modernização da Controladoria Geral do Estado do Paraná.

8.1.1.2 Plano de Retomada e Desenvolvimento Econômico

Participação da elaboração do Plano Estadual de Retomada e Desenvolvimento Econômico 2021/2022, atuando como secretaria-executiva do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto Estadual n.o 4.546/2020 e como coordenadora do Grupo Setorial para Assuntos Econômicos (GAE).

O objetivo do GT foi a elaboração de um Plano de Retomada Econômica e teve a participação de instituições públicas e privadas, com aproximadamente 200 pessoas envolvidas na elaboração de propostas que buscam atender aos setores econômicos prejudicados pela pandemia, fomentando a geração de trabalho e renda, reduzindo as disparidades regionais, garantindo a sustentabilidade das cadeias produtivas de setores estratégicos, sem perder de vista o fortalecimento das pequenas e médias empresas, além da saúde financeira do Estado.

Propostas elaboradas no âmbito GAE:

- ▶ Investimento Público - financiamento de R\$ 1,6 bilhão em ações como o Avança Paraná; contempla obras rodoviárias, de recuperação da orla de Matinhos e de estradas rurais, além de obras de infraestrutura da COPEL, SANEPAR e Portos do Paraná, estimadas em R\$ 8,1 bilhões até 2022.
- ▶ Programa Estadual de Fortalecimento das Atividades Agrícolas - foco no aumento da competitividade do setor agropecuário paranaense, contemplando o fortalecimento das cadeias

agrícolas, o uso de energias renováveis no campo e iniciativas como o Coopera Paraná e o Saneamento Rural.

- ▶ Acesso ao Financiamento Produtivo - por intermédio do Programa Paraná Mais Emprego, prevê a disponibilização de recursos para equalização de taxas de juros do setor produtivo paranaense.
- ▶ Programa Estadual de Expansão das Exportações - constituído por iniciativas que buscam a expansão das exportações, com a acesso a novos mercados e diversificação da pauta.
- ▶ Programa Estadual de Retomada do Turismo - busca potencializar os roteiros turísticos paranaenses por meio do Programa de Regionalização do Turismo Paranaense.
- ▶ Paraná *Startup* 2022 - visa apoiar a inovação, principalmente de empresas de base tecnológica.
- ▶ Programa Estadual de Atração de Investimentos - busca qualificar e reduzir o tempo de análise para concessão de incentivos para atração de investimentos. Tem como principais entregas o atendimento integrado ao investidor e o aperfeiçoamento do sistema de gestão ambiental, com o intuito de redução no tempo para concessão de licenciamentos.
- ▶ Micro e Pequenas Empresas - fomentar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, com iniciativas relacionadas ao estímulo à ampliação da participação de micro e pequenas empresas nas compras públicas, em ações de educação financeira e na melhoria do ambiente de negócios local.
- ▶ Tríplice Hélice - Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação: objetiva ampliar a integração entre o setor acadêmico, produtivo e público, com foco em pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- ▶ Esporte como fator de Desenvolvimento Humano e Econômico - visando potencializar as ações esportivas do Estado, auxiliando o crescimento econômico. Apresenta como principais entregas a ampliação de jogos de aventura e natureza e captação de eventos esportivos nacionais e internacionais.
- ▶ Estímulo à Economia através da Cultura - iniciativas de estímulo à economia criativa (Produção cultural, Festivais), infraestrutura e divulgação do turismo cultural.
- ▶ Programa Feito no Paraná - o Programa tem apoio de entidades da sociedade civil organizada, redes varejistas e do consumidor paranaense, dispendo de plataforma eletrônica para cadastramento das empresas e produtos, além da divulgação de histórias inspiradoras de empresários paranaenses, objetivando conscientizar o consumidor, por meio de campanhas publicitárias, da importância da valorização dos produtos paranaenses, estimulando-o a criar o hábito de verificar a origem do que está consumindo e priorizar nas suas compras os que tenham sido fabricados dentro do Estado do Paraná, com reflexos positivos do consumo de produtos locais na geração de emprego e renda.
- ▶ Empreende Paraná - direcionada prioritariamente aos empreendedores informais, autônomos, empreendedores individuais (MEI), microempresários, agricultores familiares, artesãos, entre outros, com finalidade de formular a Política Interinstitucional de Empreendedorismo Sustentável

no Paraná, com foco na inclusão social, contribuindo para geração de trabalho, emprego e renda, por meio do empreendedorismo.

- ▶ Planos de Desenvolvimento Territorial - objetiva o desenvolvimento de projetos estruturantes em regiões do Estado do Paraná, com foco na melhoria da qualidade de vida da população dos territórios, garantindo a oferta de emprego e renda por meio do planejamento integrado entre instituições públicas e privadas do Estado. Serão oito territórios prioritários, considerados em razão de suas características social, política e econômica. Além disso, serão trabalhadas ações voltadas às regiões que já contam com planos de desenvolvimento integrado, como o PDS Litoral e o Metrópole Paraná Norte.
- ▶ Participação na construção das propostas elaboradas pelo Grupo Setorial para Assuntos de Desenvolvimento Social, a saber: Habitação Social - Direito a Moradia; Transformação das Cidades - Requalificação urbana, Incremento a Vocações Econômicas Locais, Obras de Infraestrutura Básica em Áreas de Fragilidade Ambiental e Social e Gestão Inteligente dos Resíduos Sólidos; Mobilidade Urbana - Transporte Coletivo para Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social; Inclusão Produtiva Rural - Compras Públicas da Agricultura Familiar e Projetos Especiais; Inclusão do Jovem no Mercado de Trabalho; Inclusão Produtiva Urbana - Agências do Trabalhador e Empreendedorismo; Direito e Acesso a Serviços - Inclusão dos Povos e Comunidades Tradicionais.

8.1.1.3 PDS Litoral e Metrópole Paraná Norte

Elaborou o plano de trabalho para a continuidade das ações desenvolvidas no PDS Litoral e Metrópole Paraná Norte, dando origem a nova proposta junto ao Banco Mundial de mais oito planos de desenvolvimento produtivo regional com o objetivo de promover a competitividade das vocações regionais e buscar a diversificação das atividades produtivas nas regiões, atendendo em torno de 182 municípios que ainda não tenham sido atingidos por planos de desenvolvimento.

8.1.1.4 Plano de Retorno das Atividades Econômicas Durante a Pandemia da COVID-19

Estruturação e elaboração de um plano contendo orientações para o retorno das atividades econômicas do Estado no período da pandemia, tendo como premissas a preservação da vida, a redução do impacto negativo na economia e a gestão do risco.

O plano contou com suporte do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e foi composto principalmente pelo monitoramento de indicadores selecionados pela Secretaria de Estado de Saúde do Paraná (SESA) e por níveis de alertas para grupos de atividades econômicas.

8.1.1.5 Centro Integrado de Inteligência e Apoio a Decisão (CIAD)

Criado para apoiar as Secretarias na formulação, análise e monitoramento de Políticas Públicas. Com base na Resolução Conjunta SEFA/SEPL/IPARDES n.o 001/2020, foi elaborado plano de trabalho com o objetivo de operacionalizar o tratamento de dados, possibilitando avaliar a eficiência,

monitorar e propor políticas públicas à Administração Pública Direta e Indireta do Estado, assim como dar suporte e subsídios ao planejamento territorial baseado em evidências, propósitos e resultados. Seis produtos foram incluídos ao plano: a) estudo do impacto dos benefícios fiscais; b) acompanhamento da efetividade da arrecadação; c) análise da eficiência do gasto público; d) estudo do potencial de consumo; e) Índice Regional de Preços ao Consumidor; e, f) regionalização da matriz insumo-produto.

8.1.1.6 Plataforma Mais Brasil

Com a celebração do Acordo de Cooperação Técnica n.o 15/2020, firmado pela União e pelo Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes, o Paraná aderiu à Rede +Brasil.

A atuação da SEPL é voltada à melhoria da gestão nos processos de transferência da União, operacionalizadas por meio da Plataforma +Brasil, à promoção e realização de ações de capacitação e ao aprimoramento e implementação de ações de comunicação e transparência.

8.1.2 Ações de Monitoramento e Avaliação

- ▶ Plano Plurianual (PPA) - a) elaboração do Relatório de Acompanhamento do PPA referente ao exercício 2019; b) elaboração de Anteprojeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual 2020 a 2023; c) acompanhamento quadrimestral das Metas do Plano Plurianual - por meio da implementação do projeto piloto tendo como principal objetivo disponibilizar aos Gestores Públicos informações sobre a execução das Metas previstas no Plano, oportunizando a avaliação e possíveis ajustes ou correções de execução, com periodicidade quadrimestral ao invés de anual.
- ▶ Mensagem à Assembleia Legislativa - elaboração da Mensagem à Assembleia Legislativa - 2020, em conjunto com os demais órgãos do Executivo, contendo as principais realizações do governo, a ser entregue pelo Governador na abertura da sessão legislativa de 2021.
- ▶ Plano de Governo - realização do acompanhamento anual das Propostas previstas no Plano de Governo - Gestão 2019-2022.

8.1.3 Planejamento e Modernização da Estrutura Organizacional e Desburocratização

8.1.3.1 Reestruturação Organizacional

Planejamento governamental, mediante a orientação especializada, normativa e metodológica ao Poder Executivo do Estado, na concepção e aprimoramento da sua estrutura organizacional, tendo como premissas a racionalização, modernização, aperfeiçoamento e funcionalidade do conjunto estrutural da Administração Pública Estadual, garantindo perenidade ao processo de inovação da gestão institucional e sintonia com as mudanças administrativas, com foco na melhoria de desempenho para potencializar a obtenção de resultados e na excelência no cumprimento das suas metas e obrigações legais.

Deu-se continuidade à revisão da Administração Direta e Indireta, em decorrência de implementação da Lei Estadual n.o 19.848, de 03 de maio de 2019, tendo como principais ações:

- ▶ Na Administração Direta: a) reestruturação e aprovação dos regulamentos com o detalhamento das estruturas básicas e competências da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL), da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP); b) acompanhamento e reestruturação para elaboração das propostas de regulamentos da Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura (SECC), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas (SEDU), Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED), Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST), Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL) e Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA); c) reestruturação e aprovação de regimentos do Departamento de Logística para Contratações públicas (DECON/SEAP), do Departamento de Recursos Humanos e Previdência (DRH/SEAP) e do Departamento de Patrimônio do Estado (DPE/SEAP); d) acompanhamento e orientação para elaboração da proposta de regimento do Departamento de Gestão do Transporte Oficial (DETO); e) manifestações conclusivas em processos de reestruturação organizacional de criação e rearticulação de unidades operacionais do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), de criação da Delegacia da Mulher em Arapongas, de centralização das políticas de desestatização na SEDEST, de ampliação do Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários (CMEIV) para atuação no projeto Escola Segura, de instituição do Quadro Próprio da Controladoria Geral do Estado (CGE), de transferência de Setores de Carceragem da Polícia Civil para o Departamento Penitenciário (DEPEN), de alteração de dispositivos do Decreto n.o 2.038/2011 que instituiu o Comitê Estadual do Transporte Escolar (SEED/FUNDEPAR), no Anteprojeto de Lei Complementar de Qualidade e Responsabilidade Fiscal, de criação de unidades penais no DEPEN/SESP, da criação do Projeto Avança Paraná, da alteração de denominação de cargos de provimento em comissão no âmbito da SEAP, da alteração da denominação da Escola de Gestão do Paraná no âmbito da SEAP, no Anteprojeto de Lei visando atribuir a competência do cerimonial governamental à Casa Militar; no Anteprojeto de Lei para alteração nos quadros de Cargos de Provimento em Comissão, Funções de Gestão Pública e Funções Privativas Policiais no âmbito da Casa Militar e da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e de ativação de vagas para a reestruturação do Corpo de Bombeiros Militar; f) estudos preliminares sobre a proposta de Lei Complementar que estabelece a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Paraná (SESP).
- ▶ Na Administração Indireta: a) manifestações conclusivas em processos de reestruturação organizacional no Anteprojeto de Lei visando a extinção do Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná (DIOE), no Anteprojeto de Lei para criação da Função Comissionada de Confiança

do IPEM/PR, no Anteprojeto de Lei de reestruturação da Paraná Esporte (antigo Instituto Paranaense de Ciência do Esporte), de alteração da Lei Complementar n.o 131/2010 - reestruturação da Receita Estadual do Paraná, no Anteprojeto de Lei de reestruturação da Paraná Edificações (PRED), no Anteprojeto de Lei para reestruturação da Paraná Turismo, e da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR); b) estudos preliminares sobre o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), a Fundação Araucária, a Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR), o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná-IAPAR-EMATER (IDR Paraná), o Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN) e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR).

8.1.3.2 Desburocratização

Objetivando modernizar a gestão pública estadual, com foco em resultados e eficiência, foram elaboradas propostas de: a) instituição da Política Estadual de Desburocratização no âmbito do Poder Executivo do Paraná, explicitando seus objetivos, instâncias de gestão para implementação e suas diretrizes; b) criação de uma Comissão de Desburocratização do Paraná, subordinada à SEPL, como instância decisória de caráter estratégico da Política Estadual de Desburocratização, com delimitação de objetivo, competências e composição; c) aprovação do Programa Estadual de Desburocratização - PED como instrumento técnico para implementação da mencionada política estadual, cujo conteúdo apresenta objetivos, bases técnicas, modelo de gestão (estrutura do programa, metodologia, outros recursos técnicos, estratégias, etapas e abrangência); e d) Plano de Ação para Implementação do PED.

8.1.4 Programas de Formação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento para os Líderes e Alta Gestão da Administração Pública

Realização de ações de caráter inovador voltadas às lideranças do Estado do Paraná, contribuindo com o aprimoramento dos gestores e líderes, sendo as principais:

- ▶ Série Diálogos *Online*: oito edições do Programa, com mais de 500 participantes, e envolvimento de 79 lideranças do Estado. Os vídeos somam mais de 3.000 visualizações no canal do *YouTube*.
- ▶ Fórum Estadual sobre Transferências Voluntárias da União, com 389 inscritos e 1.200 visualizações pelo canal do *YouTube* da Escola de Liderança.
- ▶ Fórum Virtual do Trabalho, com 542 inscritos, participação de 82 lideranças do Estado e 1.300 visualizações pelo canal do *YouTube* da Escola de Liderança.
- ▶ Programas de Capacitação - com sete edições do Webinário Agrogov, sendo um internacional, com mais de 1.550 visualizações no *YouTube*;

8.1.5 Estudos Técnico-Científicos e Avaliações Socioeconômicas

Com o objetivo de subsidiar com informações e análises científicas o processo de tomada de decisões dos agentes sociais atuantes nos interesses do Estado do Paraná, com foco no desenvolvimento sustentável, foram realizados os seguintes estudos pelo IPARDES:

- ▶ Boletim Econômico SEFA/IPARDES, uma publicação sobre o mercado de trabalho com dados da PNAD COVID-19 do IBGE e as produções pontuais, que abordam da assistência social à educação.
- ▶ Cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) anual do Estado e dos 399 municípios paranaenses, em parceria com o IBGE, além do desenvolvimento do cálculo do PIB trimestral do Paraná e da atualização da Matriz Insumo-Produto, que permite a projeção de impactos econômicos, subsidiando a elaboração de políticas públicas.
- ▶ Continuidade do desenvolvimento de indicadores para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES), no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), apoiando na difusão desse tema perante os agentes públicos e privados do Paraná.
- ▶ Prestou suporte a órgãos e entidades, destacando os indicadores do Plano Estadual de Educação, os Planos Municipais de Educação e as apresentações sobre a situação socioeconômica paranaense.
- ▶ Elaboração de *dashboard* interativo, em conjunto com a CELEPAR, contendo dados das áreas econômica, social e ambiental, para disponibilizar à estrutura do governo estadual.
- ▶ Elaboração do Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM), voltado ao acompanhamento socioeconômico dos municípios paranaenses,
- ▶ Metodologia de índice de preços para o Estado, com vistas a mensurar a inflação para o Paraná e, destacadamente, em suas principais regiões. Esta metodologia visa contribuir na implementação efetiva de cálculo de inflação para regiões diversas do Estado, com possibilidades de exploração de outras estatísticas relevantes na compreensão das realidades regionais.
- ▶ Organização e elaboração, em parceria com a Superintendência de Desempenho Governamental da Casa Civil e com a Secretaria de Saúde, de indicadores e de projeções da pandemia da COVID-19, com vistas a orientar decisões desta Secretaria e do Governo do Estado quanto às tendências referentes aos volumes de infecção e da utilização de leitos disponíveis, tanto para o Estado como para suas macrorregiões de saúde, participando e apresentando os resultados atualizados das projeções no Centro de Operações Emergenciais (COE) na SESA, e prestando outros apoios sobre essa temática.
- ▶ Desenvolvimento amostral à CGE, com vistas à coleta de informações junto aos servidores, para o prosseguimento de seus trabalhos na área de integridade e *compliance*, aplicada à estrutura de Secretarias do Governo do Estado.

8.1.6 Promoção, Elaboração e Gerenciamento de Projetos

A SEPL desenvolveu ações por meio de contrato de gestão firmado com o Serviço Social Autônomo Paraná Projetos, sendo as principais:

- ▶ Planejamento estratégico no cenário COVID-19 - suporte do Paraná Projetos à SEPL e atendimento aos grupos de apoio constituídos pelo Decreto Estadual n.o 4546/2020, que instituiu Grupo de Trabalho para a coordenação de ações estruturantes e estratégicas para recuperação, crescimento e desenvolvimento do Estado do Paraná, visando a minimização dos efeitos socioeconômicos negativos relacionados à pandemia da COVID-19, atuando no desenvolvimento de metodologia de trabalho via plataforma colaborativa digital que contou com 5.755 acessos, em 30 dias, envolvendo aproximadamente 160 pessoas.
- ▶ Laboratório de Inovação do Sistema Estadual de Agricultura do Paraná - criação de um laboratório de inovação, lançado em *workshop online* realizado em setembro, durante as reuniões do grupo de trabalho instituído pelo Decreto Estadual n.o 4.546/2020, ante a necessidade de desburocratizar os procedimentos administrativos pelo uso da tecnologia de informação. O objetivo é tornar o Estado mais competitivo na área de tecnologia para o agronegócio, por meio do estabelecimento de uma estrutura organizacional de inovação no sistema SEAGRI, para a promoção de atividades de prospecção, experimentação e disseminação de inovações no setor público, voltadas à melhoria na prestação de serviços. Desde o lançamento, foram realizadas palestras virtuais, com atores da área de inovação em governo, visando a sensibilização sobre o tema. Durante os webinários foram apresentadas experiências exitosas de laboratórios de inovação nacionais e internacionais.
- ▶ Caminhada permanente e de longa distância pela agricultura familiar do Vale do Ivaí - desenvolvimento do projeto do Vale do Ivaí, com o objetivo de gerar emprego e renda no campo, incentivar a permanência dos jovens na propriedade, elevar a autoestima das comunidades rurais e promover o desenvolvimento econômico nos municípios e região por meio do turismo rural. Conta com um traçado de cerca de 500 km envolvendo 17 municípios, passando por comunidades rurais e propriedades da agricultura familiar que são atendidas pela Assistência Técnica (ATER) do Governo do Estado e contemplando diretamente mais de 100 famílias agricultoras, além do envolvimento dos meios de hospedagem, serviços e agentes e operadoras de viagens.
- ▶ Ciclomobilidade - desenvolvimento de projeto com objetivo de apoiar a elaboração e implantação de Rotas Cicloturísticas de baixo investimento em municípios do Paraná, tratando dos assuntos relacionados às rotas cicloturísticas, prevendo a segurança dos ciclistas e as características culturais e turísticas da região da rota a ser estabelecida.
- ▶ Desenvolvimento em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - apoio à SEPL na elaboração de ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social de municípios com baixo IDH, por meio do suporte aos administradores municipais no aprimoramento de suas

gestões, visando boas práticas de governança, prevenindo irregularidades e desenvolvendo uma visão ampla e integrada da administração, auxiliando na transformação dos municípios.

- ▶ Litoral de oportunidades - realização de ações que visam promover a integração entre os municípios e ilhas do litoral paranaense mediante melhorias de infraestrutura de modais, preservação do meio ambiente, incremento do turismo e facilidade de acesso aos atrativos turísticos do litoral, de modo que turistas, investidores e moradores que desfrutem do litoral paranaense tenham melhores condições de mobilidade na região. Adicionalmente visa a qualificação dos atores envolvidos, despertando o espírito empreendedor na população de baixa renda do litoral paranaense, à medida que ampliam seu acesso ao conhecimento, desenvolvendo competências e habilidades empreendedoras.
- ▶ Evento *Agrothon* Canguiri - apoio à Governadoria na realização do evento *Agrothon* Canguiri, que objetiva fomentar a cultura da inovação na agricultura familiar e desenvolver soluções tecnológicas aos colégios agrícolas paranaenses, um primeiro passo para a implantação do projeto piloto da Escola Agrícola 4.0 utilizando a estrutura da Granja do Canguiri, antiga residência oficial dos governadores, em um espaço de suporte ao Colégio Estadual de Educação Profissional (CEEP) Newton Freire Maia, próximo ao imóvel, localizado em Pinhais. Os alunos do CEEP e de outras escolas agrícolas paranaenses participaram do *hackathon*, promovido entre os dias 21 e 23 de agosto.
- ▶ Apoio ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Estado - apoio na elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento regional, fomentando o desenvolvimento a partir dos encadeamentos produtivos, das vocações econômicas, características sociais, aspectos físicos territoriais e ambientais, diversidade cultural e institucional, de modo a criar oportunidades de crescimento viáveis, socialmente justas e em consonância com os princípios da sustentabilidade.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

9 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA (SEAP)

A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), Órgão de natureza instrumental, é responsável pelos Sistemas Estruturantes de Administração Geral e de Recursos Humanos. A Estrutura Organizacional desta Secretaria é composta por diferentes níveis de atuação, dos quais, seu nível de Direção Superior compete ao Secretário de Estado as funções estratégicas institucionais e administrativas. No que se refere à assessoria, cabe ao Gabinete e à Assessoria Técnica o apoio direto, estratégico e especializado ao Secretário. Além disso, representado pelo Diretor-Geral, em nível de Gerência, competem as funções relativas à inteligência e à liderança técnica do processo de integração interna da Secretaria.

Com a finalidade de proporcionar meios para a execução das ações finalísticas dos Órgãos de natureza substantiva, o nível Sistêmico desta Secretaria compreende grupos e núcleos setoriais prestadores de serviços nas áreas : a) de planejamento - Núcleo de Planejamento Setorial (NPS); b) administração - Grupo Administrativo Setorial (GAS); c) Recursos Humanos - Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS); d) Finanças - Grupo Orçamentário Financeiro Setorial (GOFS); e) Controladoria Geral - Núcleo de Integridade e *Compliance* Setorial (NICS) e f) Comunicação Social - Núcleo de Comunicação Setorial; coordenados, respectivamente por suas Secretarias.

A Execução Programática é representada por departamentos responsáveis pelas atividades fins desta Secretaria que incluem, no âmbito do Estado do Paraná: a) a administração de serviços essenciais para atender a demanda de Órgãos e entidades - Departamento de Operações e Serviços (DOS); b) gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário - Departamento do Patrimônio do Estado (DPE); c) gerenciamento do Sistema de Assistência à Saúde (SAS) e da perícia médica dos servidores públicos - Departamento de Saúde do Servidor (DSS); d) condução de procedimentos licitatórios realizados por meio do Sistema de Registro de Preços - Departamento de Logística para Contratações Públicas (DECON); e) gestão da frota oficial - Departamento de Gestão do Transporte Oficial (DETO); f) gestão de pessoas e previdência - Departamento de Recursos Humanos e Previdência (DRH); g) gerenciamento de arquivos e documentos públicos de valor histórico ou administrativo - Departamento de Arquivo Público (DEAP) e h) desenvolvimento do servidor voltada à capacitação dos quadros públicos do Estado - Escola de Gestão do Paraná (EG).

Ademais, compõem o nível de atuação descentralizada o Serviço Social Autônomo Paraná Previdência e as Autarquias: Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR) e o Instituto de Pesos e Medidas do Paraná (IPEM), este último vinculado à SEAP após a aprovação da Reforma Administrativa do Governo (Lei n.º 18.848, de 03 de maio de 2019).

9.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

9.1.1 Gestão Administrativa

Foi elaborado o Plano Diretor de Tecnologia e Informação, Comunicação e Sistema (PDTIC) para a SEAP, com o objetivo de atender as necessidades de TIC da Pasta alinhadas aos objetivos estratégicos. Participaram do processo as Diretorias da SEAP, Gabinete, NICS e NPS.

O e-Protocolo, ferramenta utilizada no registro e tramitação de documentos da administração pública direta e indireta, conta com mais de 126.000 usuários ativos e registrou 715.712 protocolos digitais, até 12 de novembro, um aumento de 17,3% nos registros se comparado ao mesmo período de 2019.

O GMS permite o gerenciamento e fiscalização dos contratos realizados pela Administração Pública Direta do Estado do Paraná, com maior transparência à população, pois os dados inseridos no sistema podem ser fiscalizados pelos órgãos de controle. Conta com 10.504 usuários ativos; foram registrados 2.797 contratos até 12 de novembro; e foram formalizados 542 termos aditivos.

Quanto às contratações terceirizadas, destaca-se o projeto de terceirização dos serviços prestados nas escolas, que engloba os 32 Núcleos Regionais da Educação, com 21 tipos de postos diferentes, com previsão de contratação de 11.257 postos de trabalho, totalizando aproximadamente R\$ 430,0 milhões.

9.1.2 Gestão de Logística para Contratações Públicas

Atuou de forma proativa com o intuito de orientar, padronizar e dar celeridade aos processos licitatórios. Foi atualizado o Manual de Instrução de Procedimentos Licitatórios de registro de preços e demais procedimentos realizados pelo DECON, por meio da Resolução SEAP n.o 9366/2020.

Mesmo com as restrições impostas pela pandemia do novo Coronavírus, o Governo do Estado seguiu com o planejamento de aquisições essenciais ao funcionamento da máquina pública. Foram promovidas quatro audiências públicas virtuais, que nortearam cerca de 300 processos licitatórios para compra de medicamentos, alimentos, veículos e para serviços terceirizados.

Realização de cinco pregões presenciais regionalizados para registro de preços visando a participação de micro e pequenas empresas (MPEs) e dos pequenos agricultores do Estado do Paraná e assim fomentando a economia regional.

Até outubro, as aquisições e contratações do Estado com MEs, EPPs, MEIs e Cooperativas estavam em torno de 15,0% do total licitado, cerca de R\$ 455,0 milhões.

Concluída a licitação para manutenção de veículos, novo modelo por registro de preços e concluída a licitação do sistema de abastecimento de veículos no Estado.

Elaborou, em conjunto com a CGE, o Decreto n.o 5.880/2020, que obriga os órgãos e entidades do Estado a registrar e manter atualizado o sistema GMS.

Registrou, em 2020, um aumento de cerca de 11,0% do número de novos fornecedores cadastrados. O CAUFPR atualmente está com cerca de 40 mil fornecedores cadastrados.

Está em andamento o desenvolvimento de convênios com Receita Federal e Caixa Econômica Federal para consulta e validação *online* do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF). Dessa forma, desburocratiza o processo de cadastro de fornecedores para participar de licitações e de convenientes para celebrarem contratos administrativos.

Até outubro, foram homologados mais de R\$ 800,0 milhões em licitações pelo DECON, com mais de R\$ 220,0 milhões (cerca de 21,0%) de economicidade em relação ao preço máximo inicial das licitações.

Foram realizadas adequações urgentes no sistema GMS para atendimento das compras emergenciais pelo Estado, devido alteração da legislação exclusivamente para atendimento à pandemia. Essas alterações tornaram ainda mais transparentes os procedimentos de compras e contratações. Em maio, o Paraná estava entre os três Estados com melhor transparência no enfrentamento à COVID-19, de acordo com o primeiro levantamento da entidade Transparência Internacional Brasil.

9.1.3 Gestão de Recursos Humanos

Cabe identificar as atividades desenvolvidas para a consolidação de uma política de transparência na divulgação das informações de recursos humanos, para as quais foram disponibilizadas no Portal da Transparência, novas formas de consulta por meio de gráficos interativos que facilitam o acesso às informações de remuneração, quantitativo de cargos, entre outros dados.

Tendo em vista a autorização governamental, estão sendo concedidas as promoções e progressões das carreiras excepcionalizadas pelo Decreto Estadual n.o 6.082/2020.

Com a edição da Lei Complementar n.o 217/2019 que institui o Programa de fruição e indenização da Licença Especial, bem como institui a Licença Capacitação no âmbito do Executivo Estadual, foram realizados estudos que culminaram na expedição dos Decretos n.o 4.631/2020 e 4.634/2020.

Composição de Grupo de Trabalho para adequação de sistema de RH e migração das informações cadastrais para o processamento da folha das Universidades Estaduais de modo a integrar as universidades estaduais e empresas ao sistema Meta4, que passará a ser o sistema único de processamento de folha. O processo resultou em adequações das funcionalidades do sistema que possui previsão para funcionamento no início de 2021.

Proposição de regulamentação do regime de teletrabalho, instituído pela Lei Estadual n.o 19.776/2018, que culminou na edição do Decreto Estadual n.o 5.679/2020.

Acompanhamento e revisão do Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência, com vistas ao reequilíbrio financeiro e atuarial gerido pela PARANAPREVIDÊNCIA.

Edição da Resolução n.o 8459/2020, que aprovou o Regimento Interno do Departamento de Recursos Humanos e Previdências

Na capacitação estratégica dos Quadros Públicos, alinhada às diretrizes e agenda estratégica da administração estadual, os principais resultados gerados pela Escola de Gestão do Paraná, foram: de janeiro a outubro, foram 32.211 servidores inscritos nas ações de capacitação desenvolvidas em 40 turmas, sendo 1,4% na modalidade presencial e 98,6% na modalidade a distância. As ações integram o Programa de Aprendizagem para Resultados que prevê até dezembro 35.000 inscritos em 48 turmas, sendo 8,9% na modalidade presencial e 91,1% na modalidade a distância.

Com relação à modalidade para capacitação ocorreu uma inversão comparativamente ao mesmo período do ano de 2019, sendo ofertado um número maior de eventos a distância, cabendo ressaltar o incremento de 759,0% no número de inscritos quando comparado ao mesmo período de 2019. A edição do Decreto n.o 4.230/2020, que visou diminuir o avanço da disseminação do vírus da COVID-19 no Estado, acarretou medidas aplicadas aos servidores e empregados públicos, como o afastamento social, teletrabalho, redução da carga horária presencial, dentre outros, o que gerou uma busca maior pelo ensino a distância.

Dentre as demais ações destacam-se também aquelas desenvolvidas em parceria com a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e Universidade Estadual de Maringá(UEM), com a abertura da quinta turma do Mestrado Profissional em Políticas Públicas, com 30 servidores; e com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com a abertura de 145 vagas para a terceira turma de Pós-graduação em Gestão Pública (100 servidores), e a segunda de Pós-graduação em Projetos e Obras Públicas (45 servidores).

Com o intuito de ampliar a oferta de cursos na modalidade de ensino a distância aos servidores públicos de nosso Estado, foram estabelecidas tratativas para o estabelecimento de termos de parceria com outras escolas de governo nos âmbitos federal, estadual e municipal, para o intercâmbio de cursos já elaborados nesta modalidade.

Merece destaque a articulação com os demais centros de formação e desenvolvimento, órgãos e entidades da Administração Direta, autárquica e fundacional, à política de desenvolvimento de recursos humanos, diretrizes e estratégias da gestão estadual, para fins de planejamento integrado, execução financeira coordenada e avaliação global de resultados, de modo a contribuir com a melhoria da qualidade da gestão, buscando a melhoria constante do serviço público. Ressalta-se neste item a celebração de cooperações técnicas com órgãos do Estado do Paraná, como SEJUF, IDR, IAT, CGE,

ADAPAR, CELEPAR, dentre outros, com a finalidade de desenvolvimento de cursos para oferta a seus servidores e parceiros.

No que tange ao aperfeiçoamento dos servidores públicos, é de competência do DOS a instrução dos GAS e Departamentos correlatos. Foram capacitados até outubro, 65 profissionais quanto às peculiaridades dos contratos, registros, fiscalização documental, planejamento, execução, gestão e fiscalização por meio do Sistema GMS.

Em decorrência do Decreto Estadual n.o 5.880/2020, que tornou obrigatório o registro e manutenção de todos os dados e informações relativas às licitações, processos de inexigibilidade e dispensa, contratos e suas alterações, ocorrência de fornecedores, bem como demonstrativos financeiros gerenciais e contábeis junto ao GMS. Os treinamentos *online* realizados em novembro e dezembro possibilitaram o aperfeiçoamento dos conhecimentos dos servidores que utilizam o referido sistema.

9.1.4 Gestão Previdenciária Estadual

A partir da Emenda Constitucional n.o 103/2019 e da edição da Emenda à Constituição Estadual n.o 45/2019, tratando do novo modelo em relação aos benefícios previdenciários; e considerando a Lei Estadual n.o 20.122/19, foi encaminhado para a ALEP o projeto de Lei Complementar para regulamentação das regras permanentes do art. 35 da Constituição Estadual, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.o 45/2019 (PRC n.o 05/2020), atualmente em trâmite pela Corte Legislativa.

A PARANAPREVIDÊNCIA promoveu a organização e treinamento de 986 servidores lotados nos GRHS de todas as Secretarias, divididos em sete grupos, quanto às alterações trazidas pela EC 45/2019. A capacitação foi desenvolvida por meio de Apostila Reforma da Previdência no Paraná de acordo com a EC 45/2019 disponibilizada aos servidores por meio virtual.

Revisão e alterações nos procedimentos de concessão de benefícios previdenciários, focados na virtualização, além da adoção do *home office* como medida preventiva em razão da pandemia, reduziram sobremaneira os tempos médios de concessões, para aproximadamente, 30 dias na aposentadoria e 45 dias para pensões.

Sobre a compensação previdenciária entre o Estado do Paraná e o Regime Geral de Previdência, no exercício financeiro de 2020, foi recebido o montante líquido de R\$ 92,5 milhões.

Foi instituído o Grupo de Trabalho - Plano de Custeio (GT-PC), cujo objetivo era revisar e apresentar um novo plano de custeio, em substituição ao contido na Lei Estadual n.o 17.435/12, modificada pela Lei Estadual n.o 18.469/15 e n.o 19.790/18. O grupo, criado pela Resolução SEAP n.o 8940/2020, é composto por integrantes da PARANAPREVIDÊNCIA, da SEAP, da SEFA, da Casa Civil e da PGE e trabalha na elaboração de um cálculo atuarial tecnicamente adequado, atendendo a

determinação contida no art. 15 da Portaria 464/2018, considerando as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adequadas à situação do plano de benefícios e aderentes às características da massa de beneficiários do regime, para o correto dimensionamento dos seus compromissos futuros, obedecidos os parâmetros mínimos de prudência indicados pela Secretaria de Previdência do Ministério da Economia. Com a conclusão dos trabalhos se pretende identificar o modelo financeiramente suportável pelo Estado, considerada a capacidade de comprometimento responsável dos recursos financeiros; e elaborar projeto de lei com as adequações necessárias à nova reformulação do custeio do RPPS.

Foi aprovado o novo Estatuto da PARANAPREVIDÊNCIA, pelo Decreto n.o 4.961/2020. A atualização do Estatuto foi necessária em face das alterações legislativas (Leis 18.370/2014, 18.469/2015 e 19.790/2018), ocorridas após a edição do Estatuto vigente (Decreto Estadual n.o 9.845/2013).

Adesão ao Programa Pró-Gestão, da Secretaria Especial da Previdência do Ministério da Economia, visando certificação de excelência em Governança. Nesse sentido, o Programa oportunizou uma série de melhorias nas atividades da Instituição, como: a elaboração de regimentos específicos dos Conselhos de Administração e Fiscal; alteração do Regimento do Comitê de Investimentos, passando a exigir capacitação de 100,0% dos integrantes; complementação de qualificação de seus dirigentes; Capacitação de Diretores e Conselheiros, por meio do Programa Executivo - Conselhos de Alta Performance nos RPPS; elaboração de Cartilha e realização de evento de divulgação; treinamento aos Grupos de Recursos Humanos do Estado; disponibilização de evento junto à Escola de Gestão, sobre pré-aposentadoria; ampla divulgação do Código de Conduta da Instituição; estabelecimento de políticas de segurança da informação (em andamento); entre outras.

Sobre a posição da carteira de investimentos da PARANAPREVIDÊNCIA - outubro/2020, os valores investidos pela PRPREV nas diversas categorias de aplicação: a) Renda Fixa R\$ 4, 6 bilhões (83,60%); b) Renda Variável e Investimentos Estruturados R\$ 745,3milhões (13,55%) e c) Investimentos no Exterior R\$ 156,5 milhões.

A Meta Atuarial para o exercício financeiro foi fixada em 6,86% (IPCA + 5,50% a.a.), a rentabilidade até outubro de 2020 estava em 4,05%. Diante dos desafios e instabilidades econômicas deste ano, a rentabilidade das aplicações tem se mantido aderente à meta atuarial.

9.1.5 Saúde do Servidor

Consolidação do teletrabalho para execução das atividades finalísticas do Departamento com diretrizes pontuais na manutenção da segurança e agilidade nos processos.

Com o advento da pandemia foi implantado um sistema de avaliação pericial remota - totalmente digital via *web* - para fins de afastamento por licença médica dentro da proposta de

segurança sanitária imposta pela pandemia, com a expansão de agendamento via *web* para atendimento pericial presencial quando possível e a situação requeira.

Contratação de clínicas especializadas para avaliação médico-pericial em oito regiões no interior do Estado do Paraná que estavam desativadas, permitindo um atendimento mais humanizado aos servidores, sem a necessidade de grandes deslocamentos e custos adicionais.

Destaca-se como conquista do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais (SAS) a manutenção do serviço sem ônus ou contrapartida ao servidor.

Implementado o aprimoramento da ferramenta SASW (plataforma gerencial do SAS), com metodologia *sprint* em parceria com a CELEPAR, para a melhoria da gestão do SAS neste sistema de informações compartilhadas entre a Administração e os hospitais. O SASW permitiu acesso a dados dos beneficiários do SAS para disponibilização da telemedicina aos usuários durante o *lockdown* evitando a desassistência nas doenças.

9.1.6 Gestão do Patrimônio

Na Gestão Patrimonial de bens imóveis destaca-se o gerenciamento permanente do Sistema de Gestão Patrimonial de Imóveis do Estado do Paraná (GPI), com 8.198 imóveis cadastrados, sendo 4.668 de propriedade da Administração Direta, 913 da Administração Indireta e 2.607 de terceiros (União, municípios, particulares: pessoa física ou pessoa jurídica).

Foi aberto e homologado o processo de licitação para contratação de empresa especializada para atualização cadastral de 1.430 imóveis, tanto novos quanto avaliados no período de 2011 a 2013, para atendimento da Portaria STN 548/2015, referente à depreciação de edificações estaduais no GPI.

Encontram-se em andamento os projetos de regularização dos seguintes imóveis: CENSE Joana Richa (Curitiba), CEEP Newton Freire Maia e Parque da Ciência (Pinhais), Colégio Estadual Manoel Ribas e Associações Benéficas (Curitiba), Departamento de Estradas e Rodagem (Colombo), Antigo Fórum da Lapa (Lapa), Antiga Casa do Pequeno Jornaleiro (Curitiba), Imóvel em Quitandinha, Imóvel Vila Izabel (Curitiba), Guatupê (São José dos Pinhais), Subdivisão Tarumã Matrícula 44.981 (Curitiba).

Elaboração do Manual de Regularização Cartorial de Imóvel Ocupado por Unidade Escolar de Rede Estadual de Ensino, junto à SEED e ao FUNDEPAR, que resultou na publicação da Resolução Conjunta SEAP/SEED/FUNDEPAR n.o 02/2020 que aprovou o respectivo manual, tendo em vista a orientação para regularização cartorial dos imóveis escolares para que se tornem aptos ao recebimento de recursos federais para reformas das escolas. Desta forma, foi elaborada uma cartilha orientativa, na qual a CGE fez a diagramação. Até o momento foram regularizadas 11 (onze) escolas.

Tendo em vista a continuidade aos trabalhos de racionalização e otimização do patrimônio público, foi aberto o processo de Concorrência Pública n.o 54/2020, em que se pretende alienar sete

imóveis no valor estimado de R\$ 11.721.900,00 (onze milhões, setecentos e vinte e um, novecentos reais).

Para diminuir despesas foram encaminhados os Ofícios Circulares n.o 02/2020 e n.o 03/2020 com orientações aos Órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional que ocupam imóveis locados para que entrassem em contato com os locadores, visando a renegociação consensual para redução do valor da locação. Em decorrência desta ação foram renegociados consensualmente mais de 100 contratos cujo resultado foi uma economia de mais de R\$ 89,0 mil mensais.

Para remodelar o processo de gestão do patrimônio de bens imóveis várias ações foram realizadas e algumas estão em andamento como:

- ▶ A proposta de criação do Fundo Especial de Gestão Patrimonial, que visa racionalizar o patrimônio imobiliário por meio da alienação de imóveis inservíveis que não atendem o interesse público e a otimização dos próprios públicos integrantes do ativo imobiliário próprio do Estado, permitindo manter, reformar ou adquirir imóveis para alocar os Órgãos e entidades.
- ▶ A proposta de alteração do art. 10 da Constituição Estadual, a fim de facilitar a alienação de ativos imobilizados que não atendam mais o interesse público, se encontra na Assembleia Legislativa do Paraná para apreciação e aprovação.
- ▶ Publicação do Decreto Estadual n.o 5.247/2020 que transferiu à Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) a administração do imóvel denominado Granja Canguiri, localizado no município de Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, que deixa de ser designado como residência oficial do Chefe do Poder Executivo. O Departamento de Patrimônio está atuando juntamente com a SEED e o FUNDEPAR, na elaboração de prospectos de engenharia visando a reformulação do imóvel, promovendo a conexão entre as atividades agrícolas realizadas no Paraná e as inovações tecnológicas capazes de gerar empreendedorismo sustentável ao produtor.
- ▶ Celebração de Termo de Cooperação entre a SEAP e a Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, referente a cessão de código fonte para o desenvolvimento do sistema de Leilões do Estado do Paraná. O Sistema de Leilões já foi utilizado para o leilão de automóveis e está sendo adaptado para o leilão de bens imóveis, em vias de finalização pela CELEPAR.
- ▶ Celebração de convênio com Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) para avaliação de 20 imóveis sem uso destinados a alienação.
- ▶ Acordo de Cooperação Técnico Financeiro com a Secretaria de Estado da Comunicação e Cultura (SECC) para confecção e instalação de 20 placas nos imóveis disponíveis para alienação.

No que tange o patrimônio móvel, finalização do novo Manual de Gestão de Bens Móveis, que se encontra em análise pela Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Em atendimento à Lei Federal n.º 12.527/2011 e ao Decreto n.º 10.285/2014, o DPE está finalizando os testes junto a CELEPAR para disponibilizar as informações relativas aos bens móveis no Portal da Transparência.

9.1.7 Gestão do Transporte Oficial

Contratação Emergencial de Empresa Gestora da Manutenção da Frota - Termo de Dispensa n.º 103.317/2020 - Contrato n.º 1836/2020 - R\$ 28,0 milhões - Taxa R\$ -15,00 por manutenção - Assinado em 21 de julho por até 180 dias.

Contratação Emergencial de Empresa Gestora do Abastecimento da Frota - Dispensa n.º 14.152/2020 - Contrato n.º 2584/2020 - R\$ 47,1 milhões - taxa -0,92% - Assinado em 13 de outubro por até 180 dias - 42 Órgãos participantes.

Homologação em 08 de outubro da Ata de Registro de Preços para Contratação de Empresa Gestora da Manutenção da Frota Oficial - PE 389/2019-SRP - R\$ 147,9 milhões - Taxa de Administração de -7,0% sobre o valor da manutenção - Prazo de Contratação 24 meses - 51 Órgãos participantes da ata.

Contratação de Empresa Gestora do Abastecimento da Frota Oficial - PE 656/2019 - Contrato n.º 2507/2020 - R\$ 97,9 milhões - Taxa de Administração de -4,90% - 48 Órgãos participantes - vigência 21/10/2020 a 20/10/2021.

Proposta de atualização do regimento do DETO, modernizando e revisando atribuições das divisões - Protocolo n.º 16.866.332-3.

Aprovação da minuta de Resolução para implantação de metodologia para fiscalização do contrato de manutenção, estabelecendo o quantitativo mínimo de itens a serem verificados, periodicidade da fiscalização e ações a serem adotadas por Órgão contratante quando verificado descumprimento ou irregularidade na execução do contrato. Aguarda publicação da Resolução - Protocolo 16.956.782-4.

Solicitados recursos ao Banco Mundial para implantar o sistema de Rastreamento, Telemetria e Monitoramento da Frota - Valor requisitado - US\$ 1,5 milhão - R\$ 9,0 milhões.

Proposta de Cooperação Técnica entre a SEAP, DETRAN e SESP para que os servidores da SESP façam a avaliação dos veículos apreendidos que estão nos pátios das unidades vinculadas (CIRETRANS, Delegacias, Batalhões e Companhias). Quantitativo de veículos apreendidos - aproximadamente 30.000 unidades.

Publicação da Instrução Normativa n.º 001/2020 estabelecendo critérios para autorização de consertos/manutenção de veículos com ano de fabricação superior a 10 anos e/ou que os valores cumulativos das manutenções realizadas atinjam 70,0% do valor do veículo na tabela FIPE.

Modernização da metodologia de avaliação dos veículos oficiais, por meio da publicação de Instrução Normativa n.o 002/2020.

Iniciadas tratativas com a SEFA para criação da tabela própria de preços de combustíveis, em substituição aos preços da ANP. Assim, ao invés de uma base de dados que contempla apenas 29 municípios, os preços obtidos serão coletados do banco de dados da SEFA, e desta forma estarão alinhados com os praticados em cada município ou região.

9.1.8 Registro Mercantil Público

A JUCEPAR, responsável pelo Registro Mercantil no Estado, vem continuamente empreendendo esforços com o objetivo de realizar as integrações necessárias com os órgãos de registro e licenciamento de empresas. Nesta área destaca-se a integração de 397 municípios ao Sistema Integrador Empresa Fácil e à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM), desburocratizando os processos de abertura, alteração e baixa de empresas. A manutenção de 65 convênios com suas Agências Regionais, franqueou a descentralização do atendimento da JUCEPAR no interior do Estado.

No fim de 2019, foi iniciada a implementação do Sistema Nato Digital no Estado do Paraná, tornando o trâmite para o registro mercantil integralmente digital. Os processos para abertura, alteração e baixa que não envolva vinculados, transformações e exclusivos, nas naturezas jurídicas de Empresário Individual, Eireli e LTDA são assinados digitalmente, otimizando o trâmite processual. O sistema Nato Digital está implementado em 199 municípios e tem como meta concluir, antes de 2023, a implementação nos 399 municípios paranaenses.

A digitalização dos arquivos de documentos para a JUCEPAR é indispensável. Diante disso foram iniciados os processos de digitalização do acervo documental da Junta por meio do Pregão Eletrônico 82/2020. Em 2019, foram contabilizadas cerca de 11.549.000 laudas a serem digitalizadas. O processo de digitalização foi iniciado em outubro de 2020, tendo sido geradas mais de 148.000 imagens.

9.1.9 Metrologia Legal e Avaliação de Conformidade

Dentro do escopo de atuação do IPEM/PR, foram realizadas, 140.730 verificações metrológicas, em instrumentos de medir e medidas materializadas. Com relação à verificação quantitativa em produtos pré embalados, foram efetuados 10.950 exames. Foram realizadas ainda, 885 ações de fiscalização em produtos com a conformidade avaliada. Foram executadas 1.621 calibrações em instrumentos de medir e medidas materializadas e foram realizadas 334 verificações em processos de registro de empresas.

9.1.10 Gestão do Arquivo Público

O Programa da Gestão de Documentos (PGD) é o conjunto de procedimentos técnicos e operacionais referentes às atividades de produção, tramitação, classificação, avaliação e arquivamento de documentos públicos nas fases corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento à guarda permanente. Foram contatados e orientados para adesão à metodologia de gestão de documentos implantada pelo DEAP 141 Órgãos e Secretarias Estaduais, ampliando o alcance do programa por meio das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos (CSAs), a 93 estruturas produtoras de documentos na Administração Pública do Estado.

Foram publicados 843 itens dentre designações, editais de ciência e eliminação de documentos e revisão e atualização de Tabelas de Temporalidade de Documentos (TTD).

Dado prosseguimento ao Projeto de Interiorização do Arquivo Público do Paraná - uma expansão do PGD - buscando implementar, no âmbito dos arquivos da Administração Pública Municipal do Estado do Paraná, uma série de ações destinadas aos servidores públicos municipais que trabalham com diversos tipos de documentação. Foram contatados os 39 Municípios da Macrorregião Centro-Sul.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

10 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFA)

A Secretaria de Estado da Fazenda, órgão auxiliar do Governador, nos termos do artigo 27 da Lei n.º 19.848, de 03 de maio de 2019, tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar o desempenho da política econômico-tributária e fiscal, a gestão orçamentária, a gestão dos recursos financeiros, a gestão contábil estadual e as atividades pertinentes à gestão corporativa da Pasta.

Na busca de equilibrar as contas públicas e gerar recursos para fazer frente às despesas de custeio e aos investimentos necessários ao Plano de Governo Estadual, em especial neste ano de pandemia, destacam-se os resultados e os avanços mais importantes alcançados, bem como as principais atividades da gestão financeira do Estado, seguindo as diretrizes de redução de despesas, renegociação de dívidas, incremento de receitas e melhoria da gestão.

10.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES E DESTAQUES

10.1.1 Governança

Melhorias na gestão:

- ▶ Planejamento Estratégico - elaboração do novo Mapa Estratégico e migração do plano de ação para o novo Sistema de Gestão de Portfólio e Projetos.
- ▶ Gestão de Portfólio e Projetos - foi celebrado contrato visando desenvolver e implantar Metodologia de Gerenciamento de Portfólio e Projetos na SEFA. Já haviam sido realizadas as fases de planejamento, diagnóstico e desenho do processo. A metodologia foi desenvolvida e implantada via sistema que foi homologado e está operacional, em fase de operação assistida.
- ▶ Modernização dos Processos Fazendários - foi contratada consultoria para implementar a Gestão por Processos na SEFA. O contrato, com duração de 30 meses, foi iniciado tendo sido realizados: a) alinhamento e sensibilização organizacional; b) elaboração do plano do projeto; c) análise do ambiente organizacional; e d) estruturação da cadeia de valor da SEFA.
- ▶ PROFISCO II PR - Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Paraná. O programa prevê um investimento de USD 55,000,000, sendo USD 50,000,000 financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e USD 5,000,000 correspondentes à contrapartida local. O contrato foi assinado em 30 de setembro de 2020 pelo Estado do Paraná, BID e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), e a Missão de Arranque foi realizada entre os dias 23 e 30/10/2020. Deu-se início aos trabalhos relacionados ao Produto: Gestão Estratégica de Pessoas Implantada.

- ▶ Reorganização da Gestão Documental do Grupo de Recursos Humanos Setorial.
- ▶ Reorganização dos fluxos de processo de Gestão de Pessoas.
- ▶ Mapeamento de Processos do GRHS/SEFA.
- ▶ Realização de eventos *online* em época de pandemia - foram realizados seis eventos entre *webinars* e *lives* no canal de *YouTube* da SEFA.
- ▶ Execução do Programa de Capacitação e Desenvolvimento da SEFA - por meio da EFAZ, com realização do Seminário Gestão de Riscos: Desafios e Oportunidades no Setor Público, em parceria com a Procuradoria-Geral do Estado.
- ▶ Ampliação de ações *online*, com a realização de Webinários com temas diversos, como: Impactos da Pandemia, Caminhos para o Reequilíbrio Fiscal, Contabilidade Pública, além da *live* Caminhos para a Reforma Tributária, o Painel Interativo Boas Práticas de Ouvidoria e Transparência, dentre outros.
- ▶ Realização da Semana de Conscientização Tributária, em atendimento à Lei n.o 19.862/2019, que estabelece a execução do evento anualmente na última semana de novembro.
- ▶ Criação do Paraná *Pay* - por meio do Decreto n.o 5.577/2020, que permitirá a utilização de créditos em estabelecimentos do setor de turismo, com sorteio de prêmios mensais a partir de 2021.
- ▶ Distribuição de R\$ 160,0 milhões em retorno do ICMS e entrega de mais de R\$ 55,0 milhões em prêmios do programa Nota Paraná, que passou a ter prêmio máximo de R\$ 1,0 milhão.

10.1.2 Gestão Tributária

- ▶ Implementação de canal *online* que permite acompanhar as sessões de julgamento dos órgãos colegiados do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF) (1ª e 2ª Câmaras e Pleno) em formato tele presencial, com transmissão pública ao vivo por meio de sistema eletrônico de videoconferência.
- ▶ Racionalização dos serviços da Receita Estadual do Paraná (REPR), com ampliação daqueles prestados de forma digital, bem como a migração de 51 serviços da Receita Estadual para o Novo Portal SEFA e a implantação do agendamento pela internet dos atendimentos presenciais para as agências da Receita da Capital e do interior.
- ▶ Elaboração da previsão das receitas tributárias conforme mudanças no cenário macroeconômico ou alterações legais, bem como apresentação de relatórios periódicos relativos ao desempenho da arrecadação tributária.
- ▶ Ações fiscais de auto regularização a partir da cobrança do ICMS devido a título de substituição tributária em operações bonificadas atinentes ao setor de fármacos, com expectativa de recuperação na ordem de R\$ 148,0 milhões, bem como cobrança referente a aquisições de produtos também sujeitos ao regime de ST oriundos de Santa Catarina, com valores estimados na ordem de R\$ 170,0 milhões.

- ▶ Operações de fiscalização no setor de combustíveis, em conjunto com Ministério Público do Paraná (MPPR); Agência Nacional do Petróleo (ANP) e Instituto Nacional de Pesos e Medidas (IPEM) incluindo auditorias em distribuidoras de combustíveis que resultaram em lançamentos na ordem de R\$ 135,0 milhões.
- ▶ Redução na base de cálculo de medicamentos - Decreto n.o 4.412/2020 (Anexo XV do RICMS/PR).
- ▶ Implantação do Arquivo Digital da Recuperação, Ressarcimento e Complementação do ICMS-ST, por meio da NPF n.o 003/2020, em processos na apuração do ICMS/ST e FECOP.
- ▶ Análise estratégica e preparação para execução de trabalhos de auditoria em diversos segmentos, com base nos levantamentos e aprimoramento das malhas fiscais elaborados na Inspeção Geral de Fiscalização e Delegacias Regionais.
- ▶ Acompanhamento no setor de bebidas com a avaliação de novos ponderadores para a pauta fiscal, em face do impacto da pandemia da COVID- 19.
- ▶ Monitoramento de emissão de documentos fiscais, para detecção e cancelamento de empresas noteiras.
- ▶ Desenvolvimento de ferramenta gerencial, *Business Intelligence (BI)*, para o controle e monitoramento de empresas - contribuinte 360.
- ▶ Desenvolvimento de ferramenta institucional para utilizar a Escrituração Contábil Digital em auditorias/fiscalizações.
- ▶ Análises de impacto econômico e fiscal nas ações governamentais baseadas em renúncias de receita.
- ▶ Ações estratégicas sobre as empresas enquadradas no regime do Simples Nacional, com o monitoramento de contribuintes impedidos de recolher o ICMS pelas regras do Simples, em virtude de a receita bruta ter ultrapassado o sublimite do ICMS, bem como instrução de processos judiciais e administrativos de restituição, exclusão e opção ao regime e aperfeiçoamento do sistema NFA-e modelo55.
- ▶ Combate aos contribuintes devedores contumazes, pelo qual foram monitoradas 141 empresas, sendo que, em outubro, 72 se enquadravam no Regime Especial de Controle, de Fiscalização e de Pagamento, obrigando estes contribuintes a, dentre outras medidas, realizar o recolhimento do ICMS devido por ocasião da ocorrência do fato gerador. O projeto contribuiu para a cobrança das dívidas ativas de ICMS, bem como para trazer esses contribuintes para a adimplência no pagamento dos impostos gerados recentemente.
- ▶ No âmbito do Processo Administrativo Fiscal, foi realizada a gestão do Projeto e-PAF, incluindo o exercício 2019. Foram notificadas 32 empresas, cujas dívidas pendentes para o período somam R\$ 39,0 milhões e a dívida total das mesmas perfazem R\$ 178,0 milhões.
- ▶ Ambiente Analítico de *Business Intelligence (BI) MicroStrategy AGAA* - racionalização e automatização dos procedimentos, rotinas e metodologias de auditoria e programação fiscal, com

a criação de novos modelos de malhas fiscais e indicadores, além da criação dos produtos *BI Fiscalização/Contribuinte 360*, que envolvem o agrupamento de visões e análises de contribuinte específico, *BI ECD*, para análises da escrituração contábil digital e *BI Noteiras*; uso de estratégias de *advanced analytics (machine learning e IA)* para disponibilização de dados preditos de NCM na ferramenta de *business intelligence* e de algoritmo classificador de GTIN de itens de documentos fiscais, bem como conclusão e disponibilização do modelo de previsão de probabilidade de quitação de dívidas ativas para setor de cobrança, além de iniciadas as análises para algoritmo de enquadramento tributário de produtos.

- ▶ Na área de tecnologia da informação e comunicação - elaboração de TDR para novo contrato com a CELEPAR (*full sourcing*); contratação da solução de nuvem do *Office 365 E1*; implantação de módulos de IPVA e ITCMD no novo Sistema de Gestão Tributária; entrada em produção do e-PAF (1ª instância de julgamento e pontos da 2ª instância).
- ▶ Realização de testes dos módulos de IPVA e ITCMD para homologação no SGT.
- ▶ Simplificação de processos com a integração, por meio da REDESIM, dos Cadastros da Receita Estadual e da JUCEPAR com o propósito de permitir a redução do tempo médio de abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas.
- ▶ Desenvolvimento do Portal dos Municípios, com o objetivo de proporcionar o compartilhamento de dados com as Prefeituras do Estado, visando unir esforços no combate à sonegação fiscal.
- ▶ Atendimento às demandas da Caixa Econômica Federal visando a regularização tributária das transmissões de imóveis vinculados ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) não albergadas pela isenção do imposto (demandas por empreendimento).
- ▶ No escopo dos mecanismos de controle de arrecadação, conclusão da Massa de Testes 01 (MT01) homologação parcial e com ressalvas, para fins de Credenciamento da Caixa Econômica Federal e recolhimento de tributos estaduais junto à SEFA; tratativas preliminares do produto Sistemática de arrecadação e distribuição de recursos implantada (S2.11.2), compreendendo a remodelação do processo de arrecadação tributária e não tributária na Fazenda Estadual.
- ▶ No Cenário de Dívida Ativa, inclusão do TJ-PR no sistema Protocolo de Inscrição em Dívida Ativa da SEFANET, possibilitando a inscrição em dívida ativa de débitos com origem em: FUNREJUS Tributário, FUNJUS TRIB e FUNSEGTRIB.
- ▶ Implementação do parcelamento do ICMS-ST declarado em GIA-ST, inscrito ou não em dívida ativa, cujo fato gerador tenha ocorrido entre os meses de março e maio de 2020, em até seis parcelas, mensais, iguais e sucessivas (Decreto n.o 4.705/2020).
- ▶ Criação do Grupo de Especialistas IPVA, visando a desterritorialização da atuação nos processos relativos a IPVA e, conseqüentemente, a celeridade nas análises processuais.

- ▶ Acompanhamento de 10 grupos empresariais com histórico de dívida ativa de grande montante pelo Grupo Estratégico de Recuperação de Ativos (GERA), formado pela Receita Estadual do Paraná e pela Procuradoria-Geral do Estado.
- ▶ Participação no Grupo Operacional do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos, composto pelo Ministério Público do Paraná, Secretaria de Estado da Fazenda, Procuradoria-Geral do Estado e Secretaria de Segurança Pública.
- ▶ No âmbito normativo, foram elaboradas 54 minutas de decreto (publicadas e em análise), 10 projetos de lei (publicados e em análise), 18 pareceres técnicos-tributários em atendimento à Assembleia Legislativa e 283 informações fiscais relativas a matérias tributárias.

10.1.3 Gestão Orçamentária

- ▶ Encaminhamento à Assembleia Legislativa do Paraná das propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e da Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício de 2021 contemplando recursos para aquisições de vacinas para o combate ao Coronavírus.
- ▶ Realização de estudo para implementação de Audiências Públicas durante o processo de elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentária Anual para o exercício de 2022.
- ▶ Abertura do orçamento no exercício de 2020 com os devidos contingenciamentos iniciais e implantação das cotas orçamentárias do Poder Executivo.
- ▶ Manutenção do equilíbrio fiscal do Estado, com o acompanhamento diário das disponibilidades financeiras, com vistas às necessidades de ajustes orçamentários, sejam contingenciamentos, descontingenciamentos e aberturas de créditos adicionais.
- ▶ Elaboração de projetos de lei e decretos necessários à adequação do orçamento visando o enfrentamento da emergência sanitária causada pela pandemia da COVID-19, bem como o auxílio na transparência dos respectivos gastos governamentais.
- ▶ Abertura de Ação Orçamentária específica na Secretaria de Estado da Saúde para agrupar as despesas com o enfrentamento da pandemia.
- ▶ Criação de fontes específicas de recurso para identificar o auxílio emergencial recebido da União (Lei Complementar n.o 173/2020) para o enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2.
- ▶ Alocação orçamentária de recursos advindos do auxílio financeiro da União (mediante Lei Complementar Federal n.o 173/2020), a título de reposição de despesas obrigatórias contingenciadas em função da crise e consequente frustração de arrecadação.
- ▶ Elaboração de minuta de Decreto que dispõe sobre medidas orçamentárias e financeiras para prevenção e combate à COVID-19 (Decreto n.o 4385/2020).
- ▶ Diligências junto aos órgãos do Estado para adotarem medidas voltadas à garantia da sustentabilidade das finanças estaduais diante das consequências econômicas decorrentes do agravamento e evolução da pandemia da COVID-19.

- ▶ Solicitação à Comissão de Política Salarial (CPS) de medidas voltadas a garantir a sustentabilidade das finanças do Estado do Paraná diante das consequências econômicas decorrentes do agravamento e evolução da pandemia da COVID-19 (em especial suspensão de promoções, progressões e novas contratações).

10.1.4 Gestão Financeira

- ▶ Repasse ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) para pagamento de Precatórios e pagamento de Requisição de Pequeno Valor (RPV) no montante de R\$ 1,4 bilhão, de janeiro a outubro.
- ▶ Devolução de R\$ 11,2 milhões de impostos pagos em duplicidade ou recolhidos indevidamente pelos contribuintes, de janeiro a outubro.
- ▶ Devolução de, aproximadamente, R\$ 200,0 milhões aos contribuintes referentes ao Programa Nota Paraná, de janeiro a outubro.
- ▶ Pagamento de R\$ 3,3 bilhões (Fontes do Tesouro) de restos a pagar processados e não processados de exercícios anteriores, de janeiro a outubro.
- ▶ Sistema Grandes Faturadores - compensação de R\$ 125,0 milhões de ICMS.
- ▶ Arrecadação de R\$ 402,3 milhões no Fundo de Combate à Pobreza (FECOP).
- ▶ Assinatura da operação de crédito para o Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infraestrutura Municipal - Paraná Urbano III no valor de US\$ 118,4 milhões.
- ▶ Suspensão do pagamento de dívida no montante de R\$ 584,8 milhões, devido à Lei Complementar n.o 173/2020.
- ▶ Antecipação do pagamento da Dívida DMLP, gerando economia de aproximadamente R\$ 50,0 milhões aos cofres públicos nos próximos anos.
- ▶ Assinatura da operação de crédito Avança Paraná no valor R\$ 1,6 bilhão.
- ▶ Assinatura da operação de crédito do PROFISCO II no valor de US\$ 50,0 milhões.
- ▶ Chamamento público para a captação de até R\$ 1,0 bilhão para pagamentos de precatórios.
- ▶ Publicação do Decreto Estadual n.o 4.757/2020 da criação da Comissão de Coordenação e Controle das Operações de Crédito e Concessão de Garantias (COPEC), administrado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL).
- ▶ Publicação da Resolução SEFA n.o 526/2020, que trata da padronização para abertura e encerramentos de contas bancárias e demais providências sobre a conciliação bancária.
- ▶ Desenvolvimento do Sistema de Controle e Pagamento de Requisição de Pequeno Valor (RPV) e Precatórios, em conjunto com a PGE, importando informações do sistema PROJUD.
- ▶ Desenvolvimento do Sistema da Guia Única de Recolhimento do Estado.
- ▶ Desenvolvimento do Sistema de Controle dos Cartões de Pagamentos.
- ▶ Desenvolvimento do novo Sistema de Controle da Dívida.
- ▶ Estudo sobre a precificação da venda da folha para o próximo ano.

- ▶ Análise dos impactos da reforma da previdência nas disponibilidades do Tesouro.
- ▶ Acompanhamento da apuração e recebimento dos recursos do Sistema de Compensação Previdenciária (COMPREV) entre o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

10.1.5 Gestão Contábil

- ▶ Relatórios Mensais - durante a pandemia, os relatórios de dados da Receita Corrente Líquida e do Demonstrativo de Gastos com Pessoal passaram a ser publicados mensalmente, informações que devem ser divulgadas a cada bimestre ou quadrimestre de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- ▶ Orientações técnicas - com o objetivo de auxiliar os agentes que atuam no Estado na aplicação de interpretação das normas, conceitos e regras contábeis em seus setores. Foram publicadas as seguintes Orientações Técnicas Contábeis sob esta gestão: a) n.o 001-2020 - Depósitos Judiciais e Extrajudiciais; b) n.o 002- 2020 - Dedução da Receita; c) n.o 003-2020 - Dívida Ativa; d) n.o 004-2020 - Ações de Combate à COVID-19; e) n.o 005-2020 - Conferência dos Saldos dos Balancetes para Composição do Superávit/Déficit Financeiro do Período; f) n.o 006/2020 - Conciliação Contábil; g) n.o 007/2020 - Registro Contábil das Perdas em Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata.
- ▶ Comunicados Técnicos: a) n.o 001/2020 - DCG/SEFA - Solicitação de superávit financeiro do exercício anterior; b) n.o 002/2020 - DCG/SEFA - atinente às dúvidas quanto à hermenêutica da Resolução SEFA n.o 1.053, de 15 de outubro de 2020.
- ▶ Treinamentos e *Lives* - a Diretoria de Contabilidade Geral promoveu treinamentos técnicos e *lives* com temáticas de fundamental importância para a transparência, eficiência e integridade contábil. Merecem destaque: a) Capacitação de deputados e assessores sobre SIAF e Portal da Transparência; b) Orientação de Aplicação do Decreto n.o 4552/2020; c) Desafios da Contabilidade Pública em Tempos de Pandemia; d) Contabilidade Pública como instrumento de mensuração da eficiência e da economicidade no gerenciamento dos recursos, e) *live* de apresentação da Resolução n.o 1.053/2020 referente ao Encerramento do Exercício de 2020.
- ▶ Melhorias na Gestão Administrativa e de Processos - realizado estudo de reestruturação que mapeou a necessidade de recursos de pessoal nas áreas de responsabilidades, redistribuição das atividades de acordo com perfis e competências dos funcionários, com foco no resultado, Planos de Ação 5W2H com acompanhamento de prazos de projetos internos e atualizações mensais, levantamento por meio de Fichas de Atividades de todas as principais atividades e processos realizados, que resultaram em ganhos em qualidade e produtividade na DCG.
- ▶ Cumprimento de prazos - implantação de processos internos em nível de execução visando garantir o atendimento ao Decreto n.o 2.575/2019 que estabeleceu prazos e procedimentos para o cumprimento dos deveres instrumentais à gestão e ao controle de contas do Estado do Paraná.

- ▶ Demandas de melhorias do Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle (SIAF) - a DCG, por meio do seu Departamento de Coordenação do SIAF (DSIAF), dedicou-se tanto na Gestão Administrativa, quanto em melhorias, manutenção e desenvolvimento do sistema, com destaque para a customização da tela para acompanhamento da conciliação bancária por parte de usuário. Foi realizado o mapeamento de macroprocessos de um SIAFIC. Considera-se um SIAFIC, o modelo de um SIAF em sua essência de formato ideal e completa.

10.1.6 Integridade e *Compliance*

- ▶ Início dos procedimentos para a implantação do Plano de Integridade e *Compliance* da SEFA, de acordo com a Lei n.o 19.857/2019 e o Decreto n.o 2.902/2019: a) Fortalecimento da Ouvidoria da SEFA com a implementação de novos procedimentos para atendimento ao cidadão; b) implantação do novo Portal e da Carta de serviços da SEFA e REPR; e c) mapeamento das informações e processos necessários à melhoria na disponibilização das informações fazendárias no Portal de Transparência do Estado.

10.1.7 Assuntos Econômicos e Benefícios Fiscais

- ▶ Ação Cível Originária de Revisão de Contrato (ACO 3119 STF) - ação judicial do Estado do Paraná contra a União, relativa ao contrato de Cessão de Créditos de *Royalties* e Compensação Financeira n.o 017/PGFN/CAF (Itaipu e outras Usinas), celebrado entre o Governo do Paraná e União em 10 de maio de 2000. A ação foi fundamentada pelo estudo da ASEC/DAE questionando os prejuízos financeiros gerados ao Estado na execução do contrato. Ação julgada procedente.
- ▶ Acordo nos autos da ADO 25 - Lei Kandir - Compensações - STF - o STF deu continuidade às tratativas para que fosse firmado acordo, no âmbito da Comissão Especial de Conciliação criada em 2019 pelo Ministro relator e composta por representantes dos Estados, da União, do TCU e do STF. O acordo foi finalizado em maio de 2019 e a matéria encontra-se no Congresso Nacional para que os termos do Acordo sejam referendados (PLP 133/2020).
- ▶ Participação em grupos de trabalho, que assessoram a tomada de decisão dos Secretários de Fazenda, no âmbito da COTEP/ICMS e do COMSEFAZ (GT08-Quantificação e GT47-Reforma Tributária).
- ▶ Em relação à reforma tributária, o GT08 realizou reuniões, de julho a outubro de 2020, com a Receita Federal do Brasil, COMSEFAZ, entre outras entidades.
- ▶ Previsão de receitas do Governo do Paraná oriundas de transferências federais, para fins da LDO e LOA - apesar de ser atividade recorrente, em 2020, requereu esforços e tarefas adicionais em virtude da crise fiscal decorrente da COVID-19.
- ▶ Renúncias Fiscais - Diretoria de Assuntos Econômicos Tributários (DAET)/Departamento de Assuntos Econômicos e Relações Federativas (DAE) - prestou informações requeridas pela

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) e Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul.

- ▶ Proposta de prorrogação dos tratamentos concedidos às operações de *e-commerce* até 31/12/2022, promovida mediante elaboração de minuta e justificativa que embasaram a edição do Decreto n.o 4.474, de 08 de abril de 2020.
- ▶ Proposta de adesão parcial ao tratamento tributário diferenciado concedido nas operações de importações pelo Estado de Santa Catarina, mediante elaboração de minuta e justificativa que resultaram na implantação pelo Decreto n.o 4.474, de 08 de abril de 2020, e das alterações constantes do Decreto n.o 4.569, de 30 de abril de 2020.
- ▶ Proposta de tratamento tributário diferenciado que permite a transferência de créditos para pagamento de ICMS incremental a empresas que se instalem em municípios de baixo ou médio-baixo IPDM, tendo sido elaboradas minuta e justificativa que resultaram no Decreto n.o 5.371, de 07 de agosto de 2020.
- ▶ Análise dos pedidos de tratamentos tributários diferenciados, em especial os do Programa Paraná Competitivo, levando em consideração os aspectos de política fiscal e de desenvolvimento econômico e social do Estado.
- ▶ Elaboração de Informações, Relatórios, Ofícios, publicações em Diário Oficial e o acompanhamento da carteira das empresas enquadradas nos programas de incentivos, tendo sido aprimorados os relatórios com inserções de dados econômico setoriais e da empresa, bem como com a análise dos indicadores contábeis de liquidez.
- ▶ Elaboração de Protocolos de Intenções visando a implantação ou expansão de projetos de investimento no Estado, quando exigido pela norma ou quando contemple tratamento tributário diferenciado daqueles regulamentados no Decreto n.o 6.434/2017.
- ▶ Planilhamento dos tratamentos tributários concedidos pelos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, depositados no âmbito do CONFAZ, para fins de consulta.
- ▶ Inserção, no *Business Intelligence (BI)* da Receita Estadual do Paraná, dos dados referentes aos tratamentos concedidos no Estado, para fins de consulta e gerenciamento.
- ▶ Cálculo dos coeficientes individuais de participação dos municípios na arrecadação do ICMS para o exercício de 2021 - ano base de 2019.
- ▶ Recepção das solicitações para análise e auditoria das Impugnações das Prefeituras quanto ao Índice de Participação dos Municípios (IPM) provisório; lançamentos de complementação de valores concedidos pelos recursos no Relatório de Produtos Primários (RPP) dos municípios e complementação de valores não declarados em EFD referentes à produção primária.
- ▶ Diligências no saneamento das informações encontradas nas Escriturações Fiscais Digitais (EFD) e na Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS) junto aos contribuintes paranaenses com vistas a promover maior justiça distributiva da cota-parte do ICMS. Este ano foi

alcançada a marca de R\$ 5,5 bilhões em ajustes (para maior e/ou menor) de Valor Adicionado Fiscal (VAF).

- ▶ Atendimento às prefeituras e técnicos municipais com esclarecimentos sobre a cota-parte da arrecadação do ICMS.
- ▶ Sistema Estadual de Parques Tecnológicos (SEPARTEC) - instituído pelo Governo do Estado do Paraná como um instrumento articulador e incentivador dos diversos atores da Ciência e Tecnologia do Paraná, responsável por propor políticas e criar um ambiente favorável ao desenvolvimento da inovação no Estado, com foco nos Parques Tecnológicos. Sob coordenação conjunta da SETI/SEFA, em 2019, teve um importante papel na construção e na disseminação de uma política pública voltada aos Parques Tecnológicos, possibilitando que a atuação fosse pautada em prol do desenvolvimento regional e em defesa do processo inovativo.

Em 2020, as ações relevantes foram: a) elaboração do manual de boas práticas de gestão de Parques Tecnológicos, b) definição de metodologia do processo de avaliação de maturidade, c) metodologia do processo de credenciamento, d) definição do instrumento de avaliação de maturidade, e) capacitação e aplicação do instrumento de avaliação do grau de maturidade, que possibilitou o credenciamento provisório de 18 iniciativas de Parques Tecnológicos.

Foram reunidos, gestores dos parques e lideranças locais, possibilitando estabelecer um debate acerca dos critérios da avaliação baseado nos direcionadores: a) complexo planejado de desenvolvimento tecnológico; b) Complexo planejado de desenvolvimento empresarial; e c) Instituições promotoras da cultura da inovação, da competitividade industrial, da capacitação empresarial e da promoção de sinergias em atividades de PD&I entre empresas e uma ou mais ICTs.

- ▶ Projeto PR EFICIENTE - é parte de uma operação de empréstimo entre o Estado do Paraná e o Banco Mundial, visando a modernização e inovação da gestão Pública no Paraná. A Secretaria de Estado da Fazenda, por meio da Diretoria de Assuntos Econômicos-Tributários (DAET/SEPARTEC), integra o conjunto de Secretarias responsáveis pela execução das ações pactuadas naquela proposta, previstas no PPA 2020/2023.
- ▶ Para esta operação, PROFISCO II, com o Banco Mundial, a coordenação do Sistema Estadual de Parques Tecnológicos (SEPARTEC) propõe quatro ações escolhidas dentre as 34 definidas no planejamento estratégico aprovado pelo Conselho Estadual de Parques Tecnológicos.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

11 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA (SESP)

À Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), Órgão auxiliar do Governador, nos termos do artigo 25, da Lei n.º 19.848, de 03 de maio de 2019, compete: a promoção das medidas necessárias à realização da manutenção e preservação da ordem e da segurança pública, a apuração e repressão dos crimes, em especial, os praticados contra a pessoa, o patrimônio e a administração pública, a realização de perícias, a custódia de presos, a defesa das garantias individuais pessoais e da propriedade pública e particular, mediante a atuação de suas instituições policiais subordinadas, articuladas com o Governo Federal e demais Estados da federação, a realização e fomento de campanhas educacionais e de orientação à comunidade, as atividades de prevenção, combate a incêndio, busca, salvamento, resgate e socorros de urgências, a internalização da filosofia do respeito e do bem servir ao público, como setor responsável pela prestação de serviços em nível de indivíduo e de comunidade, a coordenação da aplicação da legislação de trânsito, exercendo o seu controle e fiscalização nos centros urbanos e nas rodovias estaduais, a adoção da filosofia do policiamento comunitário, focado à resolução de conflitos e a coordenação da produção de conhecimento sobre a atividade de segurança pública no âmbito estadual.

O ano de 2020 foi marcado pela necessidade da adoção de uma série de medidas para o enfrentamento da emergência em Saúde Pública, em decorrência da pandemia do Coronavírus (COVID-19), declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), tendo como consequência o reordenamento do exercício das mais variadas atividades.

No âmbito da Administração Pública, a fim de conter a transmissão da COVID-19, os serviços de atendimento ao público foram restritos apenas aos casos envolvendo atividades essenciais.

A SESP exerceu um papel fundamental na orientação e verificação do cumprimento das medidas de prevenção e controle, de forma a evitar o avanço da disseminação da doença.

11.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

11.1.1 Gestão Penitenciária

O fator preponderante no processo de gestão do Sistema Penitenciário, em conformidade com as diretrizes emanadas das políticas de segurança do Departamento Penitenciário (DEPEN), foi o estabelecimento de meios e métodos de controle para a manutenção da ordem e da disciplina, dentro e fora das dependências das unidades penais, tendo como meta o desenvolvimento de um modelo operacional, tático e estratégico para a padronização de procedimentos de segurança, bem como o emprego de dispositivos, por meio mecânico e/ou automotivo, na estrutura das unidades penais, em

relação ao contato com presos custodiados no sistema. Foram desenvolvidas as seguintes ações nas unidades do Estado, dimensionadas também às novas unidades que serão finalizadas/inauguradas:

- ▶ Utilização de telas de contenção, impedindo a entrada de ilícitos nas unidades penais.
- ▶ Gradeamento nas galerias e corredores, delimitando o espaço e o contato direto entre presos e servidores.
- ▶ Postos automatizados, com o controle de portões de acesso dos presos, diminuindo o contato direto entre presos e servidores.
- ▶ Mecanização das portas dos cubículos, bem como, nos portões de saída das galerias, minimizando o contato direto entre presos e servidores.
- ▶ Ampliação da Central Fechada de Televisão (CFTV) em pontos sensíveis das unidades proporcionando maior vigilância nas movimentações dos presos.
- ▶ Atualizações, mudanças e padronizações dos protocolos de segurança, com piloto em andamento na Penitenciária Estadual de Piraquara I (PEP I).
- ▶ Ampliação do Setor de Operações Especiais (SOE), suprindo as necessidades do Sistema Prisional, já executado em algumas unidades penais do Estado.
- ▶ Realização de ações de capacitação e desenvolvimento - com projeção para continuidade pós-pandemia, foram realizadas: a) capacitação de servidores através da Escola de Serviço e Aperfeiçoamento Penitenciário (ESPEN), dentro do novo modelo operacional; b) desenvolvimento de Grupos de Segurança Interna; c) desenvolvimento do Setor de Segurança Externa (SSE) e desenvolvimento da capacitação para a regulamentação do Setor de Escolta Penal (SEP).

Após a transferência de mais 41 carceragens da Polícia Civil para o Sistema Penitenciário, em novembro, o DEPEN passou a gerir plenamente mais de 110 unidades penais e tem realizado estudos para reformas e reparos das mesmas.

Estão sendo providenciados os projetos de prevenção e combate a incêndios às unidades penais prioritárias; bem como o Setor de Combate a Incêndios (SCI) vem atuando de forma preventiva com treinamento de brigadistas e adequações de segurança nas unidades de gestão plena do DEPEN.

A realização de Registro de Preço para reparos e serviços comuns de engenharia culminou com o montante de mais de R\$ 14,0 milhões nas unidades contempladas. Entre os ganhos, utilizando esse método de manutenções prediais, tem-se como exemplo a criação de aproximadamente 300 vagas na Penitenciária Central do Estado - Unidade de Progressão (PCE-UP).

Os estudos para o novo projeto de Celas Modulares Transportáveis foram retomados e o mesmo atenderá os requisitos da Resolução n.o 09/2011, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Outras medidas estão sendo realizadas para melhorar a segurança e proporcionar um ambiente de trabalho digno aos servidores. Estão em andamento os processos licitatórios para

aquisição de insumos para fechamento de *brises*, para evitar o lançamento ou recolhimento de objetos ilícitos para dentro dos cubículos.

O DEPEN está com um projeto piloto de biometria em Curitiba e Região Metropolitana, cujo sistema permite a contagem de presos por biometria digital e o controle de acesso e saídas temporárias e definitivas da unidade, evitando assim a saída de pessoas não autorizadas.

Foi adquirida uma máquina de fabricação de alambrados, com previsão para aquisição de outras unidades a serem disponibilizadas para as Regionais. O objetivo é tornar o DEPEN autossustentável em reparos e manutenções dessas barreiras constituindo mais uma medida para garantir a segurança local.

Foi realizada licitação de uniformes aos agentes do DEPEN, inclusive aos servidores PSS.

Na área de vigilância, está em fase de implantação o Sistema de CFTV, com tecnologia IP, na Penitenciária Central do Estado - Unidade de Segurança (PCE-US) e na Cadeia Pública de Campo Mourão e em fase de desenvolvimento, o projeto com a tecnologia IP e também o uso de radar e câmeras térmicas para a criação de uma barreira perimetral no Complexo Penitenciário de Piraquara.

Pretende-se implementar, com a assunção das carceragens da Polícia Civil, a mecanização das portas das referidas unidades para evitar o contato do servidor com o detento nas galerias de convivência coletiva. A medida auxilia na segurança, ao mesmo tempo em que maximiza os recursos humanos que são escassos em todas as áreas de segurança.

Na geração de aproximadamente 7.880 vagas, foram adotadas medidas como a construção e a ampliação de estabelecimentos penais, com previsão de conclusão até 2022.

- ▶ Informações de obras: a) concluídas em 2020 - construção da Cadeia Pública de Campo Mourão, com área de 3.741,00m², valor R\$ 12,5 milhões; b) Contratadas em 2020 - ampliação da Penitenciária Estadual de Piraquara - I, com área de 3.254,76m², valor R\$ 9,2 milhões; construção da Cadeia Pública de Piraquara, com área de 3.676,00m², valor R\$ 9,8 milhões; c) reforma da Cadeia Pública de Curitiba - 11º Distrito (em execução), com área de 957,87m², valor R\$ 719,5 mil; d) em andamento - ampliação da Penitenciária Estadual de Piraquara II, com área de 3.154,00m², valor R\$ 12,2 milhões; ampliação da Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu, com área de 2.967,08m², valor R\$ 11, 7 milhões; construção da Cadeia Pública de Londrina, com área de 6.469,00m², valor R\$ 16,9 milhões; construção da Cadeia Pública de Guaíra, com área de 6.567,00m², valor R\$ 17,1 milhões; construção da Cadeia Pública de Foz do Iguaçu, com área de 6.542,00m², valor R\$ 17,6 milhões; construção da Cadeia Pública de Ponta Grossa, com área de 6.832,00m², valor R\$ 19,4 milhões; e) licitadas aguardando formalização do contrato - construção do Centro de Integração Social de Campo Mourão, com área de 1.717,70m², valor R\$ 4,3 milhões; f) licitações de obras (lançamento de editais) - ampliação da Casa de Custódia de Piraquara; construção da Cadeia Pública de Arapongas.

11.1.2 Polícia Civil

Principais realizações da Polícia Civil do Estado do Paraná, no cumprimento de suas atribuições:

- ▶ Distribuição dos Mapas alusivos ao Planejamento Estratégico PCPR 2019-2023 às unidades policiais do Estado.
- ▶ Inauguração da Nova Delegacia da PCPR em Paranaguá - 1ª Delegacia Cidadã, padrão III; de nova sede da Divisão Estadual de Combate à Corrupção, em Cascavel; da nova sede da Delegacia da Polícia Civil, em Assaí; de base aérea no Oeste do Paraná.
- ▶ Instalação da Delegacia da Mulher de Cascavel, em novo local; de sala para atendimento à mulher vítima de crimes e de brinquedoteca na Delegacia de Marmeleiro;
- ▶ Reestruturação da Delegacia de Homicídios e inauguração da nova Central de Flagrantes e da nova sede da Corregedoria, em Maringá.
- ▶ Perdimento decretado pela 23ª Vara Federal de Curitiba em favor da PCPR, de avião *Beechcraft Baron* B58, aeronave de asa fixa, completa, destinada ao Grupamento de Operações Aéreas.
- ▶ Leilão de mais de 3,4 mil veículos apreendidos e sucateados, removidos dos pátios da PCPR, em várias cidades do Estado, garantindo a limpeza de ambientes e abrindo vagas para novas apreensões.
- ▶ Elaboração de Projetos para: a) confecção de cartão e cartazes para divulgação da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e Coordenação das Delegacias da Mulher (CODEM); b) ampliação da pesquisa de satisfação com usuários da PCPR; c) criação da Brigada de Incêndio do novo prédio sede do Departamento da Polícia Civil (DPC); d) modelo padrão mobiliário das Delegacias Cidadãs; e) aquisição - 45 motocicletas; de pistola de choque *Spark*; de equipamentos de informática (computadores, impressoras, switches gerenciáveis e webcams); de capacetes e placas balísticas; de transceptores portáteis e osteofones; de Solução de Inteligência em Fontes Abertas, *Deep e Dark Web*; de Solução de Inteligência em Fontes Abertas para São José dos Pinhais; de Simulador de Engajamento Tático; de *scanner* de parede; de óculos de visão noturna; de Detector de Espectro; de Solução para Análise de Junção não Linear; de Boroscópio; de *Flir Thermal* para Helicóptero; para *Kit Simunition*; de Malotes para Busca e Apreensão; de *scanner* móvel para veículos; f) reestruturação tecnológica da Agência de Inteligência da Polícia Civil e g) oferecimento de Cursos Profissionalizantes para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica.
- ▶ Elaboração de: a) parecer sobre o 1º ano da Cooperação Solução *Verifact* para coleta de provas digitais; b) relatório de 22 meses de gestão PCPR; c) de projeto padrão de Atendimento a Mulheres Vítimas de Crimes; d) projeto para Reestruturação dos Núcleos de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (NUCRIAs); e) projeto e recebimento de Totem (experimental) para registro de Boletim de Ocorrência no DPC; f) de portfólio/catálogo de projetos e investimentos da PCPR.

- ▶ Revisão e atualização do PPA devido ao COVID-19.
- ▶ Realização de estudos referentes a medalhas de mérito policial.
- ▶ Apresentação de resultado da pesquisa de satisfação realizada por e-mail e/ou SMS, com 65 mil cidadãos que registraram Boletim de Ocorrência (BO), bem como da pesquisa de satisfação realizada por telefone.
- ▶ Aquisição de 226 novas viaturas, entre carros e caminhonetes, fazendo parte do pacote de renovação da frota da PCPR, além de um caminhão adaptado com simulador de tiros para treinamento dos policiais civis.
- ▶ Redução em 55,0% do número de presos custodiados em delegacias, entre janeiro de 2019 e junho de 2020.
- ▶ Reforma e transformação da sede atual do 11º Distrito Policial, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em presídio que deve receber entre 400 e 500 detentos, com investimento do Tesouro Estadual estimado em R\$ 1,0 milhão.
- ▶ Assinatura do Decreto que autoriza a transferência de gestão de 41 carceragens temporárias das delegacias para o Departamento Penitenciário (DEPEN) e o fechamento das carceragens de 15 municípios.
- ▶ Digitalização e conversão dos inquéritos policiais: a) das Delegacias da DHPP, que tramitavam fisicamente, após a implantação do Inquérito Policial Digital (3.000); b) da Divisão de Combate à Corrupção (DECCOR); e c) início do 3º Ciclo de digitalização e conversão de inquéritos policiais físicos da Divisão Policial da Capital (DPCAP) e da Divisão Policial da Região Metropolitana (DPMetro).
- ▶ Operação Verão Maior 2020 - nos primeiros 30 dias apresentou queda de 33,3% no número de homicídios consumados e redução de 50,0% no número de tentativas de homicídio, de 43,75% nos roubos e de 9,22% em furtos.
- ▶ Carnaval de 2020 - redução de 31,30% no número de furtos e de 42,86% no de roubos, bem como, aumento de 14,02% no número de prisões, em comparação com o mesmo período do ano anterior.
- ▶ Realização de 93 operações de repressão qualificada no primeiro quadrimestre de 2020, representando um aumento de 41% em comparação ao mesmo período de 2019 e 244% em comparação ao mesmo período de 2018.
- ▶ Esclarecimento de 61,0% dos homicídios registrados em 2019 em Curitiba, uma melhora de 36,6% na taxa de solução de homicídios quando comparada a 2018.
- ▶ Apreensão de drogas: a) aumento de 14,0% na apreensão de drogas em operações deflagradas pela Divisão Estadual de Narcóticos em 2019 (52,2 toneladas), em comparação com o ano anterior; b) aumento de 19% na apreensão de maconha nos cinco primeiros meses de 2020 (13 toneladas), em comparação ao mesmo período de 2019 e de 47,7% em comparação ao mesmo período de

2018; c) de janeiro a maio de 2020 os cães da PCPR apreenderam 2,577 toneladas de drogas, mais que a soma de 2018 e 2019 que totalizou 2,554 toneladas.

- ▶ Prisão de quatro suspeitos de homicídio contra policial civil; redução em 75,0% dos homicídios em Telêmaco Borba registrados no 1º quadrimestre de 2020, comparado ao mesmo período do ano anterior e solução de 88,6% de homicídios em Curitiba (124), no primeiro semestre.
- ▶ Resolução de 100% dos casos de desaparecimentos envolvendo crianças, ocorridos em 2018 e 2019 no Estado e no primeiro quadrimestre de 2020.
- ▶ Prisão de 92 foragidos da Justiça que solicitaram auxílio emergencial do Governo Federal.
- ▶ Prisão de 32 pessoas durante operação conjunta com a Polícia Militar e o Ministério Público em combate ao tráfico de drogas, no interior do Estado. Foram cumpridos 75 mandados judiciais, 50 de busca e apreensão e 25 prisões preventivas.
- ▶ Resgate de 400 animais que sofriam maus-tratos no primeiro semestre de 2020.
- ▶ Operação realizada em conjunto com Ministério Público contra fraudes a licitação de mais de R\$ 8,6 milhões em São Miguel do Iguaçu.
- ▶ Realização de leilão, em parceria com o DETRAN/PR, de 1.883 veículos inservíveis apreendidos em inquéritos policiais e que se encontravam nos depósitos de São José dos Pinhais e Ponta Grossa.
- ▶ Estabelecimento de regras de conservação do Edifício Histórico Casa Rosada, sede do DPC e de fluxo de tramitação dos processos de pagamento de despesas correntes no âmbito da Polícia Civil.
- ▶ Área Policial - novo portal da intranet, mais moderno e responsivo, reunindo os sistemas do Acesso Policial e do Acesso Servidor, com o objetivo de facilitar as atividades diárias dos policiais.
- ▶ Retirada de veículos apreendidos das Delegacias de Piraquara (120), Cascavel (1.600) e Alto Maracanã (270).
- ▶ Possibilidade de registro de casos de violência doméstica e estelionato pela *Internet* (Delegacia Eletrônica).
- ▶ Integração entre as unidades da instituição que passaram a solicitar, e a contar, com o apoio dos policiais civis especializados que atuam com cães altamente treinados.
- ▶ Realização das sessões públicas de julgamento do Conselho da Polícia Civil (CPC), por videoconferência.
- ▶ Realização de estudos e elaboração de minuta de Instrução Normativa para eliminação de conflitos de atribuição entre unidades da PCPR.
- ▶ Realização de operação policial de combate à corrupção em Londrina, com cumprimento de mandado de prisão temporária, convertida em preventiva, contra sete policiais civis investigados pelo cometimento de crimes de peculato (desvio de carga apreendida) e associação criminosa.
- ▶ Autuação em flagrante de delegado de polícia suspeito de matar a esposa, também policial civil, e a enteada.

- ▶ Cumprimento de mandados de busca e apreensão em desfavor de investigador de polícia suspeito de usar, de forma indevida, o cartão destinado ao abastecimento de viatura.
- ▶ Cessão de imóvel, com área construída de 666 m² e terreno com 3,4 mil m², no centro de Foz do Iguaçu, para instalação de unidades policiais (Lei n.o 20.049/2019).
- ▶ Atualização e ampliação das atribuições dos NUCRIAs em todo o Estado (Decreto n.o 3.999/2020)
- ▶ Criação da Delegacia da Mulher (DM) de Arapongas (Decreto n.o 4.167/2020).
- ▶ Alteração da denominação de unidade da PCPR para Divisão Estadual de Combate à Corrupção (DECCOR); do Regulamento da PCPR e criação do Centro Integrado de Pesquisa e Análise de Dados (CIPAD) - Decreto n.o 4.596/2020.
- ▶ Atuação integrada com as demais forças de segurança no projeto piloto Em Frente Brasil, realizado em São José dos Pinhais, com redução dos principais indicadores de violência na cidade.
- ▶ Apoio ao programa de Recuperação da Biodiversidade Marinha, realizado pela ONG Rebimar, com apoio do Governo Federal.
- ▶ Participação na abertura da semana pedagógica promovida pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, realizada na Universidade Federal do Paraná, sede de Matinhos, no Litoral do Estado; e em treinamento integrado de cães policiais para busca de pessoas, promovido pelo Corpo de Bombeiros, em Pato Branco.
- ▶ Realização de campanha de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher, em Londrina, em parceria com a Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Polícia Militar e Movimento do Poder Rosa, durante o jogo do Londrina Esporte Clube contra o Coritiba, no Estádio do Café.
- ▶ Realização de palestra sobre drogas para cerca de 50 bombeiros e policiais militares, na Academia Policial Militar do Guatupê e de capacitação técnica sobre drogas a servidores públicos e profissionais de diversas áreas de atuação, no auditório do Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo da Força Aérea Brasileira (FAB).
- ▶ Acordo de cooperação técnica com a Controladoria Geral da União (CGU), para o desenvolvimento de projetos e ações integradas de prevenção e combate à corrupção, promoção da transparência e da ética pública, fomento do controle social e o fortalecimento da gestão pública.
- ▶ Parceira com a Controladoria-Geral do Estado (CGE) para ampliar a fiscalização do programa Cartão Comida Boa, que beneficiou mais de 750 mil pessoas no Estado.
- ▶ Lançamento da 2ª edição da revista científica da PCPR com a publicação de 23 artigos científicos sobre temas da área da segurança pública produzidos por alunos pós-graduados da ESPC e por autores convidados.
- ▶ Eventos realizados: a) 1º Congresso das Classes Policiais Civas do Paraná (CONCLAPOL), com o tema O dilema do adoecimento laboral do policial civil e suas consequências; b) 1ª edição da Copa PCPR de Futebol de Sete; c) homenagem a policiais veteranos em União da Vitória, com a entrega de

placas de reconhecimento ao trabalho desenvolvido por seis policiais civis que atuaram na região ao longo dos anos.; d) eventos alusivos ao Dia Internacional da Mulher com homenagem às servidoras policiais.

- ▶ Realização de eleição para escolha de Conselheiro do CPC.
- ▶ Edição de normas complementares internas e específicas sobre o bônus de pontuação para promoção por merecimento e bônus pecuniário decorrente de apreensão de arma de fogo; e de normas e medidas de prevenção da propagação do Coronavírus em unidades da PCPR.
- ▶ Instituição de regime especial de trabalho remoto (*home office*) no âmbito da PCPR e regras para afastamento de servidores por motivo de doenças crônicas, e outras condições, em face da COVID-19.
- ▶ Convocação de 200 aprovados do concurso de 2018 de escrivães da Polícia Civil do Paraná.
- ▶ Publicação do Manual de Procedimentos Operacionais Padrão para orientar os policiais civis sobre procedimentos a serem adotados nas unidades, nas ruas e em casa, como forma de diminuir os riscos do contágio pelo novo Coronavírus.
- ▶ Realização de manutenção em armas de policiais civis e orientação dos instrutores da Escola Superior de Polícia Civil (ESPC).
- ▶ Publicação do edital de concurso público para cargos da PCPR, sendo 300 para o cargo de investigador, 50 para delegado de polícia e 50 para papiloscopista.
- ▶ Abertura de processo seletivo simplificado para contratação de 85 profissionais de saúde mental, sendo 57 psicólogos, 15 médicos psiquiatras ou especialistas em saúde mental e 13 assistentes sociais, que estarão disponíveis para atender os servidores da segurança pública.
- ▶ Realização de higienização em delegacias para assegurar a saúde dos servidores e população.
- ▶ Vacinação contra a gripe para policiais civis.
- ▶ Envio de Proposta de Emenda à Constituição Estadual (PEC) para garantir paridade e integralidade aos servidores das forças de segurança pública que ingressaram na carreira após 2003.
- ▶ Comemoração do dia do policial civil veterano, incluído no calendário oficial da instituição em 2019.
- ▶ Campanha Se tem vida, tem jeito! - lançamento do primeiro *e-book* para qualidade de vida do servidor que aborda prevenção ao suicídio, parte do projeto permanente de valorização da vida e do bem-estar dos recursos humanos da instituição.
- ▶ Participação da campanha de prevenção e combate à dengue no Estado, com a disponibilização dos banners utilizados pelo governo estadual na página oficial da instituição na *internet* e nas contas das redes sociais do *Facebook*, *Instagram* e *Twitter* e distribuição de materiais da campanha à população durante a Operação Verão Maior 2020.
- ▶ Realização de ações de prevenção a crimes contra crianças e adolescentes, campanhas educativas em Escolas, ações comunitárias, ações preventivas para coibir desaparecimento de crianças por

meio da distribuição de pulseiras de identificação, ação contra o assédio sexual no Carnaval (Não é Não) e durante a Operação Verão Maior 2020.

- ▶ Realização de palestra para funcionários da Ambev em Almirante Tamandaré, a fim de preveni-los sobre furtos e roubos de cargas em estradas e rodovias.
- ▶ Realização de palestra de prevenção ao uso de drogas no Parque de Exposições Portal do Sudoeste, no município de Clevelândia, durante o Fórum de Área do *Interact*, organizado pelo *Rotary Club* da cidade.
- ▶ Execução do projeto Amigos da Polícia para alunos especiais de Matinhos - cerca de 100 estudantes da Escola de Educação Especial Bem Me Quer tiveram a possibilidade de conhecer e interagir com os policiais civis.
- ▶ Realização da 3ª edição do projeto PCPR nos Bairros, em Ponta Grossa, que descentraliza serviços realizados na subdivisão da PCPR e delegacias especializadas e os leva até o evento em uma delegacia móvel, com a participação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) por meio da 1ª edição do projeto UEPG nos Bairros e os Bairros na UEPG.
- ▶ Realização de palestra sobre violência doméstica e empoderamento feminino na empresa Klabin, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC).
- ▶ Lançamento de página no portal da PCPR com informações acerca de sua atuação durante o período de pandemia do novo Coronavírus, com o objetivo de orientar as pessoas a ficarem em casa, mostrando os diversos serviços da instituição que o cidadão pode ter acesso pela internet.
- ▶ Homenagens a profissionais da saúde em frente ao Hospital do Trabalhador e Centro Hospitalar de Reabilitação Ana Carolina Moura Xavier.
- ▶ Realização da Semana PCPR de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-juvenil com *lives* diárias no perfil da instituição no *Instagram*; e de uma semana de *lives* para campanha de Combate e Prevenção à Violência Doméstica e Familiar, no perfil da instituição no *Instagram*.
- ▶ Realização de ação para conscientizar a população sobre a importância do uso de máscaras em locais públicos com objetivo de auxiliar na prevenção do contágio pelo novo Coronavírus.
- ▶ Participação na Campanha do Agasalho.
- ▶ Realização da Campanha Sangue Bom PCPR que incentivou os policiais civis a doarem sangue no Estado.
- ▶ Realização de palestra preventiva sobre roubos e furtos de cargas na Região Metropolitana de Curitiba.
- ▶ Participação de delegado de polícia em palestra com estudantes universitários para discutir carreira policial.
- ▶ Entrega do primeiro lote de brinquedos para a Campanha Paraná Piá.
- ▶ Entrega de 3 mil brinquedos e 300 kits de doces em Paiçandu.
- ▶ Comemoração de 30 anos do Grupo TIGRE - Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial.

- ▶ Transferência da maior unidade de atendimento ao cidadão do Instituto de Identificação do Paraná - Posto Central, para imóvel próprio.
- ▶ Novo recorde no número de carteiras de identidade emitidas pelo sistema de 2ª via rápida, com um total de 142.340 RGs, mais que o dobro do volume confeccionado em 2018 pelo mesmo sistema.
- ▶ Emissão do novo modelo de carteira de identidade, contendo diversos dados e mais segurança contra a falsificação.
- ▶ Inclusão de símbolo do Espectro Autista no RG, com a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF).
- ▶ Confeção de Registro Geral (RG) de um bebê com doença rara em hospital de Ponta Grossa, com o objetivo de realizar campanha para tratamento.
- ▶ O Instituto de Identificação recebeu agentes da Força Nacional para atuarem em serviços de identificação civil e criminal, revelação papiloscópica em local de crime e necropapiloscopia.
- ▶ Coleta e análise das impressões digitais de paciente com morte encefálica de forma célere, em Londrina, para identificação e providências legais com vistas à liberação, para que a equipe de transplante pudesse garantir uma ação rápida na doação de três órgãos.
- ▶ Emissão de 268,3 mil carteiras de identidade entre janeiro e setembro, mesmo em meio à pandemia do Coronavírus, sendo que mais de 139 mil cidadãos foram atendidos para a emissão emergencial de Registros Gerais (RGs) no período de 23 de março a 30 de setembro (isolamento social devido à pandemia da COVID-19).
- ▶ Até 30 de setembro, foram confeccionados 101.519 RGs referentes à 1ª e 2ª via presenciais e 37.935 RGs referentes à 2ª via rápida pela internet; e foram entregues 143.639 documentos.
- ▶ Lançamento da 2ª Via Fácil com atualização remota da foto do RG - o cidadão pode fazer remotamente o pedido de uma nova carteira de identidade, enviando uma foto da câmera do celular ou do computador, sem precisar se deslocar até um posto de identificação.
- ▶ Abertura de inscrição para o módulo 1 do curso de pós-graduação em Análise Estratégica da Segurança Pública.
- ▶ Oferta de cursos EAD, através da Escola de Gestão, para policiais civis e estagiários.
- ▶ Revitalização da biblioteca e divulgação do acervo no site da Escola Superior de Polícia Civil (ESPC).
- ▶ Criação de canal de entrevistas no *YouTube* que pode ser acessado no *site* na ESPC.
- ▶ Reestruturação do *site* da ESPC.
- ▶ Realização de curso de atualização de armamento e tiro em Cascavel, do 2º Curso de armamento e tiro em Foz do Iguaçu e de curso de atualização de armamento e tiro em Maringá; e de Curso de Análise de Vínculo com a Ferramenta *IBM i2*, para combate ao crime organizado, por meio de cruzamento de dados e transporte desses dados para diagramas analíticos estruturados.

- ▶ Lançamento de 100 cursos de aperfeiçoamento para servidores do interior e da Capital até o final de 2021: 31 tipos de cursos distribuídos em sete áreas aos policiais civis, sendo a maior parte dos cursos ministrada no interior (61), outros em Curitiba (43) e na modalidade de ensino a distância (05).
- ▶ Obras: a) concluídas em 2020 - reforma da cobertura da Delegacia Móvel de Atendimento ao Futebol e Eventos (DEMAFE), com área de 500,00m², valor R\$ 147,0 mil; b) contratadas em 2020 - construção da Delegacia Cidadã Padrão III, de São José dos Pinhais, com área de 1.791 m², valor R\$ 6,5 milhões-BID; construção da Delegacia Cidadã Padrão II, de Colombo, com área de 1.290,35m², valor R\$ 3,7 milhões-BID; construção da Delegacia Cidadã Padrão II, de Araucária, com área de 1.290,35m², no valor de R\$ 4,4 milhões-BID; construção da Delegacia Cidadã Padrão II, em Curitiba (DHPP), com área de 1.290,35m², valor R\$ 4,6 milhões-BID; reforma da Delegacia do município de Cidade Gaúcha, com área de 400,00m², valor R\$ 274,1 mil; reforma da Escola Superior da Polícia Civil em Curitiba, com área de 1.000,00m², valor R\$ 283,3 mil; c) em andamento - construção da Delegacia Cidadã Padrão II, de Almirante Tamandaré - Vila Raquel, com área de 1.290,35m², valor R\$ 4,3 milhões-BID; d) licitações de obras (lançamento de editais) - construção da Delegacia Cidadã Padrão III, em Cascavel; reforma da Fachada da Corregedoria-Geral da Polícia Civil; readequações na implantação da Delegacia Cidadã de Matinhos; e) projetos concluídos - Delegacia Cidadã Padrão II, em Francisco Beltrão; Delegacia Cidadã Padrão III, em Cascavel; Cadeia Pública de Arapongas; e f) projetos em andamento - Delegacia Cidadã Padrão III, em Maringá; Delegacia Cidadã Padrão II, em Guaíra; Delegacia Cidadã Padrão III, em Londrina.

11.1.3 Polícia Militar e Corpo de Bombeiros

A Polícia Militar do Paraná e o Corpo de Bombeiros do Paraná, no cumprimento de suas missões institucionais, realizaram as seguintes atividades:

- ▶ Processo seletivo para a contratação de 2.000 novos soldados PM e 400 soldados BM - em andamento.
- ▶ Inclusão de 110 novos Cadetes na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG).
- ▶ Autorização para ingresso de 70 novos Alunos Oficiais para 2021, com vistas ao repletamento dos claros nos cargos de Oficiais Subalternos da PMPR, conforme Decreto n.º 5924/2020.
- ▶ Atuação, em cooperação com a SESP e SEED, para o chamamento de 805 Militares da Reserva Remunerada para integrarem o Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários (CMEIV), para atuarem no programa de Escolas Cívico-Militares da SEED.
- ▶ Implementação de dois novos Colégios da Polícia Militar em Pato Branco e União da Vitória, com processo para inclusão de novos alunos, em andamento.
- ▶ Termos de Cooperação Técnica - firmados para ampliar e divulgar as ações realizadas pela Corporação, buscando parcerias com outros Órgãos, destacando-se: a) entre o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR) e a SESP/PMPR para a veiculação, pela PMPR, em site oficial ou

veículo de comunicação próprio, redes sociais e/ou grupos de mensagens, durante o período eleitoral, de informações e checagens produzidas pelo TRE/PR dentro do Projeto Galha Confere sobre a segurança da urna eletrônica e o processo eleitoral; b) entre o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ/PR), Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR) e a SESP/PMPR, para implantação do Botão do Pânico Paranaense com funcionalidade no APP 190 da PMPR, para fiscalização das medidas protetivas em favor de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar; c) entre a SESP/PMPR e a Associação Terapêutica e Paradesportiva Equocavalaria (ATPE), com a interveniência do Regimento de Polícia Montada (RPMon), que visa à promoção e ampliação das ações que envolvem o atendimento de pessoas com a prática da Equoterapia, assim como o desenvolvimento técnico e científico na área.

- ▶ Realização de operações (Operação Esforço Integrado, Ostensividade, Monitoramento de Divisa, Ordem Pública, Divisa Integrada, entre outras), inclusive em apoio aos Órgãos externos, auxiliando nas medidas emergenciais geradas pela pandemia da COVID-19 (desinfecção de unidades hospitalares, arrecadação de doação de cestas básicas, etc).
- ▶ Devido à emergência gerada pela pandemia, foram estabelecidas medidas orientativas, Procedimentos Operacionais Padrão (POP), além da criação de um Plano de Contingenciamento.
- ▶ Foram realizados nivelamentos de multiplicadores sobre temas operacionais, que foram repassados ao efetivo da PMPR, por meio de Plano Anual de Instrução, com registro do efetivo atingido mediante cadastro em sistema próprio.
- ▶ O 1º Comando Regional de Polícia Militar, responsável pelo policiamento em Curitiba realizou, por meio de sua Agência Regional de Inteligência, duas grandes operações de inteligência de combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado, desarticulando as atividades dos criminosos que agiam no Estado do Paraná (cidade de Curitiba) e no Estado de Santa Catarina, com grande repercussão na mídia estadual e nacional.
- ▶ Operação Metrópolis - coordenada pelo Comando do 5º CRPM sediado em Cascavel, foi desenvolvida em três fases abrangendo os 94 municípios das cinco unidades pertencentes ao 5º CRPM, com objetivo de combater os crimes transfronteiriços e demais crimes nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado. Além do emprego do efetivo das unidades do 5º CRPM, também foram empregados Batalhões Especializados (BOPE, BPFRon, BPAmb, BPRv e BPMOA), garantindo maior envergadura das ações. Nas três fases foi possível alcançar resultados positivos, como as apreensões de substâncias entorpecentes e produtos de contrabando e descaminho, causando elevado prejuízo ao crime organizado.
- ▶ Operação Perturbação Zero - desenvolvida pelo 6º BPM, sediado em Cascavel, visa combater a perturbação do sossego, principalmente aos finais de semana.

- ▶ Em Frente Brasil - autorizada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública até 21 de março de 2021, para ações de policiamento ostensivo nas atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio e, também, para atuação em ações de polícia judiciária e perícia forense. A medida visou à continuidade da execução do Projeto "Em frente Brasil", cujo objetivo é o enfrentamento à criminalidade violenta, por meio de ações conjuntas entre União, Estados e Municípios, com apoio a 05 Estados, entre eles o Paraná, com foco em São José dos Pinhais. O prazo de apoio prestado pela Força Nacional poderá ser prorrogado novamente, se necessário, e se houver solicitação por parte dos Estados participantes do projeto.
- ▶ Operação Verão Costa Leste - realizada de dezembro de 2019 a março de 2020, contou com um efetivo de 300 policiais militares (18 oficiais e 282 praças), divididos entre as subáreas Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, atendendo aproximadamente 100 mil habitantes locais e mais de um milhão de veranistas, sendo a festa da virada de ano e carnaval os eventos de maior circulação de pessoas. Foram investidos mais de R\$ 4,7 milhões em fardamentos aos militares, com a distribuição de 38 viaturas somadas à frota do 9º BPM, um auto guincho e quatro módulos móveis. Foram empregadas 18 motocicletas e 23 bicicletas no policiamento dos três municípios. Os resultados operacionais obtidos durante a operação foram: 2.505 pessoas presas e menores apreendidos, 61.946 pessoas abordadas, distribuição de 49.935 pulseiras de identificação, 32.466 veículos abordados e 1.083 termos circunstanciados lavrados nos 80 dias de aplicação do efetivo no litoral, no policiamento com bicicletas, motos, pontos base e rádio patrulha e no serviço de inteligência.
- ▶ Modernização da página eletrônica da Polícia Militar na *web*, com reformulação gráfica, facilitando o acesso aos serviços administrativos oferecidos à população, tais como, solicitação de boletim de ocorrência, informação sobre concurso, dentre outros. Vale exemplificar a parceria com o TRE/PR, que por meio do *site* oficial da PMPR, divulga conteúdo de utilidade pública com mensagens simples e objetivas sobre a Cartilha de Combate à Desinformação.
- ▶ Modernização das mídias sociais oficiais da PMPR, com maior interação e conteúdo criativo, por meio do *Facebook*, *Instagram* e *YouTube*, resultando em um maior engajamento dos usuários que passaram a seguir, comentar e compartilhar os conteúdos, elevando o nome da corporação nas mídias sociais. Nesta linha de ação, o canal oficial do *YouTube* levou semanalmente à população, conteúdo de relevância, esclarecimento e orientação, trazendo resultados de caráter utilitário à corporação.
- ▶ Participando em diversas campanhas solidárias, os militares estaduais contribuíram e demonstraram solidariedade neste ano de pandemia: Campanha Cesta Solidária, Campanha Paraná Pia, ambas de proposição do Governo do Estado, ações de arrecadação de alimentos

durante os eventos de comemoração dos 166 anos da PMPR pelo Estado, e doações de sangue pelos policiais militares que, mês a mês, tem contribuído com esta importante ação.

- ▶ Inovou na promoção de eventos, em razão da pandemia, passando a transmiti-los nas mídias sociais oficiais da corporação, em *lives* interativas com o público como no maior evento da corporação, o aniversário de 166 anos da PMPR, que seguiu os protocolos sanitários e teve um impacto positivo, permitindo manter vivas as tradições militares e a demonstração de civismo da PMPR.
- ▶ Ampliação das ações de saúde preventiva a integrantes ativos de Comandos Regionais do interior do Estado.
- ▶ Contratação de psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais para atendimento psicossocial de caráter preventivo e terapêutico de militares estaduais.
- ▶ Enfrentamento ao Coronavírus - foram estratégias de enfrentamento à pandemia: a) ampliação do número de leitos para atendimento aos usuários do Hospital da Polícia Militar; b) reestruturação do ambiente físico e de protocolos de atendimento do Pronto Atendimento do Hospital da Polícia Militar; c) disponibilização de um novo canal de atendimento por videochamada para atendimento na modalidade de telemedicina a militares estaduais por oficiais médicos.
- ▶ Instalação de dois equipamentos novos de ultrassonografia, um equipamento de tomografia e a instalação de equipamento para digitalização do Raio-X do Hospital da Polícia Militar.
- ▶ Aquisição de uma nova ambulância de suporte avançado de vida para o atendimento a usuários do sistema de saúde da PMPR.
- ▶ Contratação de novo Software de Atendimento e Despacho de Ocorrências (CAD Harpia), com recursos do BID, da ordem de R\$ 4,5 milhões.
- ▶ Elaboração de Edital para aquisição de 3.600 smartphones e 2.094 impressoras térmicas portáteis para uso nas viaturas da PMPR com a nova Central de Atendimento e Despacho (CAD), com recursos do BID da ordem de R\$ 15,0 milhões.
- ▶ Convênio e Integração de 30 municípios com mais de 700 câmeras de vigilância e de Leitura Automática de Placas (OCR).
- ▶ Digitalização da rede de comunicação de rádio no 25º BPM Umuarama e 27º BPM União da Vitória.
- ▶ Integração da rede de Rádio Digital da ENAFRON em parceria com o Exército Brasileiro, atingindo os municípios da faixa de fronteira e compartilhando a infraestrutura de torres e sistema de rádio com as forças de segurança pública atuantes na região (PMPR, PRF, EB, PF, RFB).
- ▶ Contratação de diversos serviços com o objetivo de aumentar o desempenho, qualidade e eficiência dos sistemas operacionalizados pelo Centro de Operações Policiais Militares (COPOM), no montante de R\$ 289,1 mil.
- ▶ Melhoria nos processos e realocação de efetivos para melhoria do atendimento no APP 190; e expansão do APP 190 - Emergência Paraná aos 399 municípios.

- ▶ Atualização das linhas de emergência em uso pelo COPOM Curitiba, visando a Centralização das chamadas do Estado; e concluída a centralização de chamadas 190 do Sul e Sudoeste do Estado do Paraná no COPOM Curitiba.
- ▶ Implantação do sistema de videoconferência para realização do Curso de Formação de Oficiais da PMPR de forma remota durante a pandemia.
- ▶ Desenvolvimento e Implantação do Sistema Gestor *Mobile* para controle de dispositivos móveis e recebimento de ocorrências em *smartphones*.
- ▶ Integração do sistema AVL e LPR com os sistemas da SENASP (Córtex, VIGIA); e customização do *software SISCOpWeb* para exibição de mapas com ocorrências e posições de viaturas através de AVL e Rádio Digital.
- ▶ No exercício orçamentário e financeiro de 2020, a Polícia Militar do Paraná realizou, até outubro, o pagamento do Bônus por Apreensão de Arma de Fogo Irregular, instituído pelo Decreto Estadual n.o 3.574/2019, ao montante de R\$ 439,5 mil alcançando cerca de 2.170 policiais militares, em valores que variam de R\$ 125,00 até R\$ 3.166,66 individualmente.
- ▶ Foi firmado, em outubro, contrato para locação de mais 750 viaturas, ao valor total anual de R\$ 8,8 milhões, para atender o policiamento ostensivo, cuja implantação se dará com 150 viaturas em 2020 e 600 viaturas em 2021.
- ▶ Efetivação do Núcleo de Mediação Comunitária (NUMEC) com policiais militares formados pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) de Ponta Grossa, atuando como mediadores judiciais e seguindo as recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - 1º BPM - Ponta Grossa.
- ▶ Reativação do Canil Setorial do 26º BPM/Sede; capacitação em Cinotecnia Policial Militar junto ao COC/BOPE/PMPR; e aquisição de semovente junto ao COC/BOPE/PMPR - 26º BPM - Telêmaco Borba; implantação dos cartórios para confecção de Termo Circunstanciado de Infração Penal Eletrônico (TCIP), nos municípios de Ventania, Reserva e Cândido de Abreu, totalizando 100,0% dos municípios de responsabilidade territorial do 26º BPM; Intensificação de ações de Cumprimento de Mandados de Busca e Apreensão domiciliar na área do 26º BPM; Reativação do CONSEG/Telêmaco Borba; instalação do Centro Integrado de Segurança (CIS), no município de Telêmaco Borba - 26º BPM, realizado pela prefeitura municipal e colocado à disposição dos Órgãos de segurança.
- ▶ Descentralização do atendimento 190, do 27º BPM - ligações do município de União da Vitória e Paula Freitas estão sendo atendidas pelo COPOM de Curitiba, sendo as ocorrências registradas pelo atendente e repassadas ao COPOM da Unidade, via sistema SISCOP e despachadas para atendimento.

- ▶ Ampliação de atendimento de projetos de Polícia Comunitária na área do 21º BPM, sediado em Francisco Beltrão, com os programas Vizinhança Solidária e Segura, Comércio Seguro, Programa Interior Seguro, Programa Formando Cidadão, Programa de Rádio Polícia Comunitária.
- ▶ Criação do Cartório PM e atendimento de trânsito no centro da cidade de Apucarana.
- ▶ Implementação em Londrina, por meio da 4ª CIPM, da modalidade de Policiamento de Proximidade em que os policiais militares interagem com os comerciantes locais em visitas periódicas e por meio de grupos de *Whatsapp*, onde são repassadas informações para subsidiar o policiamento local.
- ▶ Criação do Centro Integrado de Comando e Controle Local na cidade de Londrina (em fase de instalação) - um espaço aos Órgãos de segurança locais que atuarão de maneira integrada na gestão, controle e despacho de ocorrências.
- ▶ Criação do Destacamento na Área da Zona Sul na Cidade de Arapongas.
- ▶ Implementação de sistema de logística reversa para coletes balísticos - implementado de forma inovadora pela Polícia Militar, visando contribuir para a sustentabilidade e prover a destinação correta dos materiais. O material vencido deve ser destruído sendo inviável para a Corporação, assim, buscou-se uma solução conjunta com as empresas fornecedoras do produto sendo a matéria prima destruída e recolhida pela empresa e ajustada a troca por coletes novos junto à empresa contratada.
- ▶ Designação de Comissões Técnicas, por meio da Diretoria de Apoio Logístico da PMPR, para estudo e modernização da frota de veículos leves e motocicletas operacionais da Corporação, dentro dos conceitos nacionais e internacionais, visando a aquisição de viaturas apropriadas e a melhoria das condições de trabalho, saúde e bem-estar dos policiais da linha de frente, reduzindo o número de acidentes.
- ▶ Buscando a excelência nos processos de aquisição de armamentos e equipamentos de proteção individual eficientes (coletes balísticos, cintos de guarnição, entre outros), novos descritivos técnicos têm sido desenvolvidos de modo a elevar a qualidade, por meio da avaliação de desempenho e padrões internacionais adotados pelas forças de segurança, a fim de obter produtos de alta *performance* e adequados ao desempenho da atividade policial militar.
- ▶ Adesão ao sistema Táxi-Gov que proporciona aos Agentes Públicos uma alternativa de deslocamento para realização dos serviços administrativos, sem a necessidade de um veículo oficial, diminuindo os custos com aquisição, manutenção e combustível com os veículos oficiais.
- ▶ Realização de estudos para definição de um novo fardamento para a PMPR, dentro dos conceitos nacionais e internacionais, visando a aquisição de fardas apropriadas, incluindo calçados, para melhorar as condições de trabalho, saúde e bem-estar dos policiais da linha de frente.
- ▶ Em razão da pandemia, a PMPR gerenciou, recebeu e distribuiu diversos materiais e equipamentos de proteção individual para prevenção e combate à COVID-19 para todo o efetivo, propiciando

condições de trabalho dentro dos padrões de segurança. Com isso, aliado às ações do Comando da Corporação, o índice de contágio foi abaixo de números de outras instituições, em nível nacional.

- ▶ Parceria com profissionais liberais e instituições de ensino da área de Medicina Veterinária que desenvolvem Pós Graduação, Mestrado e Doutorado, com o intuito de aplicar estudos e técnicas para o bem-estar animal, para readequação dos insumos alimentares dos equinos propiciando melhoria nutricional e economia ao erário, desenvolvimento de programa de reprodução assistida para equinos e cães gerando produtos de linhagens específicas para a atuação na cavalaria e canis da PMPR, salientando que os equinos e os caninos são importantes ferramentas para a execução da missão fim.
- ▶ Capacitação dos Policiais Militares que desempenham atividades médicas e laboratoriais em parcerias com instituições de ensino para Apoio e Diagnóstico de Imagens e Laboratorial e capacitação do efetivo policial que executa o serviço de ferrageamento nos equinos alocados nos Batalhões do Interior do Estado com parceria do Serviço de Aprendizagem Rural (SENAR).
- ▶ Início da formação de três novos oficiais pilotos de helicóptero, aprovados no concurso ao Curso de Piloto Policial de Aeronaves de Asas Rotativas, realizado em 2019, dando continuidade ao Projeto Falcão.
- ▶ Apreensão e destinação judicial para o BPMOA de uma aeronave de asas rotativas (Robinson 66), em fase de manutenção para aplicação no serviço aeropolicial junto ao Projeto Falcão, havendo possibilidade de utilização de uma segunda aeronave apreendida, desde que os custos com a manutenção sejam viáveis.
- ▶ Apoio à Polícia Federal com aeronave de asas rotativas do Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas (BPMOA) na Operação Muçambê I, deflagrada no interior dos Estados da Bahia e Pernambuco, na qual foram localizados mais de 45.000 pés de maconha (equivalente a 15.000 kg).
- ▶ Apoio logístico à Secretaria de Estado da Saúde (SESA) por meio do BPMOA, no transporte aéreo de agentes, exames, materiais e vacinas para a prevenção da H1N1, com vistas à melhoria das condições de saúde da população, em virtude da pandemia ocasionada pelo COVID-19.
- ▶ Locação de uma aeronave de asas rotativas, modelo EC 130 B4, para apoio à Secretaria de Estado da Saúde (SESA) nas ações de prevenção e combate à COVID-19, além de permitir a ampliação e continuidade dos serviços de resgates e remoções aeromédicas, realizados pelo BPMOA na região leste do Estado.
- ▶ Celebração de convênio com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST), com a locação de uma aeronave de asas rotativas modelo Bell 206 B3 (Jet Ranger III), para apoio às ações de fiscalização ambiental no Estado do Paraná.

- ▶ Realização de 409 resgates e remoções aeromédicas, totalizando 432 vítimas atendidas; prestou suporte aéreo com aeronaves do BPMOA em 337 missões policiais e 136 missões em apoio ao Corpo de Bombeiros.
- ▶ Renovação da frota operacional da Polícia Militar aplicada em Curitiba, Região Metropolitana e no interior do Estado do Paraná, por meio da aquisição de 522 novas viaturas no montante de R\$ 48,5 milhões, que reduziram os custos elevados de manutenção e propiciaram melhor atendimento da população nas ocorrências policiais.
- ▶ Modernização do aparato policial assegurando equipamentos de proteção individual adequados à realização da atividade fim, por meio da aquisição de 2.230 cintos de guarnição no valor de R\$ 1,5 milhões e de 262 capacetes balísticos perfazendo o montante de R\$ 291,5 mil.
- ▶ Investimentos em tecnologia com o incremento de 383 computadores, no valor de R\$ 1,2 milhão, em substituição a equipamentos inoperantes e obsoletos, compatibilizando com as necessidades técnicas de processamento e armazenamento geradas pelos novos sistemas implementados na Corporação.
- ▶ Investimentos na estrutura administrativa da Corporação, disponibilizando 106 fragmentadoras e plastificadoras, no montante de R\$ 108,6 mil, para destinação correta de documentos físicos de caráter reservado e/ou sigiloso e plastificação de documentação de porte obrigatório pelos policiais militares, segundo a legislação vigente e demais atos normativos institucionais.
- ▶ Investimentos da ordem de R\$ 1,3 milhão na estruturação das unidades policiais militares visando substituição, aparelhamento e melhoria, propiciando condições adequadas nos ambientes de trabalho.
- ▶ Aquisição de materiais e equipamentos de sinalização de trânsito (cones de sinalização, barreiras pantográficas e redutores físicos portáteis de velocidade) com a finalidade de fornecer às Unidades Operacionais da Polícia Militar materiais modernos, padronizados, apropriados e eficientes para viabilizar a realização de operações policiais militares, fiscalização e autuações de trânsito, proporcionando ambiente seguro para a atuação policial, perfazendo um total de R\$ 885,8 mil.
- ▶ Conforme o Decreto n.º 2734/2019, que autorizou a Polícia Militar do Paraná a realizar os procedimentos de leilão de veículos declarados inservíveis ou desnecessários, foram realizados três leilões, com 124 viaturas arrematadas no primeiro, 143 no segundo e 145 no terceiro totalizando 412 veículos arrematados em 2020, gerando uma arrecadação de cerca de R\$ 4,8 milhões destinados ao FUNESP/PR a serem replicados na segurança pública.
- ▶ Modernização do sistema PREVFOGO visando melhorias no acesso do cidadão, de forma que os cadastros sejam unificados permitindo maior agilidade no processo de obtenção de licenciamento.
- ▶ Desburocratização e simplificação de processos de licenciamento, contribuindo com os objetivos do Programa Descomplica, iniciativa de caráter permanente do Governo do Estado para simplificar a vida dos empreendedores.

- ▶ Atualização normativa de prevenção contra incêndio e desastres, com participação ativa da sociedade civil organizada.
- ▶ Investimentos referentes à aquisição de viaturas e equipamentos para o Corpo de Bombeiros, com a entrega de: a) 08 viaturas tipo Auto Bomba Tanque (ABT) - R\$ 4,24 milhões; b) 27 viaturas tipo Auto Bomba Tanque e Resgate (ABTR) R\$ 2,5 milhões; c) 46 viaturas tipo Auto Ambulância (AA) - R\$ 7,5 milhões; d) 06 viaturas tipo Auto Busca e Salvamento (ABS) - R\$ 750,0 mil; e) 13 viaturas tipo Auto Transporte de Coletivo (ATC) - R\$ 1,6 milhões; f) 114 viaturas Auto Transporte de Pessoas (ATP) - R\$ 9,1 milhões; g) 01 sistema de cascata para EPR - R\$ 180,0 mil; h) 06 desencarceradores - R\$ 600,0 mil; i) 04 micro-ônibus - R\$ 1,8 milhões; j) 78 Equipamentos de Proteção Respiratória (EPR) - R\$ 780,0 mil.
- ▶ Aprovação da Proposta SICONV n.o 3.488/2020, referente aos recursos captados mediante emendas parlamentares, tendo como objeto: uma viatura Auto Bomba Tanque; cinco viaturas Auto Busca e Salvamento; três Barcos Infláveis de Salvamento; 12 equipamentos autônomos de proteção respiratória; um desencarcerador hidráulico.
- ▶ Termo de Cooperação Técnica entre o CBMPR com a SEDEST/Instituto Água e Terra, com o objetivo de desenvolver ações voltadas ao monitoramento, prevenção e combate a incêndios florestais e acidentes envolvendo o transporte, manuseio e armazenagem de produtos químicos perigosos, bem como a promoção da educação ambiental e a preservação do meio ambiente, contemplando aquisição de viaturas e equipamentos, por um período de cinco anos, no valor global de R\$ 10,0 milhões.
- ▶ Termo de Cooperação Técnica entre o CBMPR e a SESA, com o objetivo de estabelecer condições para a implementação da capacitação de profissionais na área de segurança e de saúde, especificamente no atendimento pré-hospitalar em trauma e emergência, por meio da realização de Curso de Especialização de Socorristas e Curso de Capacitação de Monitores de Socorrismo, contemplando a especialização de 600 socorristas e 36 monitores, no período de até cinco anos, no valor de R\$ 1,4 milhão.
- ▶ Campanhas de prevenção por meio da página eletrônica do Corpo de Bombeiros, *Instagram* e *Facebook*.
- ▶ Seminários técnicos, no formato *WEBINAR*, por meio de transmissão gravada e ao vivo por plataforma *online*, visando despertar no público interno interesse pelos temas, disseminar conhecimento sobre tendências e técnicas, envolvendo ainda a comunidade científica, acadêmica, bem como informando e conscientizando a população sobre medidas preventivas - 4.954 visualizações.
- ▶ Ações de Ensino - Corpo de Bombeiros: a) curso de Formação de Praças, com 11 alunos e investimento de R\$ 20,0 mil; b) curso Guarda-Vidas Militares, com 45 alunos e investimento de R\$

26,2 mil; c) seleção para capacitação de 155 Guarda-Vidas Civis, com investimento estimado de R\$ 45,8 mil.

- ▶ Ciclo de Instrução EAD 2020 - contemplando o treinamento de 100,0% do efetivo quanto às medidas de prevenção da COVID-19, além de treinamento a públicos específicos quanto às operações de Combate a Incêndios Florestais, Salvamento em Altura e operação de novos caminhões de combate a incêndios.
- ▶ Instalação da Nova Sede da 2ª Cia - 1º BPM no *campus* UEPG, mediante convênio com a Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- ▶ Informações de obras: a) concluídas em 2020 - reforma do Bloco III da Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, com área de 4.146,88m², valor R\$ 3,9 milhões - BID; Reparos nas instalações do Canil do Grupo de Operações de Socorro Tático do Corpo de Bombeiros (GOST), com área de 1.500,00m², Curitiba, valor R\$ 49,1 mil; b) contratadas em 2020 - construção do Destacamento Policial Militar de Entre Rios, Guarapuava, com área de 101,93m², valor R\$ 438,5 mil; reparos nas Instalações do 3º SB do 8º Grupamento de Bombeiros, com área de 602,90m², Guaratuba, valor R\$ 58.230,01; c) em andamento - reforma e ampliação do 9º Batalhão de Polícia Militar, com área de 2.599,91, Paranaguá, valor R\$ 4,1 milhões; construção da sede do 21º Batalhão de Polícia Militar, com área de 1.385,33m², Francisco Beltrão, valor R\$ 2,7 milhões; construção da Escola do Corpo de Bombeiros, com área de 6.693,09m², São José dos Pinhais, valor R\$ 18,6 milhões - BID; construção do Corpo de Bombeiros de Jaguariaíva, com área de 426,85m², valor R\$ 1,2 milhão; construção do Corpo de Bombeiros de Ivaiporã, com área de 2.051,00m², valor R\$ 6,6 milhões; reforma do Corpo de Bombeiros de Apucarana, com área de 570,00m², valor R\$ 770,5 mil; d) licitadas - aguardando formalização do contrato - construção da sede do 9º Grupamento de Bombeiros em Foz do Iguaçu, valor R\$ 19,9 milhões; e) licitações de obras (lançamento de editais) - reformas no 8º Batalhão de Polícia Militar de Paranavaí; pintura das instalações do Quartel do Comando-Geral da Polícia Militar do Paraná; construção do Corpo de Bombeiros de Colombo; construção do Corpo de Bombeiros, na Cidade Industrial de Curitiba; f) projetos concluídos - Corpo de Bombeiros de Colombo; e g) projetos em andamento - sede do Batalhão de Fronteira (BPFron) Marechal Cândido Rondon; sede do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) São José dos Pinhais; sede do 5º Comando Regional de Polícia Militar (5º CRPM), em Cascavel; sede do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC) em Curitiba; sede do Corpo de Bombeiros de Medianeira; reforma, ampliação e regularização da sede do Regimento de Polícia Montada (RPMON), em Curitiba; reforma e ampliação do 13º Batalhão de Polícia Militar, em Curitiba; sede do Corpo de Bombeiros de Ponta Grossa - 2º GB.

11.1.4 Polícia Científica

A Polícia Científica do Estado do Paraná é o Órgão público incumbido das perícias de criminalística e médico-legais, indispensáveis para elucidação de crimes quando houver vestígios,

conforme estabelecido pelo Código de Processo Penal. Sua atividade é realizada por meio da Ciência Forense.

Composta pelo Instituto de Criminalística (IC) e pelo Instituto Médico Legal (IML), a Polícia Científica do Estado do Paraná (PCP/PR) é uma unidade administrativa, técnica e financeiramente autônoma, subordinada à Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP), em decorrência da Emenda Constitucional Estadual n.o 10/2001.

São 14 unidades da Polícia Científica no interior do Estado do Paraná, chefiadas por Peritos Oficiais (União da Vitória, Apucarana, Campo Mourão, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Ponta Grossa e Umuarama) possibilitando a total integração entre os institutos componentes do Órgão: Instituto de Criminalística, Instituto Médico Legal e Gerência de Laboratórios Forenses.

A seguir estão destacadas as principais ações que geraram impacto em 2020.

- ▶ Contratação de 92 novos servidores, sendo estes 69 Peritos Oficiais e 23 Agentes Auxiliares de Perícia para composição do Quadro Próprio de Peritos Oficiais, distribuídos nas Unidades da Polícia Científica do Paraná; e a convocação de 100 militares estaduais da reserva remunerada para atendimento pleno das unidades da Polícia Científica.
- ▶ Instalação de dois equipamentos *Starlet ID* e *Janus* nos laboratórios de Genética Molecular Forense, que potencializam geometricamente os trabalhos realizados neste laboratório que faz parte do Banco Nacional de Perfis Genéticos.
- ▶ Recebimento de 30 veículos novos, adaptados ao serviço operacional da Polícia Científica, garantindo o pleno atendimento dos locais de crime no Estado.
- ▶ Realização de adaptações da Central de Protocolo e Custódia de Vestígios vinculadas à necessidade de atendimento de adaptações legais promovidas pelo Pacote anticrime.
- ▶ Realização da triagem e consulta médica com desdobramento de mais de 460 exames para detecção do Sars-cov2 (Coronavírus) em servidores da SESP.
- ▶ Na atividade fim houve aumento de 44,0% na produtividade do Instituto de Criminalística do Paraná, demonstrada por meio da realização de 58.011 exames periciais, resultado da análise de armas de fogo, munições, *smartphones*, discos rígidos, mídias ópticas, e *notebooks*, somados às análises de materiais biológicos e químicos e vários outros materiais apreendidos e cenas de crimes periciadas.
- ▶ Inclusão de 1.175 perfis genéticos de criminosos condenados no cadastro nacional.
- ▶ Apresentação de 10 projetos para o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, totalizando R\$ 35,7 milhões. Destacam-se os projetos para aparelhamento da Polícia Científica, para produção de provas técnicas por meio da análise qualitativa e quantitativa de drogas facilitadoras de crimes contra a mulher em material biológico e bruto, a criação do Laboratório Forense de Crimes

Financeiros e o aparelhamento para produção de provas técnicas relativas aos crimes de poluição ambiental, por meio da análise de amostras provenientes de crimes ambientais.

- ▶ Destaca-se ainda, que foram firmados cinco termos de cooperação entre a Polícia Científica e a Secretaria Nacional de Justiça, a Secretaria Nacional do Consumidor, a Universidade Federal do Paraná, a Universidade Estadual do Paraná e o Instituto Geral de Perícias do Estado de Santa Catarina.
- ▶ Cabe destacar que no período da pandemia de infecção pelo vírus Sars-Cov o termo de convênio com a Universidade Federal do Paraná permitiu a realização de análises, por meio de ressonância magnética nuclear, em amostras de álcool em gel falsificados.
- ▶ Informações de obras: a) concluídas em 2020 - reforma do Instituto de Criminalística de Foz do Iguaçu, com área de 408,24m, valor R\$ 259,6 mil; reparos no Instituto Médico Legal de Maringá, com área de 1.390,00m², valor R\$ 24,1 mil; reforma do Instituto de Criminalística de Paranaguá, com área de 600,00m², valor R\$ 352,4 mil; b) contratadas em 2020 - reforma do muro do Instituto de Criminalística de Ponta Grossa, com área de 1.557,04m², valor R\$ 411,1 mil; reforma do Instituto Médico Legal e do Instituto de Criminalística de Guarapuava, com área de 506,00m², valor R\$ 308,8 mil; c) licitadas aguardando formalização do contrato - reforma do Instituto Médico Legal de Apucarana, com área de 150,00m², valor R\$ 131,7 mil; d) licitações de obras (lançamento de editais) - reforma no Instituto de Criminalística de Curitiba; e) projetos em andamento - plano de prevenção para o IML de Campo Mourão.

11.1.5 Fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG)

Os CONSEGs são colegiados comunitários deliberativos e consultivos, sem fins lucrativos, apolíticos e apartidários, vinculados às diretrizes emanadas pela SESP, com o objetivo principal de mobilizar e organizar as comunidades para autoproteção e interagir de forma estritamente técnica e privilegiada com os Órgãos de segurança pública. É um instrumento sociocomunitário voltado para estreitar as relações entre polícia e comunidade, que juntos se reúnem para discutir, planejar, analisar e acompanhar as soluções dos problemas de segurança local, que impactam na qualidade de vida da comunidade.

Após o mapeamento realizado em 2019 e a retomada das atividades de fiscalização e orientação quanto ao regular funcionamento dos CONSEGs, no âmbito do Estado, verificou-se que até novembro de 2020 encontram-se ativos 107 Conselhos. No mesmo período, foram reconhecidos 50 novos CONSEGs e foram emitidas 50 novas Cartas Constitutivas que em razão da pandemia foram encaminhadas pelo correio, sem a realização das solenidades para a entrega.

No intuito de ampliar a participação dos CONSEGs nas discussões e soluções em torno da segurança, e de dar maior transparência às demandas apresentadas, foram promovidas ações individuais e em parceria com outras instituições na orientação, assessoramento e treinamento dos seus membros, com a realização e divulgação dos seguintes eventos:

- ▶ Firmou parceria com a Advogada e Professora apresentadora do Programa *In Loco* - foi criada a série Por Uma Questão de Segurança Pública, com o objetivo de transmitir informações e compartilhar experiências de temas relacionados à segurança pública e de interesse coletivo, com mais de 5.254 visualizações, com a participação de profissionais ligados aos seguintes temas: a) Os Conselhos Comunitários de Segurança e a pandemia instaurada (26/03); b) A mediação comunitária na atividade policial-militar (07/05); c) Operações com cães no âmbito da PMPR (21/05); d) Sistema de Emergência Policial e o Aplicativo 190 (11/06); e) Policiamento de proximidade e a Organização da comunidade para a autodefesa (25/06); f) Prevenção e preparação para desastres: como a comunidade pode se proteger? (16/07); g) Reconhecendo e prevenindo crimes cibernéticos (05/08); h) Prevenção de acidentes de trânsito urbano e rodoviário (23/09); i) Eleições em tempos de pandemia e a participação cidadã (28/10).
- ▶ Análise Situacional de bairros de Curitiba - a CECONSEG está apoiando as ações da Academia Policial Militar do Guatupê, servindo de interlocução entre os Cadetes da Escola de Formação de Oficiais e os Presidentes dos CONSEGs de Curitiba, a fim de envolver as comunidades no desenvolvimento de trabalho acadêmico junto à disciplina de Prática de Polícia Comunitária.
- ▶ A CECONSEG incentivou e apoiou as ações sociais dos CONSEGs no período de pandemia, realizando a divulgação das ações voluntárias voltadas ao auxílio das comunidades e do efetivo policial militar nas diversas regiões do Estado.
- ▶ A Coordenação Estadual fomentou, ainda, a realização de campanhas educativas voltadas a temas atuais e de interesse público, como o uso consciente da água, a participação cidadã nas eleições municipais de 2020 e vacinação contra a poliomielite, entre outras. Este processo de divulgação deu-se principalmente por suas mídias sociais: e-mail institucional, *site*, *Facebook*, *Instagram* e *YouTube*.
- ▶ Servindo de canal de interlocução dos CONSEGs junto à SESP e às forças policiais, especialmente no sentido de reforçar a *accountability*, a CECONSEG demandou, em setembro de 2019, o Chefe do Centro de Análise e Planejamento Estratégico (CAPE/SESP) para buscar alternativas conjuntas de divulgação social dos índices de criminalidade. Em 2020, o projeto foi finalizado e aguarda lançamento oficial por parte da SESP.

Por fim, a CECONSEG, por meio da Diretoria Geral da SESP, veiculou um expediente de orientação técnica às polícias estaduais, fomentando junto aos Comandantes e Chefes de unidades policiais (membros natos) a participação nas atividades dos CONSEGs, ratificando e salientando as responsabilidades e atribuições perante a comunidade, na busca de uma atuação conjunta e eficaz para a melhoria da qualidade de vida da sociedade paranaense.

11.1.6 Centro Integrado de Denúncias 181

A Central de Atendimento do 181 obteve ampliação em sua estrutura funcional. Iniciou com uma equipe de 19 pessoas e passou a contar com 39 servidores no quadro funcional, a partir de gestões da SESP que disponibilizou novos integrantes.

Devido ao aumento do efetivo do Centro Integrado de Denúncias, o canal anônimo atingiu recorde mensal no número de ligações recebidas e denúncias coletadas, totalizando 19.331 ligações e 4.864 denúncias. Tal recorde foi atingido em julho e considera todo o período de subsistência do Programa 181, iniciado em 2003 com o então Narcodenúncia. Também em razão dos avanços na estrutura de pessoal, o Disque-Denúncia coletou aproximadamente 42 mil denúncias no período de janeiro a outubro, ultrapassando a média anual dos anos anteriores em outubro, quantitativo recorde na história do 181.

A ampliação do efetivo, com o conseqüente aumento no número de denúncias, trouxe impactos positivos no quantitativo de prisões e apreensões de entorpecentes e armas de fogo efetivadas pelas forças policiais, com base em delações anônimas oriundas. Ressalte-se que de janeiro a outubro, quando comparado ao mesmo período de 2019, o Disque-Denúncia obteve um aumento de 110,0% no número de pessoas presas e 296,0% na quantidade de armas apreendidas. No que se refere aos entorpecentes, de janeiro a outubro, o canal anônimo espelhou resultados expressivos quando confrontado com o mesmo período de 2019 com um aumento de 491,0% na apreensão de ecstasy, 217,0% de crack e 12,0% de maconha. Destaca-se que o aumento mais significativo foi em relação à cocaína, passando de 6,400 kg apreendidos de janeiro a outubro de 2019 para 1.925 kg de cocaína apreendida pelas autoridades policiais no mesmo período em 2020.

A equipe do Disque-Denúncia foi remanejada a um espaço maior, com telas de monitoramento para acompanhamento do número de ligações recebidas e denúncias registradas pelos atendentes.

Em virtude da pandemia da COVID-19, o Disque-Denúncia passou a coletar denúncias relativas a violações de normas emanadas pelas autoridades públicas no combate ao avanço da pandemia, como falta de álcool em gel em locais de trabalho, desuso de máscara, estabelecimentos abertos irregularmente, além de delações de comércio de álcool em gel adulterado. Para isto, foi criada a natureza específica da COVID-19 no sistema 181, em parceria com várias Prefeituras que passaram a recepcionar tais denúncias para adoção das medidas cabíveis. Ademais, considerando que o isolamento social decorrente da pandemia da COVID-19, estaria agravando situações de violência doméstica e familiar contra mulheres, idosos, crianças e adolescentes, o canal 181 deu destaque a essas categorias de denúncias em seu sítio eletrônico, visando a facilitar o registro de delações anônimas.

Foi instituída a parceria com o Núcleo da Comunicação Social da SESP para fins de divulgação do canal anônimo, visando estimular a cooperação dos cidadãos com as forças policiais no combate à

criminalidade. Em outubro, foi iniciada nas mídias sociais uma campanha contra a violência infantil, tencionando alertar a população da importância de denunciar esse tipo de crime. Também foram divulgadas em mídias televisivas, as estatísticas alcançadas pelo 181 no ano de 2020, para mostrar que a sociedade vem colaborando cada vez mais com as instituições policiais na elucidação de crimes. As divulgações efetuadas pela Comunicação Social têm auferido retornos positivos, vez que o número de pessoas que recorrem ao canal para realizar denúncias aumentou significativamente em 2020, evidenciando um maior engajamento do Disque-Denúncia junto à população.

11.1.7 Centro Integrado de Comando e Controle (CICCR)

As principais atividades desenvolvidas consistem em videomonitoramento, suporte operacional aos agentes de segurança pública, participação como Órgão centralizador nos grandes eventos e operações diversas, apoio técnico em TIC, além das tarefas administrativas de expediente.

A partir de 31 de janeiro de 2020, foi instituído o Plantão INFOSEG, constituído de um grupo de militares estaduais plantonistas destinado a ofertar suporte a policiais e demais agentes de segurança pública empregados nas atividades operacionais, mediante consultas e pesquisas ao sistema INFOSEG, disponibilizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). O trabalho prestado visa a auxiliar os solicitantes com informações contidas na base nacional de dados, obtendo-se o histórico de indivíduos/veículos e possíveis pendências judiciais provenientes de outros Estados da Federação. O canal de atendimento ocorre pela linha gratuita 0800 282 8082.

O CICCR realizou até outubro, 6.564 atendimentos telefônicos e virtuais a instituições de segurança pública, sendo que 6.308 foram por meio de recebimento de solicitações: a) da Polícia Militar do Paraná - 3.758; b) Polícia Civil do Paraná - 220; c) Guarda Municipal - 1.319; d) Polícia Rodoviária Federal - 21; e) Polícia Federal - 08; f) Polícia Militar de outros Estados - 854; g) Polícia Civil de outros Estados - 32; h) DEPEN - 13; i) Outras Instituições - 83. Dessas, 256 foram ocorrências geradas a partir do CICCR e enviadas para equipes de outras instituições. Por meio desses atendimentos o Centro auxiliou na realização de prisões de indivíduos em flagrante delito ou com mandado de prisão em vigor.

Foram presas, com auxílio do CICCR, 467 pessoas das quais, 336 eram monitoradas por tornozeleiras eletrônicas, registradas segundo as seguintes naturezas: a) roubo - 06; b) furto - 05; c) tráfico - 17; d) porte/posse de arma de fogo - 12; e) receptação - 02; f) mandado de prisão - 367 e g) outros - 58.

Durante operações de segurança pública e operações de acompanhamento de manifestações, o CICCR disponibiliza às forças de segurança um ambiente de integração. As instituições que atuam diretamente com esses eventos costumam enviar seus agentes e operadores para suporte e levantamento de informações sendo ordinariamente convidados a compor quadro de integração no CICCR: Forças Armadas, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, ABIN, CIISPR-SUL, Polícia Civil do

Paraná, Polícia Militar do Paraná, CIESP, DIEP, Centro Integrado de Denúncias 181, Guardas Municipais, entre outros.

Operações acompanhadas/conduzidas no âmbito do CICCR em 2020: a) manifestações realizadas em Curitiba, com destaque à Manifestação ocorrida em 07 de Junho; b) Operação Átomo - operação de transporte de urânio enriquecido para a Argentina realizada de 7 a 11 de maio; c) Operação Divisas Integradas II - com participação de forças da Segurança Pública dos Estados do Paraná e São Paulo realizada nos dias 15, 16 e 17 de setembro; d) Operação Divisas Integradas III - com participação de forças da Segurança Pública dos Estados do Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e São Paulo realizada nos dias 28, 29 e 30 de outubro; e) Operação Eleições 2020; f) Operação ENEM 2020.

11.1.8 Assessoria de Conflitos da Terra

A Assessoria de Conflitos da Terra esteve presente em nove audiências de conciliação (presenciais e/ou virtuais) ocorridas nas Comarcas do Estado, até outubro, com vistas a instruir os processos judiciais (apresentação do planejamento operacional elaborado pela PMPR e sugestão de medidas com vistas à desocupação voluntária dos imóveis), auxiliar na promoção do acesso à Justiça aos ocupantes dos imóveis cuja ordem judicial esteja pendente de cumprimento e evitar/diminuir o desgaste do Estado decorrente de possíveis confrontos entre ocupantes dos imóveis e o efetivo policial disponibilizado.

Em decorrência dos efeitos da pandemia do Sars-CoV-2, o Poder Judiciário Paranaense expediu o Decreto n.o. 172/2020, em que suspendeu o cumprimento das reintegrações de posse ajuizadas antes do início da pandemia, e foram canceladas, em consequência, várias audiências de conciliação, bem como inúmeros andamentos processuais foram suspensos.

Também em decorrência dos efeitos da pandemia do Sars-CoV-2 foram suspensas as tratativas em Brasília para tratar de demandas coletivas mais complexas, como por exemplo, nos casos das intervenções federais, decorrentes de ordens judiciais de reintegração de posse não cumpridas.

A elaboração de cronograma mensal de operações policiais em reforço aos Oficiais de Justiça e efetivação de reintegrações de posse com desocupação voluntária dos imóveis, urbanos e rurais, ficou restrita aos processos judiciais ajuizados após o início da pandemia do Sars-CoV-2.

Foram cumpridas 35 ordens judiciais de reintegração de posse, sendo 28 em imóveis urbanos e 07 em ambiente rural, incluindo imóveis em área insular. Do total, 12 reintegrações ocorreram por desocupação voluntária sem o emprego de tropa, representando 34,29%.

Foi dada continuidade à adoção de medidas inovadoras de autocomposição e implementação de mecanismos operacionais estratégicos, com a criação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) Fundiário: parceria entre o Poder Judiciário e Governo do Estado do Paraná, com vistas à resolução consensual de conflitos fundiários coletivos e com respaldo no Novo Código de Processo Civil e no Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3).

A Assessoria apresentou o contexto atual e a relação completa das reintegrações de posse pendentes de cumprimento, coletivas e rurais aos integrantes do supracitado CEJUSC Fundiário.

<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=108653&tit=Estado-e-Judiciario-vao-atuar-na-mediacao-de-conflitos-fundiarios>

11.1.9 Cidade da Polícia

Atualmente o Estado do Paraná, especialmente as organizações vinculadas à Secretaria de Estado da Segurança Pública, utiliza edifícios alugados para abrigar seus funcionários. Tendo em vista a necessidade de oferecer local adequado para a execução das tarefas que competem a cada organização, agrupando equipamentos públicos ora esparsos, reduzindo o montante atualmente gasto com o aluguel de instalações muitas vezes adaptadas, e para fins de abrigar em apenas um local os serviços destinados ao cidadão, a proposta da Cidade da Polícia tem a intenção de centralizar as unidades policiais e de segurança pública sob gestão da Pasta.

O terreno está localizado próximo ao centro da cidade, na Avenida Getúlio Vargas n.o 262 - Bairro Rebouças, em Curitiba, com área estimada de 36.000,00m² e área a ser restaurada estimada de 1.361,00m², oferecendo fácil acesso a comunidade que será atendida no empreendimento, e também aos funcionários.

A implantação no local garantirá a revitalização da área que se encontra degradada e maior circulação de pessoas, dando mais vida a região.

A unificação do local de trabalho das polícias beneficiará, não só o cidadão, mas também os servidores, garantindo maior comodidade e, conseqüentemente, aumento da qualidade e produtividade do trabalho, possibilitando e incentivando a cooperação entre as Forças.

Além de oferecer estrutura adequada e condizente às finalidades tipificadas, deverá trazer uma série de inovações aplicadas a edifícios públicos, dentro do conceito de sustentabilidade no ambiente construído, considerando sua complexidade frente à grande área construída esperada, a economia de recursos ao longo de sua utilização e a necessidade de mitigar impactos da obsolescência das edificações existentes no local, de usabilidade fabril, instalada na década de 40 e de uso industrial do ramo de bebidas.

O empreendimento está na convergência do Objetivo 11 - “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu em setembro de 2015, composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030.

O Contrato CA 1/56/2020 - GMS se encontra com a execução dos serviços suspensa, em função do Mandado de Segurança interposto por uma das empresas participantes do processo licitatório.

11.1.10 Núcleo Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas (NEPSD)

- ▶ Realizada a quarta edição do Concurso Estadual de Produção de Material Audiovisual Sobre Drogas, que consiste na produção de vídeos pelos alunos de Ensino Médio, com o tema de prevenção às drogas, sendo que o material produzido pelo vencedor será transmitido nas salas de cinema do Estado do Paraná, em junho de 2021.
- ▶ Retomadas as doações de veículos apreendidos em processos judiciais envolvendo o tráfico de drogas para as forças de segurança estaduais, de acordo com a Portaria n.o 01/20, elaborada pela Secretaria Nacional de Drogas.
- ▶ Realização de leilões de bens apreendidos de traficantes, com valor arrecadado de aproximadamente R\$ 4,0 milhões, em oito leilões realizados, tendo ainda mais dois programados para serem realizados. Do total de recursos arrecadados nos leilões e geridos pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), conforme previsto na Medida Provisória 885/19, até 40,0% retorna para reaparelhamento das polícias responsáveis pela apreensão, enquanto o restante é aplicado em políticas públicas de prevenção.
- ▶ Realização de 42 Palestras em colégios estaduais, universidades, comunidades terapêuticas, empresas, indústrias e grupos em geral em diversos municípios do Estado, tendo sido suspensas após a declaração da pandemia e dado início à realização de vídeos de prevenção às drogas disponibilizados nas redes sociais para continuidade dos trabalhos.
- ▶ Cursos de Capacitação aos servidores do NEPSD: a) capacitação técnica sobre drogas ilícitas, realizada na Escola Superior da Polícia Civil; b) Seminário sobre apreensão de drogas nos portos brasileiros - GSI Governo Federal; c) Capacitação em Política Nacional sobre drogas - SENAD; d) III Congresso sobre Drogas - Confronto entre o Lícito e o Ilícito - OAB PR.
- ▶ Criação de um *site* do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (CONESD), visando dar publicidade às suas ações, bem como às Pautas e Atas deliberadas em suas reuniões mensais.
- ▶ Confeção de *folder* educativo sobre prevenção às drogas, elaborado por servidores do NEPSD, que está sendo distribuído aos Conselhos Municipais de Drogas para que possam replicar em seus respectivos municípios.
- ▶ Confeção de *folder* Informativo para o CONESD, contendo informações dos serviços públicos e da Sociedade Civil que auxiliem dependentes químicos e seus familiares, sobre onde procurar ajuda.
- ▶ Organização do junho Paraná sem Drogas - feito de forma digital, em razão da pandemia - foram realizadas lives no mês de junho com temas previamente aprovados pelo CONESD, contando com palestrantes de renome na temática das drogas, visando passar um conteúdo informativo a toda sociedade paranaense. Todas as lives realizadas estão disponíveis nas redes sociais, tendo sido criado um acervo digital com informação de qualidade aos paranaenses.

- ▶ Organização do Primeiro Encontro Nacional de Gestores Estaduais responsáveis por Políticas Públicas sobre Drogas, realizado por videoconferência, visando trocar boas práticas com outros Estados da Federação.
- ▶ Designação do Paraná como membro Titular de uma cadeira junto ao Conselho Nacional de Drogas, como representante dos gestores estaduais responsáveis por políticas públicas sobre drogas, dando um protagonismo ao Estado, que passa a representar os demais Estados da Federação junto ao Colegiado Nacional.
- ▶ Conclusão de um levantamento Estadual sobre os Conselhos Municipais de Drogas ativos no Estado, visando criar um grupo de trabalho e organizar ações integradas no Estado.
- ▶ Participação do NEPSD no Programa em Frente Brasil, do Ministério da Justiça, realizado em São José dos Pinhais.
- ▶ Elaboração do Plano Estadual de Política sobre Drogas do Estado do Paraná, que se encontra na Secretaria de Estado da Segurança Pública para análise.

11.1.11 Departamento de Inteligência

- ▶ Assessoramento ao Governador do Estado e ao Secretário de Segurança Pública no cumprimento do Decreto n.o 11.615/2018, que cria o Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Paraná (SEINSP), com a finalidade de planejar, coordenar, executar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública, visando subsidiar a formulação de políticas públicas nessa área, bem como, assistir na execução das ações destinadas à manutenção da ordem pública, prevenção e controle da criminalidade.
- ▶ O SEINSP terá como Órgão central o Departamento de Inteligência do Estado do Paraná (DIEP) e representação perante as comunidades de inteligência e demais Órgãos com integração e produção de conhecimento.
- ▶ Capacitação de servidores por meio de cursos de especialização em atividades de inteligência de segurança pública junto à Secretaria de Operações Integradas (SEOPI) e demais Órgãos.
- ▶ Assessoramento ao Secretário de Segurança Pública no tocante às medidas de enfrentamento a pandemia da COVID-19, em especial, no âmbito do Sistema Prisional Paranaense.
- ▶ O Diretor do DIEP atua na coordenação e gestão compartilhada do Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública - Região Sul, que congrega servidores dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e servidores de Órgãos federais (ABIN, PRF, DEPEN FEDERAL), tendo como missão o assessoramento das forças dos três Estados do Sul na produção de conhecimentos no plano estratégico e operacional, com o compartilhamento de dados.
- ▶ Identificação de ORCRIMS já existentes no Estado e criação de novas dentro e fora do sistema prisional, compilando informações em banco de dados, realizando minuciosa análise, produzindo conhecimento e por fim realizando difusões à comunidade de inteligência dentro e fora do Estado,

tendo como objetivo principal a prevenção, neutralização e/ou repressão de ações que coloquem em risco a segurança dos demais participantes com práticas contra a lei e a ordem.

11.1.12 Programa Pró-Vida

- ▶ Elaboração da Política Estadual de Saúde Mental, Qualidade de Vida e do Ambiente Organizacional da Segurança Pública do Paraná, que proverá fundamento, orientação e subsídios para programas e projetos dentro do seu escopo.
- ▶ Elaboração do Projeto de Lei que determinará a avaliação periódica da saúde mental dos servidores da segurança pública do Paraná.
- ▶ Criação do Programa Estadual de Saúde Mental dos Profissionais da Segurança Pública do Estado do Paraná - instituição do programa com o objetivo de implementar políticas de qualidade de vida, bem-estar, saúde, desenvolvimento pessoal, exercício da cidadania e valorização desses profissionais.
- ▶ Implantação dos Centros de Atenção Psicossocial e das Seções de Atendimento Psicossocial aos servidores da Segurança Pública do Estado do Paraná - visa promover o acompanhamento psicossocial individual e coletivo dos profissionais, aposentados ou da ativa e de seus dependentes legais.
- ▶ Contratação de 85 profissionais por meio de processo seletivo simplificado para atendimento em saúde mental aos profissionais da segurança pública.
- ▶ Planejamento e execução dos recursos oriundos do FUNSUSP na área de Valorização Profissional.
- ▶ Elaboração de Projeto para financiamento pelo BNDES, na área da segurança pública, com objetivo de melhorar os indicadores por meio da melhoria da gestão e da inovação tecnológica.
- ▶ Elaboração do Plano Estadual de Segurança Pública, com vistas a estabelecer as ações, metas e indicadores para a segurança pública no Paraná num horizonte de 15 anos.
- ▶ Parceria com a Fundação Araucária para criação do Novo Arranjo de Pesquisa (NAP) da Segurança Pública.
- ▶ Elaboração da Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social baseada na Política Nacional de Segurança Pública.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

12 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE (SEED)

A Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) tem o papel de administrar a política educacional do Estado e, a partir de 2019, tornou-se também responsável pelas políticas e diretrizes do Estado para o esporte, lazer e qualidade de vida.

Com aproximadamente 100 mil servidores, atende diariamente mais de um milhão de estudantes em 2.132 escolas estaduais, distribuídas nos 399 municípios. Além disso, o Sistema Estadual de Ensino do Paraná conta com 5.212 escolas municipais e 2.182 escolas privadas, das quais 399 são instituições parceiras que ofertam a educação especial. Em 2020, após declarado estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do Coronavírus, houve a migração de aproximadamente 15 mil estudantes para a rede estadual, a maioria oriunda da rede privada.

À SEED também estão vinculadas duas autarquias, a Paraná Esporte e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR), 32 Núcleos Regionais da Educação e do Esporte (NREs) e um órgão de regime especial, o Colégio Estadual do Paraná (CEP).

A Paraná Esporte realiza a implementação de ações de desenvolvimento, incentivo, fomento e inovação do esporte, nas perspectivas de formação, excelência esportiva e estímulo à prática continuada do esporte por toda a vida, sensibilizando as pessoas sobre a importância da prática do esporte, assegurando oportunidades e condições de acesso.

O FUNDEPAR assegura adequada infraestrutura escolar aos estabelecimentos da rede estadual, atuando nas áreas de alimentação escolar, transporte escolar, disponibilização de mobiliários e utensílios, repasse de recursos financeiros descentralizados às escolas, construção, ampliação e reparos dos prédios escolares.

Frente aos desafios diagnosticados no início da gestão, a SEED traçou objetivos estratégicos e desenhou políticas que norteiam o trabalho de toda a equipe para a gestão 2019-2022, sendo eles: a) ter o primeiro IDEB do Brasil no Ensino Médio e Anos Finais em 2021; b) tornar a escola mais atrativa, inclusiva e com altas expectativas; c) valorizar e reconhecer os profissionais da educação; d) fortalecer a colaboração com os municípios; e) ampliar a oferta e a taxa de conclusão de cursos técnicos e profissionalizantes; f) tornar a gestão, a infraestrutura e a logística mais eficientes; e g) oportunizar o acesso ao esporte e incentivar o desenvolvimento de atletas.

12.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

O IDEB é um indicador que reúne os dois principais fatores para que a educação seja considerada de qualidade: a aprovação escolar e o desempenho dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Em 2019, um dos desafios identificados foi a busca pela melhoria do desempenho da rede estadual do Paraná no IDEB, que nas últimas edições havia sofrido declínio em relação a outros estados, ocupando a 7ª posição em 2017, tanto no Ensino Fundamental - Anos Finais quanto no Ensino Médio.

Em 2020, o Paraná foi destaque nacional no IDEB, passando para a 3ª posição nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Os resultados oficiais divulgados pelo INEP, referentes a 2019, mostram o Paraná com o melhor avanço do País nas três etapas avaliadas. De 2017 para 2019, o avanço do Paraná nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental foi de 6,3 para 6,8, saltando para o 1º lugar em 2019; de 4,6 para 5,1 nos Anos Finais do Ensino Fundamental, apresentando o maior avanço nacional nessa etapa e atingindo a projeção estabelecida; e de 3,7 para 4,4 no Ensino Médio, também maior avanço nacional.

Esses resultados confirmam o incrível trabalho realizado por toda a rede, desde a elaboração de novos programas e projetos até a aplicação dos mesmos por todos os profissionais envolvidos, além do comprometimento dos estudantes em seu aprendizado.

12.2 GESTÃO PEDAGÓGICA

- ▶ Grupo de Estudos Formadores em Ação - lançado em 2020, é uma formação *online* que tem como essência a formação de professor para professor. Possui momentos síncronos, quando os professores formadores e os professores cursistas compartilham saberes e experiências, além de trabalhar as temáticas propostas nos roteiros de formação. Com o objetivo de trazer significado para a aprendizagem dos estudantes, busca integrar a utilização de metodologias ativas, ferramentas tecnológicas com o currículo escolar e com a prática pedagógica dos professores, principalmente nos momentos de implementação com os estudantes, quando o professor cursista utiliza os conhecimentos adquiridos na formação com os seus alunos, aprendendo na prática. Cada professor formador orienta um grupo de 12 a 20 professores cursistas, da mesma área de ensino, o que promove maior troca de saberes. Foram 515 turmas para 7.400 cursistas, das disciplinas de Biologia, Ciências, Geografia, História, Língua Portuguesa, Matemática e Química.
- ▶ Sistema de Avaliação da Educação do Paraná (SAEP) - compreende um conjunto de quatro avaliações, sendo três diagnósticas (Prova Paraná) e uma de desempenho (Prova Paraná Mais). A 1ª edição da Prova Paraná 2020, realizada em 18 de fevereiro nos 399 municípios, contemplou 837.030 estudantes da rede estadual e 96.362 da rede municipal, totalizando atendimento a

933.392 estudantes de ambas as redes. A avaliação foi composta por três disciplinas (Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática). Devido à pandemia, houve cessação na aplicação das edições seguintes. Durante o ano ocorreram devolutivas dos resultados da 1ª Edição, por meio de reuniões virtuais, webinários e boletins digitais, elaborados pela SEED para todos os NREs e escolas participantes.

- ▶ Tutoria Pedagógica - metodologia de formação continuada em serviço, voltada ao desenvolvimento dos profissionais que estão à frente da gestão escolar, tem como foco a organização das ações pedagógicas, para melhoria da aprendizagem dos estudantes, redução do abandono e da reprovação. Cerca de 90,0% das escolas da rede está contemplada. É desenvolvida por aproximadamente 300 técnicos pedagógicos dos NREs, contabilizando anualmente 19 mil atendimentos e mais de 80 mil horas de formação de pedagogos e diretores. O trabalho teve continuidade durante a pandemia, por meio de apoio às equipes gestoras nas ações de implementação das aulas não presenciais, interações *online*, *webconferências* e *webinars*, com o objetivo de acompanhar e instigar o acesso dos estudantes e professores às diferentes plataformas.
- ▶ Reforço Escolar - com o objetivo de atender estudantes com necessidades de reforço em conteúdos relacionados à leitura, escrita, interpretação e resolução de problemas, para que consigam acompanhar as aulas regulares com êxito, foram lançados: a) Programa Mais Aprendizagem - disponibiliza professores no contraturno, foi ofertado no período de aulas remotas por meio de exibição de aulas por canal aberto de TV, Canal do Professor, aulas síncronas, atividades no *classroom* e materiais impressos (atendimento a cerca de 1.300 escolas e 20 mil estudantes); b) Programa Reforço *Online* - para estudantes do Ensino Médio, dispõe de uma plataforma de conteúdos com videoaulas, atividades e textos complementares (cerca de 90 mil estudantes contemplados, e capacitação para 6,5 mil professores); e c) Se Liga! É tempo de aprender mais - tem como objetivo desenvolver ações pedagógicas propositivas, pontuais e diversificadas, com foco em propiciar aos estudantes o desenvolvimento das aprendizagens essenciais (12.576 profissionais da educação formados).
- ▶ Educa Juntos - por meio de regime de colaboração entre Estado e municípios, tem o objetivo precípuo de promover educação de qualidade aos estudantes das redes públicas. O Programa tem como eixos estruturantes a oferta de formação continuada de professores e gestores municipais, e a produção de material de apoio didático e disponibilização de avaliações externas que, no seu conjunto, beneficiam cerca de 650 mil estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e 390 mil estudantes da Educação Infantil. Em 2020, houve aplicação da Prova Paraná, que contemplou 96 mil estudantes do 5º ano de 398 municípios; oferta de formação continuada sobre avaliação da aprendizagem para 828 professores formadores, 788 gestores e coordenadores municipais e para

74 técnicos da educação infantil e anos iniciais dos 32 NREs; e disponibilização do Livro Registro de Classe *Online* (LRCO) a escolas municipais de 237 municípios.

- ▶ Granja Canguiri - em 28 de julho, Dia do Agricultor, o governador assinou a transferência do imóvel, localizado em Pinhais, para a SEED, agora responsável pela implantação de projeto-piloto na unidade. O ato de transferência se deu no lançamento do Pense Agro, um *hackathon online* promovido pela Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares do Estado do Paraná (FETAEP), em parceria com o Governo Estadual, que envolveu estudantes e comunidade externa, com o objetivo de buscar soluções para o local e para as pequenas propriedades rurais. Foram executados reparos para transformar a Granja no novo Centro de Tecnologia e Pesquisa (CETEC), integrado ao Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) Newton Freire Maia. Estão sendo realizados reparos emergenciais também em outros espaços do CEEP. Há proposta para oferta do Curso Técnico em Agronegócio integrado ao Ensino Médio, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-PR), com foco na formação e desenvolvimento de competências alinhadas ao uso de tecnologias inovadoras na área do agronegócio. Como resultado do Pense Agro, foram escolhidos para execução no CETEC: i) o Projeto de Energia Solar, para tornar o espaço autossuficiente em energia; e ii) o Projeto de Reuso da Água da Chuva, para capacitação dos estudantes, comunidade, produtores e técnicos.
- ▶ Programa de Fortalecimento da Educação Profissional na Região Oeste do Paraná - por meio de convênio com a Itaipu Binacional, visa ampliar a oferta e a qualidade da educação profissional técnica de nível médio na Região Oeste do Paraná, por meio de cursos nas áreas do turismo, agronegócio e programação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região. Serão atendidas as microrregiões geográficas de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo. As ações previstas no projeto são: formação continuada de professores e equipe pedagógica; reformulação e atualização curricular dos cursos; aquisição de acervo bibliográfico, equipamentos e materiais para implementação dos cursos; e reformas e ampliações da infraestrutura nas instituições de ensino contempladas. São pilares do projeto o desenvolvimento sustentável e a oferta de língua inglesa, por meio de plataforma específica.
- ▶ Educação de Jovens e Adultos (EJA) - com a reorganização da proposta da EJA, que deixou de ser organizada por disciplinas isoladas, de acordo com o Parecer Bicameral n.º 231/2019, do Conselho Estadual de Educação (CEE/PR), passando a oferta de matrícula semestral num conjunto de disciplinas, no 1º semestre houve redução do abandono escolar em 50,0%, em relação a 2019, e elevação da taxa de aprovação na modalidade, que passou de 12,9% para 49,5%. Também está sendo reorganizada a proposta para o ensino semipresencial. No combate ao analfabetismo, está em construção projeto que atuará no letramento de Língua Portuguesa e Matemática, buscando parcerias com os municípios.

- ▶ Educação Especial - destacam-se as ações de formação aos professores, com o objetivo de discutir e compartilhar encaminhamentos metodológicos a serem aplicados durante o período de aulas não presenciais; oferta e monitoramento do atendimento educacional especializado para 33.611 estudantes que recebem atendimento em Salas de Recursos Multifuncionais (contraturno), por 2.846 professores, e mais 3.323 profissionais que atuam nos serviços ofertados no turno de escolarização; apoio técnico e financeiro para 399 instituições parceiras de atendimento educacional especializado, que atendem 38.800 estudantes. Para inclusão de estudantes cegos e de baixa visão na Prova Paraná, a SEED preparou 117 provas em Braille (não aplicadas devido à pandemia). Foram realizados estudos para a formalização de termos e acordos de cooperação com as instituições parceiras, no valor de aproximadamente R\$ 893,0 milhões para o período de 18 meses.
- ▶ Educação Integral - neste Programa, a rotina da escola se organiza em nove aulas diárias para todas as turmas. Há dedicação exclusiva dos professores e equipe, com permanência de 40 horas semanais na instituição. Em 2020, houve atendimento de aproximadamente 14 mil estudantes em período integral (nove horas diárias); produção e postagem de aproximadamente 3.700 aulas remotas; oferta de 11 eventos de formação continuada para profissionais e estudantes, totalizando aproximadamente duas mil vagas; e está prevista expansão do Paraná Integral de 17 instituições em 2020 para 34 em 2021. A educação integral conta ainda com a ampliação de jornada escolar em turno complementar. Em 2020, foi ofertada jornada complementar de 15 horas semanais, atendendo a 330 estudantes; jornada complementar de quatro horas-aula semanais, com atendimento a 51.915 estudantes; e jornada complementar de duas horas-aula semanais, que compreende 10 horas semanais para a instituição. Nessa jornada é desenvolvido o Projeto Vôlei em Rede - Núcleos Paraná, sendo atendidos 1.560 estudantes por meio de Termo de Cooperação Técnica entre a SEED e o Instituto Compartilhar.
- ▶ Canal do professor - ferramenta *online* de formação continuada de professores, foi criado em maio de 2020 e conta com mais de 35 mil inscritos. As formações priorizam a participação dos profissionais da rede, que compartilham práticas pedagógicas exitosas do cotidiano escolar e dão ênfase à utilização de ferramentas tecnológicas que auxiliam na construção do conhecimento de maneira criativa, reflexiva e dinâmica, com participação ativa dos estudantes. Como ferramenta estruturada no cenário de educação remota, imposta pela pandemia, o Canal ganhou espaço e se tornou um dos principais recursos de formação continuada, com mais de 170 mil horas de exibição e um milhão de visualizações.
- ▶ Capacitação em Artes - o Centro Estadual de Capacitação em Artes Guido Viaro oferece cursos de formação continuada para os profissionais da educação; oficinas para os estudantes, nas modalidades presencial e *online*; e cursos livres para a comunidade nas áreas de Artes Visuais, Dança, Música, Teatro, Arte Circense, Audiovisual, Cinema, Fotografia e Literatura, Eventos

culturais, artísticos e pedagógicos. Também foram realizadas Mostras de Arte e o Te Encontro no Guido. Em 2020, devido ao contexto pandêmico, houve oferta de 16 cursos *online*. Também foi ofertado curso *online* de Formação em Arte a 1.332 alunos do curso de Formação de Docentes.

- ▶ Estudo e Planejamento - dias destinados ao estudo e planejamento no início de cada semestre que envolvem todos os profissionais da rede estadual (gestores, professores e agentes educacionais). São debatidos temas pertinentes à organização escolar, com o objetivo de aprimorar o ensino com foco na aprendizagem dos estudantes.

12.3 PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR

- ▶ Escola Segura - visando adoção de medidas preventivas de segurança para alunos, pais, profissionais e comunidade, no início de 2020 o programa foi ampliado em Foz do Iguaçu, Londrina e Região Metropolitana de Curitiba, totalizando 193 policiais, sendo 106 escolas e 100 mil alunos atendidos. Em outubro, com a volta das aulas extracurriculares presenciais em algumas escolas, a presença física dos policiais também foi retomada. Além do fortalecimento do programa, está prevista ampliação gradativa para outros municípios.
- ▶ Escolas Cívico-Militares (Modelo Federal) - o Paraná aderiu ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, que apresenta um conceito de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares. Serão sete Escolas Cívico-Militares no modelo federal, em Cascavel (02), Curitiba (01), Colombo (01), Londrina (01), Rolândia (01) e Foz do Iguaçu (01).
- ▶ Colégios Cívico-Militares do Paraná - em regime de cooperação entre SEED e SESP, o programa será implantado em instituições de ensino que optarem, por meio de consulta pública, pela adesão ao modelo. A indicação das escolas onde aconteceram as consultas públicas seguiu critérios objetivos, como vulnerabilidade social e baixos índices de fluxo escolar. Em 2021, serão 199 Colégios Cívico-Militares, o que corresponde, das 232 instituições onde foram realizadas consultas públicas, a 86,0% de aprovação ao modelo.
- ▶ Curso de Gestão Escolar e Políticas Educacionais - parceria entre SEED e UEPG, o curso é um marco na área de gestão escolar e representa uma excelente oportunidade de formação aos profissionais da educação que desejam conhecer o perfil e o trabalho de direção escolar. Pensado para o contexto da rede estadual, visa preparar gestores preocupados com a principal finalidade da escola, a aprendizagem dos estudantes. Com 4.920 concluintes em 2020, é dividido em quatro unidades temáticas: liderança na prática de gestão escolar; gestão de processos e resultados escolares; acompanhamento do ensino e das aprendizagens; e gestão financeira e administrativa da escola.
- ▶ Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - as escolas estaduais recebem recursos financeiros do FNDE, por meio do PDDE, que tem por finalidade prestar assistência financeira às escolas, em

caráter suplementar, a fim de contribuir para a manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, para consequente elevação do desempenho escolar. Em 2020, foram repassados R\$ 21,7 milhões a 2.082 escolas estaduais.

- ▶ Ampliação do LRCO para a rede municipal - o Sistema Livro Registro de Classe *Online* (LRCO) objetiva eliminar o livro físico, permitindo de forma rápida e eficiente o registro de frequência, conteúdo e avaliação, pela internet e em tempo real. Em 2013, o LRCO foi implantado em 16 escolas-piloto, tendo o seu desenvolvimento acompanhado até o final de 2015. Desde 2016, foram vários processos anuais de ampliação, finalizando 2020 com 2.057 instituições de ensino estaduais utilizando o Sistema. A partir de 2020, o Sistema foi disponibilizado às instituições de ensino municipais que já utilizavam o Sistema Escola *Web* (SERE). O sistema está implantado em 1.779 instituições de ensino municipais.
- ▶ Encontros com Gestores - durante a pandemia, foram realizadas formações *online* com os chefes dos NREs e diretores escolares, tratando do tema inteligência emocional. Foram 82 *lives*, 12.300 participações, totalizando quase 100 horas de formação.

12.4 TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- ▶ Parcerias com plataformas digitais e aplicativos - doação de licenças pelas plataformas digitais Matific e Alura. A Matific é plataforma de aprendizagem de matemática destinada a alunos do 6º ano do EF e professores, são 468 escolas beneficiadas, 57.792 licenças para alunos e 1.886 para professores. A Alura é plataforma de cursos *online* de programação, que disponibilizou 11 mil licenças, sendo 10 mil para alunos e mil para professores.
- ▶ Programação - ofertadas pela Alura, são 18 turmas disponíveis em cinco modalidades de cursos: Programação *Mobile*, Programação de *Back-end*, Programação de *Front-end*, *Design-UX* e *Data Science*. Gratuitos aos participantes, ensinam, por exemplo, a criar aplicativos, *games*, *sites* para *web* e *mobile*, produção e edição de fotos e vídeos, *podcasts* etc., em diferentes linguagens, como Java e HTML. No final, os estudantes participarão de um evento para compartilhamento dos trabalhos desenvolvidos.
- ▶ Robótica - iniciado processo licitatório de R\$ 10,0 milhões para aquisição de, no mínimo, 2.577 *kits* educacionais de robótica livre e *notebooks*, para utilização dos alunos e professores, em pelo menos 260 escolas. Serão produzidos cadernos para aulas de robótica, que serão utilizados em conjunto com os *kits*, e manuais, para que professores que não são da área e sem conhecimento prévio possam utilizar os *kits* nas suas aulas.
- ▶ Novo Portal Educacional Escola Digital - foram retomadas as atividades de desenvolvimento, pesquisa, construção e disponibilização do novo portal, com recursos educacionais digitais direcionados aos alunos e professores da rede, e parcerias com a finalidade de contribuir com a aprendizagem e com práticas educacionais inovadoras.

- ▶ Aquisição de equipamentos - está em licitação a aquisição de equipamentos de *Wi-Fi*, tanto para atendimento das 898 escolas que ainda não possuem essa conexão quanto para ampliação de rede para as que possuem. Em 2020, foram entregues 973 roteadores *Wi-Fi*, que possibilitaram atendimento a 155 escolas com rede sem fio nas salas de aula.

12.5 INFRAESTRUTURA ESCOLAR

- ▶ Programa Mais Merenda - com o objetivo de ampliar a oferta de alimentação aos alunos, em 2020 foi realizada experiência piloto que adicionou uma refeição por período em escolas de cinco NREs (Irati, Ivaiporã, Laranjeiras do Sul, Pitanga e Guarapuava), contemplando cerca de 71 mil alunos nos primeiros 31 dias letivos presenciais. A adesão média dos alunos à refeição acrescida foi de 28,0%. O investimento total destinado à aquisição de alimentos para esta ação foi de R\$ 2,5 milhões. Parte dos alimentos foi destinado às famílias após a suspensão das aulas presenciais.
- ▶ Programa Estadual de Transporte Escolar (PETE) - mesmo com a suspensão das aulas presenciais em 2020, foram repassados cerca de R\$ 12,0 milhões aos municípios, de recursos federal e estadual, no intuito de garantir a manutenção da frota. Realizou-se capacitação virtual dos técnicos dos 399 municípios, com o objetivo de otimizar e aprimorar o uso do Sistema de Gestão do Transporte Escolar (SIGET), o qual, neste ano, por meio de Termo de Adesão com o DETRAN-PR, foi integrado à base de dados de condutores e veículos. Assim, além de garantir fidedignidade dos dados lançados no Sistema, o *webservice* permitirá a fiscalização dos veículos e condutores do transporte escolar público. Por meio do Plano Paraná Mais Cidades, foram formalizados 14 convênios com municípios, no valor total de R\$ 3,9 milhões, para aquisição de ônibus escolares.
- ▶ Fundo Rotativo - programa de repasse de recursos financeiros descentralizados com a finalidade de viabilizar e agilizar a execução de pequenos reparos/serviços, a aquisição de materiais de consumo, o atendimento de materiais permanentes e possibilitar a implementação de projetos específicos. Assim, os gestores têm maior autonomia na manutenção das escolas, NREs e unidades descentralizadas. Os valores repassados pelo programa totalizaram aproximadamente R\$ 112,0 milhões em 2020.
- ▶ Materiais e Suprimentos - em 2020, para garantir materiais impressos aos alunos com dificuldade de acesso às aulas remotas, foram investidos R\$ 10,8 milhões para aquisição de papel e toner. Além disso, visando proporcionar um ambiente adequado para estudantes de escolas das regiões Norte, Noroeste, Norte Pioneiro e Oeste do Paraná, e seguindo as recomendações sanitárias, foram adquiridas 3.330 unidades de climatizadores, investimento de R\$ 9,3 milhões. Ainda foram investidos cerca de R\$ 9,5 milhões para aquisição dos mais diversos itens necessários à composição do enxoval das escolas, como conjunto escolares, itens para refeitórios, objetos em inox, aparelhos de *buffet*, refrigeradores, armários de aço etc.

- ▶ Engenharia e Projetos - em 2020, foi possível atender obras em aproximadamente 100 estabelecimentos de ensino. Os investimentos passam de R\$ 40,0 milhões. Houve acompanhamento de 220 obras (contratos 2019/2020), com a finalização e entrega de 110 obras e outros 116 contratos estão em execução. Foram contabilizadas 65 obras licitadas (homologadas e/ou em contratação), as quais deverão ser somadas a 125 obras do edital de licitação publicado, com contratação prevista para início de 2021, com investimento de R\$ 135,9 milhões. Serão iniciadas seis construções de novas unidades escolares nos municípios de Pato Branco, Guaratuba, Ponta Grossa, Toledo, Terra Roxa e São José dos Pinhais (esta iniciada, para conclusão em 2021). Todas as obras envolvidas na Operação Quadro Negro foram retomadas; entre 2019 e 2020, nove foram concluídas e entregues à sociedade, as cinco restantes estão em execução.
- ▶ Dualidade Administrativa - ação que viabiliza recursos aos municípios para a manutenção do espaço físico de edificações escolares municipais que estão em dualidade administrativa com a rede estadual, quando a mesma edificação comporta uma escola municipal e uma estadual. Em 2020, foram formalizados dois convênios, no valor total de R\$ 290,0 mil, com os municípios de Cafelândia e Palmeira. São em torno de 730 escolas estaduais em dualidade.
- ▶ Mãos Amigas - parceria entre o FUNDEPAR, SESP, DEPEN e PARANAEDUCAÇÃO, o programa possibilita que presos em regime semiaberto recebam capacitação voltada às suas habilidades, e assim possam realizar serviços nas instalações de prédios públicos, atendendo escolas que necessitam de reparos emergenciais. A participação no programa reduz o tempo do apenado no sistema prisional. Em 2020, mais de 30 escolas foram atendidas em Curitiba e Região Metropolitana, Ponta Grossa, Guarapuava, Londrina, Francisco Beltrão, Cruzeiro do Oeste, Cascavel e Maringá. Desde 2012, são 500 intervenções em prédios públicos realizadas por mais de 600 apenados.
- ▶ Minha Escola Sempre Nova - em 2020, foram formalizadas parcerias com a SANEPAR, para identificação de irregularidades hidrossanitárias e necessidade de poços; com o Instituto Água e Terra (IAT), para perfuração de três poços artesianos em escolas; com a Empresa Klabin, para recebimento de doação de bens e serviços para revitalização do Colégio Estadual Wolff Klabin (Telêmaco Borba); recebimento de sete residentes técnicos nas áreas de arquitetura e engenharia civil, possibilitado pela parceria com a SETI e outros órgãos; investimentos para materiais e suprimentos; ações para atendimento imediato devido a intempéries; capacitação de profissionais nas áreas de alimentação escolar, transporte escolar e engenharia; e convênios com a PRED e COHAPAR, para instrumentalização das atividades de acompanhamento e fiscalização de obras e serviços de engenharia nas edificações escolares da rede estadual.
- ▶ SISBRIGADAS - o Brigadas Escolares, programa da Defesa Civil em parceria com o FUNDEPAR, desenvolve ações para adequar as edificações escolares estaduais às normas recentes de

prevenção contra incêndio e pânico do Corpo de Bombeiros. Em 2020, o Sistema emitiu mais de dois mil certificados.

12.6 GESTÃO DO ESPORTE

- ▶ Verão Maior - ação integrada do Governo do Estado, visa aprimorar a infraestrutura das praias e balneários paranaenses, garantir a saúde, segurança, lazer e entretenimento aos turistas e moradores, com atividades esportivas e de lazer, aulas de ginástica, dança, caminhada, recreação infantil, torneios e eventos esportivos, além de outras práticas relacionadas ao entretenimento. Em 2020, foram registrados 257.140 atendimentos nos seis postos fixos no litoral, dois postos itinerantes, além de um ponto fixo na região de Porto Rico, no Noroeste do Estado, e apoio ao Verão dos Municípios Lindeiros da Costa Oeste.
- ▶ Geração Olímpica - por meio de plano de aplicação firmado entre a Paraná Esporte e a COPEL, é o maior programa, em nível estadual, de incentivo ao esporte na modalidade bolsa-atleta. Em 2020, foram concedidas 1.260 bolsas, distribuídas em seis categorias, totalizando R\$ 4,8 milhões da COPEL, sua patrocinadora exclusiva.
- ▶ Esporte na Cidade - tem como objetivo fomentar ações voltadas ao desenvolvimento esportivo regional, com a criação, otimização, modernização de equipamentos e instalações esportivas por meio do portfólio esportivo, tais como: materiais esportivos de modalidade única, materiais esportivos multimodalidades, materiais esportivos para integração de idosos, academia ao ar livre, *kit* de cadeiras de rodas, arena esportiva, adequação e reforma de quadras poliesportivas. Em 2020, os investimentos referentes aos projetos municipais aprovados foram conveniados e estão sendo entregues junto aos 279 municípios partícipes, totalizando 220 entidades atendidas no Programa Educação Mais Esporte (R\$ 4,4 milhões) e 586 projetos atendidos no Programa Paraná Mais Cidades (R\$ 36,4 milhões).
- ▶ PROESPORTE - permite a concessão de auxílio financeiro a projetos credenciados pela Paraná Esporte. Além dos editais de 2018 e 2019, que totalizaram 88 projetos em fases de execução e prestação de contas, o Edital n.o 01/2020 tornou público o terceiro processo, que destinará R\$ 9,0 milhões em renúncia fiscal para projetos nas áreas de Excelência Esportiva, Formação Esportiva e Prática Continuada/Readaptação.
- ▶ Adesão de entidades esportivas ao programa Nota Paraná - o Nota Paraná dispõe sobre o cadastramento de entidades paranaenses sem fins lucrativos para o recebimento de auxílio financeiro a partir de créditos oriundos das notas fiscais. A Paraná Esporte coordena a adesão de entidades esportivas, fazendo o seu cadastramento, autorização e acompanhamento quanto ao funcionamento dessas entidades com recursos provenientes do programa. Em 2020, foi destinado aproximadamente R\$ 15,0 milhões para o esporte, beneficiando mais de 130 entidades que desenvolvem modalidades esportivas.

- ▶ Eventos Esportivos Nacionais e Internacionais - o Paraná possui potencial e infraestrutura para sediar grandes eventos esportivos. Essas competições são realizadas em parcerias com entidades públicas e privadas. Para 2021, almeja-se a realização de até quinze eventos, além de se disponibilizar o Estado para sediar eventos nos anos seguintes, tornando o Paraná referência, permitindo a ação continuada, melhor planejamento e a realização de eventos de maior porte, integrantes do calendário internacional.
- ▶ Jogos de Aventura e Natureza - idealizados para impulsionar a economia e o turismo, consistindo em um conjunto de atividades e competições esportivas de variadas modalidades, em especial atreladas ao potencial natural e turístico do Paraná, os Jogos também se enquadram no contexto das ações de retomada econômica, almejando-se a realização de três a seis eventos em 2021, com expectativa de grande participação de atletas e público. O programa pode albergar grandes eventos esportivos, ampliando assim sua visibilidade e quantidade de participantes. Nesta toada, realizadas tradicionalmente durante a temporada de verão, tem-se a expectativa de ampliação das atividades do Verão Maior na perspectiva de potencialização do turismo do litoral, estimulando a economia e a população à prática das atividades esportivas.

12.7 DESTAQUES

- ▶ Aula Paraná - lançado como solução de aulas não presenciais, desenvolvido para continuidade do calendário escolar, utilizando-se de cinco plataformas para atender aos estudantes e professores da rede estadual, envolveu as seguintes iniciativas: a) TV aberta - videoaulas preparadas e gravadas por professores da rede, são transmitidas em três canais abertos, digitais e gratuitos, capazes de atingir todas as regiões do Estado; b) Canal Aula Paraná - o Canal do *YouTube* seguiu a mesma grade fixa de transmissão da TV aberta, e tem cerca de 40 milhões de visualizações e mais de 330 mil inscritos; c) *Google Classroom* - mais de 350 mil salas virtuais, sendo uma sala por turma e disciplina, oferecendo aos professores total autonomia para criar atividades relacionadas ao seu componente curricular ou disciplina e usar todos os aplicativos disponíveis; d) Aplicativo Aula Paraná - mesma grade fixa de transmissão da TV e do *YouTube*, os estudantes podem acessar as salas virtuais no *Google Classroom* de forma gratuita, sem consumo de dados dos seus planos e via celular pré-pago (aproximadamente um milhão de *downloads* do *app*); e) Aula Paraná Ao Vivo - atendendo pedidos dos estudantes e buscando maior interação com o professor, em agosto deu-se início às aulas ao vivo, em que o estudante pode participar por meio do *chat* do Aplicativo e pelo Canal do *YouTube*. Além das plataformas, foram realizadas as Trilhas de Aprendizagem - para atender aos estudantes que não têm acesso às tecnologias digitais, trazendo os mesmos conteúdos previstos, organizados de forma dialógica e autoinstrucional, com distribuição quinzenal do material aos estudantes - e a Semana do Conhecimento - realizada de 03 a 06 de

novembro, buscou aprimorar o Aula Paraná e incentivar a realização das atividades, estimulando os estudantes à curiosidade científica a partir da vinculação entre teoria e prática.

- ▶ Distribuição da Merenda Escolar - em 2020, o trabalho realizado no Paraná foi referência nacional, por garantir o direito à alimentação escolar, por meio da aquisição e distribuição de alimentos não perecíveis e continuidade do fornecimento dos produtos contratados da agricultura familiar para cerca de 230 mil famílias cadastradas em programas sociais, além de contribuir para a manutenção de renda e empregos a mais de 25 mil famílias de agricultores familiares. Foram distribuídos dois milhões de *kits* de alimentos, sendo quase 40 mil toneladas, das quais aproximadamente 11,5 mil oriundas da agricultura familiar. Ao todo, foram investidos R\$ 188,0 milhões.
- ▶ Processo Seletivo Simplificado (PSS) - é destinado a selecionar professores para atender às necessidades temporárias das instituições de ensino da rede estadual. Em 2021, a SEED inovará ao implementar o processo composto por provas objetivas e de títulos, que selecionará mais de quatro mil professores, por meio do Edital n.o 47/2020.
- ▶ Jogos Eletrônicos do Paraná - surgiram como uma oportunidade de ofertar aos alunos em isolamento e distanciamento social, das redes de ensino públicas e privadas, uma atividade de entretenimento e lazer, mas também de caráter competitivo. Em 2020, o projeto teve a participação de mais de 3.300 alunos, em quatro modalidades, da faixa etária de 14 a 18 anos. Para 2021, os Jogos Eletrônicos serão inseridos aos Jogos Escolares do Paraná.
- ▶ Escola do Esporte - em 2020, foi uma importante ferramenta de desenvolvimento profissional no cenário esportivo paranaense. Por meio de parceria entre a SETI, Fundo Paraná, UEPG e Superintendência Geral do Esporte, foi criado o curso EAD de especialização *lato sensu* em Gestão Pública do Esporte, para gestores públicos municipais e estaduais, com 300 vagas gratuitas. Também foram estabelecidas parcerias com: a) UEM - para a divulgação do IV Seminário Brasileiro de Políticas de Esporte e Lazer; b) UEL - para o desenvolvimento do curso de extensão Formação de Treinadores; e c) Sociedade Brasileira de Medicina do Exercício e do Esporte - para a realização do 32º Congresso Brasileiro de Medicina do Exercício e do Esporte, realizado de 30 de outubro a 01 de novembro.

SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

13 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR (SETI)

A Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) foi criada em 2019, com o objetivo de coordenar, implementar e executar políticas e diretrizes nas áreas da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior que possam contribuir com o desenvolvimento da sociedade paranaense.

O principal compromisso da superintendência é continuar investindo no aprimoramento das universidades estaduais, por meio de programas e projetos estratégicos de governo e de interesse da sociedade; bem como continuar estimulando o fomento das atividades da área de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Três eixos temáticos norteiam os programas e projetos coordenados pela Superintendência: Desenvolvimento Regional e Popularização da Ciência; Inovação e Competitividade; e Reestruturação da Gestão Administrativa.

Integram o Sistema Estadual de Ensino Superior as seguintes instituições: Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); e as instituições de educação superior - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari (FAFIMAN), Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente (FAMA), e o Centro Universitário de União da Vitória (UNIUV), mantidas pelo Poder Público Municipal. Atualmente existem cerca de 95 mil estudantes regularmente matriculados nas universidades estaduais do Paraná. São 381 cursos de graduação, 304 cursos de especialização, 196 cursos de mestrado e 92 cursos de doutorado. Nesse sistema, atuam 7.685 docentes (90% com Mestrado e Doutorado) e 8.847 agentes universitários.

O Governo do Estado continua colocando a Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior entre as suas prioridades. O Paraná é o Estado que, proporcionalmente, mais investe em ensino superior no país. Por meio da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), o Governo do Estado do Paraná continua atuando para fortalecer o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação e para avançar nos processos de cooperação entre o setor público, setor privado e universidades.

No entanto, é importante destacar que o ano de 2020 se caracterizou pela resignificação em diferentes áreas da vida social e, em especial, no campo da Ciência e da Tecnologia. Neste contexto, a

sociedade e os governos passaram a demandar respostas rápidas para o grande problema que enfrentaram.

Por meio do Sistema Estadual de Ensino Superior e da Fundação Araucária foi possível criar e implantar no Estado o maior programa extensionista brasileiro de combate ao novo Coronavírus. Muitas outras ações visando ao desenvolvimento e fortalecimento da pesquisa aplicada, especialmente na área da saúde, também foram desenvolvidas.

13.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

13.1.1 Edital de Combate à COVID-19

A SETI em parceria com a Fundação Araucária, com a Secretaria de Estado da Saúde, com as Universidades Estaduais e com a Itaipu Binacional, criou a maior iniciativa de extensão brasileira no combate a pandemia do novo Coronavírus.

O programa contratou mais de mil bolsistas, entre profissionais e estudantes da área da saúde, para atuar em ações preventivas, de tratamento e de esclarecimentos sobre a doença. Ao todo, foram investidos R\$ 14,5 milhões na iniciativa, beneficiando muitos municípios no Estado do Paraná.

Parte dos bolsistas do Programa de Apoio Institucional para Ações Extensionistas de Prevenção, Cuidados e Combate à Pandemia do Coronavírus atuou na Central de Informações, realizando atendimento telefônico e por meios digitais para esclarecer dúvidas e fornecer informações relacionadas à prevenção, cuidados com a saúde e combate à pandemia.

Outra ação desenvolvida por enfermeiros e técnicos de Enfermagem aconteceu nas divisas rodoviárias do Estado. Os profissionais atuaram no monitoramento da condição das pessoas que passam pelos 33 postos de atendimento da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR) realizando testes para COVID-19, testes para detecção de diabetes e hipertensão, além de vacinação contra a gripe e sarampo.

Médicos, Enfermeiros e Técnicos de Enfermagem também atuaram em unidades de saúde, hospitais e outros estabelecimentos das Regionais de Saúde do Estado, prestando orientações, cuidados e combate ao Coronavírus.

Os bolsistas reforçaram, ainda, o trabalho no Laboratório Central do Estado (LACEN), no Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS) e no Complexo Hospital do Trabalhador (CHT), auxiliando no diagnóstico dos casos da doença. Também tiveram papel importante para evitar a proliferação de casos da COVID-19 na população carcerária.

13.1.2 Telemedicina no Paraná

Outra ação importante desenvolvida na fase inicial da pandemia foi a implantação de um serviço de telessaúde, com o objetivo de reforçar o atendimento médico e evitar aglomerações nas

Unidades de Saúde. A SETI, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e os Conselhos Regionais de Medicina e Psicologia, implementou o Telemedicina Paraná, uma plataforma desenvolvida em parceria com a CELEPAR.

O serviço começou a ser ofertado no mês de abril, e até o final de setembro atendeu cerca de 20 mil pessoas, com serviços de consultas, diagnósticos e encaminhamentos para as unidades de atendimento. Um mês após o lançamento, o aplicativo passou a ofertar também o atendimento de psicólogos, para dar ainda mais suporte à população.

Cerca de 30 bolsistas das áreas de Medicina, Psicologia, Enfermagem, além de estudantes de cursos de graduação da área da saúde, que eram supervisionados por professores das universidades estaduais e da Universidade Federal do Paraná (UFPR), atenderam a população por meio da plataforma.

No mês de novembro a plataforma passou por um processo de modernização e atualização e agora conta com um sofisticado sistema, que vai conectar os pacientes e profissionais da saúde de forma personalizada e eficiente. O Saúde *Online* Paraná utiliza recurso de Inteligência Artificial para identificar mais de 750 condições físicas e mentais diferentes.

Ainda no contexto da aplicação da tecnologia e uso de ferramentas que possibilitem a comunicação e valorizem a educação no ambiente virtual estão as atividades desenvolvidas pela Universidade Virtual do Paraná (UVPR). Este programa propõe ações com o objetivo de atender demandas estratégicas existentes no Estado do Paraná na modalidade de ensino a distância (EAD).

Durante o ano de 2020, a partir da pandemia, este programa desenvolveu atividades importantes capacitando profissionais e proporcionando valiosos debates sobre temas relacionados à saúde. Entre as principais atividades desenvolvidas destaca-se o evento Inovação em Saúde no Paraná, que reuniu especialistas em painéis virtuais para debater sobre ações inovadoras que possam ser utilizadas no combate e prevenção à COVID-19.

13.1.3 Estudo Genômico

A SETI também apoiou pesquisas direcionadas para a COVID-19. Nesse contexto está o Estudo Genômico que envolve pesquisadores das Universidades Estaduais do Paraná, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), de Institutos de Pesquisa e de algumas universidades do Estado de São Paulo. O estudo genômico, pioneiro no Brasil e na América Latina, irá avaliar as manifestações clínicas da COVID-19, em diferentes tipos de pacientes.

O estudo iniciou em julho e é coordenado pelo Instituto de Pesquisa para o Câncer (IPEC/Guarapuava), por meio da Rede Genômica. O valor inicial do investimento na pesquisa é de R\$ 800,0 mil, sendo R\$ 400,0 mil da SETI, por meio da Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF), e R\$ 400,0 mil repassados pela prefeitura de Guarapuava.

São 95 pesquisadores de 11 municípios do Paraná e de São Paulo que atuam na pesquisa. Eles estudarão o comportamento da COVID-19 nos pacientes. Para realizar o estudo, serão coletadas, ao longo de quatro meses, amostras de sangue e tecidos de 200 pacientes, obtidas de instituições de saúde do Paraná e de São Paulo, entre elas o Laboratório Central do Estado do Paraná (LACEN), em Curitiba.

13.1.4 Hospitais Universitários

Com o advento da pandemia da COVID-19, o Governo do Estado do Paraná confiou aos Hospitais Universitários a responsabilidade de serem referências para o atendimento a pacientes suspeitos e confirmados do Novo Coronavírus. As unidades hospitalares pertencentes às IEES foram estruturadas e cumpriram papel estratégico no plano estadual de enfrentamento à pandemia.

- ▶ O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina (HU-UEL) recebeu um aporte de R\$ 24,0 milhões do Governo do Estado do Paraná, aplicados exclusivamente para a operacionalização do Hospital de Retaguarda para atendimento dos casos de suspeitos ou acometidos por COVID-19. Outros R\$ 26,0 milhões foram destinados a investimento em obras, às áreas de ampliação de atendimento.

Em consequência, houve um acréscimo de 163 leitos aos seus 291 já existentes, totalizando 454 leitos disponibilizados ao SUS, perfazendo o aumento real de 56,0% da sua estrutura operacional de leitos de internação.

Desde o início da pandemia (02/03/2020), o HU-UEL atendeu mais de dois mil casos confirmados de COVID 19, descartou mais quatro mil casos suspeitos, o que totaliza mais de seis mil pacientes atendidos nas especialidades afetas à pandemia.

- ▶ O Hospital Universitário da Universidade do Oeste do Paraná (HU- UNIOESTE) presta atendimento especializado nas mais diversas áreas da medicina, com 263 leitos, sendo que 30 leitos de UTI e 27 de Enfermaria são destinados ao combate COVID-19. É o maior hospital público da região Oeste e Sudoeste do Paraná e atende uma população de aproximadamente dois milhões de habitantes. Em 2020, foram realizados mais de oito mil atendimentos ligados à pandemia. O HU recebeu mais de R\$ 3,0 milhões em Investimento, destinados a finalização do Pronto Socorro, compra de veículos, mobiliário, máquinas e equipamentos.

- ▶ O Hospital Universitário da Universidade de Maringá (HU- UEM) é referência aos municípios da 15ª Regional de Saúde e da macrorregião noroeste do Estado do Paraná.

Para o enfrentamento da COVID-19, foi finalizada a construção do Bloco de 108 leitos, com recursos próprios. Na nova estrutura foi implantado um pronto atendimento respiratório aos pacientes com sintomas respiratórios e 50 novos leitos, sendo 20 leitos de UTI e 30 leitos de retaguarda clínica.

O pronto atendimento respiratório do HUM atendeu mais de dois mil pacientes suspeitos ou confirmados da COVID-19, destes mais de 600 necessitaram de internamento na unidade intensiva ou em leitos clínicos. As despesas de recursos com a COVID-19 ultrapassaram R\$ 7,0 milhões de reais.

- ▶ O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Ponta Grossa (HU- UEPG) é referência no atendimento aos pacientes da 3ª Regional de Saúde na macrorregião leste do Estado do Paraná. Para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, a capacidade de atendimento do HU-UEPG foi ampliada com abertura de 30 leitos de Unidade de Terapia Intensiva e outros 34 leitos de retaguarda clínica, com cerca de mil internamentos. De março a novembro de 2020, mais de dois mil pacientes foram atendidos na triagem do Pronto Atendimento.

O Governo do Estado do Paraná destinou R\$ 11,8 milhões para implementação da estrutura de atendimento à pandemia.

13.1.5 Retomada Econômica no Paraná

A SETI, em conjunto com as Universidades Estaduais, também se preocupou com o período pós-pandemia e seus efeitos na economia do Estado. Pesquisadores das universidades estaduais de Londrina (UEL), de Ponta Grossa (UEPG) e do Norte do Paraná (UENP) desenvolveram três estudos identificando aspectos estratégicos para estimular a recuperação econômica em todo o território paranaense.

As pesquisas foram usadas como base para a elaboração da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, proposta pela SETI em conjunto com a Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL).

13.1.6 Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação

No início de setembro, a SETI, em parceria com a SEPL, encaminhou ao governador sugestão de ações, objetivando a retomada econômica responsável e gradual. Como parte do documento, uma Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação propõe transformar o Paraná no líder brasileiro em inovação tecnológica, com amparo na interface universidade-empresa, e líder na recuperação socioeconômica no período pós-pandemia, adotando o desenvolvimento regional como estratégia.

A iniciativa prevê aporte de recursos financeiros da ordem de R\$ 60,0 milhões, entre investimento, custeio e pessoal, a serem aplicados em quatro programas estratégicos: Universidade - Empresa; Inovação para Micro e Pequenas Empresas (MPes); Universidade 5.0; e Desenvolvimento Regional Focado em Inovação; e em 12 projetos: *Vortech* PR; *HUBi*; Nampe; Tecnova PR; Inovagente; Paraná *M@ker*; PRIME; Unicidade; Universidade + Solidária; Anel de Conectividade e Inovação; Paraná Mais Orgânico; e Nossa Gente *Tech*.

- ▶ *Vortech* PR - diagnóstico de potencialidades e demandas regionais, para geração e transferência de conhecimento e tecnologias ao setor produtivo, com o objetivo de qualificar mão-de-obra para os ecossistemas regionais e fomentar uma cultura de empreendedorismo e inovação.
- ▶ *HUBi* - o projeto irá criar um ecossistema das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná para atendimento de demandas de Ciência, Tecnologia e Inovação do setor produtivo paranaense.
- ▶ Núcleo de Atendimento Integral para às MPEs (NAMPE) - o Núcleo irá ofertar consultoria e treinamento de gestão, com o objetivo de enfrentar a crise gerada pela pandemia do novo Coronavírus, a fim de estimular a inovação e o desenvolvimento tecnológico.
- ▶ *Tecnova* PR - este projeto fornece condições financeiras favoráveis para apoiar a inovação tecnológica e gerar crescimento rápido de empresas de micro e pequeno porte nacional. O objetivo é ampliar, por meio de subvenção econômica, as atividades de inovação e incrementar a competitividade das empresas e da economia do Estado, a partir de projetos de inovação, que envolvam significativo risco tecnológico associado a oportunidades de mercado.
- ▶ Agentes Universitários de Inovação (Inovagente) - o projeto pretende ser um facilitador de gestão e de inovação para empreendedores individuais (MEIs) e micro e pequenas empresas (MPEs), no Setor do Comércio e Serviços, em diferentes atividades produtivas, identificando necessidades e buscando soluções.
- ▶ Paraná *M@ker* - capacitação de estudantes universitários, com foco na cultura do empreendedorismo. A proposta pretende estimular a criatividade e valorizar profissionais que são capazes de unir tecnologia, inteligência social e independência intelectual. O projeto quer valorizar propostas e soluções que auxiliem a sociedade e que promovam engajamento no eixo quadruplo Universidade-Indústria-Governo-Sociedade.
- ▶ Programa de Apoio à Propriedade Intelectual com foco no Mercado (PRIME) - transferência dos resultados de pesquisas acadêmicas ao mercado, gerando desenvolvimento econômico e social. O objetivo é apoiar os titulares de patente na transformação das invenções, por meio de aberturas de empresas, licenciamentos e transferência tecnológica.
- ▶ UNICIDADES - Universidade pelo desenvolvimento local - a proposta pretende ofertar suporte técnico especializado aos pequenos municípios paranaenses, ofertando consultoria, treinamento técnico e apoio de gestão nas estratégias de desenvolvimento socioeconômico.
- ▶ Paraná Mais Orgânico 4.0 - suporte técnico ao desenvolvimento tecnológico para agricultores e agroindústrias familiares nos pequenos municípios do Paraná.
- ▶ Anel de Conectividade e Inovação - o projeto pretende fomentar a inovação, com foco na expansão e na melhoria da qualidade e competitividade por meio de uma rede de alta velocidade, envolvendo a experiência e competência científica presentes nas instituições de ensino superior e nas instituições de pesquisa científica, tecnológica e de inovação do Estado.

- ▶ Universidade + Solidária - fortalecimento da economia solidária como estratégia de desenvolvimento regional, por meio de ações articuladas de formação, assessoria, fomento à produção, comercialização e crédito. O programa pretende implementar ações integradas para a promoção e fortalecimento da economia solidária como estratégia de geração de trabalho e renda na perspectiva do desenvolvimento territorial, com foco nas pessoas em situação de vulnerabilidade social e nas regiões menos favorecidas economicamente.
- ▶ Nossa Gente *Tech* - oferta de cursos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para jovens de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Objetivo é promover oportunidade de acesso a cursos especializados e ao mercado de trabalho, contribuindo para a melhoria de vida das pessoas.

13.1.7 Conselho de Ciência e Tecnologia

Com uma composição representativa da tríplice hélice (Universidade, Governo E Setor Produtivo), o Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia (CCT-PR) foi essencial para definir os rumos das políticas paranaenses para o setor neste ano.

A partir da deliberação do CCT, as áreas estratégicas prioritárias foram repensadas e uma nova proposta foi elaborada. As quinze áreas, que orientaram as políticas e as ações em Ciência e Tecnologia nos últimos anos, estão dando lugar a cinco novas linhas de alta relevância no contexto socioeconômico do Paraná.

As novas áreas prioritárias contemplarão a agricultura e o agronegócio; a biotecnologia e saúde; as energias sustentáveis; as cidades inteligentes; e a sociedade, educação e economia.

13.1.8 Relações Internacionais

A SETI e o Estado de Victoria, na Austrália, renovaram o Memorando de Entendimento com o objetivo de estabelecer condições de mútua colaboração para o apoio institucional em pesquisas nas áreas de manejo sustentável da água, cidade habitável, adaptações à mudança climática, centros e comunidades regionais e energias renováveis. O projeto conta com um investimento de R\$ 500,0 mil da SETI e da Sanepar e 100 mil dólares australianos da *Deakin University*.

Outra parceria realizada foi com a Embaixada da Suécia, na qual a SETI vai viabilizar gratuitamente um curso para as Universidades Estaduais, relacionado aos Estudos Gravimétricos para Resíduos Sólidos Urbanos.

A SETI foi aceita em 2020, como signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), passando a fazer parte de um seleto grupo de organizações governamentais e empresas que buscam estimular os princípios universais da Água e Saneamento; Alimentos e Agricultura; Energia e Clima; Direitos Humanos e Trabalho; Anticorrupção; Engajamento e Comunicação e dos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Pacto Global da ONU é a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com 14 mil membros em 70 redes locais, que abrangem 160 países.

13.1.9 Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia

Em 2020, a SETI realizou a 33ª edição do Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia. Consolidado como uma das ações dessa Superintendência, o prêmio valoriza a trajetória e a produção científica de grandes pesquisadores que atuam no Paraná, bem como de jovens talentosos que escolheram a Ciência como um projeto profissional e de vida.

Da mesma maneira, o prêmio incentiva e dá visibilidade ao trabalho de inventores independentes e valoriza o trabalho dos jornalistas que, no seu esforço cotidiano de popularizar a Ciência e a Tecnologia, divulgam temas relevantes e de interesse da sociedade. Os vencedores recebem um prêmio em dinheiro, que varia de R\$ 11 mil a R\$ 34 mil, de acordo com a categoria.

13.1.10 Modernização da Legislação

- ▶ Lei de Inovação - a SETI coordenou, no início de 2019, uma consulta pública sobre a nova Lei Estadual de Inovação, realizada nos meses de maio e junho. Representantes da comunidade acadêmica e de diferentes setores da sociedade apresentaram sugestões fundamentadas em estudos ou experiências. A proposta de Lei é resultado do trabalho coletivo envolvendo a Coordenação de Ciência e Tecnologia da SETI, Sistema Estadual de Parques Tecnológicos (SEPARTEC), Programa Paraná Inovador e especialistas de universidades paranaenses.

A Lei Estadual de Inovação estabelece medidas de incentivo à inovação, pesquisa e ao fomento científico e tecnológico para o desenvolvimento econômico-social. O intuito é que a Lei contribua para que o Paraná alcance a primeira posição no ranking de inovação no país.

- ▶ Lei n.º 20.225/2020 - um grande avanço conquistado em 2020 foi a aprovação pela Assembleia Legislativa do projeto de lei que regulamenta os cargos em comissão e as funções gratificadas de direção, chefia e assessoramento das sete instituições estaduais de Ensino Superior e dos Hospitais Universitários.

A reforma administrativa garante estabilidade às gestões e extingue vácuos interpretativos, além de propor enxugamento de cargos, com economia anual de R\$ 6,2 milhões aos cofres públicos e a definição de valores uniformizados para atender a totalidade dos órgãos já existentes.

O texto enquadra as simbologias CC-GR e FGs às concepções DA (Direção e Assessoramento) e FA (Função Acadêmica) e tem como parâmetro os valores praticados nas diversas estruturas do Executivo. As mudanças foram propostas pela SETI, depois de rodadas de discussões com as universidades estaduais ao longo de 2019.

- ▶ Lei das Fundações - outro projeto de Lei que foi elaborado pela SETI moderniza as relações entre as Instituições de Ensino Superior, Hospitais Universitários, Institutos de Ciência e Tecnologia

públicos do Estado do Paraná e suas Fundações e Apoio. O projeto foi encaminhado para a Assembleia Legislativa.

Com a nova lei, as instituições de ensino, os HUs e as ICTs poderão celebrar contratos, acordos de parceria e convênios com fundações sem necessitar do processo licitatório. Isso irá agilizar e fortalecer projetos científicos, tecnológicos, de ensino, pesquisa, extensão, gestão de hospitais e de saúde pública.

13.1.11 Investimento em Capacitação

O Programa de Residência Técnica do Paraná tem como objetivo qualificar profissionais recém-formados e servidores públicos estaduais em diferentes áreas. Trata-se de mais um programa inovador, que é coordenado pela SETI, e se desenvolve em parceria com as Universidades Estaduais e Secretarias de Estado. O objetivo é proporcionar aos profissionais recém-formados um conhecimento especializado, que vai contribuir com a formação de pessoal para atender demandas em diferentes áreas do setor público. Atualmente estão em desenvolvimento os seguintes programas de residência técnica: Gestão Pública; Engenharia e Gestão Ambiental; e Projetos e Obras Públicas. Os três programas envolvem a participação de 580 residentes técnicos e a qualificação de 165 servidores públicos.

Está programado para 2021, o lançamento da Residência Técnica em Inovação, em Gestão em Saúde, em Gestão de Ambientes de Inovação e em Gestão Cultural.

13.1.12 Política Pública de Inclusão

O Paraná foi pioneiro no Brasil ao criar o Vestibular dos Povos Indígenas que, atualmente, está em sua 20ª edição. A ação é uma importante política de transformação social na vida do estudante, possibilitando o ingresso em cursos de graduação e de pós-graduação que são referência no Brasil. Atualmente, as universidades estaduais possuem 215 estudantes indígenas matriculados.

O programa já possibilitou que cerca de 100 estudantes indígenas conquistassem o diploma. São profissionais qualificados que posteriormente atuarão nas comunidades melhorando a qualidade de vida dos povos. A cada ano, uma universidade estadual fica responsável pela organização do vestibular do povo indígena. A Superintendência apoia com o financiamento de bolsa-auxílio para os estudantes. O valor atualmente é de R\$ 900,00, com acréscimo de 50,0% caso o beneficiário tenha filho ou um dependente. O Paraná é o único Estado brasileiro que possui o vestibular para os povos indígenas como política estadual.

13.1.13 Ensino Superior

Foi autorizada pelo Governador a nomeação de 263 professores para universidades estaduais do Paraná. São profissionais de diversas áreas acadêmicas aprovados em concursos públicos realizados em anos anteriores e que ainda não haviam sido chamados.

A UEL receberá 69 professores e a UNIOESTE, 59. Para a UEM serão nomeados 55 profissionais, para a UEPG 47, e 12 para a UENP. Foram nomeados 21 docentes para a UNESPAR.

Em 2020, o Governo do Estado também aumentou em 20,0% a quantidade de horas disponibilizadas para as universidades estaduais contratarem docentes em regime especial (CRES). No total, foram disponibilizadas 67.086 horas por semana, para as sete universidades estaduais, conforme decreto assinado pelo Governador.

13.1.14 Curso Inédito

O Governo do Estado autorizou a criação do curso inédito no Paraná de Bacharelado em Física Médica, que será ofertado pelo campus regional de Goioerê da UEM. O curso é composto de áreas da Medicina, como Radioterapia para Oncologia, além de propor ensino técnico para manipular novas tecnologias (robótica e laser) e equipamentos para diagnósticos e cirurgias. A expectativa é atender um mercado de Medicina cada vez mais tecnológico.

13.1.15 Disciplinas Transversais

As disciplinas têm o objetivo de valorizar a integração entre diferentes grupos de pesquisa, aumentar o alcance da matéria, além de fortalecer a interiorização do ensino superior no Estado do Paraná. A iniciativa é fruto de uma parceria entre a SETI, as Universidades Estaduais do Paraná e a UFPR. O objetivo é aproximar instituições e os pesquisadores que são referência para garantir benefícios ao desenvolvimento do Estado do Paraná. Essa iniciativa possibilitou, dentro do contexto de pandemia, manter as atividades da pós-graduação reunindo o conhecimento de professores de todas as universidades estaduais e da UFPR.

13.1.16 Programa de Aceleração da Publicação Internacional (PAPI)

Programa que ofertará assessoria individualizada aos autores para revisão e tradução de artigos e preparação para apresentações em inglês. Promoverá eventos relacionados à escrita acadêmica e auxiliará a diversos órgãos das Instituições Estaduais de Ensino Superior com demandas pontuais de tradução, criação de versões de *homepages* em inglês para programas de pós-graduação e folders institucionais para as Ações Internacionais.

O projeto conta com o apoio da Embaixada Americana que está financiando uma série de *webinars* chamado *AWARD*, voltado para a capacitação de professores para a escrita científica, com intuito de viabilizar a publicação em periódicos internacionais. A embaixada também financiará uma plataforma interativa para o funcionamento do projeto.

13.1.17 Investimento

Em 2020, foram liberados pela Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF) recursos no valor de R\$ 7,9 milhões para apoio à infraestrutura das sete universidades estaduais.

13.1.18 Exames de Paternidade Gratuitos

Crianças e adolescentes beneficiários da Justiça gratuita ou da assistência judiciária no Paraná passarão a ter acesso a exames para a comprovação de paternidade. Os exames de DNA, que serão processados pelo Laboratório de Genética Humana da UEL, são fruto de uma parceria que envolve onze instituições públicas paranaenses. A SETI realizou o trabalho para viabilizar a atividade.

A previsão é que o laboratório da UEL processe cerca de mil exames por ano, demanda atual de pedidos represados na Justiça. Para isso, o Fundo da Infância e Adolescência (FIA), administrado pelo CEDCA-PR, vai disponibilizar R\$ 1,1 milhão anualmente por, pelos menos, quatro anos. O recurso é para a aquisição dos insumos usados no processamento dos testes de DNA. A coleta dos materiais genéticos vai abranger os 399 municípios paranaenses, já que as amostras serão recolhidas nos laboratórios da Polícia Científica do Paraná.

13.1.19 Programa Paraná Mais Orgânico

Trata-se de programa público, modelo para o país, que se propõe a orientar e capacitar os produtores, auditar e certificar a produção de alimentos orgânicos. A iniciativa oferta ao produtor de alimentos orgânicos assistência técnica gratuita para que possa desenvolver e ampliar a sua produção com qualidade.

O programa envolve a SETI, por meio das universidades estaduais; o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR, antigo CPRA), vinculado à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, e o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), que é o órgão certificador.

Na pandemia, os agricultores familiares, aderiram a um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz (*WhatsApp*), como alternativa de atendimento ao mercado de orgânicos. A ideia surgiu com a finalidade de facilitar a comercialização da produção de frutas, verduras e hortaliças no período de fechamento do comércio, em diferentes regiões do território paranaense.

13.1.20 Arranjo de Pesquisa e Inovação

A SETI juntamente com a Fundação Araucária e a Secretaria da Segurança Pública lançaram Novo Arranjo de Pesquisa e Inovação (NAPI) em Segurança Pública.

O principal objetivo é mobilizar o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Paraná para atendimento às demandas técnicas e científicas da Segurança Pública. O programa inicia com contribuições na Polícia Científica, envolvendo a implantação de ações de P&D em universidades estaduais e ações de extensão no Instituto Médico Legal.

13.2 INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ (TECPAR)

O TECPAR, empresa pública do Governo do Estado fundada em 1940, é um instituto de ciência e tecnologia que, com seu corpo técnico, apoia a inovação e o desenvolvimento econômico e social do Paraná e do Brasil.

Em 2020, completou 80 anos, tendo como missão atuar em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, e na Produção e Soluções Tecnológicas, que agreguem valor aos clientes e à sociedade. Três pilares sustentam sua atuação: o empreendedorismo tecnológico inovador, a indústria da saúde e o desenvolvimento tecnológico e inovação.

13.2.1 Principais Realizações

O ano de 2020 foi de muitos desafios, que trouxeram grandes oportunidades ao Instituto. Merece destaque o Memorando de Entendimento firmado entre o Governo do Estado com o Fundo de Investimento Direto da Rússia, cujo objeto é ampliar a cooperação técnica sobre a vacina contra a COVID-19 desenvolvida pelo Instituto Gamaleya, sendo o TECPAR responsável por coordenar os estudos no Estado. Para continuidade das tratativas o Instituto assinou um termo de confidencialidade com os envolvidos, que passaram a trocar informações e a desenvolver o protocolo de validação, a primeira etapa de todo o processo.

Com foco na inovação, mobilidade e cidades inteligentes, foi firmada parceria com Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN-PR) que envolve análises nas áreas de sinalização viária aplicada nas vias urbanas e avaliação anual de conformidade em empresas que exercem atividades de desmontagem de veículos no Estado.

O Selo de Inovação, criado pelo Instituto, desenvolveu a metodologia para apoiar empresários que buscam inovar. A Agência de Inovação verificou a demanda de empresas e empreendedores para analisar, validar ou melhorar projetos inovadores.

Foi aberto o chamamento público para viabilizar transferência de tecnologia para a produção e comercialização de medicamentos e produtos à base de *Cannabis spp.*, para fins medicinais de uso humano, com intenção de registro em nome do TECPAR. O objetivo é oferecer alternativas ao mercado nacional de novas terapias com o princípio ativo. O cenário brasileiro apresenta alta judicialização para obtenção de produtos importados para tratamento de doenças e, com o edital, o Instituto espera apoiar a saúde pública com a internalização de novas tecnologias.

Foi lançado pelo Governo do Estado o Novo Arranjo de Pesquisa e Inovação (NAPI) Energias Renováveis - Biogás que tem por objetivo efetivar e perenizar a produção do biogás e as energias originadas das suas aplicações e de seus derivados, por meio da criação de uma Rede Paranaense de Laboratórios de Biogás (LABIOGÁS-PR). O Instituto fará o credenciamento e certificação dos laboratórios que irão compor a Rede Paranaense de Laboratórios de Biogás e o desenvolvimento da plataforma digital para manutenção

e monitoramento dos dados gerados.

O Instituto passou a comprar energia no ambiente de contratação livre, sendo a primeira empresa estatal do Paraná a migrar para o mercado livre de energia; tendo escolhido a modalidade de consumidor varejista para simplificar o processo no mercado.

Foi elaborado o Mapa de Impactos do TECPAR 2020, para compreender a relação entre o Instituto e a sociedade, que demonstrou que as atividades desenvolvidas atendem ao interesse público e tem contribuído com o desenvolvimento econômico e social do Paraná e do Brasil, com efeitos sociais múltiplos. O mapeamento dos negócios abrange os impactos gerados pelas atividades, demonstrando sua importância, efeito e interação com o meio em que está inserido.

Como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID-19 e no combate à disseminação do vírus, o TECPAR enviou esforços na atuação como Laboratório Público oficial e focou ações nas seguintes frentes:

- ▶ Álcool Antisséptico - instalação de planta para produzir álcool etílico 70% e álcool etílico 80% glicerinado, ambos recomendados para assepsia de mãos - a primeira remessa foi entregue à Secretaria de Estado da Saúde no início de abril.
- ▶ Diagnóstico da COVID-19 - em parceria com a Fiocruz e o Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP), foi implantado em caráter emergencial a Unidade de Apoio para Diagnóstico da COVID-19, para atender a demanda pelos testes moleculares, com a instalação do laboratório no Parque Tecnológico do TECPAR, no campus CIC. Com a estrutura, a unidade se tornou referência no diagnóstico molecular para a Região Sul.
- ▶ Apoio ao Setor Produtivo - elaborou relatórios para auxiliar empresários e empreendedores que queiram desenvolver novos produtos para o enfrentamento da COVID-19. Os documentos organizam informações para produzir e registrar respiradores artificiais e ventiladores pulmonares; e para o uso de sanitizantes para esterilização do Coronavírus.
- ▶ Inovação - para apoiar empresas e empreendedores que têm projetos com foco no enfrentamento da COVID-19, com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em conjunto com o Instituto, a Incubadora Tecnológica do TECPAR (INTEC) abriu edital para selecionar novas propostas. O Instituto lançou também edital de chamamento público para prospectar parceiros para fornecimento e transferência de tecnologia de *kits* de diagnósticos de teste rápido para a COVID-19, além de outras doenças como dengue, HIV, Hepatites B e C; e beta HCG (teste de gravidez). O foco é ampliar o portfólio do instituto voltado a abastecer o mercado brasileiro de saúde pública.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

14 SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESA)

À Secretaria de Estado da Saúde (SESA) compete a formulação, o desenvolvimento, o monitoramento e a avaliação da Política Estadual de Saúde, visando a organização e a regulação do Sistema Único de Saúde no Paraná e a promoção, prevenção, atenção, recuperação e a vigilância em saúde com qualidade e igualdade, por meio de uma gestão estratégica e participativa, articulada com outras áreas governamentais e a sociedade civil, e com resultados para a saúde da população paranaense. Respeitando o princípio da universalidade, o seu público-alvo é a população que aqui se encontra (residente ou de passagem).

As ações prioritárias que a Secretaria de Estado da Saúde desenvolve têm como base o seu Mapa Estratégico e as Diretrizes do Plano Estadual de Saúde do Paraná - PES 2020-2023, instrumentos guia para as principais realizações.

O orçamento inicial da SESA para o exercício, foi de R\$ 5,6 bilhões atualizado para R\$ 6,8 bilhões, e sua execução orçamentário-financeira, foi de R\$ 5,1 bilhões empenhados., até 31 de outubro.

A SESA atualizou a Linha de Atenção Materno-Infantil, documento orientador para a classificação de risco e cuidados necessários no pré-natal, parto, pós-parto e a recém-nascidos. Também revisou e editou nova Carteira da Gestante para as anotações e acompanhamento de todo o período gestacional, sendo que 84,2% das gestantes realizaram sete ou mais consultas de pré-natal.

Foram destinados R\$ 3,6 milhões a 56 hospitais da Linha de Atenção materno-infantil, que são referência de Risco Habitual e Intermediário e recebem o Incentivo da Estratégia de Qualificação do Parto Fase II, custeando a maior o parto no Estado do Paraná.

Foi realizada a manutenção do Programa HOSPSUS, Fases I, II e III (hospitais de alta complexidade para referência macrorregional e regional das Redes Mãe Paranaense e Paraná Urgência) e Fase III (hospitais públicos, sem fins lucrativos e filantrópicos com até 50 leitos SUS, de referência local e microrregional), com destinação de R\$ 164,4 milhões.

No que se refere à Linha de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência (PcD), foram implementadas ações de prevenção e identificação precoce das deficiências. Assim, a SESA realizou em 100,0% das crianças nascidas vivas em hospitais da Rede SUS no Paraná o Teste do Pezinho e o Teste do Coraçõozinho, e em 99,4% o Teste do Olhinho.

Entre as ações de Fortalecimento da Rede Paraná Urgência, destacam-se:

- ▶ Cobertura de 90,0% da população estadual pelo SAMU, com investimento de R\$ 72,8 milhões referentes à contrapartida estadual de custeio para o funcionamento do SAMU.

- ▶ Divulgação e disponibilização dos protocolos das Linhas de Cuidado (Infarto Agudo do Miocárdio - IAM, Acidente Vascular Cerebral - AVC, Trauma) para todos os SAMU do Estado e Central Estadual de Regulação de Leitos.
- ▶ Aquisição de medicamento (trombolítico) para Linha de Cuidado do Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) disponibilizados aos serviços estratégicos.

As duas metas propostas para a Diretriz relativas à Rede Paraná Urgência mostraram resultados de redução das taxas de mortalidade por causas externas (exceto agressões interpessoais) e de mortalidade por doenças cardiovasculares na faixa etária entre zero e 69 anos, atingindo e superando o esperado para 2019. Isto reflete novamente os efeitos positivos da implantação desta rede e de políticas articuladas e intersetoriais.

Em relação à Operação Verão Saúde - 2020/2021 foi desenvolvido o planejamento com os sete municípios do Litoral e três da região Noroeste do Estado e foi assinada resolução para repasse de mais de R\$ 5,2 milhões a serem aplicados em reforço de assistência durante a temporada, ampliação de plantões médicos e de enfermagem, ações de prevenção, inclusive de testagem para COVID-19, reforço no número de ambulâncias e transporte aero médico.

No Fortalecimento da Linha de Atenção à Saúde Mental ressaltam-se as seguintes aplicações: R\$ 5,9 milhões para seis Serviços Regionais Integrados de Saúde Mental do Paraná (SIMPR); e R\$ 21,7 milhões para a complementação de diárias de internação em hospitais especializados.

No que se refere à Linha de Atenção à Saúde do Idoso, destaque para as seguintes ações:

- ▶ Projeto Segunda Opinião - execução em parceria com Grupo de Estudos sobre Envelhecimento da Universidade Estadual de Londrina (UEL), 17ª Regional de Saúde e Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema (CISMEPAR), que consiste em reuniões mensais via webconferência, com profissionais de todo o Estado, para discussão de casos clínicos de idosos atendidos na APS.
- ▶ PlanificaSUS - a SESA realiza o projeto em parceria com o Hospital Israelita Albert Einstein, junto aos nove municípios da 4ª Região de Saúde, envolvendo aproximadamente 1.000 trabalhadores da saúde e gestores, utilizando a metodologia da Planificação da Atenção à Saúde, na Linha de Cuidados ao Idoso, para integração entre a Atenção Primária à Saúde (APS) e a Atenção Ambulatorial Especializada (AAE) e a organização da Rede de Atenção à Saúde (RAS).

Quanto à Melhoria do Acesso e do Cuidado às Áreas de Atenção Inclusivas, a SESA destinou R\$ 343,2 mil a 18 municípios como incentivo financeiro estadual para municípios com Comunidades Remanescentes de Quilombo e/ou Terras Negras Tradicionais; R\$ 904,1 mil como incentivo financeiro estadual para 16 municípios sedes de Centros de Socioeducação (CENSE) e/ou Casa de Semiliberdade; R\$ 404,3 mil como incentivo de custeio estadual para ações e serviços de saúde aos quatro municípios (Cruzeiro do Oeste, Cascavel, Catanduvas e São João do Ivaí) que aderiram e foram habilitados para

Equipes de Atenção Básica Prisional (EABP), dentro da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do SUS.

No Fortalecimento das Ações de Promoção da Saúde, foram realizadas iniciativas voltadas a usuários do sistema de saúde, gestores e profissionais de saúde, dentre elas as desenvolvidas durante o Dia Mundial da Saúde, Dia Mundial Sem Tabaco (Programa Estadual contra o Tabagismo), Agosto Azul (Saúde do Homem), Agosto Dourado (Incentivo à Amamentação) e Paraná Rosa - 2020.

No Fortalecimento da Política de Vigilância em Saúde, houve um investimento de R\$ 10,1 milhões.

O Paraná realizou a Campanha Nacional de Multivacinação, com objetivo de melhorar as coberturas vacinais e manter controladas, eliminadas ou erradicadas várias doenças, como meningite, sarampo, caxumba, rubéola, coqueluche, diarreia por rotavírus, difteria, tétano, hepatites, febre amarela, HPV (vírus que pode provocar o câncer entre os jovens) e sarampo.

Visando a intensificação de ações e mobilização para combate do *Aedes aegypti*, o Governo do Paraná manteve a campanha estadual Dengue Mata. Os municípios infestados direcionaram ações para mobilização e educação junto às comunidades, promovendo atividades como mutirões de limpeza, vistorias em residências e prédios públicos, palestras, blitz, panfletagem e outras ações, buscando sensibilizar a comunidade para evitar a proliferação do mosquito. A SESA repassou o valor de R\$ 5,7 milhões aos municípios que fazem parte dessas ações.

Nos dias 29 e 30 de outubro, a SESA realizou Reunião Integrada de Alinhamento das Estratégias de Controle da Dengue, Zika Vírus e Febre Chikungunya, envolvendo Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS/PR), dirigentes e técnicos da 15ª Regional de Saúde e municípios da sua abrangência, quando foi discutido o Plano de Ação para Enfrentamento destes agravos no período epidemiológico 2020/2021.

Em relação à pandemia pelo Coronavírus (SARS-CoV-2), a SESA realizou as seguintes ações:

- ▶ Elaborou, publicou e manteve atualizado o Plano de Contingência do Paraná COVID-19 (Nível 3 - Execução) com o intuito de subsidiar a resposta à pandemia e a adoção de medidas para o enfrentamento da doença.
- ▶ Avaliou os Planos de Contingência para enfrentamento da COVID-19 dos 399 municípios pelos técnicos da SESA e das 22 Regionais de Saúde.
- ▶ Editou 52 Notas Orientativas elaboradas pelas áreas técnicas da SESA/PR, apresentadas, discutidas e aprovadas no Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE).
- ▶ Monitorou o comportamento dos casos de Síndrome Gripal (SG) e Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) nos sistemas de informação da Rede de Atenção à Saúde para permitir avaliação de risco e apoiar tomada de decisão.

- ▶ Definiu a testagem da população como estratégica e para tanto estabeleceu parceria com o Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP/Fiocruz), visando aumentar a capacidade laboratorial para 5.600 exames Rt-PCR/dia, totalizando 891.897 exames realizados no Paraná até 11 de novembro.
- ▶ Proveu recursos necessários de estoque de insumos estratégicos para execução das ações de respostas à situação de pandemia pelo Coronavírus e outros vírus respiratórios.
- ▶ Manteve monitoramento e apoio técnico aos municípios e às Regionais de Saúde para detecção precoce de surtos de COVID-19 e assessoramento para indicação de medidas de controle para contenção de surtos.
- ▶ Realizou quatro Oficinas Macrorregionais de Implementação do Guia Orientador para o enfrentamento da pandemia COVID-19 na Rede de Atenção à Saúde (RAS) com a participação de representações dos municípios, de serviços de saúde e Regionais de Saúde.
- ▶ Realizou reuniões semanais do Grupo Condutor Estadual e dos Grupos Condutores Regionais para a implementação do Guia Orientador para o enfrentamento da pandemia COVID-19 na Rede de Atenção à Saúde (RAS) em todos os municípios do Estado.
- ▶ Editou e divulgou a Nota Técnica GS 01/2020, que dispõe sobre a disponibilização de Testes de Biologia Molecular RT-PCR para a detecção do RNA do Coronavírus (SARS-CoV-2) e recomendações para a sua realização em grupos prioritários.
- ▶ Editou e divulgou as Notas Técnicas 5 e 7/2020-DAV/SESA sobre Disponibilização de Testes Rápidos para a detecção de anticorpos contra o Coronavírus (SARS-CoV-2) e recomendações de grupos prioritários para a realização do teste.
- ▶ Em parceria com a SESP elaborou o Plano de Ação Integrada para o Controle da COVID-19 entre servidores de penitenciárias e pessoas privadas de liberdade.
- ▶ Desenvolveu e implantou, via Núcleo de Informática e Informações (NII/SESA), o Sistema Notifica COVID-19 para notificação dos casos no Paraná.
- ▶ Distribuiu 140 mil máscaras reutilizáveis para povos indígenas, quilombolas, população do campo, floresta e águas (ilhéus, faxinalenses, caiçaras, pescadores artesanais) e população em situação de rua, migrantes e demais comunidades em situação de vulnerabilidade em todo o Estado.
- ▶ Distribuiu mais de 20 mil máscaras reutilizáveis para idosos das Instituições de Longa Permanência (ILPIs).
- ▶ Distribuiu aproximadamente 80 mil itens de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para as Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena.
- ▶ Disponibilizou dois Enfermeiros para atuarem no Centro de Triagem da Polícia Civil para aplicação do *Fast Track* e avaliação de sinais e sintomas de COVID-19 nos presos que estão entrando no sistema prisional de Curitiba e Região Metropolitana.

- ▶ Adquiriu insumos (tubos) para a coleta e transporte suficientes para 200 mil amostras, 600 mil *swabs* e reagentes para produção de Meios de Transporte Viral; e para extração de RNA, a SESA/PR comprou 80 mil testes e um equipamento.
- ▶ Distribuiu 427.980 mil testes rápidos, recebidos do Ministério da Saúde, às 22 Regionais de Saúde e aos 399 municípios paranaenses.

Utilizou aproximadamente R\$ 22,6 milhões em contratação de serviços e aquisições de equipamentos para execução destas ações, de combate à COVID 19.

Em relação ao Fortalecimento da Regulação do Acesso aos Serviços do SUS, ressalta-se: a) a reformulação de Normativas de Regulação de Acesso aos serviços ambulatoriais e hospitalares, ampliando a capacidade de acesso aos ambulatórios especializados sob gestão do Estado; b) o desenvolvimento do novo Sistema próprio de Regulação Estadual - CARE PARANÁ, em parceria com a CELEPAR, resultando na economia estimada em R\$ 50,0 milhões para os próximos quatro anos; c) o início do processo de integração entre a SESA e os Consórcios de Saúde, otimizando a capacidade instalada e qualificando o acesso, visando a regionalização. Foi implantado o Protocolo de Regulação de acesso ao Tratamento Cirúrgico da Obesidade (Cirurgias Bariátricas) via Sistema Estadual de Regulação. Realizada regulação de 100,0% dos internamentos de usuários do SUS com quadro clínico compatível com a infecção pelo Novo Coronavírus - COVID-19 em leitos exclusivos, bem como monitoramento diário de sua ocupação por meio do Sistema Estadual de Regulação.

Para atendimento aos usuários do SUS durante a pandemia foram colocados em funcionamento 1.101 leitos de UTI adulto COVID, 49 leitos de UTI pediátrica COVID e 1.635 leitos de retaguarda clínica adulto/pediátrica COVID, tendo sido realizados mais de 26.000 internamentos nesses leitos e repassado um total de R\$ 79,8 milhões.

Em 2020, houve fortalecimento do serviço de auditoria, avaliação e monitoramento dos serviços de saúde, estabelecendo-se critérios mais rigorosos para análise dos pagamentos dos serviços assistenciais contratados, bem como, desenvolvimento de ferramentas para monitoramento e avaliação das ações e serviços realizados pelos estabelecimentos que recebem recursos provenientes de incentivos e programas de saúde estaduais. O serviço de auditoria tem atuado também em denúncias que envolvem irregularidades nos prestadores de serviços do SUS colaborando com as autoridades policiais, Ministério Público e órgãos de controle externo. Com essa ação realizada em 2020 referente às denúncias, estima-se um ressarcimento para o Estado na ordem de R\$ 25,0 milhões.

Apesar da dificuldade enfrentada devido à pandemia pelo Novo Coronavírus - COVID-19, o Sistema Estadual de Transplantes manteve um ótimo índice de doação e transplantes de órgãos quando comparado aos outros estados brasileiros e até mesmo em relação aos anos anteriores.

Até setembro, foi mantido o primeiro lugar no ranking brasileiro de doação: 42,1 doações para cada um milhão de população (PMP), conforme dados da Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos (ABTO).

Em números absolutos, até outubro, foram realizadas 967 notificações de pacientes em morte encefálica, sendo que 407 destas foram convertidas em doações de órgãos e tecidos.

Outro destaque foi a taxa de recusa familiar no Estado que atingiu o percentual de 24,0%, sendo uma das mais baixas da história.

Com relação aos transplantes, de janeiro a outubro, foram realizados 336 transplantes de córneas e 556 transplantes de órgãos sólidos, dos quais foram 371 de rim, 181 de fígado, 12 de coração, 02 de pâncreas e 07 pâncreas/rim. O Paraná é o Estado com o maior número de transplantes de rim, com 38,9 transplantes (PMP) e é o segundo no transplante de fígado com 19,0 transplantes (PMP).

Referente ao Fortalecimento do Desenvolvimento Regional da Atenção à Saúde, mantiveram-se 22 convênios do Programa Estadual de Apoio aos Consórcios Intermunicipais de Saúde (COMSUS) para apoio ao custeio de Consórcios Intermunicipais de Saúde que gerenciam atenção ambulatorial especializada em 21 regiões de saúde, tendo, até 31 de outubro de 2019, recursos aplicados na ordem de R\$ 9,0 milhões (empenhados), R\$ 12,3 milhões (pagos); e mais R\$ 1,3 milhão (empenhados) e R\$ 1,7 milhão (pagos) ao Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Setentrião Paranaense (CISAMUSEP), visando a ampliação das ações e serviços prestados pelo Ambulatório Médico de Especialidade (AME) para a população da 15ª Regional de Saúde.

Encontram-se em andamento as obras dos Ambulatórios Médicos de Especialidades (AME): a) 10ª Regional de Saúde - no total de R\$ 3,1 milhões; b) 16ª Regional de Saúde - no total de R\$ 3,7 milhões; e c) 15ª Regional de Saúde - no total de R\$ 700,0 milhões.

Foram destinados no exercício de 2020 R\$ 5,1 milhões para aquisição de equipamentos e mobiliários aos AME das Regiões de Saúde de Apucarana, Umuarama, Cascavel, Toledo e Região Sul e Norte Metropolitana.

Está prevista para 2021 a conclusão das obras dos AME de Cascavel, Apucarana e Colorado.

Para o final de 2020 e início de 2021, estão programados a licitação e o início das obras dos AME de Jacarezinho, Irati, Campo Mourão e Ivaiporã assim como, a elaboração dos projetos e licitação das obras dos AME de Cornélio Procopio, União da Vitória e Cianorte, com a previsão de R\$ 70,0 milhões.

Está previsto para 2021 o Programa de Qualificação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde (QualiCIS), destinado aos Consórcios que gerenciam AME, com a aplicação de R\$ 60,0 milhões para o custeio de ações e serviços da saúde.

Em 2020, foram formalizados 72 termos de convênios/repasses fundo a fundo para entidades filantrópicas hospitalares e municípios no valor total de R\$ 127,0 milhões, sendo o valor de R\$ 31,9 milhões destinado para a realização de obras e R\$ 95,1 milhões para aquisição de equipamentos.

Sobre o fortalecimento da Gestão dos Serviços Próprios da SESA, em 2020 foram colocados em funcionamento pelo Governo do Estado do Paraná três hospitais exclusivos para atendimento de usuários do SUS com quadro clínico compatível com a infecção pelo Novo Coronavírus - COVID-19 nas cidades de Telêmaco Borba, Ivaiporã e Guarapuava.

Esforços foram concentrados para conclusão das obras e formalização de contratos de gestão para os três hospitais. O Hospital Regional de Telêmaco Borba (HRTB), iniciou suas atividades com 20 leitos de UTI adulto COVID e 20 leitos de retaguarda clínica adulto COVID, no valor total de contrato para o período da pandemia de R\$ 12,0 milhões. O Hospital Regional de Ivaiporã (HRI), iniciou suas atividades ofertando a população 20 leitos de UTI adulto COVID e 60 leitos de retaguarda clínica adulto COVID, no valor total de contrato para o período de R\$ 34,1 milhões. O Hospital Regional de Guarapuava (HRG), iniciou suas atividades com 20 leitos de UTI adulto COVID e 60 leitos de retaguarda clínica adulto COVID, no valor total de contrato para o período de R\$ 59,2 milhões.

Para enfrentamento e cobertura da demanda assistencial devido à situação de pandemia pelo Novo Coronavírus - COVID-19 foram adquiridos entre equipamentos e mobiliários mais de 14 mil itens, tais como: respiradores pulmonares, monitores multiparâmetro, desfibriladores, oxímetros, entre outros, no valor aproximado de R\$ 21,9 milhões.

Como forma de aperfeiçoamento do processo de gestão dos hospitais próprios por meio da inovação em metodologias de gestão em tempos de pandemia, foi realizado um plano para aperfeiçoamento, onde as Unidades Próprias Hospitalares foram incluídas no projeto nacional Todos pela Saúde, que tem como objetivo geral amenizar os efeitos do Novo Coronavírus e atender as necessidades imediatas dos hospitais e pacientes afetados pela doença. Dentro desse projeto estão contemplados eixos de atuação como apoio em capacitações, ferramentas metodológicas, distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs) e insumos.

A Fundação Estatal de Atenção à Saúde do Paraná (FUNEAS), mediante Contrato de Gestão com a SESA, faz a gestão das Unidades Hospitalares, a saber: a) Regional do Litoral - Paranaguá e Guaraqueçaba; b) Infantil de Campo Largo; c) Regional do Sudoeste - Francisco Beltrão; d) Regional do Norte Pioneiro - Santo Antônio da Platina. Para o Complexo Hospitalar do Trabalhador - Curitiba a parceria é com a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Paraná (FUNPAR) e os Hospitais Zona Norte e Zona Sul de Londrina continuam com as parcerias para gerência por meio do CISMENPAR.

Quanto aos resultados nas áreas de sangue e hemoderivados e de transplantes, a Cobertura Transfusional no SUS pela Rede HEMEPAR alcançou 92,4% (meta 92,0%). No que diz respeito às Unidades da Hemorrede, no Hemonúcleo (HN) houve expansão do espaço físico em Paranaíba,

possibilitando a ampliação das coletas de sangue total. Foi implantada nova tecnologia para o enfrentamento da pandemia, com agendamento de doações de sangue por meio do site e a implantação do projeto de coleta de plasma hiperimune para estudo no tratamento de usuários do SUS com quadro clínico compatível com a infecção pelo Novo Coronavírus - COVID-19.

Referente ao Fortalecimento da Política de Assistência Farmacêutica, foram distribuídos pela SESA, até outubro, 228.344.725 unidades de medicamentos a um valor financeiro de R\$ 863,0 milhões, referentes aos Componentes Básico, Estratégico e Especializado da Assistência Farmacêutica, além dos programas especiais da SESA Paraná.

A execução orçamentária para aquisição de medicamentos pela SESA tem, historicamente, ultrapassado o orçamento inicialmente previsto para atendimento às necessidades.

Sobre os dois convênios com o Consórcio Paraná Saúde, a SESA destinou R\$ 63,6 milhões, até outubro, para aquisição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica. Dos 399 municípios do Paraná, 398 adquirem os medicamentos básicos por meio do Consórcio. Para o único município não consorciado (Curitiba), foi repassado o valor de R\$ 5,5 milhões como contrapartida estadual.

É crescente o número de usuários cadastrados junto às farmácias das 22 Regionais de Saúde. São mais de 276 mil usuários beneficiados com o recebimento de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

15 SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO (SEJUF)

A Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) é responsável pela formulação e implementação de diretrizes e políticas que busquem garantir os direitos fundamentais, a justiça, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e assistência social, visando a superação da condição de vulnerabilidade social e a melhoria da qualidade de vida em diversas áreas.

Atua de forma plural no âmbito de nove grandes políticas: Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; Proteção, Defesa, Educação e Orientação ao Consumidor; Sistema de Atendimento Socioeducativo; Política de Trabalho, Emprego e Renda; Política Estadual de Assistência Social; Política Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Política Estadual para Promoção dos Direitos e Inclusão da Pessoa com Deficiência; Política Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher; e Política Estadual dos Direitos do Idoso.

Além da estrutura central da SEJUF, a atuação está descentralizada por meio dos 24 Escritórios Regionais (ERs) que assessoram os 399 municípios do Estado, efetivando a estratégia de atuação mais próxima dos municípios e da população, apoiando e assessorando os gestores municipais na busca conjunta de bons resultados. Integram, também, a estrutura sob a gestão direta da SEJUF: 19 Centros de Socioeducação, NOVE Casas de Semiliberdade, o Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná (CEIM/SEJUF), o Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM) a Agência do Trabalhador de Curitiba (Centro) e o PROCON-PR (em Curitiba).

Dentre os Programas/Projetos sobre a responsabilidade da SEJUF está o Projeto Paraná em Ação, Programa Luz Fraterna, Programa Nossa Gente Paraná (parceria BID) e Programa Paraná Seguro (parceria SESP/BID).

15.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Este relatório será subdividido em grandes temas, a saber:

- ▶ Garantia de Direitos - onde serão abordadas as ações ligadas às políticas/áreas: Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; Proteção, Defesa, Educação e Orientação ao Consumidor; Política Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Política Estadual para Promoção dos Direitos e Inclusão da Pessoa com Deficiência; Política Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher; e Política Estadual dos Direitos do Idoso.
- ▶ Socioeducativo - ações que compõem o Sistema de Atendimento Socioeducativo.

- ▶ Trabalho, Emprego e Estímulo à Geração de Renda - Política de Trabalho, Emprego e Renda.
- ▶ Assistência Social - Política Estadual de Assistência Social e Programa Nossa Gente Paraná.
- ▶ Ação Solidária - promoção e estímulo à cultura da ação solidária, do engajamento ético e do voluntariado por meio de programas, projetos, ações e iniciativas de mobilização relacionados a prática do bem comum, em suas diversas manifestações.

15.1.1 Garantia de Direitos

A SEJUF é a Secretaria que reúne o maior número de Conselhos, sendo: 16 conselhos de direitos, dois Conselhos de Gestão de Programas, seis comitês, um Colegiado de Gestores da Assistência Social (COGEMAS/Paraná) e um Comitê Intergestor Bipartite (CIB), que tratam de diferentes áreas do interesse público, funcionando como espaços de participação e controle social. Os Conselhos ligados à SEJUF que receberam apoio, assessoramento técnico, e custeio de despesas (estrutura, viagens, diárias) foram: a) Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPEP); b) Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR); c) Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná (CPICT/PR); d) Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR); e) Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual (COPEAS); f) Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (CONFECON); g) Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda (CETER); h) Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR); i) Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PR); j) Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE/PR); k) Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM/PR); l) Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI/PR); m) Conselho Estadual de Juventude do Estado do Paraná (CEJUV); n) Conselho Estadual da Ação Solidária (CAS); o) Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES); p) Conselho Estadual Gestor do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (CEG/FEID).

O desafio de 2020 em relação às reuniões dos Conselhos foi se adaptar e utilizar as tecnologias existentes para viabilizar que os Conselhos continuassem se reunindo e deliberando questões importantes aos seus públicos alvos, sem prejuízo para as Políticas.

Em relação às Políticas de Garantias de Direito, a SEJUF atua em atividades relacionadas à formulação e implementação de diretrizes e políticas, à articulação, orientação técnica, capacitação, e execução das ações especializadas, bem como o gerenciamento de repasses de recursos destinados às políticas ligadas a Secretaria. As ações estão divididas em função do público alvo prioritário das políticas. Ressalta-se que uma ação pode impactar em mais de um público alvo por serem transversais.

A SEJUF tem em sua estrutura a Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH) que é a responsável por organizar as capacitações, em conjunto com as áreas afins. Foram realizadas 18 capacitações em direitos humanos e cidadania para agentes públicos e cidadãos paranaenses, com 1.848 participantes.

O projeto Paraná em Ação (Lei n.o 16.583/2010) tem a finalidade de oferecer serviços que promovam cidadania, defesa de direitos e inclusão social da população, as principais atividades do Paraná em Ação são a realização dos Eventos Paraná Cidadão e Programa Criança e Adolescentes Protegidos. Foram realizados dois eventos até fevereiro, nos bairros Cajuru e Santa Felicidade, em Curitiba, onde foram realizados mais de 17 mil atendimentos. Estas atividades foram paralisadas em função da pandemia. Para os municípios acima de 200 mil habitantes os eventos do Paraná em Ação são nominados como Governo nos Bairros.

15.1.1.1 Criança e Adolescente

O Atestado de Regularidade Conselho, Plano e Fundo (ARCPF) é critério para repasses do Governo Estadual. É o que referencia se o município está em ordem com a documentação exigida para receber os recursos. Foram analisadas documentações de 393 municípios e foram emitidos 380, que equivale a 95,24% dos municípios aptos a receberem recursos.

Desenvolvida metodologia para o Orçamento Criança e Adolescente, que propiciará a execução e acompanhamento dos recursos destinados à criança e ao adolescente no âmbito do Estado do Paraná. Foram estabelecidas a metodologia, os parâmetros e as ferramentas para a construção e consolidação de melhorias na área da infância e adolescência no campo das políticas públicas paranaenses, de maneira participativa, interinstitucional e perene. Resultado do Grupo de Trabalho instituído no final de 2019 (18/12/2019) por meio do Decreto n.o 3717/2019.

Em decorrência da decretação do estado de calamidade pública provocada pela COVID-19 e da preocupação com impacto financeiro nos municípios foi elaborado o Projeto de Lei n.o 595/2020 que autoriza a formalização, prorrogação e uso de saldos de recursos das parcerias com Organizações da Sociedade Civil e Fundos Municipais. O projeto foi encaminhado para a ALEP em regime de urgência e dispõe sobre a vigência, flexibilização dos planos de trabalho das parcerias celebradas com repasses de recursos dos fundos públicos sob a gestão da SEJUF.

Outro serviço que se destacou durante a pandemia foi o Disque 181, canal de denúncia paranaense da Secretaria do Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná (SESP), desenvolvido com o objetivo de combater a criminalidade, por meio de denúncias anônimas encaminhadas aos órgãos competentes, auxiliando na prisão de autores de crimes e da apreensão de ilícitos, além da busca de foragidos da justiça e de pessoas desaparecidas. A SEJUF recebe as denúncias específicas relacionadas a crianças e adolescentes, realiza o registro no Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) para controle e encaminha aos Conselhos Tutelares e Ministérios Públicos do Paraná. Até 12 de outubro foram recebidas 1.260 denúncias, sendo identificadas com maior frequência as temáticas de violência física (506) violência sexual (312), negligência/abandono (216) e violência psicológica (98).

Os municípios e instituições recebem recursos do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), por meio de repasses fundo a fundo, termos de fomento e de cooperação técnico financeira, dependendo das características. À SEJUF cabe, também, a orientação técnica durante todo o processo.

Em execução, em diversas fases, repasses aos municípios nas modalidades: Fortalecimento de Programas de Aprendizagem (adolescentes), Fortalecimento de Programas de Qualificação Profissional (adolescentes), Fortalecimento dos Conselhos Tutelares (estruturas dos Conselhos Tutelares), Implantação e Fortalecimento de Ações/Estratégias de Prevenção ao Uso, Abuso e Transição à Dependência de Álcool e Outras Drogas (crianças, adolescentes e suas famílias), Incentivo para os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (controle social), Apoio e Fortalecimento de Projetos de Atenção a Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade e Risco Social, Incentivo Atenção à Criança e Adolescente, Programa Crescer em Família - Acolhimento Institucional e Familiar, Programa Crescer em Família - Acolhimento Familiar, Programa de Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa (AFAI), Programa Liberdade Cidadã (medidas socioeducativas em meio aberto).

Fortalecimento das Ações Voltadas à Primeira Infância, Programas de Atendimento às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência e Autores de Violência, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCVF).

Aprovado com recursos do FIA (R\$ 2,5 milhões), por meio do Termo de Cooperação Técnico Financeira com a SESP, o Projeto DNA: Fim da dúvida, que tem como objetivo solucionar casos de crianças e adolescentes desaparecidos por meio do Banco de Perfis Genéticos da Polícia Científica do Paraná, buscando sua identificação mediante a comparação do material genético recolhido de ossadas encontradas, com o material genético de familiares de crianças e adolescentes desaparecidos.

Aprovado com recursos do FIA (R\$ 1,1 milhão), por meio do Termo de Cooperação Técnico Financeira para execução dos exames de DNA gratuito do Estado do Paraná, que visa à identificação da paternidade de crianças. Formalizado o Termo de Cooperação Técnica para execução dos exames de DNA gratuito do Estado do Paraná, originários do Tribunal de Justiça e do Ministério Público. Prevista a execução de 1.000 exames de DNA, anuais, a serem realizados pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e pela Polícia Científica, por um período de quatro anos.

Formalizado o Termo de Cooperação Técnico Financeira com a SEAB, para o Programa Leite das Crianças, com recursos FIA (R\$ 30,0 milhões). Tem por objetivo compor um conjunto de ações voltadas à suplementação da nutrição das crianças de 6 a 36 meses e das mães gestantes e nutrizas, com o fornecimento diário e gratuito de um litro de leite tipo pasteurizado.

Aprovado o Edital Geral de Chamamento Público de Apoio as OSCs, recursos FIA (R\$ 62,0 milhões), que tem como objetivo fomentar a realização de ações voltadas a prevenção, promoção, defesa ou garantia dos direitos de crianças e adolescentes que tiveram suas vulnerabilidades

acentuadas pela pandemia da COVID-19. Poderão ser apresentados projetos nas seguintes áreas de atuação das Garantias: a) Direito à Vida e Saúde (R\$ 8,5 milhões), b) Direito à Convivência Familiar e Comunitária (R\$ 11,0 milhões), c) Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer (R\$ 26,0 milhões), d) Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho (R\$ 7,0 milhões), e) Direito às Crianças e Adolescentes com Deficiência (R\$ 4,0 milhões), f) Direito às Crianças e Adolescentes Indígenas e de Comunidades Tradicionais (R\$ 2,5 milhões); e g) Direito às Crianças e Adolescentes ao enfrentamento as situações de violência (R\$ 3,0 milhões).

Apresentada e aprovada junto ao CEDCA proposta para o Programa Cartão Futuro Emergencial no Estado do Paraná, recursos FIA (R\$ 20,0 milhões). Visa fomentar a manutenção dos contratos, bem como a renovação de contratos extintos junto ao mercado de trabalho de adolescentes aprendizes (14 a 18 anos incompletos), priorizando os que estejam em situação de maior vulnerabilidade, proporcionando formação técnica, profissional e uma remuneração mensal, durante a COVID-19. Serão aportados, por meio de recursos do FIA (R\$ 30,0 milhões), para possibilitar a contratação de adolescentes aprendizes no Estado do Paraná.

O CEDCA-PR deliberou recursos do FIA (R\$ 10,0 milhões) para que as OSCs possam realizar pequenos reparos nas suas sedes, edital em fase de recebimento de propostas.

Visando o aprimoramento e apoio técnico aos Centros da Juventude e da Força Tarefa Infância Seguro (FORTIS) foram adquiridos 10 veículos para atender os Escritórios Regionais que fazem parte do Programa Paraná Seguro - BID (Apucarana, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Toledo e Umuarama), que totalizaram R\$ 686,2 mil.

Realizada programação para a comemoração dos 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), visando promover o diálogo entre os agentes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) acerca dos avanços e desafios da implementação do ECA, promovendo e fomentando as discussões (13 a 31/07/2020). Ocorreram 15 *lives* e mais de 11 mil acessos, sendo que todas as temáticas desenvolvidas fizeram a correlação com os 30 anos do ECA: a) Panorama atual do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA): Avanços e Desafios, b) Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, c) O Conselho Tutelar, d) Rede de Proteção, e) Legislação e defesa dos direitos da criança e adolescente, f) A Educação, a Escola; g) Saúde da Criança e do Adolescente, h) A Política de Assistência Social, i) Segurança Pública, j) Socioeducação, k) Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes, l) Trabalho Infantil, m) Esporte, Cultura e Lazer, n) Convivência Familiar e Comunitária, o) Orçamento Público (OCA).

Realizada a X Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, totalmente digital, via *web* (21 a 24/set/2020), que gerou uma economia de R\$ 1,0 milhão. As temáticas desenvolvidas foram: Eixo I - Garantia de Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social; Eixo II - Prevenção e Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes; Eixo III- Orçamento e Financiamento das

Políticas para Crianças e Adolescentes; Eixo IV - Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e Adolescentes e Eixo V - Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas da Criança e do Adolescente.

Realizados os seguintes momentos de reflexão e compartilhamento de informações: a) Infância e Adolescência no Paraná - evento *online*, que abordou a questão indígena, visando ampliar a discussão referente a temática, bem como mensurar dados da realidade (15/09/20), com os servidores públicos do Paraná (393 visualizações); b) 1ª palestra SIPIA - Conselho Tutelar - realizada em 04/11/20, para os Conselheiros Tutelares do Paraná, como uma capacitação e encontro, (355 visualizações); c) *webinar*, em alusão ao Dia do Combate ao Trabalho Infantil, abordando Ações de Enfrentamento ao Trabalho Infantil no Paraná; d) *live* para tratar sobre os perigos do uso do celular no trânsito e contou com a participação de especialistas do Batalhão de Polícia de Trânsito/BPTran/SESP, da Secretaria da Saúde, do DETRAN-PR, da Polícia Rodoviária Federal e do Observatório Nacional de Segurança Viária; e) II Simpósio Estadual da Força Tarefa Infância Segura - na modalidade a distância, em parceria com a Escola de Gestão do Paraná/SEAP, com foco na Primeira Infância, 24 h de formação, com 593 participantes.

Em função da pandemia foram elaborados os seguintes materiais: a) o artigo Quarentena exige cuidados redobrados para evitar que crianças sofram acidentes domésticos; b) mediação para a produção de um vídeo com um pediatra (parceria com Hospital Pequeno Príncipe) sobre acidentes domésticos e circulação em áreas comuns de condomínios; c) produção de tele guia sobre o cuidado de crianças e adolescentes em tempos de isolamento social; d) elaboração de cartilha Enfrentamento ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente, que tem como foco alertar e conscientizar os profissionais que atuam na área e demais trabalhadores sobre as questões do trabalho infantil; e) Ofício Circular n.o 09/2020 em relação à COVID-19, com o propósito de orientação aos Escritórios Regionais da SEJUF, aos Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes, acerca dos Conselhos Tutelares do Estado do Paraná.

Confecção e distribuição de 20.000 exemplares do ECA, a os Conselheiros Tutelares do Estado, para a SEED (escolas estaduais), para TJ, MP e OAB, bem como para Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente.

Foram realizados três eventos em janeiro no litoral, com a Operação Verão, e um evento em março, em Piraquara, do Projeto Família no Parque, que estimula o fortalecimento de vínculos familiares e o desemparedamento da infância e reduz o déficit de vivência ambiental.

Foi elaborado e está em tramitação na ALEP o Projeto de Lei n.o 324/2020 que institui em caráter permanente, a Força Tarefa Infância Segura (FORTIS), de prevenção e combate aos crimes contra a criança, integrada por representantes dos três poderes do Estado e da sociedade organizada, na forma que especifica. Lançamento, em outubro, do Portal da FORTIS com o intuito de divulgar e

ampliar a rede de proteção à infância no Paraná. A população poderá acompanhar o andamento das ações e acessar os canais de denúncias e os serviços da rede de proteção.

Lançamento da campanha Não cale sua voz, para coibir o aumento de casos de violência doméstica contra a criança e o adolescente em tempos de pandemia e isolamento social. O objetivo principal da campanha é estimular a denúncia e romper com o silêncio sistêmico. A campanha foi desenvolvida a partir de uma demanda do Comitê Intersetorial Protetivo da COVID-19. Foram três vídeos produzidos em parceria com a Educaplay/SEED.

Em março, foi sancionada a Lei n.º 20.238/2020 da Semana *Detox* Digital Paraná de conscientização e prevenção para desintoxicação dos efeitos do mau uso do meio ambiente digital.

Elaborado o Reconecte Paraná, documento onde consta uma lista de 23 Ações a serem desenvolvidas para prevenção da dependência tecnológica e dos crimes cibernéticos envolvendo crianças e adolescentes.

Composição de Documento Formal para o Registro da Revelação Espontânea, a ser preenchido quando a criança ou adolescente abordar o profissional e relatar espontaneamente que foi e/ou está sendo vítima de violência e/ou presenciou algum ato de violência, com a finalidade de uniformizar e implantar o mesmo procedimento aos profissionais que atuam nos municípios, tanto na rede pública quanto privada.

Realizada a 1ª edição do curso da Força Tarefa Infância Segura (1.469 pessoas certificadas), para promover formação continuada aos profissionais que atuam na prevenção e no enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes fortalecendo a rede de atendimentos e enfrentamento das violências contra este público. Temáticas desenvolvidas: Força Tarefa da Infância Segura; Fundamentos jurídicos; Violências contra crianças e adolescentes; Enfrentamento e prevenção a crimes sexuais contra a criança e o adolescente; Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco; Redes de atenção e serviços de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência; Processos de responsabilização para proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência e políticas públicas de prevenção (primária e secundária) à violência contra a criança e o adolescente e cultura de paz. A 2ª edição do curso iniciou em novembro.

15.1.1.2 Pessoa Idosa

Elaborado e aprovado junto ao CEDI/PR proposta de repasse de R\$ 1,0 milhão do FIPAR para ações de proteção à Pessoa Idosa e aquisição de insumos e EPIs para entidades e Instituições de Longa Permanência para Idosas (ILPIs) no Paraná para enfrentamento à COVID-19.

- ▶ Na 1ª remessa foram 270 entidades, em 155 municípios do Estado, que realizam atividades com Pessoas Idosas. Todas as entidades estão cadastradas no Nota Paraná. Atendimento a 1.218 Pessoas Idosas e 1.284 profissionais, totalizando 2.502 pessoas.

- ▶ Na 2ª remessa foram 160 entidades de atendimento à Pessoa Idosa, das quais 154 são ILPIs, de caráter filantrópico, conforme dados disponíveis no cadastro do CENSOSUAS e 06 instituições conveniadas pelo Estado. Foram beneficiados 3.410 trabalhadores e 6.865 Pessoas Idosas, totalizando 10.275 pessoas.
- ▶ Na 3ª remessa de EPIs foram atendidas 105 entidades de atendimento à Pessoa Idosa, de caráter filantrópico, 3.178 trabalhadores e 7.000 pessoas idosas em situação de acolhimento, totalizando 10.178 pessoas.

Remessa de doações recebidas de instituições idôneas foram encaminhadas para 50 entidades privadas, beneficiando 1.107 trabalhadores e 2.006 pessoas idosas em situação de acolhimento, totalizando 3.113 pessoas beneficiadas. No total foram atendidas 13.291 pessoas, entre trabalhadores e pessoas idosas.

Articulação com o Programa Todos pela Saúde, projeto Combate à COVID-19, de iniciativa do Itaú Unibanco, com o objetivo de adequação das medidas protetivas a funcionários e idosos acolhidos nas Instituições de Longa Permanência para Idosos por meio de EPI. Foram atendidos 14 municípios, 34 entidades, 1.846 pessoas idosas e 1.263 trabalhadores.

No Paraná, dos 109 municípios (27,32%) que aderiram à Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (EBAPI), 83 estão em trâmite para obtenção do Selo Plano (fase 2), um para o Selo Bronze (fase 3) e dois municípios no Selo Prata (fase 4).

Atualmente no Paraná 372 municípios possuem Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa.

Na Campanha VIDAS 60+ eu Protejo, eu Respeito, que tem o objetivo de discutir o valor e o direito à vida da pessoa idosa, a preservação das memórias vivas os cuidados emergenciais, no momento de pandemia da COVID-19 foram implementadas cinco ações prioritárias para o acompanhamento da pessoa idosa durante o isolamento social protetivo fortalecendo o seu papel e garantindo os direitos dessa população.

- ▶ Dia Internacional da Família e Dia do Assistente Social - videoconferência gravada, com o tema Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI): Vidas Protegidas. O *link* da videoconferência foi encaminhado aos Escritórios Regionais da SEJUF, aos 372 Conselhos Municipais de Direitos da Pessoa Idosa, às ILPIs cadastradas e foi disponibilizado seu acesso no *site* do CEDI e no portal de vídeos da SEJUF.
- ▶ Ciclo de Palestras para o Dia Internacional da Saúde da Mulher: a) Quem é ela? Mulher. Idosa. Cuidadora - *live* realizada ao vivo pelo *Facebook* da SEJU, 4.869 pessoas alcançadas; b) Violência contra a Pessoa Idosa no Paraná, Garantia de Direitos e as Políticas Públicas; e Pandemia, Violência Contra a Pessoa Idosa e o Papel do Ministério Público - 5.630 pessoas alcançadas nas duas

palestras; c) O Limite entre o Isolamento Social Protetivo e a Violência contra a Pessoa Idosa, com 7.237 pessoas alcançadas.

- ▶ Lançamento da Cartilha Comer Bem para não Adoecer: Guia de alimentação para a Pessoa Idosa - aprovada pelo Conselho impressão gráfica de 5.000 exemplares, que ficará disponível no *site* do CEDI e da SEJUF; bem como a aprovação da versão ampliada e o PDF acessível para garantia dos direitos das pessoas idosas com deficiência.
- ▶ Seminário VIDAS 60+ Eu Protejo, Eu Respeito.

Aprovação do Relatório Final pelo CEDI, com a compilação, comparação e análise dos dados avaliados das Secretarias de Estado, do 1º Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (vigência 2015-2019). Lançamento do Guia Financeiro e Patrimonial para Pessoas Idosas: orientação e proteção 60+ (virtual) e da Síntese do Estatuto do Idoso em áudio para atendimento às pessoas idosas PCD; da Cartilha Conhecendo os Direitos da Pessoa Idosa - 2ª edição, com 7.000 exemplares impressos; impressão de 10.000 exemplares atualizados do Estatuto do Idoso; lançamento do *e-book* - Campanha VIDAS 60+; ação da Campanha Vidas 60+ Eu Protejo, eu Respeito.

Elaboração e lançamento do 2º Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa e do Protocolo de Atendimento Humanizado.

Realização da VII Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (24 a 26/11) na modalidade virtual, com o tema Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o papel das Políticas Públicas.

15.1.1.3 Mulher

As unidades móveis itinerantes compuseram os serviços da Operação Verão 2019/2020 em janeiro e fevereiro nos municípios de Matinhos, Praia de Leste, Pontal do Paraná e Guaratuba. Em março a unidade móvel ônibus lilás esteve no município de Cerro Azul. Nestes municípios houve a distribuição de 1.000 folders de orientação contra a violência doméstica, mais de 1.300 visitas ao ônibus e cerca de 100 atendimentos e encaminhamentos. O atendimento em 2020 das unidades móveis ônibus lilás (unidades itinerantes) foi paralisado em 20 de março devido à pandemia da COVID-19. Em 22 de julho, em frente ao Palácio Iguaçu, foi realizada ação em alusão ao Dia Contra o Femicídio no Estado do Paraná.

Finalizado, assinado e publicado o Termo de Cooperação Técnica entre a SEJUF, Tribunal de Justiça, Secretaria de Segurança Pública/Comando da Polícia Militar e CELEPAR, para o atendimento pelo dispositivo do botão do Pânico (Aplicativo 190 da PM), de 800 mulheres com Medidas Protetivas Urgentes. Inicia-se com projeto piloto em 15 municípios (maiores registros de violência doméstica).

Em fase de finalização o Protocolo para Reconhecimento de Vítimas de Femicídios, desenvolvido pelo Grupo de Trabalho formado pela SEJUF, SESP, Secretaria de Estado de Saúde (SESA),

Ministério Público do Paraná/CAOP, Polícia Civil, Polícia Científica, Instituto Médico Legal, Delegacia da Mulher e Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM).

Em decorrência da pandemia da COVID-19, foi propiciado o atendimento psicossocial às mulheres por telefone ou *online* com a equipe do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM). Realizadas orientações e atendimento às solicitações das Secretarias municipais, CRAMs, CRAS, CREAS, Casas de Acolhimento, conectando a rede, repassando informações e buscando soluções. Estão sendo realizadas videoconferências semanais, participação de fóruns, *lives*, capacitações, webinários, falando com as OPMs.

Lançamento da Campanha Nenhuma Mulher a Menos, contra o feminicídio com material gráfico, distribuído à rede de atendimento no Paraná.

Evento no Dia Internacional da Mulher com a participação de 200 mulheres de várias entidades e organismos de política para a mulher, para conscientização de direitos.

Foram disponibilizadas três cartilhas *online* aos 399 municípios do Estado com os temas: Mulher na COVID-19, Violência Doméstica nos Condomínios e Enfrentando a violência doméstica e familiar contra a Mulher. Nos dados do disque 180 houve aumento médio de 45,0% de violência doméstica nas denúncias e flagrantes e diminuíram 28,0% os boletins de ocorrência devido ao isolamento.

No enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, foram atualizados e inseridos os dados do Paraná, distribuídos via *e-mail* aos municípios e à rede de enfrentamento e combate a violência e Conselhos (Estadual e Municipais).

Participação do lançamento da Campanha Sinal Vermelho, junto à Secretaria Nacional de Política para as Mulheres, Conselho Nacional de Justiça e Associação dos Magistrados Brasileiros

Em função da pandemia as ações foram concentradas por meio da utilização das redes, com o desenvolvimento de ações como: a) webinar com Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres - Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres; b) ação no dia Estadual contra o Feminicídio, com *lives e banners*; c) Agosto Lilás - com ônibus Lilás e participação do CRAM com atendimento psicossocial uma semana em frente ao Palácio Iguazu; d) oficina Violência e Fundamentalismo Religioso - Rede de Mulheres Negras do Paraná; e) realização de videoconferências semanais, participação de fóruns, *lives*, capacitações, webinários, falando com as OPMs; f) I Oficina Digital do Projeto mais Mulheres na Política - A Vez e a Voz das Mulheres na Política; g) Comitê Combate à Violência Contra a Mulher - Conversando sobre violência; h) *live* Vencendo Desafios - com DGDM e Embaixadora da Paz eleita pela *Universal Peace Federation* ONG, fundadora da ONG Humsol e vice-presidente da FEMAMA; i) *live* Câncer-Impacto na vida e sociedade - com DGDM e Fundadora da Associação Amigas da Mama; j) participação da Carreata e ação do Outubro Rosa da Comissão da Mulher da ALEP; k) reuniões e *lives* de entidades sociais que apoiam as mulheres em tratamento de câncer, como Rede Feminina de combate ao Câncer,

Confraria das Filhas do Vento e da Liberdade, ONG Humsol, Coordenadoria da Violência da Mulher do Tribunal de Justiça (CEVID); I ação em novembro para orientar sobre a saúde do homem referente ao Novembro Azul.

Lançamento do selo Contra Violência Política e VI Oficina do projeto Mais Mulheres na Política com a Secretária Nacional de Políticas para Mulheres e da Cartilha do Homem, para alertar sobre a Violência doméstica e intrafamiliar.

Participação como membro do Comitê Interinstitucional composto por representantes do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícias Civil e Militar, para implementação do Formulário Nacional de Avaliação de risco para a prevenção e o enfrentamento de crimes e demais atos praticados no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Encontra-se em fase de finalização o Protocolo para reconhecimento de vítimas de feminicídios, desenvolvido pelo Grupo de Trabalho formado pela SEJUF, SESP, SESA, CAOP, Ministério Público, Delegacia da Mulher, Polícia Civil, Polícia Científica, IML e CEDM.

15.1.1.4 Pessoas com Deficiência

O Monitoramento das Ações contidas no Plano da Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência tem direcionado as ações desenvolvidas, bem como, tem subsidiado a construção do próximo Plano (2022- 2026).

O benefício Passe Livre, assegura a isenção tarifária nos transportes coletivos intermunicipais para pessoas com deficiência e renda familiar per capita inferior a 02 salários mínimos. Essa isenção se estende às pessoas que possuem as doenças crônicas descritas na legislação, desde que em tratamento continuado fora do município de sua residência. Em 2020, foram emitidas 1.538 carteiras de Passe Livre Intermunicipal e o Sistema Passe Livre está em implantação nos 399 municípios do Estado: são 300 equipamentos cadastrados, com 195 municípios que aderiram ao sistema e 204 municípios em processo de cadastramento.

A Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), Lei Romeo Mion n.o 13.977/2020, visa facilitar a identificação e a prioridade no atendimento em serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social. No caso dos privados, inclui supermercados, bancos, farmácias, bares, restaurantes e lojas em geral. Desde a implantação, em abril, foram emitidas 810 carteiras.

Realizado, em setembro, o Dia D - Direito ao Trabalho, iniciativa focada na inclusão das Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho, em conjunto com a Política do Trabalho e as 216 Agências do Trabalhador para o atendimento exclusivo às pessoas com deficiência, beneficiários reabilitados do INSS e Jovem Aprendiz PcD.

Workshop Internacional Tecnologia Assistiva (novembro) - com o compromisso social e científico em prol do desenvolvimento de dispositivos e sistemas que possibilitem uma vida mais independente, qualificada e inclusiva. Em parceria com Fundação Araucária e a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, foram promovidas atividades que contribuíram para o Estado da Arte e das Políticas Públicas em âmbito nacional, com ênfase no Estado do Paraná, e internacional, em Tecnologias Assistivas. Foram definidas linhas temáticas referentes às tecnologias assistivas para que Fundação Araucária possa lançar uma chamada pública.

Sistema de Denúncia de Violação de Direito a Pessoa com Deficiência (Disque 100 e Disque 181) - são realizadas ações de monitoramento e encaminhamento de Denúncias recebidas por *e-mail*. Foi realizado em conjunto com a FORTIS uma campanha de prevenção de violência e crimes contra PcD. Foram recebidas e encaminhadas 106 denúncias de Violação de Direitos e atendidas 14 solicitações de orientações quanto a concessão dos benefícios do PcD.

O Programa Praia Acessível é uma parceria com a SANEPAR que visa o fortalecimento dos direitos da pessoa com deficiência garantindo o acesso à praia, em condições de igualdade com as demais pessoas, possibilitando o lazer de forma digna e segura.

Aprovado pelo CEDCA e incluído no Banco de Projetos para captação de recursos (IR/FIA) o Projeto Parque Acessível, que proporcionará a aquisição de kits brinquedos acessíveis para implementação em parques públicos permitindo assim a integração entre crianças com e sem deficiência.

A pandemia da COVID-19 não apenas evidenciou as problemáticas e as barreiras enfrentadas pelas PcD diariamente, como fomentou a urgência de ações em caráter emergencial no sentido de minimizar os impactos (imediatos e posteriores) da pandemia. Por meio da Deliberação CEDCA n.o 018/2020 foi possível garantir a segurança alimentar e nutricional de Crianças e Adolescentes com deficiência. Foram atendidas 9.595 crianças e adolescente com deficiência, pelo período de dois meses, em 277 municípios do estado.

15.1.1.5 Jovens

Tem como objetivo articular e garantir o desenvolvimento de projetos e políticas públicas direcionadas aos jovens paranaenses de 15 a 29 anos, de acordo com o Estatuto da Juventude (Lei 12.852, 05.08.2013). A principal missão é promover os direitos dos jovens, com iniciativas e articulação de ações dos serviços que o Poder Público presta à população, de benefícios a cursos e linhas de financiamento estudantil, prezando pela qualificação dos jovens paranaenses para que possam ocupar cada vez melhores postos no mercado de trabalho. E ainda, tem-se o compromisso de despertar na juventude paranaense o desejo de participação da vida política, como protagonista das decisões e ações de políticas públicas.

O Conselho Estadual de Juventude do Paraná (CEJUVE) foi o primeiro a aderir ao Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) - sistema lançado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que é uma forma de articulação e organização da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Sociedade Civil para promoção de políticas públicas de juventude, de acordo com o Estatuto da Juventude.

Em janeiro, foram realizadas ações em Matinhos e em Pontal do Paraná. Em Pontal do Paraná, vários jovens foram encaminhados a vagas de emprego e outros saíram com a ID JOVEM impressa e foi realizado um campeonato de futebol *society* com crianças e jovens, em parceria com a Secretaria Municipal de Esportes de Pontal do Paraná. Em Matinhos foram prestados serviços à população local, como a emissão da ID JOVEM, ofertas de vagas de emprego, Ônibus Lilás entre outros. Foi realizada a primeira edição do *Shinobi Spirit Beach*, que levou programas da cultura *geek* e *pop* aos jovens do litoral.

Participação nas feiras de serviços do Paraná em Ação em Curitiba (Cajuru) e em Abatiá, com a emissão da ID Jovem, que garante aos jovens de 15 a 29 anos, de baixa renda, meia entrada em cinemas, *shows* e vagas gratuitas em transporte interestadual; e orientação sobre programas e serviços do Governo; e participação na Jornada Diocesana da Juventude, com a presença de aproximadamente mil jovens, ofertando os mesmos serviços das feiras de serviços do Paraná em Ação.

Em comemoração aos sete anos do Estatuto da Juventude, foi realizada a Semana Estadual da Juventude (agosto) parceria com o CEJUVE, em que foram discutidos temas importantes para a Juventude por meio de *lives*, mobilizando muitos municípios.

Realização de *live* em alusão ao Dia Internacional da Juventude, parceira com o CEJUVE e da *IYD* Brasil (movimento criado para incentivar o protagonismo juvenil), onde foi debatida a importância da juventude na política brasileira.

Promoção de *live* em alusão ao setembro Amarelo - Enfrentamento ao Suicídio Juvenil, parceria com o CEJUVE, sobre a saúde mental dos jovens e o enfrentamento ao suicídio juvenil, com a presença de especialistas na área.

O Programa Juventude Empreendedora, capitaneado pelo Conselho Nacional da Juventude, implantado em 2019, se adaptou para ser implantado via *internet* em 2020. Visa apoiar jovens que precisam ter renda própria e os pequenos e microempreendedores que enfrentam dificuldades para manter o negócio com as portas abertas e lucrando, em meio à pandemia. O Paraná foi o primeiro Estado a fazer o lançamento do Programa e é o Estado com maior adesão, com 2.515 jovens mobilizados, das 10,1 mil inscrições do País.

O projeto Juventude em Ação tem o objetivo de promover o encaminhamento de jovens às vagas de emprego e/ou menor aprendiz disponível no mercado de trabalho, cadastradas nas Agências do Trabalhador. Em razão da pandemia não foram realizados eventos presenciais e a divulgação das

226

vagas de trabalho disponíveis nas Agências do Trabalhador do Estado foi realizada por meio das redes sociais, em especial as vagas voltadas ao público jovem, contendo as especificidades da vaga, qualificações necessárias e orientação para efetuar o cadastro, requerer a entrevista de emprego entre outras.

Proposição das organizações da sociedade civil que compõe o Conselho Nacional da Juventude e apoiado pela SEJUF, o Pacto pela Juventude sensibilizou governantes da esfera municipal a se comprometerem com os mais de 50 milhões de jovens brasileiros em suas ações e programas, incorporando em suas plataformas eleitorais, as demandas da juventude brasileira.

Em parceria com o IPARDES, o Índice de Vulnerabilidade da Juventude (IVJ) está sendo atualizado. Trata-se de um importante indicador para avaliar as condições de vida da juventude paranaense, bem como direcionar ações e recursos públicos aos municípios de acordo com suas dinâmicas internas.

Iniciadas as tratativas com a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), para o Aprimoramento da Gestão Nacional das Políticas sobre Drogas e Desenvolvimento Humano no Paraná, a fim de buscar mais ofertas de proteção aos jovens. Este projeto tem como objetivo fortalecer a gestão transversal das políticas sobre drogas a partir de ações voltadas a melhorar a articulação entre os atores envolvidos na temática, aperfeiçoar as estratégias de prevenção ao uso indevido de drogas, ampliar a difusão de informações sobre drogas à sociedade e à comunidade acadêmica e qualificar a prestação de serviços de cuidados a dependentes químicos.

Em fase de coleta de informações o 1º Censo de Gestão da Política Pública para a Juventude e 1º Censo de Conselhos Municipais de Juventude no Estado. O censo tem como objetivo identificar os órgãos gestores municipais responsáveis pelas políticas públicas para a juventude existentes, as Secretarias exclusivas da juventude, os conselhos municipais da juventude instituídos e os em funcionamento no Paraná.

15.1.1.6 Migrantes e refugiados

Recepção e acolhida a migrantes no Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná (CEIM/SEJUF).

Devido ao afastamento social, em razão da Pandemia COVID 19, o atendimento do CEIM, no período de janeiro a novembro, foi realizado, na sua maioria, por telefone. Com o retorno aos atendimentos da Polícia Federal, o CEIM passou a realizar atendimento presencial e com agendamento, a fim de evitar aglomerações.

Distribuição de 1.818 cestas básicas e roupas, recebidas em doações, aos migrantes em situação de vulnerabilidade extrema, bem como parcerias com a Secretaria de Saúde - Ouvidoria, para

atendimento de migrantes e refugiados em regiões do Estado que solicitaram ajuda (capital, região metropolitana e interior).

Doações de cestas básicas arrecadadas pela Defesa Civil e de cestas compradas com recursos do FIA, e distribuição por meio de Associações de Migrantes, tais como: Pastoral do Migrante, Cáritas, Associação dos Estudantes Angolanos do Paraná, ONG *Manos Acerca De Ti* (São José dos Pinhais), ONG *Hermadad Sin Fronteras*, Central Integrada De Apoio Familiar (CIAF), Igreja Evangélica Quadrangular (Pilarzinho e Novo Mundo) e União da Comunidade - Profissionais e Estudantes Haitianos (UCEPH).

Participação na apresentação do Projeto Sensibilização, Educação, Conscientização e Combate à Xenofobia no Estado do Paraná.

Participação do Migracidades - Aprimorando a Governança Migratória no Brasil, projeto de certificação das políticas migratórias locais, que propõe a ampliação do diálogo sobre migração e o intercâmbio de informações e de boas práticas locais. O objetivo é contribuir para a construção e gestão de políticas migratórias de forma qualificada e planejada, prevendo uma migração segura, ordenada e digna. Participação efetiva na pesquisa Tuberculose e Migrantes nos Países do BRICS - Brasil.

Realização de mais de 4.330 atendimentos no CEIM, com 829 novos cadastros de 26 nacionalidades, sendo as maiores demandas nas áreas de: regularização documental; orientação jurídica; vaga de emprego; abrigo/moradia; ajuda com alimentos e roupas; aulas de português; revalidação de diplomas; atendimento psicossocial; carteira de habilitação de trânsito; refúgio; e cursos de Português. Observa-se que a maior demanda se constitui da nacionalidade Venezuelana, seguida dos nacionais de Cuba. Prevaleceu o gênero feminino e a maior prevalência é na faixa etária de 30 a 59 anos.

Considerando que o item é auto declarante, observou-se que o maior número de pessoas se identificou como da cor branca ou preta. Prevaleceu a escolaridade de nível médio completo. No mês de setembro o número de migrantes com ensino superior foi significativo.

Em razão da pandemia da COVID-19, aumentou o número de migrantes em situação irregular, devido à documentação vencida, face à falta de atendimentos na Polícia Federal. O número elevado de solicitantes de refúgio refere-se aos venezuelanos e haitianos que ainda se encontram nesta categoria migratória, porém, na sua maioria solicitam informações sobre a mudança do status migratório.

No Dia Internacional dos Refugiados foram entregues cestas básicas e bolos aos refugiados e com apoio da Confeiteira Adriana, de São José dos Pinhais, foram distribuídas 200 cestas básicas no CEIM. Foi realizada entrega de biscoitos e doações de panelas a refugiados e migrantes da Ocupação Nova Esperança.

Apoio ao curso de capacitação a mulheres migrantes Adelante e ao projeto de Proteção à Saúde do Migrante, também nos países do BRICS.

15.1.1.7 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

O Núcleo Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) realizou sensibilização e capacitação, por meio digital, em parceria com a Câmara Técnica de Foz do Iguaçu, IDESF, Comissão da Pessoa Desaparecida de Florianópolis, Prefeitura de Ipojuca, entre: palestras, seminários, audiências públicas, escola interativa, conselhos, matérias em jornais, rádio e TV.

Tendo em vista a pandemia da COVID-19, o NETP/PR registrou apenas 137 denúncias ao longo do ano. Foram recebidas 17 denúncias em que as supostas vítimas solicitaram informações, não oferecendo subsídios suficientes para investigação, incluindo exploração, tráfico de drogas e violência doméstica. A subnotificação e o medo não permitem à vítima a iniciativa da denúncia. Foram atendidas até novembro, 42 pessoas por tráfico internacional, 37 por exploração laboral da prostituição, 13 por trabalho em condição análoga de escravo, 29 por desaparecimento/tráfico de crianças, 05 por tráfico de drogas e exploração sexual e 11 por adoção ilegal. As supostas vítimas tem suas origens no Suriname, Nova Zelândia, Espanha, Portugal, China, México, Peru, Austrália e Paraguai e os casos foram encaminhados ao NETP/PR por meio do Disque Denúncia 181, Ministério Público Estadual, GAECO, Conselho Tutelar Regional de Santa Felicidade, Polícia Federal, Defensoria Pública da União e Ministério das Relações Exteriores - Itamaraty, Casa da Mulher Brasileira, Delegacia da Mulher Foz do Iguaçu, Delegacia da Mulher de Londrina, ONGs de acolhimento diversas, Ministério Público do Paraguai.

Na Campanha Coração Azul foram realizadas *lives* a convite de diferentes organismos e ações de sensibilização por meio digital. Em parceria com a PRF foi realizado o 4º Seminário de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo com a participação do Ministério da Justiça e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Câmara Técnica de Foz do Iguaçu, IDESF, Rede um Grito pela Vida, Cáritas.

O NETP participou do Grupo de Trabalho (GT) do Trabalho Escravo do Brasil, bem como da 15ª Reunião Técnica de Núcleos e Postos em que apresentou as boas práticas do Estado do Paraná, referência no Brasil.

15.1.1.8 Proteção a Pessoas Ameaçadas

Manutenção do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas de Morte (PROVITA), com sete casos, totalizando 13 pessoas protegidas.

Manutenção do Programa de Proteção à Criança e Adolescente Ameaçados (PPCAM), com 17 casos, totalizando 43 pessoas protegidas. Destes 17 casos, quatro são pedidos de transferência de outros Estados.

15.1.1.9 Promoção da Igualdade Étnico-Racial

Realizada a campanha publicitária Igualdade, parceria com Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR) e o Governo do Estado, tendo como tema principal o combate ao racismo. A campanha foi custeada com verba do Fundo de Promoção da Igualdade Racial (FUNDEPIR), no valor de R\$ 1,0 milhão. A campanha foi uma das finalistas do prêmio Profissionais do Ano 2020.

Tendo em vista o fim do mandato do biênio 2018/2020, foi dado início ao processo eleitoral para a eleição de novas Organizações da Sociedade Civil para compor o CONSEPIR, biênio 2020/2022.

15.1.1.10 Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Realização e participação em videoconferências com Promotores de Justiça, Defensores Públicos e profissionais das políticas de assistência social, educação e saúde de prefeituras municipais com o objetivo de acompanhar e promover planos de contenção da disseminação do Coronavírus.

Aquisição, acompanhamento e controle de prestação de contas de 30.686 cestas básicas, com recursos oriundos do FIA, conforme aprovação do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do Projeto Segurança Alimentar Emergencial a Crianças e Adolescentes Indígenas e de Comunidades Tradicionais (Deliberação CEDCA n.o 10/2020). A distribuição foi realizada de forma conjunta pela SEJUF e pela SEED em 32 Núcleos Regionais de Educação, sendo redirecionados a unidades escolares para entrega aos beneficiários.

15.1.1.11 LGBTI+

Aprovação de minuta de Pacto da Inclusão do LGBTI+ no Mercado de Trabalho pelo Comitê LGBT e envio ao Ministério Público do Trabalho para análise e providências e andamento das tratativas intersecretariais para publicação do II Plano Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos de LGBT.

Criação da Rede de Atenção a Casos de Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, por meio da Resolução SEJUF n.o 268/2020 e envio de convite a órgãos e entidades parceiras para adesão.

Realização de evento *online* com o tema Política Pública LGBT no Sistema Único de Assistência Social durante a pandemia, com foco nas equipes dos Escritórios Regionais da SEJUF e profissionais das políticas municipais de assistência social, em julho.

Publicação de orientação à população LGBTI+ sobre as formas de acessar as políticas de assistência social.

15.1.1.12 Defesa dos Direitos Humanos

Regulamentação do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FEID) e de seu Conselho Gestor, criados pela Lei Estadual n.o 20.094/2019, por meio do Decreto Estadual n.o 5.309/2020 e adoção de medidas para implementação do Conselho.

Adoção de medidas para implementação do Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual (COPEAS), criado pela Lei Estadual n.o 14.648/2005 e regulamentado, por iniciativa da SEJUF, pelo Decreto Estadual n.o 3.726/2019.

Apresentação de Minuta de Anteprojeto de Lei para criação do Comitê Estadual de Prevenção à Tortura e do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura.

Proposição de Cooperação com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para o funcionamento do Lugar de Memória localizado no Centro Judiciário de Curitiba, antigo Presídio do Ahú.

15.1.1.13 População em Situação de Rua

Elaboração e publicação de Relatório Circunstanciado da Política e do Comitê, detalhando as ações realizadas em 2019 pela Coordenação da Política e pelo Comitê Construção, em conjunto com CIAMP Rua, e publicação do Plano de Trabalho do Comitê para 2020.

Elaboração e divulgação, aos municípios do Paraná, do Informe 01.2020 CIAMP Rua PR que estabelece Diretrizes de atendimento à população em situação de rua durante a pandemia da COVID-19.

Divulgação de *flyer* para todo o Estado e nas redes sociais, no Dia Nacional da Luta da População em Situação de Rua, manifestando o apoio à luta, bem como, proteção e defesa dos direitos fundamentais da população em situação de rua.

Realização de levantamento no Paraná sobre os atendimentos realizados às pessoas em Situação de Rua, no período da pandemia, possibilitando elaboração e publicação do Relatório COVID-19 POPRUA.

Realização da Eleição 2020 do CIAMP Rua/PR, para suprir as vagas da sociedade civil, para a gestão 2021/2022, com interiorização de vagas.

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos ofertou ao Estado a destinação de duas emendas parlamentares no montante total de R\$ 800,0 mil, visando a implantação de projetos com a metodologia Moradia Primeiro, subsidiando 15 unidades domiciliares. A iniciativa do Ministério demonstra o reconhecimento do trabalho que o Paraná vem desenvolvendo em benefício das pessoas em situação de rua, através do CIAMP Rua/PR, em parceria com órgãos governamentais, sociedade civil e eclesásticas.

15.1.1.14 Consumidor

Foram atendidos 107.521 consumidores, pelo PROCON-PR e pelos PROCONs Municipais integrados ao SINDEC, de janeiro a outubro. Foram realizados 22.721 atendimentos pelos PROCONs que utilizam o Sistema DPC (também para acolhimento de reclamações), totalizando 130.242 consumidores atendidos, com projeção de 157.000 atendimentos em 2020.

Foram realizados pelo PROCON-PR e PROCONs Municipais integrados ao SINDEC: a) 23.580 atendimentos para resolução de conflitos apresentados pelos consumidores (atendimentos

preliminares) com média de resolutividade de 70,0% (em relação aos maiores ofensores); b) 1.500 audiências, com vistas a solucionar os problemas apresentados pelos consumidores e que não foram resolvidos pelos atendimentos preliminares disponibilizados pelo PROCON-PR; salienta-se que foram adotados novos procedimentos para o endereçamento das reclamações, em função da pandemia, com a supressão das audiências de conciliação.

Foram fornecidas, pelo PROCON-PR (gestão Estadual), 36.089 orientações por telefone e *e-mail* para sanar dúvidas e orientar sobre os procedimentos que devem ser tomados pelos consumidores e seus direitos e deveres nas relações de consumo.

Foram aplicadas, pelo PROCON-PR, 53 multas no valor total de R\$ 1,8 milhão (incluídas multas de decisões administrativas proferidas em 2019, que tiveram a informação da multa aplicada incluída no sistema em 2020). Foram realizados os pagamentos de 17 multas em 2020, perfazendo R\$ 419,7 mil e foram inscritos em dívida ativa 33 procedimentos administrativos finalizados em 2020 que resultam em R\$ 991,4 mil.

Realizada a inclusão, pelo PROCON-PR, de 5.913 processos administrativos de reclamação no Cadastro de Defesa do Consumidor nas categorias fundamentada atendida e fundamentada não atendida. Posteriormente, terão aplicações de sanção administrativa de multa.

A Plataforma consumidor.gov.br faz parte do Plano Nacional de Defesa do Consumidor (PLANDEC) e tem como foco principal a universalização do atendimento ao consumidor brasileiro e paranaense, possibilitando a reclamação por meio da *internet* de forma rápida e eficaz. Foram realizados, pelos consumidores paranaenses, 100.975 registros na plataforma em 2020, o que representa um aumento de aproximadamente 47,0% em relação ao mesmo período de 2019 (de janeiro a outubro).

Elaborados 1.050 pareceres e 1.992 decisões administrativas. Entre as decisões administrativas, 38 correspondem a processos com aplicação de sanção de multa e 106 a processos subsistentes sem a possibilidade de aplicação de sanção administrativa.

Elaboradas 43 Informações para a Assembleia Legislativa sobre projetos na área da Defesa do Consumidor.

Dos 61 municípios que implantaram PROCONs Municipais, 39 estão integrados à Rede Estadual de Defesa do Consumidor. Foram realizadas 1.500 audiências de conciliação com consumidores destes municípios.

15.1.2 Socioeducativo

O Sistema de Atendimento é composto por 28 Unidades de Atendimento socioeducativas, sendo 19 Centros de Socioeducação e nove Casas de Semiliberdade distribuídas regionalmente em 16 municípios do Estado do Paraná.

A redução do número de atendimentos nas Unidades Socioeducativas do Estado é decorrência das medidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19, estabelecidas na Recomendação n.o 62/2020 - CNJ, e na Recomendação Conjunta n.o 01/2020 - TJ/PR, que orientaram os juízes à aplicação preferencial de medidas socioeducativas em meio aberto e à revisão das decisões que determinaram a internação provisória e a aplicação das medidas de internação e semiliberdade, especialmente em relação a adolescentes que tenham cometido atos infracionais sem violência contra a pessoa. Destaca-se que as orientações objetivaram, de acordo com as normativas nacionais e internacionais, preservar a saúde dos adolescentes e servidores, evitando-se a transmissão do vírus e a sua disseminação no âmbito das Unidades Socioeducativas. Ressalta-se que foram tomadas medidas preventivas para o enfrentamento à COVID-19, bem como foram disponibilizados Equipamentos de Proteção Individual (EPI) tanto aos internados quanto aos servidores, bem como saneantes para limpeza e desinfecção.

O Governo Federal repassa incentivo financeiro aos municípios habilitados que possuem Unidades Socioeducativa, conforme o número de adolescentes e a natureza da medida socioeducativa. Os municípios também recebem recursos do Estado do Paraná, destinados ao custeio de ações voltadas à atenção integral à saúde dos adolescentes. Os repasses variam de R\$ 1,5 mil/a.m a R\$ 10,2 mil/a.m. por município, montante de R\$ 892,3 mil/a.a.

O Programa de Educação nas Unidades de Socioeducação (PROEDUSE) tem como objetivo garantir a escolarização básica a adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, além de inseri-los na modalidade de ensino mais adequada após o término ou progressão da medida. Realizado em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED).

Atualmente, 280 profissionais da SEED, entre professores, pedagogos e agentes educacionais, atuam no PROEDUSE, nas Unidades Socioeducativas do Estado.

Os adolescentes atendidos pelo PROEDUSE estão matriculados em um dos níveis de ensino da Educação Básica. A modalidade ofertada é a Educação de Jovens e Adultos (882 alunos matriculados). Estão sendo implementadas novas ações, como a oferta de cursos de qualificação profissional pela SEED, disponibilização de Pedagogos da SEED para atuação nas Casas de Semiliberdade e implementação de projetos e programas da SEED nas Unidades Socioeducativas. Os adolescentes que cumprem medida nas Casas de Semiliberdade são matriculados na rede estadual de educação (88 alunos matriculados), próximo às Unidades, tendo em vista as especificidades do cumprimento da medida de semiliberdade.

Em 2020, as atividades escolares estão sendo desenvolvidas de maneira não presencial. Estão sendo utilizadas videoaulas, disponibilizadas pela SEED - TV aberta; materiais impressos e videoaulas curtas com proposta de atividades, elaboradas e/ou gravadas pelos professores do PROEDUSE. As Casas de Semiliberdade foram organizadas, de acordo com as possibilidades, para que os adolescentes que se encontram em cumprimento de medida assistam as videoaulas, via canal de TV aberto, utilizem

computador com acesso à *internet* e/ou aplicativo via celular. Os adolescentes com suspensão de medida são orientados e acompanhados pelas Equipes das Unidades, que verificam sua situação escolar, entram em contato sistemático com estes e suas famílias, visando viabilizar o acesso às atividades escolares não presenciais. As inscrições do Exame Nacional do Ensino Médio para Jovens sob Medida Socioeducativa ENEM PPL 2020 foram realizadas em novembro e os exames serão realizados em abril de 2021.

O projeto Voo para um futuro melhor, desenvolvido no CENSE São Francisco, em parceria com PROEDUSE, Ministério Público do Paraná (MPPR), Freguesia do Livro, Editora Voo e Instituto Liga Social, é voltado ao incentivo à leitura, escrita e ilustração para promover novas perspectivas de futuro e protagonismo, ampliando o repertório cultural dos adolescentes e propiciando o acesso a atividades culturais e educativas, por meio da leitura de textos literários e de poesia. Foi organizado um espaço adequado na Unidade para o desenvolvimento de oficinas e projetos voltados à leitura, produção de textos e artes.

Parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) para a oferta de cursos livres gratuitos, presenciais, nas dependências das Unidades. Os cursos são ofertados nos períodos de recesso e férias escolares e visam despertar nos adolescentes o interesse pelo mundo do trabalho. Foram ofertados 16 cursos: Dicas para Entrevista, A Arte do Bem Falar, Administração do Tempo - Uma Estratégia de Sucesso, As Empresas na Era da Informação, Autoconhecimento, Autoestima - Motivação, Desenvolvimento do Potencial Criativo, Inteligências Múltiplas no Sucesso Pessoal e Profissional, Jogos, Dinâmicas e Vivências Grupais, *Marketing* Digital e a *Internet*, Práticas para Seleção de Profissionais, Qualidade no Atendimento ao Público, Trabalho em Equipe, Eficiência Profissional, *Telemarketing* e Ética nas Redes Sociais.

Parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com o Programa O Caminho da Profissão, iniciada em novembro, com a oferta de cursos de qualificação profissional, presenciais e gratuitos pelo SENAI nas dependências das Unidades de Internação e disponibilização de vagas gratuitas para cursos de qualificação profissional, ofertados nas dependências do SENAI, para adolescentes que cumprem medida nas Unidades de Semiliberdade. Dentre os cursos (carga horária de 160h) estão o de auxiliar administrativo, auxiliar de confecção, auxiliar de serviços automotivos e auxiliar de informática.

O Junho Paraná Sem Drogas é um projeto previsto na Lei n.o 19.121/2017, que estabelece o desenvolvimento de atividades durante o mês de junho pelo Estado do Paraná, e representa um avanço na construção de redes comunitárias de prevenção ao uso abusivo de drogas. Tem por objetivo promover e intensificar a discussão, reflexão e a integração do trabalho desenvolvido pela rede em relação à prevenção ao uso/abuso de drogas. O Dia Internacional Contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Drogas é 26 de junho.

Realizadas Campanhas de Saúde dedicadas a prevenção ao suicídio (Setembro Amarelo), câncer de mama/colo do útero (Outubro Rosa) e câncer de próstata (Novembro Azul), com ações intersetoriais e atividades educativas desenvolvidas que envolvessem e estimulassem os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, quanto ao autocuidado e a valorização/qualidade de vida, ou seja, a dedicar mais atenção à saúde de forma integral. Cabe destacar que foram vacinados contra gripe todos os adolescentes, bem como os servidores das unidades.

O projeto Aproximando Famílias possibilita intensificar a convivência familiar e comunitária dos adolescentes. Como medida de prevenção a propagação da COVID-19, ocorreu a suspensão das visitas familiares nos CENSEs. Diante disto, as ligações e as videochamadas foram utilizadas para manter o contato, preservando os vínculos familiares e diminuindo as saudades.

Foram adquiridos 86 veículos para utilização das Unidades de Socioeducação, sendo 40 veículos, do tipo *hatch*, com recursos do Tesouro do Estado, no valor de R\$ 1,6 milhão. Ainda no que se refere a melhoria no atendimento dos adolescentes e no apoio aos servidores que atuam nos Centros de Socioeducação foram adquiridos, com recursos do Paraná Seguro/BID, 34 veículos tipo *sedan* e 12 veículos tipo *van*, distribuídos em 10 municípios (Apucarana, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Piraquara, São José dos Pinhais, Toledo e Umuarama) totalizando R\$ 2,9 milhões. Contratado serviço terceirizado de vigilância armada e desarmada, com intuito de realizar a segurança preventiva, controle de acesso e guarda patrimonial.

As atividades do projeto de Formação Continuada dos servidores foram reordenadas para execução de forma *online*. Nas palestras (2h) foram desenvolvidos os temas: Fundamentos dos Direitos Humanos e os desafios atuais trazidos pela COVID-19 no contexto de trabalho de servidores das unidades socioeducativas; O atendimento remoto de adolescentes e seus familiares durante o período da pandemia; Cuidados em saúde mental ao adolescente e cumprimento de medida socioeducativa durante o período da pandemia; A biossegurança no enfrentamento da COVID-19 em unidades socioeducativas; Cuidados em saúde mental ao servidor durante o período da Pandemia; Adolescência e Juventude Como Sujeitos de Direitos e Questões Contemporâneas; Políticas Públicas e o Marco Legal da Socioeducação no Brasil; Metodologia do Atendimento Socioeducativo; Parâmetros de Gestão do Atendimento Socioeducativo; Rotinas Administrativas Aplicadas ao Sistema Socioeducativo; Parâmetros de Segurança no Atendimento Socioeducativo.

Realizado o Projeto Círculos de Cuidado, baseado na prática restaurativa conhecida como Círculos Restaurativos ou Círculos de Construção da Paz, voltado à resolução de conflitos entre os servidores, o trabalho de suas relações interpessoais e de efetivar o cuidado, a escuta ativa e a acolhida de demandas. Iniciado em junho, de maneira *online*, com 244 servidores participantes.

Em 2020, foi concluído e inaugurado o Centro de Socioeducação (CENSE) e da Casa de Semiliberdade de Toledo (78 novas vagas), com R\$ 14,7 milhões, oriundos do Programa Paraná

Seguro/ BID que somados à contrapartida do Tesouro do Estado do Paraná, totalizaram R\$ 16,0 milhões de investimento. Está em fase de conclusão a reforma do CENSE São José com recursos FIA (R\$ 3,0 milhões) e em execução as obras de instalação do Sistema de Prevenção de Incêndios no CENSE Curitiba. Foram viabilizados recursos para a continuidade das reformas e melhorias na estrutura física das Unidades, recursos FIA (R\$ 8,0 milhões), reforma do CENSE de Foz do Iguaçu, recursos FIA (8,5 milhões), construção da nova Casa de Semiliberdade Feminina de Curitiba (R\$ 1,9 milhão), Projeto Especialização em Medidas Socioeducativas (R\$ 1,5 milhão), Projeto Jovem Egresso (R\$ 2,0 milhões) e para o Programa Estadual de Aprendizagem (R\$ 8,0 milhões).

15.1.3 Trabalho, Emprego e Estímulo à Geração de Renda

Tem como objetivo estabelecer diretrizes e prioridades às políticas de trabalho, emprego e renda no Paraná, promovendo a democratização dos direitos entre trabalhadores, empregadores e os governos federal e estadual.

Com a Lei n.º 19.847/2019, que instituiu o Fundo Estadual do Trabalho do Estado do Paraná (FET/PR), o Paraná foi o 1º Estado a criar e aderir ao novo modelo de repasse de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no País. Em 2020, foi realizada a sensibilização e orientação aos municípios, em parceria com o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda (CETER), para a constituição dos Conselhos Municipais do Trabalho, Emprego e Renda, bem como a criação por Lei dos Fundos Municipais do Trabalho, nos 216 municípios que possuem Agências do Trabalhador, para que estes estejam aptos a fazer a gestão dos recursos que serão repassados entre fundos do trabalho pelos Governos Federal, Estadual e Municipal. Foram constituídos no Paraná, de janeiro a novembro, 121 Conselhos Municipais do Trabalho, Emprego e Renda e 112 Fundos Municipais do Trabalho.

Foi instituído o Comitê Especial de Proteção aos Direitos do Trabalhador no Estado do Paraná, pelo Decreto n.º 5.506/2020, para definição de um plano de ação, prevenção e de contingência em resposta a pandemia da COVID-19, com o objetivo de dar suporte às decisões do Poder Executivo. O Comitê tem caráter deliberativo, tripartite, integrando Governo, representante dos trabalhadores e representante dos empregadores, com a finalidade de acompanhar a evolução do quadro epidemiológico do Coronavírus, bem como apresentar alternativas para proteção aos direitos do trabalhador.

Foi elaborada e aprovada a Lei n.º 20.423/2020, que estabelece como será calculado (regra de reajuste) o Piso Salarial Regional do Estado do Paraná, bem como que a política de valorização dos pisos salariais a serem fixados a partir de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021. Para o ano de 2022, o Grupo de Trabalho Permanente do Piso Regional, composto de forma tripartite, discutirá a nova regra a ser adotada, conforme negociação entre as Centrais Sindicais e Federações Patronais, com a participação do Governo do Estado e acompanhamento do Ministério Público do Trabalho e da

Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego, e apresentará ao CETER nova proposta de Lei que passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022.

Destaca-se que o atendimento realizado ao trabalhador na Rede SINE Estadual, por meio da intermediação nas 216 Agências do Trabalhador, colocou o Paraná no 1º lugar do *ranking* nacional, sendo que de janeiro a setembro, foram colocados 56.964 trabalhadores do mercado de trabalho formal - resultado 145,0% maior do que o registrado pelo 2º Estado do *ranking*, São Paulo. Além disso, o Paraná representa 30,0% do resultado geral do País, conforme informação do Ministério da Economia.

De janeiro a outubro as 216 Agências do Trabalhador, apresentaram os seguintes resultados: a) 113.077 vagas abertas; b) 4.411 vagas abertas exclusivamente para pessoas com deficiência; c) 1.625 vagas abertas exclusivamente para Jovem Aprendiz; d) 86.678 trabalhadores inscritos; e) 275.500 trabalhadores encaminhados a vagas de empregos; f) 60.377 trabalhadores colocados no mercado de trabalho; g) 2.555 Jovens Aprendizes colocados no mercado de trabalho; h) 679 Pessoas com Deficiência colocadas no mercado de trabalho.

Com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), no acumulado de janeiro a setembro, o Paraná apresentou um saldo positivo de 1.092 empregos formais criados, saindo e superando o patamar negativo pela primeira vez após a crise da COVID-19, e se estabeleceu na 9ª colocação no *ranking* nacional de empregos, subindo sete posições e com resultado acima dos Estados da Região Sul do País. Os Setores que mais se destacaram nesse período foram: a) Construção Civil - ocupa a 1ª posição com saldo positivo de empregos formais de 13.247 postos de trabalho gerados, b) Indústria de Transformação - 2ª colocação, com 12.592 postos; c) Agricultura - 3ª colocação, com 3.262 postos; e d) Serviços Industriais de Utilidade Pública - 4ª colocação, com 37 postos de trabalho gerados. Os Setores do Comércio (-16.021 postos) e Serviços (-16.957 postos) ainda apresentam números negativos, com mais desligamentos do que contratações.

Ampliação das utilidades do Aplicativo Paraná Serviços, ferramenta digital que faz a intermediação entre contratantes e prestadores autônomos de serviços, para fomentar a geração de renda e retirar o trabalhador da informalidade. São mais de 100 categorias de serviços autônomos e estão sendo desenvolvidas novas utilidades, como: a inclusão da oferta de Microcrédito junto à Fomento Paraná, o encaminhamento dos profissionais a cursos de capacitação e qualificação profissional junto ao Sistema S e Secretaria Estadual de Educação, além do encaminhamento a cursos profissionalizantes para microempreendedores individuais e artesãos.

Em 2020, foram capacitados presencialmente aproximadamente 250 servidores da Rede de Agências do Trabalhador e técnicos dos Escritórios Regionais da SEJUF, sendo 65 servidores para operacionalizar na Rede de Agências do Trabalhador o Programa Agendador *Web* (ferramenta para agendamento do atendimento de serviços nas Agências do Trabalhador do Estado), 20 no programa

do Seguro-Desemprego, 170 na Intermediação de Mão de Obra, novo modelo de repasse de recursos entre fundos do trabalho e Programa Cartão Futuro (fomento a inserção no mercado de trabalho de jovens aprendizes). Nestas estão incluídas a capacitação dos servidores para atendimento aos programas do Menor Aprendiz, Jovem Aprendiz e Pessoa com Deficiência. Além disso, foram capacitados por videoconferência cerca de 500 servidores, entre técnicos dos 22 Escritórios Regionais da SEJUF e agentes das 216 Agências do Trabalhador do Paraná, para operacionalização do Programa Cartão Futuro Emergencial.

O valor pago do Seguro-Desemprego, de janeiro a outubro, foi de R\$ 1,4 bilhão, sendo que os atendimentos dos requerentes (166.321) foram realizados presencialmente nas Agências do Trabalhador do Estado, mediante agendamento prévio, além de atendimento *online via chat* disponibilizado.

No que se refere à qualificação profissional, no início de 2020 foram finalizadas as turmas iniciadas em 2019, do Projeto Carretas do Conhecimento, parceria entre o Governo do Estado/SEJUF, Sistema FIEP/SENAI e Fundação Volkswagen. Estava prevista a continuidade da oferta de cursos para 2020, não realizada em função da pandemia do COVID 19, que impossibilitou a permanência de pessoas em locais que não respeitassem o distanciamento social e a não aglomeração. Há previsão de retomada do projeto em 2021, assim que as condições sanitárias permitam.

No Programa Nossa Gente Paraná o projeto Inclusão Produtiva Solidária, parceria com a SEAB/IDR, visa a geração de renda por meio de projetos coletivos em associativismo/cooperativismo, por meio de repasse de até R\$ 4,0 mil por família participante do grupo, com acompanhamento de extensionista rural. O projeto foi regulamentado por meio do Decreto n.o 6.096/2020 e tem a perspectiva de beneficiar 560 famílias em 2021 com investimento de R\$ 2,2 milhões.

Parceria com o CIEE, por Termo de Cooperação Técnica, para a realização de cursos rápidos de 16 horas nas áreas Comércio, Atacado e Varejo, Serviços Administrativos. Em 2020, por conta da pandemia da COVID-19, foram realizadas 06 turmas em 04 municípios, com 136 concluintes até o início de março.

O Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) atende uma demanda de apoio aos artesãos profissionais e enquadrados na Portaria 1.007, que representa 30,0% dos que trabalham com artesanato. Em 2020, após análises técnicas, foram realizados 276 novos cadastros de artesãos, associações e cooperativas e emitidas as novas Carteiras de Artesão, que possibilitarão a estes profissionais terem alvarás, vendas com emissão de notas fiscais, além de participação em Feiras Nacionais. Cerca de 70,0% não se caracterizam como artesãos pela Portaria, mas produzem trabalhos manuais. Para esse público, está sendo elaborado o Projeto Paranaense de Artesanato e Economia Criativa, com objetivo de apoiar e facilitar a atuação destes empreendedores. Em elaboração projeto

de criação de Núcleo de Capacitação e Formação Empreendedora pelo Grupo de Trabalho Empreende Paraná.

O Governo do Estado instituiu, por meio do Decreto n.º 5.879/2020, um Grupo de Trabalho para a realização de estudos, estratégias e propostas sobre as questões afetas a Economia Solidária no Estado do Paraná com vista à retomada econômica do Estado pós pandemia provocada pela COVID-19. Foi elaborado o Plano Estadual de Retomada Econômica.

15.1.4 Assistência Social

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é, como estabelecem a Constituição Federal e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Política de Seguridade Social não contributiva, prestada a quem dela necessitar, com o objetivo de atender necessidades básicas. Realizada por meio de um conjunto integrado de ações, a Política de Assistência Social (PAS) é organizada sob um sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Nesse sentido, algumas das principais atribuições dos Estados, estabelecidas pela LOAS, são a realização de assessoramento técnico e apoio financeiro aos municípios. Em termos de transferências de recursos, são prestados repasses continuados ou pontuais voltados ao aprimoramento da própria gestão da política e dos serviços, programas e projetos ofertados por meio de níveis de proteção: básica, especial de média complexidade e especial de alta complexidade.

Cabe destacar que o Estado, mesmo com a pandemia e diminuição de arrecadação, manteve os cofinanciamentos continuados aos municípios, aportou mais recursos para auxiliá-los em relação ao enfrentamento da COVID-19, e adotou medidas para flexibilizar critérios de repasse, com o intuito de não prejudicar o atendimento às pessoas mais vulneráveis. E em razão do contexto de pandemia da COVID-19, muitas atividades antes presenciais foram realizadas de maneira digital e/ou virtual.

Em relação à Gestão do SUAS, o Estado atua no aprimoramento da gestão da Política de Assistência Social nos municípios paranaenses por meio da assessoria e apoio técnico, buscando instrumentalizá-los para o fortalecimento e aprimoramento da gestão. As cinco principais linhas de atuação são o Apoio na Gestão Descentralizada da Política Estadual de Assistência Social, Vigilância Socioassistencial, Gestão do Trabalho e Educação Permanente, Apoio às Organizações da Sociedade Civil de Caráter Socioassistencial e Assessoramento aos Conselhos de Assistência Social (Estadual e Municipais).

O Atestado de Regularidade do Conselho, Plano e Fundo (ARCPF) da Política de Assistência Social é critério condicionante para os repasses estaduais. As gestões municipais foram orientadas quanto aos requisitos e as adequações necessárias e como resultado, após análises, foram emitidos 398 ARCPFs, representando 99,75% do total de municípios do Estado.

O Plano Estadual de Assistência Social 2020-2023, que é um dos instrumentos estratégicos de planejamento, foi finalizado e aprovado, com o apoio da Comissão instituída pelo CEAS e pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB). Foi elaborado relatório de monitoramento e avaliação do Pacto de Aprimoramento do SUAS, com o acompanhamento e a revisão das prioridades e metas estabelecidas. Cabe ressaltar que Conferência Estadual de Assistência Social que seria realizada em 2020 foi adiada para 2021, seguindo as diretrizes nacionais em função da pandemia.

Prestado apoio técnico aos 399 municípios na elaboração, preenchimento e monitoramento dos instrumentos de acompanhamento do Governo Federal (plano de ação, demonstrativo sintético físico-financeiro, registro mensal de atendimento e Censo Suas).

Em relação às Organizações da Sociedade Civil (OSCs) foram realizadas 965 análises de solicitação de OSC para o Programa Nota Paraná, em que as OSCs que atuam na Assistência Social podem acessar recursos para fortalecer as ações que desenvolvem, e 746 análises de solicitação de OSC para Declaração da SEJUF. No Programa Nota Paraná, foram destinados, até novembro, R\$ 145,6 milhões beneficiando, desde a sua implantação, 1.004 OSCs no Estado. Foram distribuídos R\$ 29,8 milhões às OSC da assistência social, em 2020.

Formalização do Termo de Cooperação Técnica com a SETI e Universidades Estaduais para a viabilização do Programa CAPACITASUAS. Em 2021, serão ofertadas 3.187 vagas em cursos de 40 horas.

Cofinanciamento, Piso Paranaense de Assistência Social I (PPAS I), a 172 municípios de Pequeno Porte I (até 20 mil habitantes), que tem como característica principal a autonomia do município de planejar em que serviços da Assistência Social os recursos serão aplicados. Os municípios recebem R\$ 6.250,00/a.m, o que corresponde a R\$ 12,9 milhões/a.a.

Na Proteção Social Básica (PSB), o assessoramento e apoio técnico é para o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Além disso, o Estado trabalha com o apoio aos Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais vinculados à PSB, além da Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais e Programa Bolsa Família.

Realizado o acompanhamento técnico aos 25 municípios que possuem Centros da Juventude (27 unidades) e ao Programa Bolsa Agente de Cidadania, que tem como objetivo a participação social e cidadã e a inclusão sociocultural, e prevê o atendimento e pagamento de bolsa-auxílio aos adolescentes e jovens de 14 a 24 anos, prioritariamente em situação de vulnerabilidade e risco social, participantes dos Centros da Juventude. Foram pagas de janeiro a setembro 1.795 bolsas com recursos do Programa Paraná Seguro/ BID, totalizando R\$ 377,3 mil e 1.972 bolsas com recursos FIA, totalizando R\$ 414,1 mil. Em relação a esta ação, há a parceria com a Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente (NECA), cujo objeto é a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria em elaboração da metodologia de intervenção e

acompanhamento com sistema de gestão a ser aplicado e desenvolvido nos Centros da Juventude. Nesse sentido, em 2020 foi pago o valor de R\$ 130,0 mil e, devido à pandemia, o instrumento foi prorrogado por 12 meses, sendo o prazo final de execução julho de 2021.

Realizada orientação técnica à execução do Incentivo Benefício Eventual, cofinanciamento estadual de R\$ 1,8 milhão a 227 municípios, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. No final de 2019, foi realizado o repasse de recurso Incentivo Benefício Eventual IV, contemplando 106 municípios elegíveis. Dos quais, 102 municípios foram aprovados e considerados em regularidade, totalizando o valor de R\$ 2,0 milhões repassados.

Em decorrência da pandemia da COVID-19, foi elaborada e aprovada a proposta de Incentivo Benefício Eventual COVID-19, por meio de cofinanciamento estadual do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) aos respectivos Fundos Municipais de Assistência Social. O Incentivo previu repasses de recursos a todos os municípios paranaenses, com valores diferenciados a partir do número de famílias em alta vulnerabilidade. Foram repassados recursos para 398 municípios, totalizando o valor de R\$ 11,9 milhões. Apenas um município não recebeu, por não apresentar as condições necessárias.

Foram acompanhados e orientados os municípios quanto aos serviços realizados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). O CRAS é uma unidade pública municipal responsável pela organização e oferta de serviços da PSB nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios. Dada sua capilaridade nos territórios, caracteriza-se como a principal porta de entrada do SUAS. O Paraná conta com 566 unidades de CRAS, nos 399 municípios. Em 2020, foram apoiadas tecnicamente as construções de CRAS (19 obras), sendo finalizadas e inauguradas 02 unidades (Amaporã e Ribeirão do Pinhal), 03 tiveram prazo de execução prorrogado para 2021 (Abatiá, Mato Rico e Salto do Itararé) e as demais se encontram em diferentes estágios: licitação, execução ou a iniciar (Campina do Simão, Engenheiro Beltrão, Ibaiti, Itaperuçu, Ortigueira, Prudentópolis, Tamboara, Itaguajé, Mandirituba, Nova Cantu, Nova Fátima, Tijucas do Sul e Tomazina). Vale ressaltar que o Município de Farol se encontra com a obra paralisada, sendo seus recursos oriundos do FEAS e do BID. O Incentivo Aprimora CRAS são recursos para aquisição de itens de investimento às unidades CRAS. Foram 79 municípios considerados elegíveis e 61 municípios realizaram adesão.

Foi realizado o assessoramento aos municípios sobre o Auxílio Emergencial (COVID-19) do Governo Federal, por meio de respostas a e-mails e ligações. Conforme dados disponibilizados pelo Governo Federal, quase 65,0% das pessoas elegíveis, no Paraná, à primeira parcela do auxílio emergencial não eram cadastradas no CADÚNICO. O percentual foi diminuindo ao longo das parcelas, no entanto é preciso observar que esse dado é parcial, sendo atualizado conforme a finalização das análises.

Na Proteção Social Especial, se organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, cujo objetivo é contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos. São ofertados serviços de média e alta complexidade (assim organizados conforme níveis de agravamento, natureza e a especificidade do trabalho social ofertado).

Em relação aos serviços de Média Complexidade, a atuação do Estado durante 2020 concentrou-se nos seguintes temas:

- ▶ Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) são unidades públicas onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Nos CREAS é ofertado o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Foram realizados o acompanhamento e orientação às 191 unidades CREAS em 168 municípios. Foram acompanhados os serviços nos CREAS municipais, cofinanciados pela expansão regionalizada - Piso Paranaense de Assistência Social III (PPAS III) para execução Serviço PAEFI para 23 municípios no valor de R\$ 2,5 mil/a.m, totalizando R\$ 690,0 mil ao ano e o monitoramento do cofinanciamento federal aos 23 municípios, no montante de R\$ 1,4 milhão ao ano.
- ▶ O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) executa exclusivamente Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. No Paraná, 15 municípios de médio e grande porte, com capacidade de atendimento de aproximadamente 2.300 pessoas e suas famílias em 20 unidades, ofertam o Serviço e recebem cofinanciamento estadual - Piso Paranaense de Assistência Social II (PPAS II), no valor de R\$ 2,0 milhões/a.a.
- ▶ Mesmo o Estado tendo previsto a manutenção do recurso para cofinanciamento do Centro Dia para Pessoa com Deficiência em Curitiba, no valor anual de R\$ 240,0 mil, não foi possível realizar, pois o saldo em conta do município está acima de 300,0% em relação ao valor do repasse anual.
- ▶ Para o Serviço Especializado de Abordagem Social foram cofinanciados 20 municípios, no montante de R\$ 115,0 mil/a.m, totalizando R\$ 960,0 mil/a.a. Identifica famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social em espaços públicos, como trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de crack e outras drogas.
- ▶ Vale destacar o acompanhamento e monitoramento da execução dos municípios que receberam recursos, por meio do FIA, para o Programa Estadual Liberdade Cidadã - Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) aos adolescentes em conflito com a lei, e monitoramento da execução. Dos 144 municípios elegíveis, 131 foram habilitados e receberam o incentivo, o que corresponde a R\$ 12,3 milhões em execução. Foram concluídos os trâmites do processo de adesão para o cofinanciamento federal para LA e PSC para 19 municípios elegíveis.

Até novembro, 17 municípios fizeram adesão, correspondendo ao repasse de R\$ 1,3 milhão (12 parcelas de 2020 + 07 parcelas de 2019 + 07 parcelas de Incremento Temporário à COVID-19).

- ▶ Encaminhamentos das denúncias de trabalho infantil realizadas pela DRT/SRTE entre outros aos CREAS responsáveis, com acompanhamento por meio de relatórios; solicitado aos municípios preenchimento do questionário sobre ações de erradicação do trabalho infantil, com o objetivo de realizar um diagnóstico das atuações municipais para subsidiar as políticas públicas estaduais.

No que se refere à Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

- ▶ Cofinanciamento e orientações técnicas a 99 municípios no Reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos (PPAS IV), no montante de R\$ 8,0 milhão/a.a. Acompanhamento e orientações técnicas aos municípios que receberam incentivos pontuais por meio do FIA, sejam eles os 172 municípios para o Programa Estadual Crescer em Família, para os serviços de acolhimento institucional e/ou familiar para crianças e adolescentes até 18 anos (R\$ 18,3 milhões em execução) ou os 85 municípios que receberam recursos do incentivo financeiro do Programa Estadual Crescer em Família, exclusivamente para o serviço de acolhimento familiar para crianças e adolescentes até 18 anos (R\$ 4,3 milhões em execução).
- ▶ Cofinanciamento para Residências Inclusivas Municipais, para quatro municípios, cinco unidades, no valor de R\$ 5,0 mil/a.m., totalizando R\$ 300,0 mil/a.a. Serviço de acolhimento institucional voltado a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, prioritariamente àqueles atendidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), que não disponham de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar, ou ainda em processo de desinstitucionalização de abrigos de longa permanência. Cofinanciamento estadual para duas unidades de Residências Inclusivas Regionalizadas, com capacidade de 20 vagas e investimento anual de R\$ 360,0 mil, bem como o monitoramento do cofinanciamento federal a duas unidades, no valor anual de R\$ 240,0 mil.
- ▶ Cofinanciamento para Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias (PPAS V) para quatro municípios, no valor de R\$ 25,0 mil/a.m., montante de R\$ 300,0mil/a.a.
- ▶ Cofinanciamento para Acolhimento Institucional para Pessoa em Situação de Rua - manutenção do cofinanciamento estadual para 20 municípios, no valor de R\$ 229,3mil/a.m., montante de R\$ 2,8 milhões/a.a., e para Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência para quatro municípios, cinco unidades, no valor de R\$ 3,3 mil/a.m. por unidade, montante de R\$ 195,0 mil/a.a.
- ▶ Iniciado em junho o cofinanciamento estadual para Casa de Passagem Regionalizada com os municípios de Foz do Iguaçu e Curitiba, 40 metas no valor de R\$ 57,2 mil/a.m., montante de R\$ 400,1 mil referente a sete parcelas.
- ▶ Além dos municípios cofinanciados, o Estado mantém pessoas sendo atendidas em instituições. Para o Acolhimento de Pessoas Idosas tem parceria com duas organizações da sociedade civil para

atendimento a 33 pessoas, no montante de anual de R\$ 747,2 mil e para o Acolhimento para Pessoas com Deficiência, são aproximadamente 180 atendimentos em parceria com quatro organizações da sociedade civil, aproximadamente R\$ 5, 4 milhões ao ano. Realizado o assessoramento aos municípios quanto às solicitações de acolhimento a indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco por violações de direitos, com ou sem determinação judicial.

O Programa Criança Feliz (PCF) tem como objetivo promover e apoiar o desenvolvimento integral na primeira infância, ao trabalhar com gestante e família na preparação ao nascimento da criança e nos cuidados pós-gravidez e ao promover o fortalecimento dos vínculos e papel das famílias no cuidado, proteção e educação de crianças de até seis anos de idade. O Estado do Paraná seguiu com as orientações, acompanhamento e monitoramento do Programa junto aos municípios, e às ações de qualificação dos atores envolvidos, fortalecendo a prioridade ao desenvolvimento infantil, reconhecendo a importância de políticas intersetoriais de atenção à primeira infância e suas repercussões a curto, médio e longo prazo tanto para o público alvo, quanto para as dimensões social e econômica a nível estadual e federal. Foram realizados nove cursos de capacitação de fevereiro a outubro, dentre eles três obrigatórios pelo Programa como: Capacitação sobre o Guia para Visita Domiciliar; Minicurso Guia para Visita Domiciliar (170 inscritos); e Minicurso Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (420 inscritos), como também sobre o novo sistema do Ministério da Cidadania de registro e monitoramento da execução do Programa (E-PCF). O Programa Criança Feliz e a Força Tarefa Infância somaram esforços. Entre os cursos/ eventos não obrigatórios estão: 2º Simpósio Força-Tarefa Infância Segura: Construindo e Fortalecendo as Redes de Proteção à 1ª Infância (593 pessoas certificadas); *live* Papel da Família na Força Tarefa Infância Segura; Curso de Capacitação *Detox* Digital: enfoque na Primeira Infância (certificados 199 visitantes e supervisores); Seminário do Marco Legal da Primeira Infância (560 pessoas inscritas); e Seminário Intersetorial de Primeira Infância no Paraná: Percorrendo ações de formação para o fortalecimento das Políticas Públicas de Proteção Integral (290 inscritos).

O contexto pandêmico não resultou em suspensão dos atendimentos aos beneficiários do Programa, no entanto, prejudicou os processos de adesão de municípios, e as visitas para capacitações e monitoramento *in loco*. Foram 73 municípios com o programa ativo e quatro municípios em expansão de meta (47,0%). Em resumo, até novembro 8.486 famílias foram beneficiadas, sendo 8.800 crianças e 1.359 gestantes.

15.1.4.1 Programa Nossa Gente Paraná

É uma parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que tem por objetivo promover a melhoria da qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade social das famílias residentes em territórios de maior concentração de pobreza, por meio da articulação de políticas e coordenação de serviços ofertados pelas diversas áreas do governo.

Com intuito de estabelecer critérios para eleger as famílias a serem atendidas pelo Programa foi desenvolvido o Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVF-PR), que identifica por meio de 19 informações, oriundas do Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO), as famílias com maior grau de vulnerabilidade. Estas famílias são visualizadas pelos técnicos municipais e estaduais por meio de um sistema, especialmente desenvolvido para o Programa. O sistema de acompanhamento das famílias do Nossa Gente Paraná permite que sejam identificadas outras vulnerabilidades da família além das contidas no CADÚNICO, por meio de 58 questões respondidas pelos técnicos sobre a família. A partir da identificação da família em alta vulnerabilidade e suas demandas, o Programa se propõe, a partir da metodologia de acompanhamento intersetorial, atender as famílias em sua integralidade. As necessidades são identificadas e planejadas num único sistema, sendo a família e suas ações acompanhadas por técnicos das mais diversas áreas.

Cabe à SEJUF: a) articulação com todos os comitês intersetoriais, Secretarias e Órgãos envolvidos; b) administração dos instrumentos de gestão oficial do contrato, como Relatório de Monitoração do Progresso (PMR), Plano Operativo Anual (POA), Plano de Execução Plurianual (PEP), Plano de Aquisições (PA), Matriz de Resultados e Relatório de Progresso; c) execução, acompanhamento e monitoramento das ações inerentes ao Programa; d) avaliações; e) edições de legislações; f) aquisições, contratações, formalização de parcerias; g) capacitações; e h) prestações de contas.

Elaboração e tramitação de projeto para alteração da Lei n.º 17.734/2013, prevendo a mudança do nome do Programa para Nossa Gente Paraná, assim como a inclusão de dois projetos complementares: Qualificação Profissional e Benefícios Sociais.

Em 2020, mais de 32 mil famílias estão incluídas na metodologia de acompanhamento intersetorial do Programa, sendo mais de 365 mil ações das diversas áreas registradas a estas famílias. Mais de 62 mil famílias foram atendidas pelo Programa.

Aperfeiçoamento do sistema de acompanhamento das famílias com a inclusão dos módulos: *briefing* para municípios e escritórios regionais, georreferenciamento das famílias.

Em fase de impressão de exemplares (4.000) da Coleção Temática Contos de Tradição Oral, a serem distribuídas aos municípios para que os técnicos utilizem com o trabalho com as famílias.

O Programa Nossa Gente Paraná prevê a construção e entrega de 30 equipamentos de assistência social, CRAS e CREAS, propiciando aos municípios um ambiente próprio para a acolhida, atendimento e acompanhamento às famílias. Em 2020, foram entregues 02 CRAS, nos municípios de Ribeirão do Pinhal e Amaporã, com um investimento de R\$ 1,4 milhão. Estão em construção as obras de CRAS e CREAS de Ortigueira com investimento de R\$ 1,5 milhão. Estão tramitando processos para licitação de 12 novas obras, 10 CRAS e 02 CREAS, com investimento previsto: de R\$ 10,2 milhões.

No eixo habitacional, prevê a construção de 1.450 moradias e infraestrutura de bairros em um Programa inovador de acompanhamento familiar, superação das condições de vulnerabilidade das famílias e proteção ambiental, sem precedentes. Os projetos preveem a construção de moradias nas modalidades de Redução do Déficit Habitacional e de Requalificação Urbana. Em 2020, foram entregues 499 moradias nos municípios de Coronel Vivida (21), Itapejara D'Oeste (15), Manfrinópolis (10), Mangueirinha (11), Marmeleiro (40), Salgado Filho (17), Fernandes Pinheiro (50), Teixeira Soares (49), Francisco Alves (24), Mariluz (20), Xambrê (24), Barbosa Ferraz (30), Corumbataí do Sul (30), Quinta do Sol (13), Sengés (42), Wenceslau Braz (50) e Rebouças (53).

O Programa prevê o cofinanciamento aos municípios que executam o Programa para as ações da política da Assistência Social. Em 2020, excepcionalmente, foram repassados R\$ 12,0 milhões a 398 municípios para utilização específica com benefícios eventuais, destinados ao atendimento às famílias em decorrência da situação causada pela COVID-19. Também foi finalizado o pagamento aos municípios que executam o Programa, no valor de R\$ 542,0 mil, voltados às ações da política de Assistência Social.

Nossa Renda, transferência direta de renda, complementar ao Programa Bolsa Família, às famílias em extrema pobreza executada desde dezembro de 2013. De janeiro a outubro, foram efetuados mais de 362 mil créditos de benefícios às famílias, com investimento de R\$ 11,5 milhões, média mensal de 36 mil famílias e R\$ 1,1 milhão/mês. O valor neste ano foi menor do que em 2019, por conta da concessão do auxílio emergencial do Governo Federal em decorrência da COVID-19.

Luz Fraterna, programa estadual de benefício tarifário de energia elétrica que isenta famílias vulneráveis do pagamento da fatura de energia elétrica. De janeiro a setembro, foram isentas mais de 1,4 milhão de faturas de energia elétrica, com investimento total de R\$ 23,5 milhões. Uma média mensal de 160 mil famílias, R\$ 2,6 milhões/mês, inferior ao investimento mensal normal de R\$ 3,9 milhões, por conta da concessão de benefício do Governo Federal em decorrência da COVID-19, de abril a junho.

O Aluguel Social é o pagamento mensal direto às famílias dos cinco municípios da Requalificação Urbana - Regularização Fundiária, para que efetuem o pagamento de aluguel no período que suas moradias são construídas e/ou reformadas. Em 2020, foram beneficiadas 499 famílias/R\$ 2,7 milhões.

Em parceria com a SANEPAR, o Caixa D'Água Boa proporciona às famílias em vulnerabilidade o armazenamento de água. A SANEPAR fornece as caixas de água e suporte para instalação e a SEJUF efetua o pagamento direto às famílias no valor de R\$ 1.000,00 para compra de materiais e pagamento da mão de obra para instalação. Em 2020 foram atendidas 1.700 famílias, de 70 municípios, no montante de R\$ 1,7 milhão.

O Renda Agricultor Familiar é uma parceria com a SEAB/IDR, visa a inclusão produtiva e geração de renda às famílias da área rural, por meio de projeto produtivo familiar planejado e acompanhamento pelos extensionistas rurais da IDR, somados a R\$ 3,0 mil pagos pela SEJUF, em duas parcelas, diretamente às famílias para a realização do projeto, executado desde 2015. Em 2020, por conta da pandemia, o número de atendidos pelo projeto foi reduzido e o montante repassado foi de R\$ 129,0 mil.

A outra parceria com a SEAB/IDR é a Inclusão Produtiva Solidária, que visa a geração de renda por meio de projetos coletivos em associativismo/cooperativismo, por meio de repasse de até R\$ 4,0 mil por família participante do grupo, com acompanhamento de extensionista rural. O projeto foi regulamentado em 2020, por meio do Decreto n.o 6.096, e tem a perspectiva de beneficiar 560 famílias em 2021 com investimento de R\$ 2,2 milhões.

Em relação a Qualificação Profissional, há a parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) com foco na política do Trabalho. Por meio de Termo de Cooperação Técnica, sem custos, são ofertados cursos rápidos de 16 horas nas áreas Comércio, atacado e varejo, serviços administrativos. Em 2020, por conta da pandemia, foram realizadas seis turmas, em quatro municípios, com 136 concluintes até o início de março.

Há a oferta de cursos presenciais de qualificação profissional de 60 horas, utilizando-se da metodologia de Arcos Ocupacionais, nas áreas de administração, alimentação, construção e reparos, serviços domésticos, serviços pessoais e vestuário. Em 2020, havia a previsão da oferta de 4.800 vagas de qualificação profissional em 60 municípios, não realizadas em decorrência da pandemia. A previsão para 2021 é que os recursos previstos para estes cursos, com a metodologia de Arcos Ocupacionais, sejam utilizados para o Projeto Recomeça Paraná, nas ações de inclusão produtiva. Investimento previsto de R\$ 10,0 milhões.

O Nossa Gente *Tech* é a oferta de cursos presenciais de qualificação em Tecnologia da Informação para indivíduos em vulnerabilidade social. Em 2020, foi definido plano de trabalho para formalizar parceria com três universidades estaduais para a oferta de 200 vagas em cursos de 200 horas. Os cursos não puderam ser realizados devido à COVID-19, ficando para 2021. Investimento aproximado de R\$ 1,0 milhão.

15.1.5 Ação Solidária

A força-tarefa Menos eu, Mais nós (março, início da pandemia) no âmbito do Governo do Estado fomentou ações solidárias durante a pandemia e incentivou a doação de alimentos e itens de higienização. A maior mobilização foi via redes sociais. Para logística, recebimento e encaminhamento de eventuais doações, contou com o apoio da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, por meio da Portaria Conjunta n.o 001/2020 - CEDEC/SGAS.

O Projeto Cesta Solidária Paraná (abril/maio) teve como objetivo principal mobilizar os funcionários do Estado do Paraná a participarem voluntariamente de uma ação de doação de cestas básicas. Foi resultado de uma parceria entre Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Ministério Público do Estado do Paraná, por meio de acordo de cooperação. Como critérios, na primeira fase, foram priorizadas as famílias com Cadastro Único, que não recebiam benefício Bolsa Família, nem receberam o Cartão Comida Boa. Na segunda fase, a quantidade arrecadada atendeu instituições carentes, conforme demanda apresentada à Defesa Civil. Foram arrecadadas 11.927 cestas, atendendo a mesma quantidade de famílias. As cestas básicas arrecadadas foram destinadas pela Coordenadoria Estadual da Defesa Civil (CEDEC) às Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil (CORPDEC) que fizeram, por sua vez, a distribuição local aos municípios de sua jurisdição. Foram atendidos os 399 municípios.

Realizada Campanha Aquece Paraná (junho a agosto) de incentivo à doação de roupas em bom estado de uso, roupas de cama, banho, cobertores (novos e seminovos), calçados e alimentos em geral, por meio do Aplicativo Paraná Solidário, de forma a conectar o doador à entidade necessitada que repassará aos seus beneficiados e população em situação de vulnerabilidade social e econômica. Foram doados cerca de 15.000 itens utilizando o aplicativo no período da campanha, em 72 municípios.

Na Campanha Paraná Piá (setembro/outubro), realizada em comemoração ao dia das crianças, que contou com apoio dos servidores estaduais e da sociedade civil com doações de brinquedos destinados às Regionais da Saúde, para distribuição às crianças internadas ou em tratamento ambulatorial nos hospitais estaduais e universitários, foram arrecadados 17.679 brinquedos e atendidos 119 hospitais em 90 municípios.

O Prêmio Ação Solidária Paraná, iniciado em outubro e com conclusão em dezembro, é um concurso de atividades solidárias e voluntárias, que busca valorizar projetos sociais realizados por instituições do terceiro setor durante o enfrentamento da pandemia da COVID-19, voltados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em âmbito estadual. Dividido nas categorias Saúde, Educação e Necessidades Básicas, o prêmio vem em comemoração ao Dia Internacional do Voluntário e o Dia Internacional da Solidariedade Humana concedendo oportunidade de reconhecimento às organizações da sociedade civil e possibilitando visibilidade a suas causas. Poderão concorrer Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos e sociedades cooperativas. Após as etapas de seleção com base em critérios definidos em Edital, as iniciativas vencedoras de cada categoria serão agraciadas com o troféu Prêmio Ação Solidária Paraná e receberão certificado de reconhecimento.

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - JANEIRO A NOVEMBRO DE 2020

ATIVIDADES	EMPENHADO (R\$)	PAGO (R\$)
Fundo Estadual da Assistência Social (FEAS)	R\$ 47.616.377,30	R\$ 44.042.195,24
Fundo Estadual da Saúde (FUNSAÚDE)	R\$ 21.884.032,75	R\$ 19.977.962,08
Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (FECON)	R\$ 243.125,00	R\$ 168.320,65
Fundo Estadual dos Direitos do Idoso (FIPAR)	R\$ 1.705.294,00	R\$ 884.107,36
Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA)	R\$ 47.782.478,38	R\$ 16.657.930,83
Garantia de Direitos da Mulher	R\$ 545.355,75	R\$ 340.666,77
Garantia de Direitos da Pessoa com Deficiência	-	-
Gestão Administrativa	R\$ 10.096.358,71	R\$ 9.730.414,08
Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda	R\$ 5.870.531,85	R\$ 4.389.399,40
Gestão do Sistema Socioeducativo	R\$ 29.222.508,43	R\$ 17.456.695,76
Luz Fraterna	R\$ 35.633.000,00	R\$ 16.934.804,63
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 156.079.714,70	R\$ 135.381.858,13
Políticas Públicas de Cidadania e Direitos Humanos	R\$ 3.705.947,96	R\$ 3.483.389,83
Sistema Intersetorial de Proteção à Família	R\$ 8.744.208,10	R\$ 5.850.610,67
TOTAL	R\$ 342.828.932,93	R\$ 275.298.355,43

FONTE: Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD - NOVO SIAF - executado até 27/11/2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA CULTURA

16 SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA CULTURA (SECC)

Criada por meio da Lei Estadual n.º 19.848, de 03 de maio de 2019, a Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura (SECC) é responsável por gerir a comunicação institucional e legal do Governo estadual, estabelecer diretrizes de comunicação do poder executivo, incentivar e apoiar a cultura paranaense, por meio de pesquisas e ações de preservação do patrimônio cultural, histórico e artístico do Estado, fomento e incentivo à economia criativa, ao artesanato, à qualificação profissional dos agentes culturais, à articulação para promoção do intercâmbio, cooperação cultural e articulação de políticas, programas e projetos culturais do Estado do Paraná.

A SECC conta com os seguintes equipamentos culturais: Museu de Arte Contemporânea do Paraná, Museu Casa Alfredo Andersen, Museu da Imagem e do Som do Paraná, Museu Oscar Niemeyer, Museu Paranaense, além do Centro Juvenil de Artes e das unidades vinculadas: Biblioteca Pública do Paraná, Centro Cultural Teatro Guaíra e Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE). Além das unidades e vinculadas, a SECC, seguindo a Constituição do Estado do Paraná, no que tange o Art. 252, destina recursos orçamentários a fim de atender as demandas do Museu do Expedicionário, instituição administrada pela Legião Paranaense do Expedicionário.

O ano de 2020 foi marcado por intensa crise do setor cultural, visto que, em razão da pandemia provocada pela COVID-19, as atividades culturais foram as primeiras a serem suspensas, não tendo voltado à normalidade. A situação exigiu a implementação de políticas públicas emergenciais, por meio de um pacote de medidas publicado pela SECC com recursos do Tesouro Geral do Estado e da Lei Aldir Blanc.

Importante registrar que a construção destas propostas contou com a intensa participação do Conselho Estadual de Cultura (CONSEC), tendo realizado 28 reuniões ao longo do ano assim distribuídas: a) ordinárias (03); b) extraordinárias (07); c) do GT sobre a Renda Emergencial Mensal - Inciso I do art. 2º da Lei 14.014/2020 (03); d) do GT sobre o Subsídios Mensal para os espaços de cultura - Inciso II do art. 2º da Lei 14.014/2020 (03); e) com o GT sobre Fomento - Inciso III do art. 2º da Lei 14.014/2020 (07); f) com o grupo de dirigentes municipais de cultura e conselheiros estaduais de cultura com foco na implementação da Lei Aldir Blanc (04); g) sobre os aspectos jurídicos da Lei Aldir Blanc, com a presença de conselheiros, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Procuradoria-Geral do Estado, Tribunal de Contas da União e Controladoria-Geral do Estado (01).

A seguir serão informadas as principais ações realizadas pela Superintendência-Geral de Cultura.

16.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

16.1.1 Apoio, Incentivo e Ação Cultural:

A cultura contribui para a formação pessoal, educacional e profissional dos cidadãos, e é dever do Estado garantir a todos o acesso à cultura, sendo a SECC a responsável por promover ações que atendam o maior número de pessoas.

Em 2020, mesmo adotando as medidas de enfrentamento à COVID-19, foram desenvolvidas ações de apoio, fomento e incentivo às manifestações culturais por meio das unidades programáticas, equipamentos culturais e instituições vinculadas à Secretaria, de maneira virtual, utilizando os meios de interação à distância - *internet* e mídias sociais.

Com o intuito de incentivar a cena cultural paranaense, o Governo lançou mão de suas políticas de Estado com o objetivo de proporcionar as condições necessárias para que artistas, agentes e produtores culturais, administrações públicas municipais, organizações não governamentais e empresas pudessem produzir atividades culturais, apesar das restrições impostas pelo afastamento social.

O Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura (PROFICE), instituído pela Lei n.o 17.043/2011, permite a renúncia fiscal destinada ao fomento e incentivo à cultura, nas áreas de: artes visuais; audiovisual; circo; dança; literatura, livro e leitura; música; ópera; patrimônio cultural material e imaterial; povos, comunidades tradicionais e culturas populares; e teatro. Em 2020, foram executadas todas as fases do terceiro edital do PROFICE, lançado em 2019 e o mesmo será operacionalizado em 2021, em decorrência da pandemia da COVID-19. O edital trouxe inovações que conferiram oportunidades a iniciantes e a descentralização de recursos com reserva específica entre capital e os demais municípios do Estado; e viabilizou que mais regiões do Estado fossem contempladas, incluindo os pequenos municípios, onde são poucas as ofertas de atividades culturais. Também se destaca a definição de contrapartidas alinhadas aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Foi realizada a primeira edição do programa Diálogos Pertinentes, que buscou dar maior visibilidade ao Dia Internacional da Mulher. O programa visa incentivar e promover ações afirmativas, por meio das diversas linguagens artísticas, a fim de promover políticas de inclusão de acordo com o Plano Estadual de Cultura do Paraná, buscando reconhecer e valorizar grupos de culturas populares, imigrantes e aqueles historicamente discriminados.

Apesar dos desafios o Governo de Estado, por meio da Superintendência-Geral da Cultura, vinculada à Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura, buscou ultrapassar as dificuldades impostas pela pandemia que exigiu o trabalho remoto dos servidores públicos, o aumento da capacidade operacional, tendo em vista o aumento do volume de trabalho gerado por conta da

situação emergencial vivenciada pelos trabalhadores e trabalhadoras de cultura e, de forma inédita, realizou 18 novos programas para atender a todas as áreas culturais, com recursos próprios e também do Tesouro Geral do Estado, impactando direta e indiretamente os trabalhadores e trabalhadoras da cultura do Paraná. Com criatividade, estratégia operacional e intenso engajamento da equipe da Secretaria na missão de viabilizar, em tempo hábil, o atendimento do setor.

No dia 06 de maio, foi lançado o pacote de medidas de apoio e fortalecimento ao setor cultural, composto por Ações de Impacto Imediato, em médio Prazo, com recursos provenientes da Lei n.º 14.017/2020 - Lei Aldir Blanc.

Das ações de impacto imediato destacam-se:

- ▶ Resolução n.º 017/2020 - suspendeu o prazo de encerramento das atividades relativas ao Edital 001/2017 do PROFICE, enquanto permanecer o estado de emergência nacional decorrente do Coronavírus.
- ▶ Resolução n.º 019 /2020 - Suspendeu o prazo de encerramento das atividades relativas ao Edital 001/2019 - Produção e Desenvolvimento de Obras Audiovisuais, enquanto permanecer o estado de emergência nacional causado pelo novo Coronavírus.

Das ações de impacto em médio prazo destacam-se:

- ▶ A resolução n.º 016/2020 suspendeu o prazo de encerramento das atividades relativas ao programa de incentivo Paraná Cultural enquanto permanecer o estado de emergência nacional pelo novo Coronavírus. A 1ª Edição do programa Paraná Cultural, instituído pela Resolução n.º 028/2019, selecionou 16 projetos em 2020 para circulação pelo Estado, com um investimento de R\$ 1,4 milhão.
- ▶ Paraná Cultural | 2ª Edição: Programa de incentivo para destinação de recursos via incentivo fiscal de empresas públicas e/ou de economia mista estaduais a projetos culturais aprovados pela Lei Federal de Incentivo à Cultura. Foram disponibilizados de R\$ 1,9 milhão para atender todo o Estado.
- ▶ Plataforma digital: plataforma de streaming para fomento e divulgação de obras audiovisuais e de áudio, de forma gratuita, com o objetivo de facilitar o acesso do público às produções paranaenses recentes.
- ▶ Programa de Capacitação e Formação em Cultura - foram disponibilizadas nove mil vagas, em cinco cursos realizados em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa: a) Fundamentos da Cultura (1.000 vagas); b) Políticas culturais (1.000 vagas); c) História da arte (1.000 vagas); d) Semiologia (1.000 vagas); e e) Elaboração de projetos culturais (5.000 vagas). Para 2021, em parceria com as universidades estaduais, estão pactuados cursos online, com a metodologia da pedagogia da alternância, sobre os componentes do Sistema Municipal de Cultura (SMC), de forma a contribuir para o processo prático de implantação deste sistema em 100,0% dos municípios paranaenses.

- ▶ Cultura feita em casa - o edital credenciou conteúdos inéditos com duração de 20 a 30 minutos para exibição em plataformas de streaming e mídias sociais do Governo do Paraná, com o objetivo de valorizar a cultura feita no Paraná e auxiliar a classe artística a enfrentar este momento de crise. Foram contemplados projetos das áreas: artes cênicas; artes visuais; audiovisual; expressões culturais, populares, indígenas e oriundas de comunidades tradicionais; literatura, livro e leitura; e música. Foram dedicados R\$ 1,0 milhão com a meta de selecionar 510 projetos, 85 de cada área cultural. O resultado do edital foi divulgado no dia 21 de outubro tendo sido selecionadas 388 das 543 propostas recebidas.
- ▶ Licenciamento de curtas e longas-metragens/telefilmes - o edital selecionou obras em audiovisual nas modalidades de curtas e longas-metragens/telefilmes paranaenses, produzidos nos últimos 10 anos, que serão disponibilizados na plataforma digital. Foram dedicados recursos na ordem de R\$ 200,0 mil e foram selecionados 47 projetos em todo o Estado.
- ▶ Trilhando pelo Paraná - edital para seleção de espetáculos de circo-teatro ou pavilhão de pequenas companhias itinerantes. Circulação pós-pandemia.
- ▶ Salão Paranaense - MAC-PR - prêmio de artes visuais realizado pelo Museu de Arte Contemporânea do Paraná para seleção de artistas e pesquisadores, de forma totalmente online. Desde a sua criação, em 1944, o Salão Paranaense acolhe propostas que apontam novos caminhos para as artes visuais. Investimentos na ordem de R\$ 183,6 mil. O edital recebeu 1.810 inscrições - número recorde com base nos dados das edições realizadas nos últimos 10 anos.
- ▶ Prêmio Biblioteca Digital - BPP - concurso literário com o objetivo de fomentar a produção e a circulação de livros inéditos no formato *e-book*. Esta edição irá premiar, além dos autores, artistas gráficos para a criação das capas e ilustrações das obras vencedoras. Foram destinados R\$ 98,3 mil como premiação, a fim de contemplar 12 obras em todo o Estado.

Foram realizadas ações com recursos provenientes da Lei n.º 14.017/2020, Lei Aldir Blanc - Transferência da União, na modalidade fundo a fundo - com os objetivos de atender: Renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura; Subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais e Fomento por meio de editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos.

Para a execução do pagamento da renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura, foi publicado o edital de chamamento público n.º 03/2020, visando ao cadastramento dos beneficiários até o dia 14/09/2020, tendo sido prorrogado por duas vezes e encerrado em 16/11/2020. Ao todo foram recebidas 3.960 solicitações com 2.843 solicitações na primeira fase, sendo aprovadas 522 (02 cancelamentos e 2.319 não aprovadas por não cumprirem os critérios de acesso ao benefício. Até 20 de novembro os pagamentos efetivados totalizam R\$ 1,0 milhão. Os outros dois lotes estão em análise, não sendo possível indicar o valor total que será destinado ao pagamento do benefício.

O decreto regulamentador da Lei Aldir Blanc delegou o subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais aos municípios. Contudo, a SECC, como contribuição aos gestores municipais de cultura, possibilitou a adesão dos municípios ao Sistema de Informação Cultural (SIC), cuja funcionalidade facilitou a gestão do programa em âmbito local.

No que se refere ao fomento por meio de editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos, foram publicados nove editais. Importante registrar que os editais da Lei Aldir Blanc estão em desenvolvimento, com término no início da segunda quinzena de dezembro de 2020. A seguir, destacam-se as metas financeiras e físicas programadas:

- ▶ Prêmio Jornada em Reconhecimento à trajetória artística e cultural - dedicado aos paranaenses com importante trajetória de vida, intimamente relacionada ao desenvolvimento artístico e cultural do Paraná. Serão selecionados artistas, mestras, mestres, grupos e coletivos do território paranaense que tenham prestado relevantes contribuições ao desenvolvimento cultural do Estado em longo prazo. Foi disponibilizada para este prêmio a quantia de R\$ 8,0 milhões para a concessão de 400 prêmios.
- ▶ Cultura nas Redes - Licenciamento de Obras Literárias Digitais - edital de chamamento público para selecionar livros digitais, *e-books*, audiolivros e livros falados já finalizados, nas categorias romance, poesia, contos, ensaios críticos, roteiros e cultura alimentar. Foi disponibilizado o valor de R\$ 11,6 milhões para atender 2.314 obras.
- ▶ Cultura nas Redes - Licenciamento de Conteúdo Digital - edital de chamamento público para selecionar conteúdos digitais de vídeo e áudio artístico-culturais, realizados no Estado do Paraná para exibição por meio de plataformas de *streaming* e mídias sociais do Governo e da SECC. Foi disponibilizado para este edital o montante de R\$10,0 milhões, a fim de selecionar 4.000 conteúdos de todo o Estado.
- ▶ Outras Palavras - Prêmio de Obras Literárias - edital que visa selecionar e premiar textos nas categorias: romance, conto, crônica, poesia, roteiro, dramaturgia, ensaio crítico, pesquisa de cultura alimentar e livro ilustrado. O edital foi aberto com o montante de R\$ 3,2 milhões para selecionar 160 obras.
- ▶ Prêmio para Registros Fotográficos e Audiovisuais para Difusão de Saberes e Fazeres Tradicionais - o edital de premiação contempla registros fotográficos ou audiovisuais de manifestações culturais populares e tradicionais do Paraná. Tem como objetivo central a preservação da memória e da documentação de povos indígenas, comunidades caiçaras, comunidades quilombolas, ciganos, faxinalenses e povos de matriz africana. O edital pode contemplar até 260 registros fotográficos, para os quais foi alocado o valor de R\$1,0 milhão.
- ▶ Prêmio de produtos artesanais - Difusão de Saberes e fazeres tradicionais - premiação de bens culturais de natureza material produzidos por artesãs, artesãos, mestras, mestres, grupos e

coletivos do Paraná, que registram e traduzem os saberes e fazeres pertencentes às comunidades e a povos tradicionais do Estado. Foram destinados R\$ 1,2 milhão para premiar 246 obras.

- ▶ Prêmio de Artes Visuais - difusão de saberes e fazeres tradicionais - seleção de obras de artes visuais já produzidas por artistas ou coletivos que pertençam a povos e comunidades tradicionais formadores do Paraná. Serão premiadas 28 obras, totalizando o valor de R\$ 280,0 mil.
- ▶ Prêmio para pesquisadores independentes dedicados aos saberes e fazeres tradicionais - novidade entre as categorias de editais lançados pelo Governo do Paraná, esse edital irá selecionar e premiar artigos científicos de pesquisadores e acadêmicos sem vínculo empregatício ou bolsa de pesquisa, que tenham um histórico dedicado aos estudos sobre patrimônio imaterial voltado às expressões culturais tradicionais do Paraná. Serão concedidos 48 prêmios, tendo sido destinados R\$ 336,0 mil.
- ▶ Edital de Credenciamento de Pareceristas para análise técnica de projetos habilitados pelos editais realizados com recursos da Lei Aldir Blanc - edital realizado por meio de recursos do Tesouro Geral do Estado na ordem de R\$ 450,0 mil, para contratação de pareceristas de diversas áreas artístico-culturais.
- ▶ Assessoramento aos municípios na implementação das ações com recursos da Lei Aldir Blanc - prestou apoio técnico-operacional aos municípios por meio da publicação de material com orientações sobre a Lei Aldir Blanc para implementação das ações de responsabilidade municipal, disponíveis em: <http://www.comunicacao.pr.gov.br/Pagina/Informacoes-Gerais-e-Legislacao>. Foi instituído grupo de apoio técnico para prestar orientação aos municípios mediante contato diário com os dirigentes municipais, visando sanar dúvidas na operacionalização dos recursos da lei (contatos divulgados no site da SECC).

Conforme inciso II do art. 2º da Lei 14.017/2020, a implementação dos subsídios aos espaços de cultura ficou sob a responsabilidade das prefeituras, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.464/2020. Mesmo sendo o pagamento uma ação de responsabilidade dos municípios, o Estado do Paraná, por meio da Superintendência-Geral de Cultura, da Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura, buscou auxiliar os gestores municipais paranaenses na implementação e execução do subsídio, com base em orientações obtidas a partir de discussões em âmbito federal, além de ter disponibilizado o Sistema de Informação da Cultura (SIC) para facilitar a operacionalização do benefício pelos dirigentes municipais.

Foram produzidos pela Assessoria de Comunicação da SGC textos institucionais e informativos para o *site* da SECC, de grande alcance junto a veículos de imprensa e prefeituras do Estado, assim como *releases* distribuídos a meios de comunicação (jornais, portais, sites, emissoras de rádio e televisão) em todo o Paraná. Esse conteúdo foi reproduzido ou serviu de base para várias reportagens e entrevistas veiculadas sobre o tema com o intuito de informar os trabalhadores e trabalhadoras da cultura sobre os benefícios previstos na Lei Aldir Blanc.

No que se refere a mídias sociais do Governo, foram produzidas postagens nas redes sociais (*Facebook e Instagram*) da Superintendência da Cultura e de seus equipamentos (museus do Estado, Centro Cultural Teatro Guaíra e Biblioteca Pública do Paraná), para divulgar informações sobre o cadastramento da renda emergencial aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura, e sobre os editais de fomento publicados pela SECC.

Foram elaborados informativos virtuais (*webcards*) com link aberto conduzindo o trabalhador e a trabalhadora da cultura diretamente ao formulário de cadastramento da solicitação da renda emergencial.

Foram realizados eventos *online* de alcance estadual: a) foco nos dirigentes municipais de cultura - realização de dois ciclos de diálogos com as regionais histórico-culturais do Estado do Paraná, envolvendo todos os municípios das respectivas regiões a fim de orientar os dirigentes municipais de cultura; b) Foco na classe artística - realização de uma *live*, com orientações à classe artística sobre os editais de fomento ao setor cultural, esclarecendo os objetos, critérios, valores e metodologia para participação.

- ▶ Sobre as redes de apoio realizou: a) parceria com a Secretaria de Justiça, Trabalho e Família para capacitação da rede de Agências do Trabalhador presente na maioria dos municípios do Paraná, para orientar os trabalhadores e trabalhadoras no processo de cadastro para recebimento da renda emergencial mensal da Lei Aldir Blanc; b) parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) para a realização de curso a distância sobre elaboração de projetos aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura interessados em participar dos editais de fomento com recursos da cultura. Ao todo, foram disponibilizadas cinco mil vagas.

16.1.1.1 Centro Cultural Teatro Guaíra

A partir da edição do Decreto Governamental n.o. 4.230 de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento à COVID-19, a programação do Centro Cultural Teatro Guaíra buscou alternativas para dar continuidade às suas atividades oferecendo de forma *online* e gratuita acesso às seguintes ações:

- ▶ Balé Teatro Guaíra - disponibilizou nas redes sociais um apanhado de obras do seu repertório para acesso geral, e desenvolveu projetos inovadores feitos exclusivamente para a internet. Tais ações resultaram em 160 mil visualizações;
- ▶ Orquestra Sinfônica do Paraná - no período de pandemia, sob liderança do maestro e demais integrantes, foram publicados nas mídias sociais (*Facebook e Instagram*) diferentes programas, como: Música de Câmara; OSP para Crianças; Qual é a Música?; Cinco Perguntas com...; além de vídeos educativos/explicativos.
- ▶ Escola de Dança do Teatro Guaíra - voltada essencialmente ao ensino da dança clássica para alunos de 06 a 21 anos. Durante o período de pandemia foram realizadas aulas *online*.

- ▶ G2 Cia de Dança - desenvolveu o projeto G2 Cia de Dança em Casa, com produção de quatro vídeos referenciando o trabalho desenvolvido pela companhia ao longo de sua trajetória. No primeiro trimestre o CCTG realizou em seus três auditórios e no Teatro José Maria Santos 47 apresentações de espetáculos e eventos de produções e gêneros variados que atingiram um público total de 31.753 espectadores.

16.1.2 Biblioteca Pública do Paraná (BPP)

Em função da pandemia causada pela COVID-19, a BPP passou a realizar as suas atividades culturais e educacionais de forma *online*.

- ▶ Hora do Conto Virtual - sessão de contação de histórias para crianças.
- ▶ Seção Infantil convida - série de vídeos com a participação de contadores de histórias parceiros.
- ▶ Era uma Zine - O Fanzine, anteriormente publicado em formato impresso, ganhou uma versão digital.
- ▶ Dica da equipe - série de *posts* para as redes sociais em que funcionários da biblioteca indicam leituras para o período da quarentena.
- ▶ Oficina de Trabalhos Manuais - atividades manuais voltadas ao público infantil.
- ▶ Onde Escrevo - série de posts para as redes sociais em que escritores e jornalistas paranaenses mostram seus locais de trabalho e leitura em casa.
- ▶ Parcerias - durante a pandemia, a BPP estabeleceu cinco parcerias com outros produtores de conteúdo.
- ▶ Jornal Cândido - desde março, a publicação literária da BPP passou a ser lançada exclusivamente no formato digital.
- ▶ Prêmio Biblioteca Digital - lançado como uma das medidas de apoio ao setor cultural, o edital recebeu 1.225 inscrições de livros inéditos de autores brasileiros.
- ▶ *Live* em comemoração à Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, promovida no dia 28 de outubro, de forma gratuita com um escritor e crítico literário brasileiro.

16.1.2.1 Patrimônio cultural

O patrimônio cultural do Paraná está em constante monitoramento, avaliação, integração e articulação entre suas unidades físicas. Em 2020, tiveram destaque as seguintes ações da Coordenação do Patrimônio Cultural:

- ▶ Estudos técnicos realizados: Orla Marítima do Município de Matinhos - Litoral do Estado; Araucárias Petrificadas, com aproximadamente 250 milhões de anos, localizadas no Ecoparque, no município de Prudentópolis; ampliação do Palácio Garibaldi e aprovação da reforma da sede histórica do Museu de Arte Contemporânea do Paraná (MAC-PR).
- ▶ Acompanhamento de intervenções no Reservatório do Alto São Francisco, Curitiba.

- ▶ Vistorias técnicas realizadas: a) nos bens tombados: Instituto de Educação Professor Erasmo Pilotto; Museu de Arte Contemporânea do Paraná (MAC-PR); Museu da Imagem e do Som do Paraná (MIS-PR); Palácio Belvedere, em Curitiba; atual Museu de Witmarsum, em Palmeira; Estação Saudade; Estação Paraná; e Mansão Vila Hilda em Ponta Grossa; b) em bem em processo de tombamento - Centro Histórico de Castro.
- ▶ Projetos: a) elaboração de projeto de *layout* para o Palácio Iguazu, no Centro Cívico, Curitiba; b) aprovação do anteprojeto de revitalização da Orla do Rio Nhundiaquara em Morretes; e de restauração da Casa Elfrida Lobo em Paranaguá; c) Aprovação de projeto de ampliação do Palácio Garibaldi em Curitiba; d) análises de projetos: de publicidade, parâmetros construtivos, restauro e reforma em imóveis localizados na Rua XV de Novembro, Rua Comendador Araújo e no Centro Cívico, em Curitiba; entre outras atividades de análise, estudo e aprovação de projetos.

16.1.2.2 Museus

Os museus do Paraná, apesar do fechamento para visitação do público, receberam apoio e assessoramento por parte da Coordenação do Sistema Estadual de Museus na capacitação dos servidores visando à implementação de melhorias estruturais físicas e administrativas por meio de visitas, reuniões e orientações técnicas sobre planejamento, curadoria e montagem de exposições; implantação do sistema PERGAMUM e cursos a distância.

- ▶ Exposições e eventos realizados no primeiro trimestre de 2020 - Paul McCartney *in* Curitiba *Forever*; Curitiba Cultural; Cine Pipoca & Picol ; rodas de leitura; Intervenções Poéticas; lançamentos de livros; Pequenos Gestos: Memórias Disruptivas; Ásia - A Terra, Os Homens, Os Deuses | 2  Edição; Man Ray - Em Paris *In Paris*; Espécies Raras - Tony Cragg; Arte Para Maiores; MON Para Todos - Tea; Artistas do Acervo; visitas mediadas e oficinas artísticas para grupos agendados; parcerias/intercâmbios culturais; Eu Memória, Eu Floresta: História Oculta; Educação Pela Pedra; Ilhas da Imaginação; 6 x 6 Horizontes PR - evento da Bienal de Curitiba; curso Introdução aos Processos Fotográficos Históricos e Conversas de Cinema: Roteiro.
- ▶ Exposições e eventos realizados após o Decreto n.º 4.230/2020: Meio Século de Arte: 1970-2020; #MACdeCasa, *Do It (Home)*; *newsletter* Da Janela de Casa; Arte no Paraná; Meu Mundo Minha Janela; Outubro Divertido; 2  Concurso Paranaense de Desenho; exposições *online* de alunos; oficina de artes visuais; mediações sobre as obras do acervo; #Arquiteturamon; oficinas artísticas; Ateliê dos Artistas do Acervo; #Artequeeuexpiro; memória das exposições realizadas - #Tbt; I Simpósio Virtual Arte Indígena em Comunicação: Diálogos Entre Saberes Tradicionais, Est tica e Sustentabilidade; palestra A Política da Imperman ncia nas Artes Ameríndias; *live* sobre o filme Bicicletas De  nder ; Memória e Arte Kaingang em Rio das Cobras (Paraná); palestra Entrelaçando Arqueologias e Artes Indígenas no Paraná, Sul do Brasil; palestra de encerramento Artes dos Povos Indígenas no Brasil; Exposição Curitiba: Símbolos em Questão; MUPA LAB: Pesquisadores no Acervo - *Podcast* e *Live*; Conheça o Acervo; Dicas do MIS-PR; Semana dos

Museus; Cineclube Aurora: ciclo de curtas-metragens paranaenses; pesquisa sobre o MIS-PR; Cineclube Aurora; Primavera dos Museus - visita guiada *online* à exposição Ilhas da Imaginação e oficina de brinquedos ópticos para crianças.

- ▶ 67º Salão Paranaense - de edição bienal, o evento faz parte do calendário oficial da SECC. Com premiação em dezembro, as obras premiadas serão incorporadas ao acervo do Museu de Arte Contemporânea do Paraná (MAC-PR), que completa 50 anos em 2020.

16.1.2.3 Gestão do Sistema Estadual de Cultura:

- ▶ Lei Estadual 20.197/2020 - um dos grandes avanços no ano de 2020 foi a aprovação da Lei n.o 20.197 que instituiu o Sistema Estadual de Cultura (SEC), viabilizando a integração do Paraná ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). O sistema é composto por: Conselho Estadual de Cultura; Plano Estadual de Cultura; Fundo Estadual de Cultura; Sistema de Informações Culturais; e Programa de Formação em Cultura. É organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada entre União, Estados, municípios e sociedade civil, objetivando promover o exercício dos direitos culturais e o desenvolvimento humano de forma geral e possibilitar a sustentabilidade das políticas públicas de cultura.
- ▶ Assessoramento aos municípios: atualmente, dos 399 municípios do Paraná, apenas três contam com o sistema municipal completo. Com o intuito de assessorar os municípios na implantação dos componentes dos seus sistemas, foram lançados os Fascículos da Cultura, uma publicação de caráter teórico, com linguagem objetiva e didática, sobre: o que é o Sistema Municipal de Cultura; como implantar um Órgão Gestor de Cultura; como instituir o Conselho Municipal de Cultura; como realizar uma Conferência Municipal de Cultura; como elaborar o Plano Municipal de Cultura; como instituir o Fundo Municipal de Cultura. Os volumes foram amplamente divulgados e disponibilizados no site da SECC.

16.1.3 Comunicação

O Estado deve manter uma comunicação forte e atuante que possa, além de produzir conteúdo, noticiar os acontecimentos no âmbito decisório do Governo e neste exercício, principalmente, orientar a população nas ações necessárias ao combate da pandemia da COVID-19 e no racionamento de água, devido à estiagem que se assolou o nosso Estado.

Quando se fala na estrutura da comunicação institucional no Paraná, fala-se do que é transmitido pelas plataformas de divulgação, mas, também, da engrenagem que deve estar em harmonia, para levar informação de qualidade não somente ao povo paranaense, mas a todos e a todas que de alguma maneira tenham acesso ao conteúdo.

Seguindo esta atribuição, as coordenações desenvolvem um trabalho em conjunto, primando pela integração, a fim de produzir conteúdo e divulgar as ações da administração direta e das empresas de economia mista.

O eixo estrutural de trabalho e o esforço conjunto têm como uma das diretrizes a divulgação pelos meios de comunicação do Estado do Paraná, as ações e realizações do Governo nas mais diferentes frentes de atuação, contemplando todas as Secretarias existentes.

A SECC, por meio de suas coordenações de comunicação, é responsável pela produção e divulgação de campanhas de interesse da população e de utilidade pública que, além de informar, trazem transparência aos serviços realizados por diversos Órgãos estatais e/ou seus pares legalmente constituídos, como: DETRAN, SANEPAR, COPEL, COMPAGÁS, Fomento Paraná e APPA.

A busca contínua por realizar um trabalho de excelência no que se refere à produção de conteúdo e divulgação de informações, praticamente em tempo real, faz com que se alcance números expressivos, como os da rede mundial de computadores. Nas redes sociais, contou com cerca de: a) 447.424 seguidores no *Facebook*; b) 140.481 seguidores no *Instagram*; c) 39.741 seguidores no *Twitter*; d) 968.458 visualizações no *Youtube*; e) 39.857 seguidores no *Facebook* Viaje Paraná; f) 21.149 seguidores no *Instagram* Viaje Paraná.

O site da Agência de Notícias do Paraná (www.aen.pr.gov.br), principal plataforma para publicação de notícias dos Órgãos do Estado, teve um aumento considerável passando de 4.198.128 visualizações em 2019, para 11.175.171 em 2020. Foram publicados: 4.258 textos (reportagens), 5.670 áudios (notícias para rádio), 25.128 fotografias e 719 vídeos.

O conteúdo disponibilizado nas plataformas é de livre utilização pelos meios de comunicação (jornais, revistas, sites, rádios e televisões), com a recomendação de que seja atribuído crédito para a Agência no caso de publicação/veiculação da reportagem.

O Estado do Paraná conta com a Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE), atual TV Paraná Turismo com as rádios Paraná Educativa FM e AM. Esse veículo de informação paranaense alcança algumas cidades do Paraná e, por meio do C2 (parabólica) chega a toda o Brasil e América do Sul. A TV transmite em várias plataformas com o objetivo de alcançar o maior número de regiões, divulgando o Paraná e levando informação aos interessados.

A TV Paraná Turismo, fez com que o turismo paranaense fosse impulsionado por uma programação diversificada e de qualidade, valorizando as belezas naturais, a cultura, o meio ambiente, a vida ao ar livre e a gastronomia locais. Em 2020, com a pandemia de COVID-19, foram suspensas as gravações dos programas e ainda passaram a ser exibidas as aulas do município de Curitiba, em canal exclusivo de Multiprogramação, 24 horas por dia.

A TV produziu 80,0% de seus programas dentro das fronteiras do Estado, e a grade de programação foi dividida em macrotemas: a) agricultura - 01; b) arte - 01; c) cultura - 04; d) educação - 04; e) entrevistas - 02; f) história e cultura - 02; g) meio ambiente - 05; h) música - 01; i) notícias - 02; j) boletins exibidos como interprogramas sobre a agenda do governador - em média 04 inéditos por

dia; k) entretenimento - 01; l) pesca esportiva - 02; m) culinária - 01; n) prestação de serviços - 01. São exemplos dos programas exibidos:

- ▶ Turismo em Pauta - diferentes segmentos do turismo no Paraná são abordados, entre eles: turismo de negócios, sustentável/ecológico, náutico e religioso.
- ▶ Identidade Paraná - de entretenimento e cultura, aborda de forma leve e descontraída a produção cultural paranaense.
- ▶ Descubra Paraná - revista eletrônica sobre o Estado, que reúne dicas de turismo.
- ▶ AgroTur- utiliza elementos da *internet* e uma linguagem moderna, dinâmica, divertida e relevante para falar sobre agricultura.
- ▶ Aventuras do Richard no Paraná - programa em que um biólogo e conservacionista explora o Paraná em busca dos destinos turísticos do Estado.
- ▶ Vai Viajar - apresenta com bom humor as condições das estradas e as agendas do final de semana, dicas de segurança e muito mais, tudo para o telespectador viajar com tranquilidade.
- ▶ História e Sabores - apresenta os principais pratos da culinária paranaense, suas receitas e a história do Paraná em um clima descontraído e prático.
- ▶ Sabiá no Paraná - programa de aventura e esportes radicais, envolvendo paraquedismo, rapel, voo livre, *rafting* e muito mais, apresentado por um recordista mundial de paraquedismo.

A Rádio Paraná Educativa deu prosseguimento à programação já consolidada, aproximando-se mais dos seus ouvintes por meio de aplicativos para celular. Além disso, a ampliação da utilização da tecnologia digital móvel por parte da população paranaense teve como consequência a maior interatividade com os âncoras, por meio do *WhatsApp*.

Neste ano, a programação das rádios contou com uma gama de programas, nas mais diversas áreas do entretenimento e informação: a) Programação 97.1 FM - 38 programas musicais, seis musicais com entrevistas, três musicais com literatura, um programa de jornalismo e quatro interprogramas; b) Programação 630 AM - 10 programas musicais, quatro musicais com entrevistas, dois musicais com literatura, um programa de entrevista, um programa de esporte, um programa de Informação/Direito e três interprogramas.

A comunicação de maneira geral não atua somente em uma plataforma de divulgação ou de alcance e apresenta os seguintes números com as rádios e TV, nas redes/mídias sociais (acesso ao site da RTVE): a) 206.160 usuários; b) 206.616 novos usuários; c) 398.913 visualizações de página; d) duração média da sessão - 03'23".

As redes sociais da RTVE apresentaram: a) 57.459 seguidores no *Facebook* (página da TV + rádio); b) 9.753 seguidores no *Instagram* (TV); c) 36.800 inscritos no *YouTube*; d) 104.102 seguidores nas redes; e) engajamento total no *Facebook* - 106.398; f) média de alcance *Facebook*/dia: 1.677.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

17 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB)

A SEAB tem por missão prover políticas públicas para o setor agropecuário visando o desenvolvimento rural sustentável (social, econômico, ecológico, cultural, geográfico), reduzindo as desigualdades regionais e garantindo segurança alimentar e nutricional à população, qualidade de vida aos agricultores e respeito ao meio ambiente, tendo como referência a inovação tecnológica, bem como a inclusão socioproductiva do agricultor familiar individual ou em grupos, associações, cooperativas e outras formas de organização. Atua por meio de seus departamentos, núcleos regionais e suas unidades descentralizadas construindo o Sistema Estadual de Agricultura (SEAGRI), que trabalham de forma sistêmica e em sincronia, na pesquisa, na prestação de orientação técnica especializada, no planejamento, na organização, no controle e na execução das atividades.

Compõem a SEAB os Departamentos a) de Desenvolvimento Rural Sustentável (DEAGRO); b) de Abastecimento, Segurança Alimentar e Nutricional (DESAN); c) de Economia Rural (DERAL); d) de Florestas Plantadas (DEFLOP).

Vincula-se à SEAB o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER (IDR - PR), as Centrais de Abastecimento do Paraná S.A (CEASA) e a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR).

O IDR-PR resulta da incorporação do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA) e da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR), pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR). Tem como responsabilidades: a) a promoção do desenvolvimento rural, tecnológico, socioeconômico, político e cultural da família rural e seu meio, em atuação conjunta com a população rural e suas organizações; b) a pesquisa e a inovação técnico-científicas no meio rural mediante o desenvolvimento e a transferência de tecnologias e a execução de políticas públicas que priorizem a inclusão social e produtiva capazes de promover a competitividade da agricultura e o bem-estar do produtor rural e suas famílias; c) a divulgação, o apoio e a promoção de ações de ensino, pesquisa e extensão voltados ao desenvolvimento de modelos agrícolas sustentáveis baseados nos preceitos da ciência agroecológica; d) a coordenação e o provimento de soluções de engenharia rural em empreendimentos voltados ao desenvolvimento agropecuário, na infraestrutura logística de estradas rurais e de armazenagem, do abastecimento e segurança alimentar, de classificação de produtos de origem vegetal e de energias renováveis; e) ações coordenadas visando a produção de alimentos saudáveis e de alta qualidade; f) a certificação das propriedades rurais produtivas sustentáveis e éticas, com emissão de selo certificador, conforme critérios a serem definidos pelo próprio Instituto.

A CEASA é formada por cinco unidades atacadistas de comercialização de hortigranjeiros no Estado: Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá. As unidades contam com 685 empresas atacadistas, que além de comercializarem hortigranjeiros, negociam flores e plantas ornamentais. Seu compromisso é proporcionar à população o acesso a alimentos seguros em quantidade e de alta qualidade.

A ADAPAR tem como compromisso manter e promover a defesa agropecuária e a inspeção sanitária dos produtos de origem animal, a prevenção, o controle e a erradicação de doenças dos animais e de pragas dos vegetais de interesse econômico ou de importância à saúde da população e assegurar a segurança, a regularidade e a qualidade dos insumos de uso na agricultura e na pecuária.

17.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

As ações e iniciativas da SEAB, bem como sua missão, desafios e transformações desejadas, encontram-se em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em seus princípios e estão pautadas nas seguintes diretrizes estratégicas:

17.1.1 Competitividade e Renda

Trata-se da expansão e consolidação do parque agroindustrial buscando o fortalecimento do cooperativismo, bem como a ampliação, classificação e adequação sanitária das agroindústrias familiares, sobretudo com inclusão de mulheres e jovens agricultores, estabelecendo instrumentos essenciais, principalmente mediante programas que contemplem a modernização, geração, inovação e difusão de processos tecnológicos, assistência técnica, extensão rural, soluções de engenharia e de logística em infraestrutura eficientes, sempre em parceria com os municípios, buscando integrá-los aos Planos Diretores Municipais, com aval dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, bem como a integração dos demais segmentos organizados da sociedade civil, além do Governo federal e com apoio da Assembleia Legislativa do Estado, bem como parcerias com a iniciativa privada. Dentre as principais atividades realizadas destacaram-se:

- ▶ Projeto E-ADAPAR - Início do projeto de desburocratização do registro de 7,3 mil empresas, com o propósito de realizar a transformação digital, ampliando os serviços digitais para os usuários da ADAPAR; desburocratizando o registro dos estabelecimentos agropecuários e eliminando o uso de formulários de papel e promovendo a integração com outras organizações como a Junta Comercial, Crea-PR, IAT e CRMV.
- ▶ Operacionalização dos Postos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário (PFTA) de Campina Grande do Sul e cessão do PFTA de General Carneiro, localizado no município de Água Doce - SC, por meio de termo de cooperação entre a ADAPAR e a Polícia Rodoviária Federal - Superintendência de Santa Catarina.

- ▶ Programa Paraná Mais Cidades - consiste no apoio aos municípios na estruturação de cadeias produtivas (por meio de convênios para construção de feiras livres, aquisição de equipamentos para agroindústrias, máquinas, implementos, tratores, veículos, etc.). Contou com investimentos na ordem de R\$ 17,4 milhões distribuídos entre 190 municípios.
- ▶ Programa Coopera Paraná - fortalecimento das pequenas associações e cooperativas da agricultura familiar, que oportunizou ações integradas entre o setor público e privado, por meio de apoio financeiro e também por meio de capacitações e assistência técnica junto às cooperativas. Foram formalizados 63 Termos de Fomento junto às associações e cooperativas e totalizou um valor de R\$ 18,5 milhões.
- ▶ Programa Estradas da Integração - para melhoria da trafegabilidade, manutenção e conservação das estradas rurais, investiu R\$ 22,5 milhões em pavimentação com pedras irregulares, óleo diesel e cascalhamento adequando aproximadamente 143 km.
- ▶ Patrulhas Rurais - contam com 16 Consórcios Intermunicipais em atuação, envolvendo 35 municípios, 800 propriedades e cerca de 4 mil agricultores, executaram 440 km de projetos de adequação, readequação, manutenção e/ou melhorias estradas rurais. Em 2020, foram efetivados 12 convênios junto aos consórcios Intermunicipais, visando o repasse de recursos financeiros no valor total de R\$ 4,3 milhões, para aquisição de óleo diesel a ser utilizado nas patrulhas rurais quando da execução de projetos de adequação, readequação, manutenção e ou melhorias em estradas rurais. A previsão é de aquisição de 1,4 milhões de litros de óleo diesel e 630 km de estradas a serem trabalhadas envolvendo aproximadamente 1,7 mil propriedades e cerca de 8,8 mil agricultores.
- ▶ Programa REVITIS Paraná - visa a revitalização da viticultura paranaense com apoio à cadeia produtiva da uva em quatro eixos: Pesquisa e Produção; Comercialização; Agroindústrias; e Turismo. Foram iniciados 05 projetos-piloto, com a participação de 65 agricultores familiares, aquisição de 38.500 mudas de videira livres de doenças, além de insumos e materiais para instalação dos pomares, com aplicação de cerca de R\$ 302,0 mil reais em 11 hectares. Encontra-se em instalação viveiro administrado pelo IDR Paraná em Santa Tereza do Oeste, que terá capacidade de produzir 152 mil estacas por ano, livres de doenças e pragas quando em plena produção, com investimento de R\$ 362,0 mil reais.
- ▶ Na fruticultura foram apoiados 11 projetos comunitários, com a participação de 135 produtores familiares, onde foram aplicados R\$ 433,0 mil, com aquisição de 514 mil mudas de pitaia, goiabeira, abacaxi, maracujá e manga, além de aquisição de insumos e materiais para instalação de unidades demonstrativas visando disseminação de boas práticas de manejo das culturas frutícolas em mais de 190 hectares.
- ▶ O Programa de Apoio à Estruturação de Cadeias Produtivas do leite, arroz e cana-de-açúcar Fortalecimento e Dinamização Econômica Rural, por meio da aquisição e instalação de máquinas e equipamentos, investiu o valor de R\$ 200,0 mil reais.

- ▶ Estão em execução 139 projetos de pesquisa, conduzidos pela equipe interna de pesquisadores e analistas do IDR-PR, e por meio de parcerias e redes de pesquisa com outras instituições. Estes projetos têm forte aderência com as diretrizes estratégicas do Sistema Estadual de Agricultura, contribuindo para a geração de Competitividade e Renda, Inclusão Sócio Produtiva da Agricultura Familiar, Produção Sustentável e Segurança Alimentar e Nutricional e a Melhoria da Qualidade de Vida no Meio Rural.
- ▶ O apoio à agricultura, por meio de emendas parlamentares, contou com a aquisição de 312 caminhões, máquinas e tratores agrícolas e veículos utilizados na adequação, manutenção e melhorias de estradas rurais, beneficiando 163 municípios com o investimento de R\$ 90,0 milhões de reais.
- ▶ O curso de Mestrado IDR-PR formou 12 profissionais em Agricultura Conservacionista.
- ▶ Por meio das Unidades Armazenadoras de Grãos e Unidades Frigoríficas, o IDR-PR armazenou mais de 170 mil toneladas entre produtos agrícolas, industrializados, frutas e resfriados.
- ▶ Realizada auditoria do processo de classificação de mais de 20 milhões de toneladas de produtos para exportação no Porto de Paranaguá, bem como classificação e certificação de 265 mil toneladas de produtos destinados à alimentação humana, em atendimento à Lei Estadual n.o 9.972/00.
- ▶ A Tarifa Rural Noturna (TRN) contribuiu para reduzir os custos de produção e de manutenção das propriedades, garantindo subvenção na tarifa de luz de até 60,0% no período noturno, beneficiando aproximadamente 8 mil produtores por mês, com investimento no montante de R\$ 45,5 milhões ao longo do ano.

17.1.2 Inclusão Socioprodutiva da Agricultura Familiar

Trata-se do apoio e estímulo ao cultivo de produtos de alto potencial de valor agregado e à estruturação de atividades agrícolas e não agrícolas, assistência técnica, extensão rural e previsões e avaliações da produção agropecuária. Além disto, promove a inclusão socioprodutiva de agricultores familiares que se encontram distantes do aparato do Estado, por meio de capacitação, pesquisa, ensino agroecológico em seus mecanismos ou instrumentos de apoio a esse público específico. Dentre as principais atividades realizadas destacaram-se:

- ▶ Implementação do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUASA/SUSAF/PR), com o lançamento do Selo do SUSAF-PR e criação da Câmara Técnica, sob coordenação da Gerência de Inspeção de Produtos de Origem Animal (GIPOA/ADAPAR). O SUSAF-PR já conta com a adesão de cinco municípios, cujas empresas podem expandir seus negócios e comercializar seus produtos em todo território nacional.
- ▶ Implantação do Selo ARTE no Estado, por meio da Portaria n.o 175/2020/ADAPAR e a disponibilização, na página da ADAPAR, do Manual do Selo ARTE no Paraná. A concessão do Selo

no Estado é feita por meio da GIPOA e está disponível aos produtores de produtos artesanais que tenham interesse em comercializar seus produtos em território nacional.

- ▶ Implantação do programa Compra Direta Paraná, adquirindo gêneros alimentícios das cooperativas e associações da agricultura familiar e destinando-os ao atendimento da rede socioassistencial do Estado, como os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), restaurantes populares, bancos de alimentos, casas de longa permanência, hospitais filantrópicos, entre outros. O recurso de R\$ 20,0 milhões beneficiou 907 entidades filantrópicas de 394 municípios que trabalham com a população mais vulnerabilizada do Estado, atendendo aproximadamente 530 mil pessoas com a entrega de alimentos diversificados, inclusive orgânicos, impactando diretamente na imunidade e saúde dos mesmos. Esta ação promoveu também a geração de renda para aproximadamente 12 mil agricultores familiares de 147 associações e cooperativas do Estado.
- ▶ Execução do Programa Aquisição de Alimentos (PAA) - compra de alimentos diversos oriundos da agricultura familiar com doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições à rede pública e filantrópica de ensino, atendendo demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional em 80 municípios.
- ▶ Programa Trator Solidário, Implementos e Equipamentos Solidários (PTS/PR) - financiou 540 unidades de tratores agrícolas, 12 colhedoras de grãos e 04 pulverizadores, com valor aproximado de R\$ 62,2 milhões, beneficiando diretamente cerca de 556 agricultores familiares e mais de 1.112 propriedades de forma indireta.
- ▶ Programa de Subvenção ao Prêmio Seguro Rural (PSR-PR) - aplicou cerca de R\$ 11,7 milhões, beneficiando cerca de 5.548 produtores, com um total de 6.689 apólices aprovadas, assegurando a produção de 403 mil hectares de diversas culturas, como trigo, milho, cevada, uva e feijão.
- ▶ Programa Cestas Solidárias, que conecta consumidores a produtores rurais, atendeu mais de 1 mil famílias de consumidores que receberam, semanalmente hortaliças orgânicas direto do produtor, beneficiando também cerca de 50 famílias de agricultores.
- ▶ Durante a quarentena, o Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SIP/POA manteve a fiscalização nos mais de 320 estabelecimentos produtores de produtos de origem animal sob sua chancela, garantindo assim à população paranaense a continuidade da oferta de alimentos seguros ao consumo, como também registrou nove novos estabelecimentos produtores.
- ▶ Projeto de Inclusão Social e Produtiva do IDR-Paraná - por meio das ações de ATER, realizou atendimento a 93,4 mil pessoas, das quais: a) 71,6 mil agricultores familiares; b) 484 trabalhadores rurais; c) 459 pescadores artesanais; d) 2,4 mil jovens rurais; e) 5,4 mil mulheres rurais; f) 2,5 mil

agricultores patronais; g) 510 indígenas; h) 190 quilombolas; i) 3,1 mil assentados; j) mil técnicos de ATER; e k) 3,4 mil outras pessoas que se relacionam ao meio rural.

- ▶ Programa Renda Agricultor Familiar - Nossa Gente Paraná - o IDR-PR atua em parceria com a Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), na orientação e elaboração de projetos para inclusão sócio produtiva. Beneficiou diretamente 711 famílias rurais em situação de vulnerabilidade social, sendo 371 novas famílias beneficiárias; sua execução financeira foi de R\$ 990,0 mil reais.
- ▶ Publicação dos índices do Valor Bruto da Produção (VBP) referentes a 2019, que influencia no Fundo de Participação do Município.
- ▶ Capacitação de 291 profissionais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, com emissão de certificado, com destaque para os cursos de Caracterização Regional e Descrição de Cadeias Produtivas da Agricultura.
- ▶ O IDR-PR foi responsável pela formulação e divulgação de 87 artigos científicos, publicação de 2 capítulos de livro, bem como a realização de 22 eventos para difusão de novas tecnologias da agropecuária.
- ▶ Execução de 139 projetos dos diversos programas de pesquisa, bem como lançamento de 04 cultivares de acerola desenvolvidas pelo IDR-PR, beneficiando diretamente centenas de agricultores.
- ▶ Realização de palestras (*Webinar online*) técnicas sobre o agronegócio, Paraná/Brasil, situação presente e tendências para a safra, com a participação de representantes de entidades públicas, privadas, técnicos, agricultores e estudantes.

17.1.3 Produção Sustentável

Trata-se do fomento e incremento de modelos de produção e comercialização com vistas a redução de desgastes dos recursos naturais. E, para tanto, incorporando as melhores formas para minimizar os custos ambientais como: a realização de pesquisas para estimular a produção agroecológica e orgânica, o aproveitamento de potenciais energéticos, o impulsionamento da adoção de boas práticas no manejo integrado e uso de solos e água, na prevenção e no controle racional de pragas e doenças, no uso correto de agroquímicos (agrotóxicos, fungicidas, herbicidas e inseticidas), e na coordenação da política de florestas plantadas, como forma de manter ao longo de todo ciclo de vida de bens e serviços garantindo a capacidade produtiva. Dentre as principais atividades realizadas destacaram-se:

- ▶ Publicação do Decreto n.º 4.311 de março de 2020 - com a regulamentação da Lei nº 6.751/10, que institui a alimentação escolar orgânica em todo o sistema estadual de ensino do Paraná.
- ▶ Projeto Bovinocultura de Leite - beneficiou 15,4 mil agricultores rurais com foco na qualidade do produto e manejo de alimentação.

- ▶ Celebração do Dia Mundial de Alimentação -ação realizada pela SEAB, no dia 16 de outubro, com realização de Live sobre o tema da ONU - Cultivar, Alimentar, Preservar, Juntos; divulgação de cartilha sobre Horta como Hobby, Destaques nas redes sociais sobre os Heróis invisíveis da alimentação com frases de pessoas comuns e que trabalham para a produção e distribuição de alimentos.
- ▶ O número de produtores orgânicos certificados no Paraná registrou um crescimento de 40,0% em menos de dois anos, totalizando atualmente 3.548 certificações, a maioria de forma participativa.
- ▶ Projeto Olericultura - com foco em ações para qualidade dos produtos e para plantio direto em hortaliças beneficiou 11,7 mil famílias. O curso de capacitação em Olericultura Orgânica (Tomate Orgânico e SPDH para folhosas) resultou na implantação de 148 unidades de produção orgânica.
- ▶ Projeto Inclusão Social e Produtiva com foco no acesso às políticas públicas como o Programa Nossa Gente Paraná - Renda Agricultor e Fomento das Atividades Produtivas Rurais, beneficiou aproximadamente 7 mil famílias de produtores rurais.
- ▶ Projeto Grão Sustentável - atua na racionalização no uso de insumos, plantio direto, manejo e conservação de solos, manejo integrado de pragas, doenças e invasoras, monitoramento de doenças e comercialização dos produtos; beneficiou cerca de 22 mil agricultores.
- ▶ Na área ambiental foram realizadas ações de forma transversal em cada área e projeto e atividades específicas. Em 2020, destaca-se a estruturação de ações e intensificação de proteção de fontes, com georreferenciamento e execução de mutirão com agricultores, com envolvimento de 555 pessoas e proteção de 80 fontes.
- ▶ Programa de Gestão de Solo e Água em Microbacias - práticas corretivas e preventivas de conservação de solo e águas. Em 2020, foi continuada a implantação dos projetos dos convênios já pagos nos quatro anos anteriores.
- ▶ Visando contribuir com ações de prevenção, pesquisa e controle da praga em todo o Estado a ADAPAR realizou o monitoramento da praga *Lobesia botrana*, da doença Enfezamento do Milho, efetuou o recolhimento das sementes de origem estrangeira e fez a fiscalização de Resíduo de agrotóxicos em milho exportado e do Comércio e uso do Agrotóxico *Paraquat*.
- ▶ Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (PROSOLO) - programa sistêmico que atua em parceria com os programas: Microbacias, Pro-Rural, Pronasolos, Moringa Cheia e Plante Seu Futuro, foi conceituado pela Rede Paranaense de Agropesquisa e Formação Aplicada, a maior rede de pesquisa em manejo e conservação de solo do País. O programa envolve 19 instituições, 147 pesquisadores, 55 bolsas de pesquisa, atuando em 35 projetos e aplicação de recursos na ordem de R\$ 12 milhões de reais.

17.1.4 Segurança Alimentar e Nutricional e a Melhoria da Qualidade de Vida no Meio Rural

São fatores fundamentais garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a segurança, a regularidade e a qualidade dos insumos agropecuários para que se proporcione à população o acesso a alimentos seguros em quantidade e de alta qualidade, bem como ampliar o acesso à moradia, saúde, saneamento e educação, às famílias que se encontram em vulnerabilidade social. Dentre as principais atividades realizadas destacaram-se:

- ▶ O Paraná foi reconhecido nacionalmente como área livre de febre aftosa sem vacinação pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio da Instrução Normativa n.o 52, de 11 de agosto de 2020, possibilitando ao agronegócio paranaense alcançar novos mercados para os produtos de origem animal, com a perspectiva de ampliar o comércio com países que remuneram melhor os produtos, gerando mais investimentos, empregos e renda. Para esse reconhecimento, foi realizado, entre outras atividades, um estudo soroepidemiológico em aproximadamente 10 mil animais em mais de 330 propriedades rurais.
- ▶ O Programa Emergencial Comida Boa atendeu mais de 794 mil famílias, levando segurança alimentar e nutricional aos lares das famílias paranaenses economicamente vulneráveis. Em três parcelas, o programa distribuiu R\$ 113 milhões, dinamizando a economia regional do Estado e alentando as famílias em situação de risco.
- ▶ Programa Leite das Crianças - tem por objetivo o auxílio no combate à desnutrição infantil por meio da distribuição gratuita e diária de 01 litro de leite enriquecido às crianças de 02 a 36 meses. Foram distribuídos aproximadamente 26 milhões de litros de leite, com atendimento mensal de 71,5 mil crianças, envolvendo 5 mil produtores rurais como fornecedores, totalizando um investimento de R\$ 73,0 milhões de reais.
- ▶ Programa Restaurantes Populares - visa a comercialização de refeições saudáveis a preços acessíveis. Foi firmado Convênio com a Polícia Militar de Londrina, e estão em análise projetos de Londrina e Cozinha Central de Maringá.
- ▶ Programa Hortas Comunitárias Urbanas - busca ampliar a oferta de alimentos saudáveis e incentivar a agricultura orgânica. Foram celebrados cinco novos convênios com os municípios de Roncador, Francisco Beltrão, Ângulo, Nova Tebas e São Jorge do Patrocínio; bem como um convênio com o Ministério da Cidadania para modernizar a logística de recepção, conferência e distribuição dos produtos da agricultura familiar, nas centrais públicas de 105 municípios. Foram entregues 61 kits completos, compostos por veículo utilitário e equipamentos, cumprindo e finalizando a execução do convênio.
- ▶ Comercialização de hortifrutigranjeiros - feita pelo CEASA, resultou em 1,2 milhão de toneladas, gerando receita superior a R\$ 2,9 bilhões, sendo destes 65,0% comercializados pela unidade Curitiba.

- ▶ Ações para modernização e recuperação da capacidade operacional das Centrais Públicas de Abastecimento, Sacolões e Feiras Livres - contou com a celebração de 12 novos convênios firmados com os municípios de Arapongas, Tapejara, Lidianópolis, Ângulo, Ampere, Nova Tebas, Cruzeiro do Oeste, Icaraíma, Goioxim (2), Rebouças e Cafezal do Sul.
- ▶ Programa Cozinhas/Panificadoras Comunitárias, que tem como objetivo a produção e distribuição e/ou comercialização de refeições saudáveis a preços populares, firmou 19 novos convênios com os municípios de Apucarana, Ubiratã, Sertaneja, Nova América da Colina, Goioxim, Rebouças, Ivaiporã, Borrazópolis, Figueira, Laranjeiras do Sul, Guaraniaçu, Prado Ferreira, Mandaguari, Marialva, Guaratuba, Jardim Olinda, Nova Tebas, Ivaté e São Jorge do Patrocínio. Realizou o monitoramento dos Convênios de Bandeirantes, Moreira Sales, Sertaneja e Itambaracá, Cornélio Procópio, Joaquim Távora e Ibaiti.
- ▶ Manutenção do *status* internacional de área livre de Peste Suína Clássica, livre de *Newcastle, Influenza* Aviária e de risco insignificante para encefalopatia espongiforme bovina, conferindo ao Estado do Paraná patamares de referência mundial em saúde animal.
- ▶ Distribuição de sete mil toneladas de merenda escolar aos 399 municípios.
- ▶ A CEASA Paraná investiu o montante de R\$ 5,8 milhões na melhoria de sua capacidade operacional com a modernização das estruturas e adequações para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, assim distribuídos: a) CEASA Curitiba - R\$ 4,4 milhões, na execução de obras de construção e conservação, envolvendo pavimentação e melhoramento da eficiência energética e usina solar com placas fotovoltaicas; b) CEASA Foz do Iguaçu - R\$ 880,0 mil, realizou obras de revitalização, construção e conservação envolvendo pavimentação e recuperação do Pavilhão do Produtor; c) CEASA Maringá R\$ 329,0 mil, realizou obras de construção e revitalização; d) CEASA Londrina - R\$ 208,0 mil, obras de melhoramento da unidade.
- ▶ O Programa Banco de Alimentos atua em parceria com produtores rurais e permissionários do mercado atacadista por meio de coleta, repasse e doação de hortigranjeiros sem padrão de comercialização, porém ainda em boas condições de consumo para repasse a entidades: socioassistenciais, instituições para idosos, organizações religiosas ou filosóficas, serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, instituição de contra turno escolar, associações de moradores que trabalham na defesa de garantia de direitos e comunidades terapêuticas e hospitais. Estão cadastradas junto ao Banco de Alimentos da CEASA Paraná 395 instituições, que recebem em média por mês cerca de 360 toneladas de hortigranjeiros. Ainda em Curitiba, o programa beneficia 250 famílias em situação de vulnerabilidade, que moram no entorno da CEASA, e que recebem semanalmente doações de produtos.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

18 SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS (SEDU)

A SEDU é responsável pela política de desenvolvimento urbano no Paraná, além de possuir competência sobre um conjunto de obras públicas de interesse do Governo do Estado. Vinculadas a sua estrutura estão: a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), a Paraná Edificações (PRED) e o Conselho Estadual das Cidades (CONCIDADES) que, em 2020, realizou 2 reuniões presenciais, e executou o restante das atividades de forma virtual. O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE atua em cooperação com a SEDU, garantindo financiamentos aos municípios e operacionalizando a execução dos convênios firmados na SEDU.

A SEDU, em parceria com o Conselho Estadual do Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES), reuniu uma equipe de servidores públicos e funcionários do PARANACIDADE para integrarem um Grupo de acompanhamento e incentivo aos trabalhos da Agenda 2030, dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Nova Agenda Urbana do PARANACIDADE. A missão do grupo é incentivar e apoiar os gestores municipais eleitos para a efetivação destes instrumentos em todas as cidades do Paraná.

No ano de 2020, a despeito das dificuldades enfrentadas em decorrência da pandemia da COVID-19, a SEDU manteve um acelerado ritmo de trabalho, garantindo investimentos no Desenvolvimento Urbano de todas as regiões do Paraná.

Prova deste comprometimento é o volume de 290 municípios beneficiados com mais de 600 convênios da SEDU, garantindo investimentos em obras de desenvolvimento urbano e equipamentos essenciais para as prefeituras executarem serviços de urbanismo e obras públicas.

Os pagamentos realizados nestes convênios são a fundo perdido, mas contam com contrapartida do município. Contabilizando convênios de anos anteriores em execução, os pagamentos realizados em 2020 superam os R\$ 80,0 milhões, e alcançam todas as regiões do Paraná.

18.1 SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

Atuante no desenvolvimento urbano, regional e institucional dos municípios, o PARANACIDADE coopera com a SEDU em atividades consideradas não-exclusivas da administração pública. O trabalho dos técnicos e analistas da entidade é de suma importância à realização de ações e projetos de intervenções urbanísticas nos 399 municípios do Paraná.

Seu atual contorno jurídico foi instituído pela Lei Estadual n.o 15.211 de 2006; seu primeiro Contrato de Gestão foi firmado em 1996, e atualmente encontra-se no 12º termo aditivo, subscrito em 2019. Estes instrumentos legais posicionam o PARANACIDADE como intermediador administrativo e financeiro, compatibilizando exigências dos entes financiadores com as capacidades de investimento dos municípios.

18.1.1 Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM)

Como responsável pela operação do SFM, o PARANACIDADE garantiu a assinatura de 109 contratos em 2020, somando R\$ 265,0 milhões em investimentos no desenvolvimento urbano. As liberações de pagamentos dos financiamentos, incluindo os assinados em anos anteriores, somaram R\$ 217,0 milhões neste ano.

As operações financeiras são realizadas em parceria com a Agência de Fomento Paraná S.A. Os recursos são aplicados no financiamento de obras de infraestrutura, como a pavimentação de ruas, e na construção de equipamentos públicos como creches, escolas, quadras esportivas e barracões industriais, e também para renovação e expansão do parque de máquinas e equipamentos rodoviários dos municípios.

Entre os frutos destes investimentos, destacam-se:

- ▶ Programa de Eficiência Energética - parceria entre Estado, prefeituras e a iniciativa privada, com objetivo inicial de garantir autossuficiência energética em 246 edifícios públicos no Paraná, incluindo creches, escolas e Paços Municipais. Os sistemas de energia limpa contarão com painéis fotovoltaicos, instalados em parceria com a COPEL. A previsão é que, em poucos anos, o valor do investimento seja compensado pela economia nas contas de luz. Valor liberado (participação do SFM): R\$ 20,0 milhões.
- ▶ Aeroporto de Cascavel - construção de novo terminal de passageiros, sistema de drenagem, *fingers* de embarque e outras intervenções. Valor liberado (participação do SFM): R\$ 11,0 milhões.
- ▶ Cidade Industrial de Londrina - cerca de 400.000 m² de área construída, dividida em 90 lotes. A previsão é de gerar, ao menos, 4 mil empregos diretos e 8 mil indiretos em áreas variadas, como eletro-metal-mecânica, agroindústrias e móveis de alto valor agregado. Valor liberado: R\$ 23,9 milhões. Conclusão prevista para 2022.
- ▶ Centro de Desenvolvimento Econômico de Alvorada do Sul - 871 m² de área construída, com equipamentos e instalações para apoiar os produtores e os comerciantes da região. Valor liberado: R\$ 4,1 milhões. Conclusão prevista para 2023.
- ▶ Avenida General Carlos Cavalcanti em Ponta Grossa - completa revitalização da via urbana. Valor liberado: R\$ 8,0 milhões. Conclusão prevista para 2021.

18.1.2 Plano de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios (PAM)

Sob responsabilidade da SEDU e executado com o apoio do PARANACIDADE, os investimentos deste programa são transferências de recursos a fundo perdido, na forma de convênios com as Prefeituras.

As ações realizadas são obrigatoriamente de cunho urbanístico, local ou regional, e de desenvolvimento institucional dos municípios, inclusive para aquisição de equipamentos, veículos, sistemas digitais, além de grande variedade de obras, reformas, requalificações, intervenções, etc.

Em 2020, foram firmados 615 convênios com 294 municípios paranaenses. A soma destes investimentos chega a R\$ 444,0 milhões; outros R\$ 33,0 milhões serão a contrapartida dos municípios.

Incluindo convênios assinados em anos anteriores, em 2020 foram liberados pagamentos no total de R\$ 80,0 milhões.

18.1.3 Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)

Em cumprimento ao Estatuto da Metrópole, e segundo as diretrizes estabelecidas pelo Plano Plurianual 2020-2023, o PARANACIDADE deu início às diligências para elaboração dos PDUIs de três regiões metropolitanas paranaenses: a) Cascavel - licitação será na forma de Concorrência Nacional; o Termo de Referência encontra-se em revisão; publicação prevista para o início de 2021; b) Maringá - em execução - a primeira etapa dos trabalhos foi entregue à comissão encarregada; c) Londrina - em execução - a primeira etapa dos trabalhos foi entregue à comissão encarregada.

A entrega dos PDUIs, acompanhada de minutas dos instrumentos legais para concessão de serviços públicos metropolitanos, é essencial à constituição efetiva de uma Governança Interfederativa, modernizando a gestão urbana nos maiores polos de desenvolvimento do Paraná.

18.1.4 Estudos e Parcerias

- ▶ COPEL - firmado um Termo de Cooperação Técnica com a COPEL prevendo o compartilhamento de bases de dados cartográficos digitais e de informações socioeconômicas e cadastrais.
- ▶ Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) - dois contratos de prestação de serviços para: a) elaboração de Plano Estratégico para o Setor de Distribuição de Gás Canalizado no Estado do Paraná, acompanhado de estudos e levantamentos técnicos, avaliação referencial do valor de outorga, minutas dos novos contratos e demais elementos para subsidiar a decisão de prorrogar ou não o atual modelo de concessão; no valor de R\$ 3,4 milhões, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU); e b) Consultoria para a desestatização da empresa Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE), inclusive elaboração de estudos técnicos (do campo ambiental, social, jurídico, econômico, financeiro), estudo e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA), e instrumentos de *due dilligence* e *valuation* da sociedade de economia mista; no valor de R\$ 13,4 milhões, com recursos do FDU.

18.2 COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (COMEC)

Criada pela Lei Estadual n.o 6.517/1974, a COMEC é responsável por conduzir o planejamento urbano da Região Metropolitana de Curitiba, garantindo a sincronia no atendimento às funções públicas de interesse comum entre os 29 municípios. O transporte coletivo intermunicipal, o sistema viário metropolitano, e o controle do uso e da ocupação do solo são algumas das funções coordenadas pela autarquia, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas.

18.2.1 Planejamento Urbano e Organização Territorial

O Estatuto da MetrÓpole e o Estatuto das Cidades são os marcos legais que orientam a atuação da COMEC enquanto peça-chave da Governança Interfederativa. A lei exige a elaboração de PDUI para subsidiar os entes federativos com dados técnicos (geofísicos, demográficos, econômicos, etc.) que permitam identificar as funções públicas de interesse comum compartilhadas entre os municípios.

Compreender esta realidade metropolitana, e as influências de cada cidade sobre suas vizinhas, é essencial para planejar e contratar serviços essenciais, construir equipamentos públicos, regulamentar o uso do solo e aprimorar a circulação de pessoas e mercadorias. A licitação do PDUI-RMC está em elaboração, com previsão de lançamento no início de 2021.

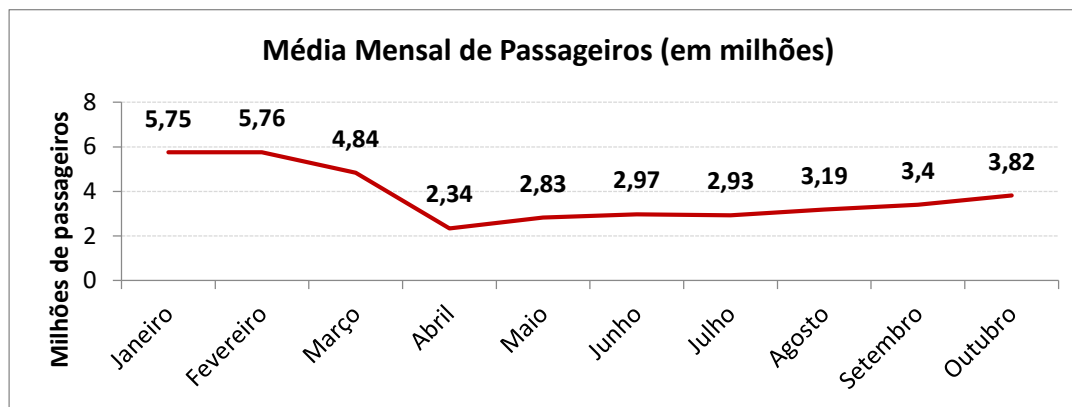
A COMEC auxilia os municípios na elaboração e revisão dos seus Planos Diretores, alinhando-os às diretrizes estaduais e federais. Realizados em 2020: Piraquara, Quatro Barras, Mandirituba e Bocaiúva do Sul.

Outras análises de processos seguiram ritmo acelerado, mesmo com grande parte dos trabalhadores em regime de teletrabalho como os 168 pareceres emitidos pelo Departamento de Planejamento, um recorde e os 680 processos de loteamentos, desmembramentos e condomínios analisados pelo Departamento de Controle e Ocupação Territorial. Estes departamentos, em parceria com o setor de Informações, iniciaram a implantação de atendimento ao público por videoconferência, garantindo agilidade e segurança à população da Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Por fim, a COMEC participou da elaboração de proposta do novo limite territorial entre os municípios de Curitiba e São José dos Pinhais, aprovado na Câmara de Vereadores da capital.

18.2.2 Transporte Coletivo

O sistema metropolitano de transporte coletivo, operado pela COMEC, conecta os municípios da RMC de forma segura, eficiente e integrada. A exemplo dos sistemas de transporte público em praticamente todas as regiões metropolitanas do planeta, em 2020 houve grande impacto no volume de passageiros, em decorrência das medidas de enfrentamento à pandemia da COVID-19. A média de passageiros mensais foi a seguinte, de acordo com dados do sistema Transdata:



18.2.3 Equipamentos e Infraestrutura

- ▶ Redução da capacidade de passageiros dos veículos para 65,0% (5h-8h e 15h30-19h30) e 55,0% (demais horários), em respeito ao distanciamento social como medida de prevenção da COVID-19.
- ▶ Operação de novos ônibus com duas catracas, oferecendo agilidade no embarque em linhas de alta demanda.
- ▶ Mais de 800 abrigos e pontos de ônibus entregues a 26 municípios metropolitanos. Investimento de mais de R\$ 3,5 milhões.
- ▶ Novo Terminal Afonso Pena, em São José dos Pinhais - em fase de licitação para contratação de projeto executivo.
- ▶ Novo Terminal de Piraquara - projeto executivo contratado e em fase final de entrega. Início da construção: 2021.

18.2.4 Linhas

Antes do período da pandemia, 194 linhas operavam regularmente. Com a grande queda na demanda do sistema desde do mês de março, houve 239 alterações no trajeto ou no horário das linhas, todas documentadas e devidamente informadas aos usuários. Foram implantadas 13 novas linhas como: a) Piraquara - São José; b) Jardim Graziela; c) Tamandaré - Colombo; e d) Cachoeira - Praça 19.

18.2.5 Tarifa

Como abrange uma área territorial muito vasta, e opera linhas de diferentes demandas, a COMEC pratica tarifas diferenciadas de acordo com a origem e destino dos passageiros. A tarifa média do sistema é R\$ 4,59.

Em razão da pandemia da COVID-19, e dos desequilíbrios financeiros no sistema em 2020, o preço atual tem como referência o período homologado de 2019, com as devidas deduções: redução de quilometragem; redução de salários; remuneração de capital; suspensão da taxa da agência reguladora; redução do ICMS sobre o óleo diesel. Por meio da Lei Estadual n.º 20.321/2020, foi estabelecido subsídio extraordinário para a aquisição de créditos de passagens, a serem distribuídos para a população em situação de desemprego, pobreza ou vulnerabilidade, após a pandemia.

A Agência Reguladora do Paraná (AGEPAR), que possui a competência de cancelar os cálculos tarifários, publicou resolução em que flexibiliza a gestão financeira do serviço de transporte coletivo metropolitano, e determina a contratação de consultoria para a revisão tarifária do sistema.

18.2.6 Obras Estruturantes

Espalhadas pela RMC, as obras viárias sob responsabilidade da COMEC tem o objetivo de integrar os municípios e as pessoas, com mais segurança, velocidade e sustentabilidade.

- ▶ Trincheiras no cruzamento da Avenida das Torres com a R. Araçongas e a R. Maringá, em São José dos Pinhais - valor total das obras: R\$ 4,5 milhões; entrega prevista para o primeiro semestre de 2021.
- ▶ Viaduto no cruzamento da Avenida Rui Barbosa com a Avenida das Torres, em São José dos Pinhais - valor total da obra: R\$ 447,0 mil; entrega prevista para o primeiro semestre de 2021.
- ▶ Ponte na Avenida Senador Salgado Filho sobre o Rio Iguaçu, conectando o bairro do Uberaba, em Curitiba, ao município de São José dos Pinhais - valor total da obra: R\$ 1,7 milhão; entrega prevista para o primeiro semestre de 2021.
- ▶ Requalificação do corredor viário que inclui a Avenida Marechal Floriano Peixoto, em Curitiba, e a Avenida das Américas, em São José dos Pinhais - valor total da obra: R\$ 6,4 milhões; entregue em julho.
- ▶ Publicação de edital para a revisão do projeto para a rodovia PR-423, trecho entre Araucária e Curitiba, nas proximidades de Fazenda Rio Grande.

18.3 COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR)

Fundada em 1965, é uma sociedade de economia mista, responsável por elaborar e executar a política de habitação estadual. Seu principal objetivo é elevar a qualidade de vida da população paranaense, viabilizando o direito constitucional à moradia por meio de iniciativas voltadas ao desenvolvimento humano e social.

As ações da COHAPAR são organizadas no Programa Casa Fácil PR, que engloba quatro linhas de atuação: a) habitação urbana; b) habitação rural; c) regularização fundiária; e d) requalificação/urbanização.

Atualmente, 33 empreendimentos estão disponíveis, abertos para inscrições. Destes, oito correspondem ao Programa Viver Mais, de construções de condomínios horizontais destinados a pessoas idosas, e que contam com equipamentos de saúde, convivência, lazer, assistência social e cidadania.

Em 2020, foi lançado o Programa Vida Nova, direcionado a famílias que vivem em áreas de risco ou em moradias consideradas precárias. Na região do Vale do Ivaí, município de Jandaia do Sul, será instalado o projeto-piloto com 75 unidades habitacionais. Haverá preservação ambiental dos

locais degradados, e realocação e integração à malha urbana do município; as novas casas serão entregues gratuitamente às famílias, que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O programa também contará com ações de educação, saúde, cidadania, lazer, segurança e geração de emprego e renda, com a parceria de outros órgãos e parceiros estaduais, como a COPEL, SANEPAR, IPARDES, Defesa Civil e prefeituras. Os recursos são oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECF), e a previsão até 2022 é atingir 2.500 famílias em 137 áreas prioritárias espalhadas nos municípios paranaenses.

Entre as principais realizações do corrente ano, destacam-se:

- ▶ Habitação Urbana - 275 empreendimentos em andamento, nas dez mesorregiões do Paraná totalizando 15.399 unidades habitacionais; sendo 5.094 em projeto e 9.387 em licitação ou execução. Entre as construções em andamento, destacam-se os empreendimentos: a) Flores do Campo - em Londrina, com 1.218 unidades habitacionais; b) Conjunto Fariz Gebrim - em Umuarama, com 520 unidades habitacionais; e c) Residencial Boicy - em Foz do Iguaçu, com 576 unidades habitacionais. Em 2020, foram concluídas 2.531 unidades habitacionais no meio urbano e foram realizadas entregas nas dez mesorregiões do Paraná.
- ▶ Programa Viver Mais - lançamento de 21 empreendimentos em 2020, totalizando 840 unidades habitacionais (40 por empreendimento); foi entregue um empreendimento em Jaguariaíva, 12 estão em projeto e oito estão em licitação ou execução.
- ▶ Habitação Rural - no regime de autoconstrução, há seis obras em andamento, totalizando 135 unidades habitacionais em quatro municípios. Entre as obras em andamento, cinco encontram-se em Comunidades Quilombolas: Candói (54 famílias), Lapa (48 famílias) e Guaraqueçaba (nove famílias). Em 2020, foram entregues unidades habitacionais para 39 famílias do meio rural, em três mesorregiões do Estado.
- ▶ Infraestrutura: a) recursos do PAC - dois empreendimentos em obras em Piraquara para atendimento de 5.291 famílias (PAC Guarituba); empreendimentos em licitação para atendimento de 1.640 famílias de Pinhais (PAC Pinhais); b) Recursos de Emendas Parlamentares - obras entregues em Campo do Tenente e Piên, com 40 famílias atendidas em cada município; e em andamento em Ibaiti (50 famílias) e Wenceslau Braz (40 famílias).
- ▶ Regularização Fundiária: a) Escrituração Direta - Programa de Interesse Social com foco no mutuário ou ocupante que já quitou o financiamento imobiliário com a COHAPAR, e que pretende transferir a propriedade do imóvel para seu nome; com força de escritura pública, o serviço oferecido substitui os Tabelionatos de Notas - comprovada a quitação e a posse, a Escritura é emitida a baixo custo; em 2020 foram emitidos 1.869 contratos e as titulações foram entregues nas dez mesorregiões do Estado; b) Programa Morar Legal - realizado em parceria com os municípios, que indicam as áreas que pretendem regularizar; o objetivo é oferecer celeridade e efetividade aos processos de regularização; em 2020 foram entregues 20.439 títulos, foram assinados 17

Termos de Ajuste e houve a retomada dos serviços de regularização em 46 municípios; c) Regularizações Fundiárias Próprias - Modalidade voltada à regularização de ocupações já consolidadas localizadas em imóveis da COHAPAR ou de outros órgãos da administração pública estadual; são processos executados pelos técnicos da Companhia, especialmente em casos em que a reintegração de posse se tornou inviável; dado o tempo de ocupação das famílias no local, a solução mais adequada do ponto de vista social e urbanístico; cerca de 600 famílias foram beneficiadas com a regularização do lote nas ocupações do Rincão e Liberdade, em Colombo, e Trevisan, em Pinhais; deu-se início ao processo de emissão de contratos a moradores nas ocupações da Vila Zumbi, em Colombo.

O Governo do Estado também realiza cessão de imóveis para intervenções que contribuam ao bem-estar da população como terreno cedido no bairro do Jerivá, em Pinhais, onde será instalada uma escola; e a área de 15.000 m² cedida para a construção de praça, em Campo Magro.

18.4 PARANÁ EDIFICAÇÕES (PRED)

Autarquia vinculada à SEDU desde 2019, tem como atribuição planejar, coordenar e executar projetos, obras e serviços de engenharia de edificações. A PRED atende diversos órgãos da administração pública estadual, prezando pela eficiência do gasto público e pela promoção do desenvolvimento sustentável. Entre as realizações concluídas em 2020, destacam-se:

- ▶ Projetos: a) 12 análises de projetos em andamento - como a sede do BOPE em São José dos Pinhais, e a Base Náutica de Guaratuba; b) oito concluídas - como o Batalhão de Polícia de Fronteira em Marechal Cândido Rondon, o Antigo Fórum de Castro e a Escola de Saúde Pública de Curitiba; c) 16 projetos a iniciar - como o Instituto Médico Legal de Campo Mourão e 13 Ambulatórios Multiprofissionais Especializados em diferentes regiões do Paraná.
- ▶ Convênios: a) 134 convênios em andamento - como dos Hospitais do Câncer de Londrina e de Guarapuava, o Centro de Especialidades de Cascavel, a sede regional do SAMU em Londrina, o Parque Estadual Vitório Piassa em Pato Branco; b) 72 convênios concluídos - incluindo Hospitais Municipais e Unidades Básicas de Saúde (UBS) em diferentes localidades; e c) 78 convênios aguardando início, especialmente UBS em diversos municípios paranaenses.
- ▶ Obras: a) 92 obras concluídas, como o Laboratório de Sementes Florestais de Engenheiro Beltrão, o Centro Psiquiátrico Metropolitano em Curitiba, os Hospitais Regionais de Telêmaco Borba e Ivaiporã, o Instituto de Criminalística de Foz do Iguaçu, a Colônia Penal Industrial em Maringá, a Delegacia de Mulher de Cascavel, entre outros equipamentos públicos de saúde, educação, segurança pública, assistência social, esporte, lazer e cidadania; b) 52 obras em andamento - como o Hospital Regional do Centro-Oeste, o Hemobanco de Ponta Grossa, a Penitenciária Feminina do Paraná em Piraquara, o Anexo da Mulher no Hospital do Trabalhador de Curitiba, o Instituto

Médico Legal de Umuarama e o Quartel do Corpo de Bombeiros de Curitiba; e c) nove obras em vias de iniciar - como a Cadeia Pública de Piraquara.

Das obras mencionadas anteriormente, os órgãos estaduais mais atendidos pelas atividades da PRED foram a Secretaria de Saúde (SESA), a Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP) e a Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF). Municípios de todas as regiões foram atendidos com construções, reformas e ampliações de equipamentos públicos, fortalecendo as políticas públicas e aproximando o Governo do Estado da população paranaense.

- ▶ SESP: a) Cadeias Públicas - oito obras em andamento, três concluídas; b) Casas de Custódia - cinco obras em andamento, duas concluídas; c) Colônia Penal - uma obra concluída, uma a iniciar; d) delegacias - sete obras em andamento, seis concluídas; e) Institutos de Criminalística (IC) - uma obra em andamento, três concluídas; f) Institutos Médico-Legais (IML) - uma obra concluída, duas a iniciar; g) penitenciárias - oito obras em andamento, 12 concluídas.
- ▶ SESA: a) Unidades Básicas de Saúde (UBS) - 49 obras concluídas, 55 em andamento, 18 a iniciar; b) Unidades de Saúde da Família (USF) - 11 obras em andamento, uma concluída, nove a iniciar.
- ▶ SEJUF: a) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - uma obra em andamento, quatro concluídas; b) Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - duas obras em andamento, duas concluídas; c) Centro de Socioeducação (CENSE): oito obras em andamento, 15 concluídas, uma a iniciar; d) Casa de Semiliberdade - seis obras concluídas, uma a iniciar.

Foram fiscalizadas obras da FUNDEPAR, que inclui investimentos do Programa Escola 1000, além de projetos recentes; sendo: 29 obras em andamento, 29 concluídas e duas a iniciar.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO

19 SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO (SEDEST)

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST), criada nos termos da Lei n.º 19.848/2019, constitui órgão de primeiro nível hierárquico do Poder Executivo Estadual, e tem por finalidade: a) a formulação, coordenação, execução desenvolvimento de políticas públicas: de proteção, conservação e restauração do patrimônio natural; de gerenciamento dos recursos hídricos; de saneamento ambiental; de gestão territorial, agrária e fundiária; mineral e geológica; cartográfica e de geoprocessamento; b) a implantação da política de turismo, visando ao desenvolvimento sustentável do Estado do Paraná em sua esfera de competência; c) a implementação e execução das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável, formuladas pela área competente; d) a coordenação de atividades relacionadas à identificação, estruturação e análise de estudos de viabilidade técnica, econômico- financeira e jurídica de projetos passíveis de desestatização para deliberação do Governador, a partir de diretrizes estratégicas de caráter estruturante formuladas pela área competente; e) o acompanhamento da execução de projetos e contratos de parcerias desenvolvidos no âmbito do Paraná.

Suas ações e de suas vinculadas, Instituto Água e Terra, Paraná Turismo, Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR) e Invest Paraná, estão detalhadas a seguir. É utilizado o modelo de gestão espelho, sendo assim, toda a política parte da Secretaria e a operação nas vinculadas.

19.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- ▶ Instituto Água e Terra - criado a partir da fusão do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia (ITCG), do Instituto das Águas do Paraná (ÁGUAS PARANÁ) e do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), vinculado à SEDEST. A medida faz parte da reforma administrativa que reduziu a estrutura do Estado, diminuiu o número de cargos e o custeio da máquina.
- ▶ Durante a pandemia orientou sobre: a) a confecção e descarte de máscaras e luvas - a SEDEST e o IAT em parceria com a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), a Universidade Federal do Paraná e Universidade Tecnológica Federal do Paraná fizeram material de orientação à população sobre como utilizar, descartar e até mesmo produzir equipamentos de proteção individual (EPI); uma equipe multimodal criou os cartazes Unidos Contra a COVID-19 e disponibilizou à população, e também às prefeituras do Paraná, informações no formato digital para impressão e divulgação em redes sociais, com critérios técnicos sugeridos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelos pesquisadores destas instituições; e b) os cuidados com o lixo - divulgação por meio de cartazes produzidos por técnicos que fazem parte Grupo Unidos Contra a

COVID-19 - com orientações sobre como tratar o lixo doméstico, em caso da presença ou não de pessoas com suspeita ou infectadas pelo novo Coronavírus na família, demonstrando por meio de ilustrações a maneira correta de separar os lixos comum e reciclável no isolamento familiar (quando a pessoa deve ficar apenas em um cômodo sem contato com as demais), assim como a conduta com resíduos nos domicílios que não têm suspeitos ou pessoas que testaram positivo.

Foram entregues 10 mil máscaras de pano a quase 100 cooperativas de materiais reciclados de 24 municípios paranaenses, buscando proteger os catadores de materiais recicláveis durante a pandemia da COVID-19. As doações de tecidos, elásticos e em dinheiro foram resultado da articulação da equipe da Diretoria de Políticas Ambientais da Secretaria junto ao Instituto de Logística Reversa (ILOG) e à sociedade civil; e as máscaras foram confeccionadas pela SUPERA, instituição sem fins lucrativos vinculada à Universidade Livre para a Eficiência Humana (UNILEHU). Além disso realizou a entrega de 10 mil luvas descartáveis a cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis do Estado para proteger os trabalhadores que têm contato direto com materiais que podem estar contaminados com Coronavírus e outras doenças.

- ▶ Dia Mundial da Limpeza - 19 de setembro- a SEDEST recolheu resíduos sólidos de 12 Secretarias estaduais e autarquias. Foram recolhidas roupas, pilhas, lâmpadas, remédios vencidos, eletrônicos, eletrodomésticos, materiais de escritório e óleo de cozinha. O material arrecadado foi destinado à ACRIDAS, que acolhe cerca de 70 crianças em situação de vulnerabilidade social. A instituição recebeu lixo eletrônico, óleo de cozinha usado e roupas arrecadadas, que foram vendidos e o valor será utilizado em projetos e programas.
- ▶ Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS) - encontra-se em andamento a concepção do plano, instrumento no processo de planejamento da gestão de resíduos sólidos do Estado. O PERS é fundamental na definição de proposições ordenativas e normativas, além de atuar na orientação e/ou regulamentação de formulação das políticas públicas com interfaces nas áreas de resíduos sólidos.
- ▶ Contabilizando Resíduos - criado um sistema digital de informações de resíduos sólidos para registro *online* de informações sobre resíduos sólidos no Estado. A plataforma *online* será hospedada em ambiente eletrônico da CELEPAR e permitirá registrar e diagnosticar informações em cada município paranaense permitindo uma melhor gestão dos resíduos sólidos no Estado; bem como avaliar informações a respeito dos planos de logística reversa, mediante acordos setoriais, termos de compromissos ou de forma individual.
- ▶ Programa Permanente de Esterilização Cirúrgica de Cães e Gatos- com a finalidade de realizar o controle populacional e prevenção de zoonoses a partir da castração de animais em 64,0% dos municípios até o término da gestão. Em 2020, foram contratadas 15 mil castrações, tendo sido realizadas 7.840; em decorrência da pandemia, o término está previsto entre fevereiro e março de 2021. Foi lançado novo edital que atenderá 73 novos municípios.

- ▶ Leilão Pró-Animal - entrega de seis toneladas de ração para atender 10 mil animais a partir de um leilão virtual, realizado para substituir os tradicionais eventos de arrecadação de recursos e adoção de animais. Realizado durante a pandemia para ajudar as instituições que não podem fazer eventos durante esse período e se encontram em situações de vulnerabilidade.
- ▶ Paranaclima - assinatura para execução do Programa que visa atender às diretrizes do Plano Nacional de Mudanças Climáticas e o compromisso firmado pelo Paraná com o Governo Federal para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). O programa está em andamento e possui um calendário de entregas previstas para 2021.
- ▶ Processo Seletivo Simplificado - encontra-se em andamento a abertura de processo para a contratação de profissionais da área ambiental para o IAT para suprir as necessidades em relação a complementação de pessoal.

19.2 SUPERINTENDENCIA GERAL DE PARCERIAS

Criada pelo Decreto n.o 4290/2020, subordinada à SEDEST nos termos do art. 12 e do art. 8º, inciso IV, da Lei n.o 19.848/2019, teve entre suas principais atividades realizadas:

- ▶ Estruturação - constituição da Superintendência Geral de Parcerias por meio do Decreto Estadual n.o 4.290/2020; adequação ao Decreto Estadual n.o 4.633/2020 que estabeleceu rito específico para a pré-qualificação de propostas de parcerias durante o período de Pandemia da COVID-19; constituição da equipe por meio do Decreto n.o 5.555/2020; transição dos projetos e atividades da Coordenação de Concessões e Parcerias da Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes (CCP/SEPL) para a SGPAR.
- ▶ Estruturação da Concessão dos Pátios Veiculares - acompanhamento e apoio na elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental do Sistema de Gestão dos Pátios Veiculares do Departamento Estadual de Trânsito do Paraná, em desenvolvimento pelo BRDE, para concessão dos pátios veiculares, incluindo os serviços de remoção, guarda, depósito de veículos removidos e apreendidos no âmbito do Estado do Paraná, e preparação para leilão. Encaminhamento das alterações legislativas necessárias para viabilizar a concessão, quais sejam: Lei Complementar n.o 76/1995, Lei Complementar n.o 222/2020, Lei Estadual n.o 20.209/2020, e Decreto Estadual n.o 6.682/2017. Articulação com os órgãos e autoridades de controle interno e externo, com vistas a garantir a transparência e *compliance* das ações.
- ▶ Estruturação da Concessão da Base Náutica de Guaratuba - elaboração dos cadernos técnico-operacional e jurídico; termo de referência e edital para concessão de área destinada à implantação de Base Náutica em Guaratuba; constituição do Grupo de Trabalho; trâmites administrativos para verificação, junto à Superintendência de Patrimônio da União, da possibilidade de alterações no termo de cessão visando a viabilidade econômico-financeira da Concessão; articulação com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e/ou

municipal, responsáveis pela emissão de licenças, alvarás, autorizações ou outros documentos necessários à celebração desta concessão; estruturação da concessão do Parque Pedreira do Atuba com levantamento de informações e documentação da área, preparação do processo para realização de sondagem de mercado, elaboração de edital e termo de referência para concessão da área referente à pedreira do atuba para implantação de parque urbano.

- ▶ Elaboração de Projetos junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública - revisão dos estudos de estruturação da concessão do Hospital da Polícia Militar, elaborados por Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), e avaliação da viabilidade de implantação do Projeto; apresentação de serviços especializados para validação da estruturação do projeto de parceria; sondagem de projetos na área de segurança pública, quais sejam: diagnóstico do sistema prisional estadual, sede administrativa do DEPEN, e Polícia Científica.
- ▶ Projeto Parques Paraná - assessoramento ao IAT, bem como identificação e fomento de potenciais propostas e projetos de parcerias às Unidades de Conservação (Ilha do Mel, Ilha das Cobras, Cerrado e Monge).
- ▶ Projeto Hospitais - coordenar e assessorar a Secretaria de Estado da Saúde na contratação de estudos às unidades hospitalares de Ivaiporã, Guarapuava e Telêmaco Borba.

19.3 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS

Criada pelo Decreto n.o 1423/2019, subordinada à SEDEST nos termos do art. 12 e inc. IV do art. 8º da Lei n.o 19.848/2019; teve entre suas principais atividades realizadas:

- ▶ Programa Rio Vivo - tem como principal objetivo a preservação da vida aquática nas 16 bacias hidrográficas do Estado, oferecendo melhores condições para seu desenvolvimento e, assim, garantindo água para todos. O Projeto Rio Vivo foi retomado em outubro, em Guaratuba, com o Festival Sul Brasileiro de Pesca. Na abertura do evento foram soltas matrizes de peixe espécime Robalo e feita distribuição de 300 mudas de palmito para plantio em parceria com o Projeto Paraná Mais Verde.
- ▶ Operação Tempestade na Represa - realizada entre os dias 28 e 31 de outubro, nas águas dos rios Tibagi, Paranapanema, Cinza, Laranjinha e Lago da Represa Canoas. Na ocasião foi apreendido um dos volumes mais vultosos de materiais predatórios durante o ano, a ação salvou milhares de matrizes - peixes com ovas, o que garante o repovoamento dos rios da Bacia Hidrográfica do Paraná. A força-tarefa montada pelo IAT contou com o apoio da Polícia Civil - Subdivisão de Cornélio Procópio. Em razão da pandemia, até 09 de novembro a maioria dos eventos previstos (24) para receber as ações programadas foram cancelados ou adiados. Dos três realizados, o único que manteve planos foi o de Santa Terezinha de Itaipu com 250 embarcações e impacto de R\$ 1,2 milhão ao município de Santa Terezinha; os demais precisaram se adaptar à nova realidade, tendo para isso um novo cronograma para 2021.

19.4 INSTITUTO ÁGUA E TERRA

Criado pela Lei Estadual n.o 10.066/1992, e alterado pela Lei Estadual n.o 20.070/2019, é entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à SEDEST.

No que se refere ao Programa Paraná mais Verde, suas principais atividades foram:

- ▶ Dia da Árvore - plantio de 550 mil mudas - foi realizada a distribuição de mudas para a população em sistema *drive-thru* e foram plantadas árvores em áreas de recuperação ambiental.
- ▶ Plantio de Espécies Nativas - em 2020, o programa Paraná Mais Verde plantou 2,5 milhões de árvores nativas incluído o plantio de espécies ameaçadas de extinção. O programa prevê o plantio de 10 milhões de mudas de árvores nativas de diversas espécies até 2022. Teve, desde 2019, cinco milhões de espécies nativas plantadas ou distribuídas à população.
- ▶ Plantio de Araucárias - Plantio de mais de 46 mil mudas de Araucária, árvore ameaçada de extinção e símbolo do Paraná, tendo sido reflorestados ou enriquecidos mais de 367 hectares, área equivalente a 367 campos de futebol.
- ▶ Caravana do ICMS Ecológico - realizada apresentação aos prefeitos dos 399 municípios do Estado explicando os cálculos do ICMS Ecológico por biodiversidade e por mananciais, os benefícios que este instrumento pode gerar aos municípios, os critérios para participar e as metodologias utilizadas nos cálculos.
- ▶ Unidades de Conservação - destinação de R\$ 30,0 milhões para a conservação dos parques estaduais, o recurso foi destinado para: a contratação de Planos de Manejo a 16 Unidades de Conservação; regularização fundiária; compra de equipamentos de prevenção e combate a incêndio em áreas de preservação; adequação de infraestrutura; e um convênio com o Batalhão da Polícia Ambiental - Força Verde e o Corpo de Bombeiros.
- ▶ Logística Reversa - o Governo sancionou a lei que determina que os fornecedores devem fazer o recolhimento e destinação dos produtos pós-consumo. São abrangidos, entre outros: pneu, tonner de impressora, lâmpadas, eletrônicos, móveis, alimentos, medicamentos, produtos de higiene e de construção. A medida está prevista na Lei 20.132/2020, que introduz a logística reversa nas compras feitas pelo Estado. A norma cabe aos órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado, prestadoras de serviço público.
- ▶ Recolhimento de Lâmpadas - a SEDEST em conjunto com o IAT, Ministério Público e Grupo R-20, recolheu as lâmpadas fluorescentes pós-consumo armazenadas no Estado. A Associação Brasileira para Gestão de Logística Reversa de Produtos de Iluminação (RECICLUS) em seis meses recolheu 1.124.000 lâmpadas fluorescentes.
- ▶ Entrega de Caminhões - o Governo entregou em agosto, um conjunto de veículos de apoio a ações de sustentabilidade: 16 caminhões de coleta seletiva (tipo baú), 97 caminhões-pipa e 15

caminhões compactadores de lixo orgânico, beneficiando municípios de todas as regiões. Com investimento de R\$ 27,6 milhões, ajuda prefeituras em programas ambientais.

- ▶ Reciclo - encaminhamento dos processos para assinatura de convênio, com o objetivo de construção e instalação de barracões industriais de coleta seletiva para recicláveis, promovendo a preservação do meio ambiente, a preocupação com a saúde pública, o aumento da vida útil de um aterro sanitário, bem como criar um espaço apropriado para que os trabalhadores da reciclagem possam atuar de forma correta.

No que se refere a Recursos Hídricos:

- ▶ Situação de Emergência Hídrica - o Governo do Estado decretou situação de emergência hídrica por 180 dias no mês de maio devido ao agravamento da estiagem. A fiscalização do cumprimento das medidas ficou a cargo do IAT e da Polícia Militar. Foi criado ainda um grupo de trabalho para orientar e agilizar as tomadas de decisão durante o período em que vigorar a situação de emergência hídrica.
- ▶ Relatório de Conjuntura de Recursos Hídricos - o Paraná é o primeiro Estado brasileiro a apresentar o relatório, ferramenta para acompanhamento e gestão dos recursos hídricos no Estado. O trabalho apresenta um retrato atualizado de usos e gestão das bacias hidrográficas no território paranaense, incluindo as suas fronteiras.
- ▶ Gestão de Segurança de Barragens - as barragens ou outros tipos de estrutura de retenção de água precisam de regularização de acordo com a Lei n.º 12.334/2010, atualizada pela Lei n.º 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens. O IAT identificou, através de sensoriamento remoto, 2.900 lâminas d'água com mais de 10 mil m². Destas, cerca de 2,3 mil precisam de regularização. E para agilizar esta regularização estão sendo enviadas notificações, orientando os empreendedores sobre como proceder.
- ▶ Programa Água No Campo - Perfuração de Poços - enquanto o Paraná enfrenta uma das maiores crises hídricas dos últimos 30 anos, a SEDEST, por meio do IAT, perfura poços artesianos em todo o Paraná, mudando a vida do pequeno agricultor paranaense. Foram 126 poços tubulares profundos perfurados até novembro, com previsão de perfurar um total de 145 em 2020. O Programa vai beneficiar 10 mil pequenas propriedades rurais até 2022.
- ▶ Qualidade da Água - foram aprovadas normas em reunião do Comitê da Bacia do Paraná 3, que abrange 27 municípios das regiões Oeste e Sudoeste, que visam o cuidado dos rios até 2040 e beneficiam cerca de 1 milhão de pessoas.
- ▶ Resolução Conjunta n.º 018/2020 - esta resolução estabeleceu condições e critérios para licenciamento ambiental e outorga de recursos hídricos para o processo de irrigação de terras agricultáveis no Paraná. As medidas têm o objetivo de simplificar a concessão de licença e tornar mais acessível essa prática aos produtores rurais.
- ▶ Monitoramento do Nível dos Rios - o IAT desenvolveu o sistema que mostra em tempo real em

que altura está o nível do rio, indicando o quanto choveu no período. O sistema é uma parceria com a COPEL e ajuda a informar à sociedade a situação real de cada rio. O boletim com a média é atualizado e divulgado semanalmente.

- ▶ Combate à Erosão Urbana - Tubos-- o programa estadual para combater a erosão urbana consiste na doação de tubos de concreto para instalação de galerias, construção e ampliação de emissários e bacias de contenção. O investimento de aproximadamente R\$ 25,0 milhões representa avanços em saúde pública por eliminação dos vetores de proliferação da dengue e outras doenças incidentes nas águas paradas em galerias a céu aberto. Foram entregues 40,0% dos 95 mil tubos que visam beneficiar 98 Municípios.
- ▶ Programa Nacional Monitor de Secas - O SIMPAR e o IAT passam a integrar o Monitor de Secas, instituído pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Formalizado em julho, o programa faz o acompanhamento regular e sistemático da escassez hídrica no país.

Foram realizadas ainda as seguintes ações:

- ▶ Auxílio no Combate aos Incêndios no Pantanal - em uma ação conjunta da SEDEST e da SESP foram encaminhados sete caminhões-pipa e oito bombeiros militares para colaborar no combate às queimadas na região do Pantanal, no Mato Grosso do Sul.
- ▶ Licenciamento Ambiental - Programa Descomplica - iniciativa de caráter permanente do Governo do Estado para simplificar a vida dos empreendedores, aumentar o ambiente de negócios e a geração de emprego. Em 2020, foram emitidas 20.021 Licenças Ambientais, um crescimento de 12,0% em relação a 2019. Várias ações estão contribuindo para a concretização de desburocratização dos processos, são elas:

Descomplica Rural - busca agilizar os processos de licenciamento ambiental no campo, com segurança ambiental e jurídica. Entre as principais mudanças estão a reclassificação do porte dos empreendimentos; permitindo licenciamento mais célere; implementação de prazos estendidos de renovação ambiental; previsão de reserva de 30 mil litros de combustível com dispensa de licença; e implementação de padrões para cultivo de ostras, mexilhões e vieiras que não possuíam regulamentação estadual. Desde o seu lançamento, em janeiro de 2020, foram concedidas 6.819 licenças de dispensas ambientais, emitidas pelo IAT. A emissão da dispensa ambiental estadual (DLAE), demorava até 420 dias, devido à burocracia e ao sistema defasado para recebimento e análise dos pedidos; com o Descomplica Rural ela pode ser obtida na hora, sendo o maior resultado obtido nos últimos dez anos

Descomplica da Energia Sustentável - tem como objetivo a criação de mecanismos de celeridade ao processo de licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia a partir de fontes limpas, com segurança técnica e jurídica. Dessa forma, foi estabelecido um plano de trabalho para revisar a Resolução Conjunta SEMA/IAP n.o 09/2010, que será desdobrada em resoluções específicas para geração de energia - Hidroelétricas, Eólicas, Fotovoltaica, Biogás,

Cogeração com utilização de biomassa e Linhas de Transmissão e de Distribuição.

Geradoras de Energia - Redução da Burocracia - Com um dos maiores potenciais hídricos do Brasil para a geração de energia limpa, o Paraná está desburocratizando a instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e de Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs). Segundo dados da Copel, há 98 empreendimentos em operação no Estado que somam 397 Megawatts (MW) de potência instalada, 6,5% do total do País. O potencial de novos negócios, porém, pode ser maior. Os pedidos de outorga na Aneel para construção de novas PCHs e CGHs no Paraná totalizam R\$ 20 bilhões em investimentos. São 128 usinas em construção, ainda não iniciadas ou na fase de estudos, com 1.838 MW de potência no total. Fato que foi discutido em uma reunião entre Governador do Estado do Paraná com o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica e o presidente da Copel. Importante passo para emissão de outorga concedida pela agência e propiciar o aumento do número de empreendimento geradores de energia limpa no estado.

Para CGHs, o IAT concedeu: Licença Ambiental de Instalação (6), Renovação de Licença Ambiental de Instalação (4), Licença de Operação de Regularização (3), Renovação de Licença Ambiental de Operação (2), Licença Ambiental Prévia (2), Autorização Ambiental (2) e Licença Ambiental e Operação (1). Já para PCHs, o IAT concedeu: Autorização Ambiental (3), Licença Ambiental Prévia (2), Renovação de Licença Ambiental de Instalação (2) e Licença Ambiental de Operação (1).

Usinas Hidrelétricas - o Governo do Paraná, sancionou a lei que autoriza a construção e regularização de 15 empreendimentos hidrelétricos e de geração de energia no Paraná. São duas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e 13 Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs), que somam 41,45 MW de potência instalada e serão construídas em 19 municípios. De acordo com a Associação Brasileira de PCHs e CGHs (AbraPCH), com estes 15 novos empreendimentos e os 40 projetos no Paraná de PCHs e CGHs já aprovados e prontos para serem construídos entre 2020 e 2021 será possível a produção de 180 MW de potência instalada, R\$ 1,2 bilhão em investimentos e mais de 10 mil empregos diretos e indiretos gerados no Estado.

Para UHE, o IAT concedeu: Autorização Ambiental (2), Licença Ambiental Simplificada (1) e Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (1).

O IAT tornou menos burocrático o processo de monitoramento e licenciamento de áreas contaminadas em empreendimentos armazenadores, distribuidores e revendedores de combustíveis. O Relatório de Monitoramento e Operação (RMO) foi simplificado e pode ser preenchido eletronicamente no site do órgão. Busca-se com essa maior agilidade aos processos de Renovação de Licença de Operação (RLO) desse segmento, melhoria nas questões ambientais e aprimoramento técnico para gerenciamento de áreas contaminadas no Estado do Paraná. E ainda, foi revisada e atualizada a resolução que trata dos licenciamentos ambientais, buscando mais celeridade com segurança técnica e jurídica.

- ▶ Outorgas - disponibilização do Sistema de Informações para Gestão Ambiental e de Recursos

Hídricos (SIGARH) que garante mais transparência e agilidade, integrando o programa de modernização dos processos da outorga de uso dos recursos hídricos, monitoramento e gestão de bacias hidrográficas. Em 2020, foram emitidos 7.467 documentos de outorga, o que representa um crescimento de 12,0% em relação a 2019.

- ▶ *Cursos Online* - uma parceria entre o Instituto Água e Terra (IAT) e a Secretaria da Administração e da Previdência, por meio da Escola de Gestão do Paraná, para ofertar cursos de capacitação na modalidade a distância. Os primeiros cursos disponibilizados foram nas áreas de Gestão de Recursos Hídricos e Gestão Ambiental. O IAT identificou um grande número de dúvidas dos cidadãos sobre a navegação nos sistemas do órgão para a emissão das licenças ambientais e das outorgas de recursos hídricos, e a orientação passou a ser dada de forma oficial por meio da Escola de Gestão do Paraná. Nos cursos, o cidadão aprende a acessar os sistemas, fazer o cadastro, quais requisitos são necessários para solicitar uma licença ao órgão, entre outros temas. A Escola de Gestão do Paraná oferece apoio com pedagogos e a metodologia das aulas.
- ▶ Nova Resolução CEMA 107/2020 - foi publicada, em setembro, uma nova Resolução CEMA 107, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para as atividades poluidoras, degradadoras e/ou modificadoras do meio ambiente e revoga a Resolução CEMA 105/2019.
- ▶ Criação da Resolução n.º 23/2019 - normatiza procedimentos de licenciamento ambiental para a implantação de atividades como a prática de esporte e lazer no entorno dos reservatórios de águas artificiais decorrentes de barramentos de cursos de águas naturais, fomentando assim, o turismo com atividades de baixo impacto. A Resolução também orienta o empreendedor que pretende implantar um reservatório de água artificial a elaborar o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório (PACUERA).

As principais ações relacionadas à fauna foram:

- ▶ Pró-Fauna - está sendo investido R\$ 1,0 milhão em um conjunto de ações para a preservação da fauna silvestre. Os recursos serão aplicados em iniciativas pró-fauna, voltadas à gestão e conservação de espécies presentes no bioma paranaense e em educação ambiental. Entre essas iniciativas está a implantação e a manutenção de Centros de Apoio a Fauna Silvestre (CAFS) e de Centros de Triagem de Animais Silvestres (CETAS), estrategicamente distribuídos no Estado. Os equipamentos são resultados de parcerias com apoiadores da causa, implantados para o recebimento, triagem, tratamento, reabilitação e destinação de fauna silvestre nativa e exótica apreendida no Estado.
- ▶ Aliança Pró-Fauna e Selo Amigo da Fauna - Lançamento do Programa Aliança Pró-Fauna, direcionado aos espécimes da fauna nativa e reedição do Selo Amigo da Fauna, um rótulo ecológico de incentivo às instituições públicas ou privadas.
- ▶ Atendimento Veterinário - entre as Iniciativas Pró-Fauna estão a implantação e a manutenção de

centros para apoio e triagem dos animais e a gestão compartilhada da fauna silvestre com os municípios. As ações promovidas pelos CAFS também estão na lista de projetos para o Programa de Conversão de Multas. Portanto, o IAT soma esforços por meio de parcerias com Universidades e Organizações Não Governamentais para reforçar, no Estado, o atendimento da fauna silvestre vitimada. O principal benefício para a fauna é o atendimento condigno desde o seu recebimento até a destinação final, seja para cativeiro ou retorno à natureza. Juntamente com a implantação dos CAFS, é estabelecida uma rede de hospitais escola temáticos e especializados no atendimento da fauna silvestre.

- ▶ Programa Voo Livre - iniciativa que cadastra pessoas físicas ou jurídicas que queiram receber, reabilitar e monitorar espécies silvestres provenientes de apreensões e que estejam aptos a retornarem à natureza. Os proprietários irão receber o selo Amigo da Fauna.
- ▶ Pró-Fauna 5.0 - Gestão e Proteção da Fauna Silvestre - estabelecimento de parcerias com a UNIFIL, UNICENTRO, UNIVEL, Instituto Monte Sinai e Instituto Klimionte para implantação e manutenção dos centros de fauna que recebem, fazem triagem, tratam, reabilitam e destinam animais apreendidos pela fiscalização.

A seguir são informadas as principais ações de monitoramento e fiscalização ambiental do IAT:

- ▶ Foram realizadas ações de fiscalização (força-tarefa) contra desmatamento e supressão vegetal em Áreas de Preservação Permanente, corte isolado de árvores nativas, atividades potencialmente poluidoras, regularização de uso de recursos hídricos, pesca predatória e atividade contra a fauna. Ao todo foram lavrados 4.231 autos de infração, totalizando R\$ 69,3 milhões em multas aplicadas.
- ▶ Operação Mata Atlântica em Pé - destaca-se a participação nesta Operação, que identificou 390 hectares de vegetação nativa desmatados sem a permissão do órgão responsável (áreas de desmatamento ilegal), gerando 59 autos de infração ambiental e superando R\$ 3,58 milhões em multas aplicadas.
- ▶ Combate a Incêndio - foi assinado um Convênio de cooperação técnico-financeira entre IAT e Corpo de Bombeiros para ações voltadas à prevenção e combate a incêndios florestais e acidentes envolvendo transporte, manuseio e armazenagem de produtos químicos perigosos.
- ▶ Conversão de Multas - instituição do Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais a partir do Decreto n.º 2.570/2019. Estruturação dos procedimentos administrativos e realização de seleção interna de projetos de conversão de multas ambientais indiretas, com banco de projetos homologado voltados ao meio ambiente buscando converter as multas aplicadas pelo IAT em ações que visem a recuperação de áreas degradadas, recuperação e à proteção de vegetação nativa, proteção e manejo de espécies da flora nativa ou da fauna silvestre.
- ▶ Monitoramento - desenvolvimento e implantação do Sistema HIDROINFO Paraná, que disponibiliza na página do IAT informações hidrológicas (cota e nível) de rios do Estado do Paraná. Foram realizadas 78 vistorias para coleta de amostras de efluentes em empreendimentos que

realizam atividades potencialmente poluidoras (indústrias, aterros sanitários, estações de tratamento de esgotos) e 400 vistorias técnicas em barragens de acumulação para classificação em relação à segurança de barragens. Foi disponibilizado no site do IAT um mapa temático contendo as barragens de acumulação identificadas e classificadas de acordo com sua categoria de risco e dano potencial associado.

Foram realizadas ainda outras atividades como:

- ▶ Parques Urbanos - criação de parques em regiões de fundo de vale, com objetivo de levar à população lazer e conservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Foram realizados convênios com 46 municípios, para implantação de parques lineares, totalizando recursos na ordem de R\$ 47,2 milhões, sendo R\$ 1,8 milhão de contrapartida dos municípios e R\$ 45,4 milhões de repasse do Estado. Até agosto, 38 parques lineares encontravam-se em fase de início de obras.
- ▶ Ilha do Mel - Investimento de R\$ 8,0 milhões na infraestrutura da Ilha do Mel, incluindo a instalação de trapiches flutuantes em Encantadas e Nova Brasília, dragagem dos canais de acesso aos trapiches e reforço na coleta de lixo, entre outras obras. Concluídas obras de dragagem dos canais de acesso aos trapiches. Em andamento a execução das obras das bilheterias e adequação dos receptivos, reforma e revitalização das praças e as placas de sinalização.
- ▶ Concessão do Parque Estadual de Vila Velha - em parceria com a iniciativa privada, a concessionária está investindo R\$ 15,0 milhões em infraestrutura para visitantes, sustentabilidade e recreação. O IAT segue como o órgão responsável pela política pública do parque, pela gestão do contrato e pela conservação da biodiversidade. Um grupo de trabalho faz o monitoramento e acompanhamento do cumprimento das medidas que visa a garantia da preservação da flora e fauna da área.
- ▶ Base Náutica de Guaratuba - está em elaboração o projeto para a Concessão da Base Náutica de Guaratuba, que tem por objetivo construir um ancoradouro para barcos e uma garagem para abastecimento, pernoite e compra de mantimentos.
- ▶ Concessão do Parque Estadual da Ilha das Cobras - conclusão do projeto arquitetônico de reforma e adequações para estruturação da Escola do Mar - espaço que será utilizado para capacitação e qualificação para a população do litoral do Paraná, assim como centro de pesquisas de estudos marinhos.
- ▶ Controle de Cheias: a) Empreendimento Palmital - Pinhais e Colombo (Processo licitatório para contratação das obras de complementação do Parque Palmital, incluindo ciclovia, estacionamento - concluído); e b) Guaratuba - complementação de redes de galerias pluviais com o intuito de realizar a ligação de pontos já existentes e limpeza, desassoreamento de valas de drenagem, para permitir o adequado funcionamento do sistema de micro drenagem das ruas dos balneários.
- ▶ Recuperação da Orla de Matinhos - encontra-se em andamento o licenciamento ambiental. Em seguida será feita a publicação dos editais de licitação para a contratação das obras de

Recuperação da Orla de Matinhos que compreendem os serviços de engordamento da faixa de praia por meio de aterro hidráulico, estruturas marítimas semirrígidas, canais de macrodrenagem, redes de microdrenagem, revitalização urbanística da orla marítima, bem como a pavimentação e a recuperação de vias.

- ▶ Saneamento e Realocação de Famílias Vulneráveis - visita a 185 comunidades para levantamento da situação dos sistemas de abastecimento a fim de levar água tratada.
- ▶ Galerias Pluviais : a) Campo Mourão - construção de proteção no ponto de lançamento da galeria e proteção de talude por meio de bolsas e colchas creto; b) Santa Cruz de Monte Castelo - construção de complementação de emissário e adequação de taludes, através de complemento de galerias retangulares de águas pluviais.

No que se refere à Gestão Territorial, suas principais realizações foram:

- ▶ Regularização Fundiária - atuou junto a pequenos produtores paranaenses, que adquiriram terras de particulares e ainda não têm a regularização, para saírem da condição de possuidores reconhecidos para se tornarem, de fato, proprietários de suas terras. Em seis meses de ação, alcançou 1.600 famílias de 13 municípios e tem previsão de alcance de 3.000 famílias até o encerramento de 2020. Foi autorizado pelo Governo do Estado, o repasse de R\$ 1,28 milhão para compra de maquinário e obras de revitalização de ruas de Rio Negro, na Região Sul do Paraná. Além disso, entregou títulos definitivos de propriedade rural a 11 famílias de pequenos agricultores.

Deu-se início ao processo de reconhecimento do direito de propriedade de 188,4513 hectares, que beneficiará 120 pequenos agricultores de propriedades rurais em Morretes. A documentação será encaminhada à Defensoria Pública do Paraná, que ajuizará a ação e todo o processo é gratuito, sem qualquer custo ao cidadão.

- ▶ Programa Minha Terra Paraná - PRORURAL - a ampliação do programa para Regularização Fundiária em Terras Particulares, concluiu entregas de plantas e memoriais descritivos, georreferenciados nos municípios de: Imbaú (110), Cândido de Abreu (187), Cândói (144), Rosário do Ivaí (110), os mapas são parte do processo de incentivo à regularização fundiária do Governo do Estado do Paraná através do Instituto Água e Terra. O próximo passo é o encaminhamento de toda a documentação para a Defensoria Pública do Paraná, que ajuizará a ação. Todo o processo é gratuito, sem qualquer custo ao cidadão.
- ▶ Terras Particulares e Devolutas - entrega de plantas e memoriais descritivos, georreferenciados nos municípios de Guaraqueçaba (108), Morretes (92), Piên (120), Agudos do Sul (151).

No que se refere à Gestão De Florestas Plantadas, em 2020, desenvolveu atividades de gestão e fiscalização de 12 contratos de parcerias privadas, para exploração de produtos madeiráveis e de goma resina; e iniciou estudos técnicos e financeiros para a regularização fundiária dos imóveis que abrangem os ativos de florestas plantadas, estimados em 40.000 ha de área.

- ▶ Foram concluídos e disponibilizados 21 mapas do Projeto de Rochas e Minerais Industriais do Paraná na escala 1:250.000 - que cobrem todo o Estado com ocorrências, indícios, minas ativas e abandonadas de rochas e minerais industriais.
- ▶ Projeto Mapa Geológico do Paraná - visa a atualização do mapa geológico do Paraná, envolvendo o Serviço Geológico do Brasil - CPRM, o Departamento de Geologia da Universidade Federal do Paraná e a Divisão de Geologia do IAT. Está em tramitação a formalização do Acordo de Cooperação Técnico-Científica entre o Serviço Geológico do Brasil, a UFPR e o IAT. As informações relativas ao mapeamento do Grupo Serra Geral fazem parte do pacote de informações que o IAT disponibilizará.
- ▶ Projeto Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens em Ambiente de Sistema de Informações Geográficas no Paraná - teve como objetivo a integração de dados de barragens de usinas hidrelétricas englobando fontes de diversas instituições federais e estaduais em formato vetorial dentro do Estado do Paraná. Os dados de barragem também foram caracterizados quanto à sua distribuição dentro de divisões administrativas, unidades geológicas e geomorfológicas. Foram apresentadas recomendações para a melhoria do banco de dados para auxiliar no trabalho de agentes fiscalizadores de barragens. Relatório concluído, faltando disponibilizá-lo no site do IAT.

19.5 PARANÁ TURISMO

A Paraná Turismo é uma autarquia estadual, vinculada à SEDEST, e tem como competência básica a execução da política estadual de turismo, com suas atribuições, estrutura e funcionamento regulamentados por decreto.

Dentro do planejamento do Governo Estadual, desenvolve o programa Paraná Turístico que tem por objetivo buscar a integração institucional e a promoção de negócios, empregos e receita para o Paraná utilizando suas potencialidades de recursos naturais, culturais, econômicos, sociais e tecnológicos, que motivam e sustentam as viagens de seus demandantes com foco estratégico no mercado interno. Fundamentam as ações deste programa princípios como a transversalidade, visando a integração institucional, a sustentabilidade com otimização dos recursos humanos naturais e culturais do Paraná e a promoção de negócios, empregos e receita para a sociedade paranaense, e ainda a qualidade e competitividade com o uso de ferramentas de comunicação, marketing, inovação, tecnologia e qualificação de oferta de experiências satisfatórias aos visitantes.

Os negócios relacionados a turismo sofreram um grande impacto negativo desde a propagação da COVID-19 no Brasil, que resultou na suspensão de quase todas as atividades turísticas desde meados de março de 2020. Como resultado, os indicadores, que deveriam ser positivos para o turismo, seguindo a tendência positiva de 2019, tiveram uma enorme queda quando iniciaram as medidas de isolamento social e suspensão de serviços não essenciais. Com diversas empresas impossibilitadas de

abrir as portas, a crise gerada pela pandemia começou a impactar fortemente o setor turístico. Considerando as previsões e os cenários que se modificaram ao longo do período da pandemia, a Paraná Turismo realizou trabalhos visando a retomada da atividade turística buscando meios para apoiar o trade turístico e fomentar o turismo do Estado.

Especialistas e a experiência em países que entraram na pandemia antes do Brasil indicavam que o Turismo em Áreas Naturais numa distância de 200 km do mercado emissor, seriam por onde reiniciaria a atividade, com turistas viajando com seu grupo social, família ou amigos. Baseado nisso desenhou-se o Projeto de retomada visando o aproveitamento do trabalho realizado em função do Programa Nacional de Regionalização do Turismo. O Projeto de Retomada do Turismo envolve ações nos eixos estruturantes do planejamento da Paraná Turismo, tendo como premissa o turismo regional do Paraná para o Paranaense. Outro projeto transversal em desenvolvimento é o Temporada de Verão, para atender às demandas de qualificação e atendimento qualificado nos destinos turísticos na temporada de verão.

- ▶ Gestão Estratégica: a) divulgação e monitoramento do Masterplan Paraná Turístico 2026: Pacto para um destino inteligente; b) *workshop* Monitoramento Paraná Turístico 2026 - 15/10/2020; c) realização do Fórum Paraná Turístico 2026 edição 2020 - 11 e 12/11/2020; d) estruturação em parceria com a Coordenação de Fomento ao Turismo do GT para a criação do Fundo Estadual de Turismo, conforme Resolução 025/2020/ SEDEST; e) apoio técnico e logístico para a realização de reuniões do Conselho Paranaense de Turismo (CEPATUR); f) apoio à Coordenação de Fomento ao Turismo (SEDEST).
- ▶ Projeto de Retomada: a) elaboração e operacionalização conjunta do Projeto de Retomada do Turismo para o enfrentamento da crise envolvendo as diretorias técnica, de *marketing* e assessoria técnica e outras instituições do *trade* turístico (ABEOC, ABIH, ABAV, ABRASEL, SEHA, SEBRAE, Fecomércio e SESA); b) apoio no cadastramento para adesão ao Selo do turismo Responsável, elaboração conjunta dos Manuais de Conduta Segura para enfrentamento da COVID-19, estruturação das campanhas de promoção e divulgação do turismo nos 12 polos emissores mapeados com base nas regiões turísticas do Estado.
- ▶ Temporada de Verão - elaboração e execução das ações, incluindo: a) apoio na elaboração de diagnóstico para o projeto de Sinalização Turística da Ilha do Mel; b) capacitação *online* - seis módulos com duas capacitações cada, nos temas Bem atender, Precificação e Tarifação, *Marketing* digital, Eco cidadania e Meio Ambiente, Turismo no Paraná, Ações esportivas do Verão Maior, Eventos e Artesanato; c) capacitação presencial na Ilha do Mel; d) atendimento ao turista - com sete pontos de apoio ao visitante com informações sobre o turismo no Estado do Paraná, e e) segurança e prevenção à COVID 19, nas praias do Litoral e na Ilha do Mel.
- ▶ Inteligência do Turismo: a) parceria com IPARDES para produção e atualização de dados do turismo na BDE, análise dos dados da hotelaria do Paraná e das agências de turismo - pesquisas nacionais

do Ministério do Turismo (MTUR) e IBGE, estruturação e manutenção do *BI* do CADASTUR e dos Atrativos Turísticos do Paraná com a CELEPAR; b) revisão do documento estatístico Turismo em Números 2019 com publicação na página *web* da Paraná Turismo, referente aos dados dos passageiros e dos visitantes; c) produção dos Boletins de Inteligência em parceria com o SEBRAE (Paraná, um panorama em números - 2020, Regionalização e Segmentação do Turismo no Paraná, Movimentação de passageiros no Paraná - 2018 e 2019); d) coordenação da pesquisa da oferta turística do Paraná em parceria com SEBRAE e Instâncias de Governança Regionais (IGR's), visando atualização das informações existentes para subsidiar ações de estruturação e *marketing*; e e) elaboração de Sondagem de Impacto da COVID-19 no setor de turismo do Paraná para o ano de 2020, contemplando os empresários do setor, guias de turismo, regiões turísticas, turistas potenciais e gestores municipais.

- ▶ Promoção de Investimentos: a) desenvolvimento do projeto arquitetônico para reforma do Parque Estadual Ilha das Cobras; b) estruturação de projeto para Concessão de Uso da Base Náutica de Guaratuba; e c) projeto de Sinalização Turística da Rota do Rosário (elaboração de TDR, encaminhamentos legais).
- ▶ CADASTUR - cadastro e orientação aos prestadores de serviços turísticos no sistema CADASTUR do Ministério do Turismo, totalizando 2.859 cadastros de janeiro a outubro. Apoio na criação e desenvolvimento do Programa Paraná *Pay* - (ferramenta digital vinculada ao *APP* Nota Paraná para a promoção do turismo no Paraná). Levantamento dos produtos turísticos e orientação às empresas para adequação e critérios para o cadastramento.
- ▶ Regionalização do Turismo: a) apoio às 14 Regiões Turísticas do Estado do Paraná (sensibilização, mobilização e apoio Técnico); apoio técnico e institucional para a criação de nova região Turística no sul do Paraná; b) revisão da Cartilha de Gestores (atualização técnica do conteúdo e inserção de novas linguagens audiovisuais); e c) estruturação de um Convênio com o SEBRAE para elevar a competitividade das 14 Instâncias de Governança Regionais para fomentar o turismo nas Regiões Turísticas do Estado, por meio de consultorias especializadas, articulação de ambientes, instrutória e melhoria dos produtos turísticos de cada região.
- ▶ Segmentação do Turismo: a) Formalização do Grupo de Trabalho do Turismo Religioso (Resolução 014/2020 - SEDEST/PRTUR); b) realização do 3º Fórum do Turismo Religioso - Virtual - 13 e 14 de agosto de 2020; c) reativação do Grupo de Trabalho do Turismo Náutico; d) reativação do Grupo de Trabalho de Turismo Rural; e) participação no projeto de vitivinicultura em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR); f) atendimento e visita aos municípios turísticos de Campo Magro, Campo Largo e Tijucas do Sul; g) apoio para a estruturação de projeto nos municípios limítrofes ao Rio Paraná - CORIPA - COMAFEM; h) diagnóstico de organização e operação de agências e operadoras de turismo de aventura e ecoturismo; i) articulação com instituições e projetos do segmento de Ecoturismo e Turismo de Aventura - Grande Reserva Mata

Atlântica, Rede Trilhas e Paraná Aventura; j) estruturação e diagnóstico para projetos de turismo de Base Comunitária; e k) avaliação e articulação para estruturação de rotas e roteiros de *motorhome* no Estado do Paraná.

- ▶ Promoção Turística - estruturação de convênio com o Ministério do Turismo para a promoção dos destinos turísticos como enfrentamento da crise desencadeada pela pandemia; encontra-se em análise final no ministério.
- ▶ Participação em eventos: a) abrangência regional - Expo Rancho, Rancho Alegre D`oeste, fevereiro, presencial; Festival Tutano Gastronomia, setembro, virtual; Morretes Chef, setembro, virtual; b) abrangência nacional - 51º Encontro Comercial Braztoa, Rio de Janeiro, março, presencial; Trielotur, setembro, virtual; ABETA *Summit*, setembro, virtual; ABAC *Collab*, setembro, virtual; Festival Internacional de Turismo de Gramado, novembro, presencial; São Paulo *Boat Show*, novembro, presencial; Festival Internacional de Turismo das Cataratas, dezembro, presencial; e c) abrangência internacional - *Meeting Latino America*, setembro, virtual; *Actual - Mi destino és Brasil*, novembro, virtual.
- ▶ Publicidade - elaboração de materiais para a promoção do turismo, diagramação de materiais para o Projeto de Retomada do Turismo e Ações Verão Maior.
- ▶ Parque do Monge - abertura de dois editais de chamamento público para Permissão de Uso com o objetivo de permitir a exploração comercial dentro do parque, sendo um para a exploração de atividades de turismo de aventura e outro para permitir a venda de alimentos pré-prontos e bebidas. Estão previstos investimentos na infraestrutura do local. O objetivo é melhorar a recepção de visitantes expandindo as atrações turísticas.
- ▶ Fórum Paraná Turístico 2026 Edição 2020 - realizado de modo virtual com a temática Retomada do Turismo: Inspirações para o novo normal. Este evento ocorre desde 2016 e serve para monitoramento do *Masterplan* Paraná Turístico 2026: Pacto para um Destino Inteligente. O *Masterplan* encontra-se na fase de monitoramento das ações realizadas entre 2017 e 2019. Esta edição em particular foi voltada a apresentação de propostas de inovação nas perspectivas sobre a gestão e operacionalização do turismo, devido à pandemia.
- ▶ Um Dia no Parque - projeto que leva pessoas às áreas verdes para atividades de lazer, prática de esportes e conscientização ambiental. Para garantir segurança e manter as atividades, que ocorrem há 3 anos, a programação passou por adaptações, sendo a maior parte da dinâmica realizada *online* com um festival de *shows*, exibição de curta-metragem e palestras. As ações realizadas presencialmente foram de limpeza e recolhimento de lixo feitas por voluntários e funcionários do IAT.

19.6 SISTEMA METEOROLÓGICO DO PARANÁ (SIMEPAR)

O SIMEPAR é uma entidade de direito privado e interesse público, sem fins lucrativos, vinculada à SEDEST. Dentre as principais atividades realizadas destacaram-se:

- ▶ Programa Sinais da Natureza - busca ampliar o conhecimento sobre os recursos naturais do Paraná, envolvendo o monitoramento ativo de sua atmosfera, água e território, visando sua proteção e gestão sustentável. No âmbito desse programa assinou um convênio no valor de R\$ 3,4 milhões para a implantação do projeto Paraná Clima. O projeto é uma proposta de prevenção e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. O recurso destinado à implantação do Paraná Clima vai atender às diretrizes do Plano Nacional de Mudanças Climáticas e o compromisso firmado pelo Paraná com o Governo Federal para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE).
- ▶ Riscos de Desligamentos de Energia Elétrica - o SIMEPAR vem desenvolvendo em parceria com a COPEL, desde julho, um modelo matemático que estimará com antecedência os riscos de desligamentos de energia elétrica causados por eventos meteorológicos severos. Com base em informações de previsão e monitoramento meteorológico de curto e médio prazos, alertas qualificados serão transmitidos à COPEL Distribuição em forma de mapa. O processo será automatizado e padronizado.
- ▶ Previsão Integrada Hidroclimática - o Simepar está desenvolvendo uma metodologia inovadora para a previsão integrada hidroclimática de chuvas e vazões afluentes aos reservatórios do Sistema Integrado Nacional de Energia Elétrica (SIN), gerenciado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O estudo é realizado junto com a COPEL Geração e Transmissão e a empresa Rhama. Serão avaliados dados hidrometeorológicos coletados de 2000 a 2020 por órgãos de todo o Brasil. Conclusão prevista para 2023.

19.7 INVEST PARANÁ

Invest Paraná, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos e de interesse e finalidade públicos, sob a modalidade de serviço social autônomo, vinculada à SEDEST. Dentre as principais atividades realizadas destacaram-se:

- ▶ Mapeamento das Vocações Regionais - destaca-se o estudo realizado que aponta os principais segmentos econômicos e regiões com potencial inovador. Esse estudo servirá como base para um programa de desenvolvimento regional focado em vocações regionais. Esse é um trabalho realizado em conjunto com instituições do governo, representantes de universidade e comunidades locais.
- ▶ *Invest Pass* - auxiliando o processo de inovação do setor privado, foi lançado o programa *Invest Pass*, que visa impulsionar soluções sustentáveis e inovadoras por meio do desenvolvimento de um Plano de Suporte Conjunto (PSC), estabelecendo a conexão entre os empreendedores e

investidores, visando viabilizar o desenvolvimento de produtos sustentáveis.

- ▶ *Awards Programme* - a Invest Paraná foi indicada como uma das melhores agências de Desenvolvimento e Atração da América Latina, a entidade foi finalista do 2020 *Awards Programme*, prêmio concedido pela *Capital Finance International (CFI.co)*, devido ao trabalho realizado de janeiro de 2019 a outubro de 2020, em que a agência contribuiu com a atração de 164 empreendimentos, somando R\$ 20,0 bilhões em investimentos para o Estado.
- ▶ Programa de Incentivos Fiscais - Paraná Competitivo - no que se refere ao atendimento a investidores, a estratégia consiste no apoio às empresas na elaboração e qualificação de projetos para pleito de incentivos fiscais, execução do Programa Paraná Competitivo, conforme previsto no Decreto n.o 6.434/2017, e o acompanhamento e manutenção do diálogo com empresas já instaladas no Estado (*aftercare*), visando projetos de reinvestimento.

No Programa Paraná Competitivo, a Invest Paraná manteve tratativas mais avançadas com apoio técnico a 143 empresas, que resultou no encaminhamento de 99 protocolos à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), que somam R\$ 4,3 bilhões em investimentos para o Estado, com potencial de geração de 22 mil empregos.

Destaca-se que as expectativas eram bastante positivas para 2020, no entanto, em virtude da pandemia da COVID-19, as projeções de investimentos foram reduzidas drasticamente. Alguns segmentos, contudo, tiveram seus indicativos de investimentos mantidos ou elevados, a exemplo do setor agroindustrial, com expansões no setor de alimentos. Um exemplo disso é o protocolo de investimento da C. Vale Cooperativa Agroindustrial, no valor de R\$ 552,0 milhões, com projeção de geração de 375 empregos em Palotina, na região oeste do Estado.

A Invest Paraná teve participação fundamental nas últimas alterações do Paraná Competitivo, especialmente remodelando e trazendo propostas de novas categorias. A agência apresentou, por meio de sugestão à SEFA, alternativa de vazão de créditos de ICMS represados na conta de contribuintes por meio do programa denominado SISCREED. O objetivo é estimular investimentos nos municípios menos desenvolvidos do Estado. Para isso, a referência é o Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM) que mede o desempenho dos municípios paranaenses considerando as dimensões: a) renda, emprego e produção agropecuária; b) saúde e c) educação. Tal atualização foi concretizada por meio do Decreto n.o 5.371/2020.

A Invest Paraná apresentou sugestão para redução dos valores de investimento para enquadramento de empresas no programa na modalidade *e-commerce*. Desde sua instituição, o valor a ser investido necessitava superar o valor de R\$ 3,6 milhões de reais. Com base em reuniões e estudos, a agência sugeriu que os investimentos fossem reduzidos para R\$ 360,0 mil, uma vez que a modalidade não requer vultuosos investimentos, o que pode ser visto no Decreto n.o 4.474/2020.

Outra proposta foi com relação a importações, em que houve a sugestão de colagem de incentivo

oferecido por Santa Catarina, equiparação prevista na Lei Complementar n.º 160/2017 e no Convênio n.º 190/2017. A pedido da própria SEFA, foram realizadas reuniões com empresas, a fim de tabular pleitos e formato mais adequado para criação do projeto. Por fim, foi encaminhado à SEFA documento que, após análise e considerações por parte da Secretaria, resultou em envio de novo Decreto com mais uma atualização no Paraná Competitivo.

- ▶ Promoção do Estado do Paraná - para o cumprimento de sua missão, de estimular o desenvolvimento econômico paranaense, a Invest Paraná desempenha também o papel de promover o Estado como destino de investimento, tanto no Brasil quanto no exterior. Para isso, foi desenvolvida uma estratégia que selecionou ações e mecanismos de promoção comercial e de imagem seguindo os padrões e as boas práticas internacionais. O objetivo é fornecer informações sobre o território paranaense, recursos, capacidades locais e as oportunidades de negócios estratégicos a investidores nacionais e estrangeiros e parceiros institucionais. Nesse sentido, durante 2020, foi realizada atualização do material promocional da instituição, com implementação de nova *webpage*, bem como desenvolvimento de material promocional impresso e digital.

No quesito institucional, as ações são direcionadas à construção de uma ampla e fortalecida rede de relacionamentos, uma vez que o contato direto com investidores em potencial não é o caminho mais comum. Desta maneira, a Invest Paraná busca constantemente consolidar e expandir sua atuação junto a parceiros e *stakeholders* importantes, como órgãos públicos estaduais e federais, instituições representativas do setor privado, câmaras de comércio e representações estrangeiras no Brasil (como Embaixadas, Consulados e outros organismos internacionais). Nesse sentido foram assinados termos de cooperação com parceiros institucionais.

Para prospectar novos negócios e promover o Paraná no Brasil e no exterior, a equipeda Agência participou de 24 eventos, entre fóruns e feiras de negócios, sendo que em 21 figurou como promotora do evento (organizadora ou apoiadora).

- ▶ Programa Municipal para Atração de Investimentos - a Invest Paraná desenvolve, desde 2014, o Programa Municipal para Atração de Investimentos (PMAI), por meio de parcerias com as prefeituras e associações e fornece um diagnóstico socioeconômico das regiões, incluindo mapeamento de demandas e gargalos identificados a partir de reuniões e consultas com representantes da sociedade local. A partir disso, auxilia na construção de uma estratégia de promoção de investimentos para cada região, melhorando o ambiente de negócios e tornando os municípios mais atrativos e eficientes. Em 2020, foram desenvolvidos PMAIs dos municípios: Fazenda Rio Grande (01), Goioerê (01), Irati (01) e Teixeira Soares (01).
- ▶ Projetos Especiais - visando estimular o comércio internacional e criar um ambiente de negócios mais favorável e competitivo, a Invest Paraná atua na interlocução entre o setor público e privado, identificando problemas e criando novas estratégias e soluções para promover o desenvolvimento

econômico sustentável do Estado. Em 2020, foram desenvolvidos quatro projetos especiais: a implementação da primeira Zona de Processamento de Exportações (ZPE) do Estado; o desenvolvimento do Programa de Apoio às Vocações Regionais Sustentáveis e a realização de dois chamamentos públicos para projetos de soluções inovadoras e tecnológicas. ZPE é um ambiente, similar a um distrito industrial, em que empresas operam com suspensão de impostos, liberdade cambial e gozam de procedimentos administrativos simplificados. O objetivo de instalar uma ZPE no Estado é apoiar empresas paranaenses no processo de internacionalização, diversificar as exportações e atrair investimentos. Nessa ação, a Invest Paraná é responsável por toda articulação institucional envolvida, bem como pesquisa e desenvolvimento do projeto para implementação da ZPE o mais breve possível. O Programa de Apoio às Vocações Regionais Sustentáveis, por sua vez, surgiu no sentido de utilizar os arranjos produtivos locais como ativo do Estado no momento de retomada pós COVID-19. Nesse sentido, foram sistematizadas ações objetivas, como a de incentivar as cadeias de atividades já estabelecidas, impulsionando novos negócios e impactando diretamente em indicadores de vulnerabilidade social, com geração de emprego e incremento de renda. Com relação à busca e incentivo a projetos de soluções inovadoras e tecnológicas, o primeiro chamamento público foi o InovaInvest, lançado em setembro, que seleciona soluções desenvolvidas por startups e empresas de tecnologia paranaenses para serem utilizadas e divulgadas nas ações de promoção da Invest Paraná, que envolvem empresas nacionais, compradores internacionais e investidores estrangeiros. Há ainda o InvestPass, com chamamento público lançado em outubro, que foca em soluções inovadoras que induzam à sustentabilidade para desenvolvimento de mentoria técnica da Invest Paraná por meio de Plano de Suporte Conjunto (PSC).

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

20 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (SEIL)

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL) tem por missão a promoção de ações para a implantação e gestão da política de infraestrutura e logística, centrada no desenvolvimento sustentável e na priorização de investimentos.

Em atendimento a sua finalidade de promover ações eficazes, para possibilitar a circulação de pessoas e mercadorias com segurança; reduzir custos operacionais; e ofertar infraestrutura rodoviária, ferroviária, aeroviária, aquaviária e dutoviária, condizentes com a demanda da sociedade paranaense, a SEIL é composta por suas unidades programáticas: a) Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística (DGPIIL); b) Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística (DFIL); e c) Departamento de Gestão para Inovação para Planos, Projetos e Obras (DGI). Na estrutura descentralizada, atua por meio de suas unidades vinculadas: a) Departamento de Estradas de Rodagem (DER); b) Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA); e c) Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE).

20.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

20.1.1 Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística

O DGPIIL com atribuições de planejar, regulamentar, monitorar e implantar ações para a gestão de programas e projetos intermodais de infraestrutura e logística, desenvolveu as seguintes atividades:

- ▶ Modal Rodoviário - Regulamentação do Sistema Rodoviário Estadual (SRE), coordenação de ações de municipalização e estadualização de rodovias.
- ▶ Modal Aeroviário - apoio técnico institucional aos administradores aeroportuários com o objetivo de melhorar a gestão e operação aeroportuária no Estado; apoio institucional e logístico à implementação do programa Voe Paraná - que instituiu voos de passageiros em 10 aeroportos regionais do Estado. Estabeleceu tratativas com a Secretaria Nacional de Aviação Civil - SAC/MINFRA para dar continuidade na contratação dos estudos e projetos para implantação do Aeroporto Regional do Sudoeste por meio de Termo de Compromisso a ser firmado com o Governo Federal. Celebração de Convênio de Delegação do Aeroporto Regional do Sudoeste entre o Governo do Paraná e a União.
- ▶ Modal Aquaviário - desenvolvimento de ações de regulamentação e estruturação do transporte aquaviário, por meio da coordenação do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GT) Estruturação

do Transporte Aquaviário; gestão dos Convênios de delegação n.o 067/2016 e n.o 068/2016 junto às prefeituras de Pontal do Paraná e Paranaguá, respectivamente, para a exploração dos terminais aquaviários de Pontal do Sul e Ilha do Mel; elaboração, revisão e envio à Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e Agência Reguladora do Paraná (AGEPAR) de anteprojeto de Lei que dispõe sobre o Sistema de Transporte Aquaviário Intermunicipal de Passageiros e de Veículos do Estado. Cadastramento e Autorização de embarcações para o transporte regular de passageiros entre Pontal do Sul e Ilha do Mel.

- ▶ Programa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - Multimodal - apoio técnico na coordenação do programa de Empréstimo Internacional: Programa de Infraestrutura e Logística com financiamento do BID, no valor de US\$ 435,0 milhões. Encaminhamentos para a contratação das ações previstas no Programa, com a contratação de estudos e projetos multimodais para: a) elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Jurídica - EVTEA-J dos projetos Nova Ferrovia Paranaguá (PR) a Maracaju (MS) e do ramal ferroviário Cascavel- Foz do Iguaçu; b) elaboração do Plano Estadual de Logística e Transportes do Paraná (PELT-PR); c) elaboração de projetos executivos e obras de correção de pontos críticos da FERROESTE; d) elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental-EVTEA das linhas de transporte aquaviário de passageiros do Litoral Norte do Estado do Paraná; e) elaboração dos Planos Diretores Aeroportuários de Umuarama e de Pato Branco a fim de garantir a continuidade da operação de voos regulares de passageiros nestes dois aeroportos.

Para a execução destas ações foram elaborados os respectivos Termos de Referência e concluídos os processos de contratação por meio dos procedimentos licitatórios do BID.

20.1.2 Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística Municipal

As ações desenvolvidas no DFIL envolvem a gestão dos convênios em andamento, seu acompanhamento, além da celebração de novos termos de cooperação. Além disso, são realizadas atividades rotineiras como a informação de sistemas, tramitação de processos, e o planejamento das ações programáticas futuras.

Foram celebrados 90 novos Convênios, visando a transferência voluntária de R\$ 106,5 milhões para execução de obras de infraestrutura em vias sob jurisdição municipal, de pavimentação asfáltica, poliédrica e recape asfáltico, e encontram-se em andamento 51 Convênios celebrados em anos anteriores.

Foram celebrados 08 novos Termos de Cooperação visando a cessão de peças pré-moldadas para construção e reforma de pontes em vias sob jurisdição municipal, no valor de R\$ 943,4 mil.

20.1.3 Gestão da Inovação para Planos, Projetos e Obras

O DGI promoveu ações para a melhoria da gestão de Projetos e Obras Públicas, no âmbito da SEIL, destacando-se:

- ▶ Inovação Tecnológica - execução das ações previstas na Estratégia *Building Information Modeling (BIM)* PR: Paraná Rumo à Inovação Digital nas Obras Públicas para o Fomento e Implantação do *BIM*. Foi instituído pelo Decreto n.o 3.080/2019 com a finalidade promover a inovação tecnológica para melhoria da qualidade de projetos e obras públicas, dentre as quais destacam-se: a) acompanhamento e aprovação dos Planos de Implantação da metodologia *BIM* nas instituições participantes da Estratégia *BIM* PR (PRED, COHAPAR, PARANACIDADE, e DER) no âmbito do Grupo Técnico (GTEC-*BIM*); b) assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre SEIL, DER e DNIT, com o objetivo de promover trocas de informações entre as instituições, para implementação da metodologia *BIM* e padronização dos produtos técnicos nos processos de contratação de projetos de obras públicas; e c) coordenação da Câmara Temática *BIM* do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (COSUD).
- ▶ Ações de fomento à capacitação contínua - Integrante do Comitê Gestor do Programa de Residência Técnica em Projetos e Obras Públicas e responsável pela Coordenação das atividades práticas profissionais dos residentes técnicos da RESTEC POP
- ▶ Ações de combate à COVID-19 - Integrante do Conselho Paranaense de Ciclomobilidade Conciclo e do GT da Câmara Técnica de Infraestrutura para elaboração do Manual para Implantação de Ciclofaixas temporárias em tempos de COVID-19, cujo objetivo é incentivar o uso do transporte individual por bicicleta por meio da implantação de ciclofaixas temporárias nos municípios paranaenses, de modo a reduzir aglomerações de pessoas no transporte público coletivo e contribuir com as estratégias de combate à COVID-19.

Dentre suas principais realizações estão as ações previstas na 2ª Fase na Estratégia *BIM* PR: Paraná Rumo à Inovação Digital nas Obras Públicas para o Fomento e Implantação do *BIM*:

- ▶ Organização e condução das reuniões do Grupo Técnico *BIM* (GTEC-*BIM*) no âmbito da Estratégia *BIM* PR.
- ▶ Realização de 15 encontros técnicos com órgãos públicos estaduais, no âmbito da Estratégia *BIM* PR, para o desenvolvimento de Planos de Implantação *BIM* institucionais.
- ▶ Participação em dois eventos técnicos, em parceria com a Academia, para fomentar a metodologia *BIM*, atingindo público aproximado de 350 estudantes e profissionais.
- ▶ Realização de encontros técnicos com o DNIT a fim de efetivar a transferência de conhecimento conforme prevista no Termo de Cooperação Técnica (TCT)
- ▶ Desenvolvimento do Caderno de Especificações Técnicas para contratação de projetos aeroportuários em *BIM* e auxílio no desenvolvimento de Termo de Referência para contratação

dos projetos de modernização do Aeroporto de Ponta Grossa e do Aeroporto Regional Sudoeste em *BIM*.

- ▶ Desenvolvimento do Caderno de Especificações Técnicas para contratação de projetos de infraestrutura em *BIM*, em especial, para a contratação do anteprojeto da Ponte de Guaratuba.
- ▶ Participação do V Fórum Nacional das Transferências da União, realizado pelo Ministério da Economia, apresentando a Estratégia *BIM* PR e resultados alcançados.
- ▶ Participação do evento *BIM: Por onde começar?*, realizado pela Federação Catarinense de Municípios (FECAM), apresentando a Estratégia *BIM* PR e os resultados obtidos.
- ▶ Participação do evento *Infra BIM 4.0: O futuro do BIM em Infraestrutura é agora*, realizado pelo Instituto de Tecnologia Zigurat, apresentando a Estratégia *BIM* PR e resultados alcançados.
- ▶ Realização de reuniões técnicas com a CELEPAR para desenvolver um Ambiente Comum de Dados (ACD) para o Estado do Paraná.

20.1.4 Departamento de Estradas de Rodagem (DER)

Tem por missão garantir a movimentação adequada de pessoas e bens nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário Estadual. A malha rodoviária federal e estadual, sob sua responsabilidade é de 11.547,28 km de extensão e 690,1 km são de rodovias estaduais concedidas.

Quadro 1 - RODOVIAS ESTADUAIS SOB RESPONSABILIDADE DO DER E CONCESSIONADAS, NO ESTADO DO PARANÁ, 2020

RESPONSABILIDADE	NÃO PAVIMENTADA (NPV)	PAVIMENTADA			EM OBRAS			TOTAL (km)
		PISTA SIMPLES (PAV)	PISTA DUPLA (DUP)	TOTAL PAVIMENTADA (km)	PISTA SIMPLES (EOP)	PISTA DUPLA (EOD)	TOTAL EM OBRAS (km)	
DER	1.687,66	9.703,82	130,98	9.834,80	14,02	10,80	24,82	11.547,28
Concessão Estadual	-	416,91	243,74	660,65	-	30,26	30,26	690,91
TOTAL (Rodovias Estaduais) (km)	1.687,66	10.120,73	374,72	10.495,45	14,02	41,06	55,08	12.238,19

Suas principais realizações foram:

- ▶ Obras Rodoviárias - os programas existentes têm por objetivo melhorar as condições de trafegabilidade nas rodovias estaduais, por meio de construção de rodovias, duplicações com ampliação de capacidade, pavimentação e serviços de conservação da malha rodoviária. O Estado investiu R\$ 683,7 milhões, até setembro de 2020, nos contratos de obras rodoviárias (Tabela 1).

Tabela 1 - OBRAS RODOVIÁRIAS EM ANDAMENTO, SEGUNDO O VALOR DO INVESTIMENTO (EM REAIS) E TIPO DE AÇÃO -PARANÁ

Obras	Investimento em 2020 (R\$)
Duplicação/ Contorno/ Implantação do Pavimento	179.616.265,94
Obras de Recuperação do Pavimento	26.388.747,05
Conservação de Rodovias (PERC II)	477.668.703,15
TOTAL	683.673.716,14

- ▶ Conservação da Malha Rodoviária - o Programa Estadual de Recuperação e Conservação de Estradas Pavimentadas (PERC II), iniciou com novos contratos, em 2018 e 2020, para a

continuidade dos serviços de conservação e manutenção da malha rodoviária estadual, com serviços de reperfilamento, tapa buracos, remendo profundo, remendo superficial, micro reperfilagem, roçada, sinalização, limpeza de bueiros e outros, abrangendo toda a malha rodoviária sob sua responsabilidade. O PERC II é subdividido em três subprogramas: a) Conservação e Recuperação Descontínua com Melhoria do Estado do Pavimento (CREMEP II) - que atende 4.179,30 km; b) Conservação Rotineira de Pavimentos (COP II) - abrangendo 6.057,86 km; c) Conservação da Faixa de Domínio - que compreende 11.581,65 km.

- ▶ Rodovias concessionadas com obras concluídas: a) travessia Inferior e marginal BR-153 - Km 41 região de Santo Antônio da Platina; b) duplicação BR-369 região de Corbélia, 5,32 Km; c) duplicação BR-376 trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho VIII B), 9,3 Km; d) duplicação BR-376 trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho IX A), 6,65 Km; e) duplicação BR-376 trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XXI), 9,4 Km; f) duplicação BR-376 trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XXII), 17,0 Km; g) duplicação BR-376 trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XXIII), 4,4 Km; h) duplicação BR-376 trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XXIV), 5,0 Km; e i) duplicação BR-376 trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XXVII A), 4,1 Km
- ▶ Rodovias concessionadas com obras em andamento: a) duplicação BR-369 trecho Cornélio Procópio - Trevo Uraí, 15,16 Km; b) duplicação BR-369 trecho Trevo Uraí - Jataizinho, 19,2 Km; c) melhorias nas vias marginais da PR-444 região de Arapongas, 6,4 Km; d) interseção em desnível PR-317 x PR-323 região de Maringá; e) duplicação BR-376 trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho V), 10,0 Km; f) duplicação BR-376 trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho VIII B), 8,3 Km; g) duplicação BR-376 trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XVII A), 4,0 Km; h) duplicação BR-376 trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XVIII B), 1,5 Km; i) duplicação BR-376 trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XIX), 8,0 Km; j) duplicação BR-376 trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XVIII B), 1,5 Km; e k) duplicação BR-376 trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XXVII B), 6,5 Km.
- ▶ Rodovias concessionadas com obras do Acordo de Leniência em andamento: a) trevo Cataratas km 584 da BR-277 região de Cascavel; b) interseção I-04 (Posto Guarany) região de Curitiba; c) interseção I-06 (Cercadinho) região de Campo Largo; d) interseção I-19 PR-340 (Acesso à Castrolanda/Socavão) região de Castro; e) interseção I-09 (Trevo de Brotas) região de Piraí do Sul; f) melhorias na BR-373 (Avenida Souza Naves) - Km 173 - região de Ponta Grossa; g) melhorias na BR-373 (Avenida Souza Naves) - Km 180 - região de Ponta Grossa; h) interseção I-27 (Acesso Secundário - Próximo empresa DAF) região de Ponta Grossa; i) interseção I-60 (Acesso ao Contorno Leste) região de Ponta Grossa; j) duplicação BR-376 (Trecho VI) região de Alto Amparo/Tibagi; k) duplicação BR-376 (Trecho VII) região de Caetano Mendes/Tibagi; l) duplicação BR-376 (Trecho VIII C) região de Caetano Mendes/Tibagi; m) duplicação BR-376 (Trecho VIII A) região de Nazareno/Tibagi; e n) duplicação BR-376 (Trecho IX B) região de Imbaú.

20.1.5 Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE)

A FERROESTE, sociedade de economia mista que tem no Governo do Paraná seu maior acionista, foi criada em 15 de março de 1988 tendo por objeto a construção, operação, administração e exploração comercial de vias ferroviárias nacionais, de terminais ferroviários, de silos e demais sistemas de armazenagem. Controlada pelo Estado do Paraná com 99,68% de participação acionária, detém concessão federal para construção, uso e gozo de estrada de ferro e ramais necessários à viabilidade da ferrovia.

A FERROESTE opera em um trecho com 248,6 km entre Cascavel e Guarapuava. Em Cascavel conta com: a) Terminal Ferroviário de Cargas -com 1,6 milhão de m², 17 empresas instaladas e capacidade estática para 520 mil toneladas; b) terminal de armazenamento e transbordo - que conta com 30 colaboradores e capacidade de 6.000 toneladas associado ao do parceiro Cargil com mais 40.000 toneladas de operação; c) sede administrativa com 15 colaboradores nas áreas de gestão das operações da empresa; concessionários - Yara Fertilizantes, com capacidade de 60.000 toneladas; Coopavel, com capacidade de 50.000 toneladas; Moinho Iguaçu, com capacidade de 120.000 toneladas; AB Insumos, com capacidade de 86.000 toneladas; Bunge, com capacidade de 70.000 toneladas; Votoran, com capacidade de 2.000 toneladas. Em Guarapuava sua estrutura conta com: a) estação ferroviária - que abrange operação, oficina mecânica e via permanente contando com 60 colaboradores; b) posto de locomotivas e vagões - contam com 14 locomotivas, 450 vagões e 30 colaboradores operadores mecânicos; c) sede administrativa para os colaboradores que trabalham nas operações nesta sede; d) clientes - Cooperativa Agrária, contando com o maior silo de capacidade estática da América Latina, ou seja, operação para 300.000 toneladas; Lustosa Agrologística; que vem a ser um terminal intermodal privado com operação de carregamento de grãos e cimento atualmente.

A FERROESTE fechou 2019 com volume recorde de 1,150 milhões de toneladas úteis transportadas. Isto representa 32,2% em relação a 2018 e 28,2% em relação a 2016 que foi o melhor ano de desempenho da companhia desde sua fundação em 1988.

O faturamento superou pela primeira vez na história os R\$ 30,0 milhões fechando em R\$ 30,6 milhões. Isto representa 33,0% acima de 2019, todos estes recordes positivos levaram a empresa pela primeira vez na história a apresentar um EBITDA positivo, fechando em linha com o orçado. Vale ressaltar que nos anos anteriores a companhia teve uma média de R\$ 6,0 milhões de prejuízo anual.

Os maiores destaques no ano de 2019 foram o crescimento no transporte de grãos (*commodities*) com crescimento de 53,0% em relação a 2018, e também um recorde no transporte de contêineres refrigerados para exportação com salto de 27,0% atingindo a marca de 10.000 contêineres transportados ao longo do ano.

20.1.5.1 Planejamento Estratégico

A FERROESTE implementou ações de modo a atuar em cinco pilares de modo a reestruturar, adaptar e modernizar sua gestão de modo a atender às demandas cada vez maiores de volume, produtividade e qualidade em serviços prestados, a saber:

- ▶ Clientes - a FERROESTE teve como um de seus objetivos estratégicos reforçar as atuações comerciais ao buscar e propor parcerias comerciais com clientes-chave da empresa no intuito de desenvolver os volumes operados ao aumentar sua produtividade. Com o resultado obtido em 2019, o retorno da confiança das cooperativas e do setor produtivo da região oeste somado a alta demanda existente possibilitou a reavaliação do contrato de operações específicas (COE) com a operadora RUMO, parceira comercial e operacional, em que foram identificadas diversas oportunidades para aumento de volume x redução de custos x maximização do resultado operacional (geração de caixa EBITDA), contato o qual foi revisado e implantado em março/2020.
- ▶ Gestão de Despesas - a FERROESTE implementou sistema de gestão e controle de custos internos, envolvendo todos os colaboradores que hoje gerenciam os mesmos, de forma regular e com reuniões mensais para otimização e implementação de melhores práticas. Além da implementação de controle de custos, promoveu uma rediscussão e negociação dos contratos de modo a reduzir perdas e otimizar custos, realizando auditoria nas contas por empresa especializada, além de levantar potenciais créditos fiscais.
- ▶ Gestão de Pessoas - A FERROESTE logrou êxito na negociação do novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) junto ao Sindicato representante dos colaboradores, entre os quais não havia acordo há 5 anos, com validade até o final de 2020 e que, além de satisfazer os anseios dos colaboradores, representou uma economia para a FERROESTE de R\$ 1,3 milhão. Nesta esteira iniciou ações para a implementação de um novo Código de Conduta para os colaboradores, baseado nas melhores práticas de mercado, PDV Específico e revisão de organograma para adaptar a empresa às práticas atuais de mercado.
- ▶ *Compliance* e Gestão Eficiente - além do Código de Conduta, implementou o programa de *compliance* conforme as melhores práticas das empresas do Estado, revisão de todos os processos judiciais e abertura de Processos Administrativos que estejam estagnados.
- ▶ Desenvolveu Programa Estruturante: a) reforma de vagões e linha férrea; b) Plano de Eficiência Energética; c) Fundação da Associação dos Concessionários do Terminal Cascavel; d) reforma dos pontos críticos da via com expectativa de R\$ 16,0 milhões em investimento; e) vistoria e manutenção de viadutos e pontes do Terminal Cascavel.

20.1.6 Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA)

O Paraná continua como único Estado do Brasil a receber autonomia para administrar contratos de exploração de áreas dos portos organizados.

Com a medida, a gestão dos arrendamentos de instalações portuárias, que antes eram definidos pela Secretaria Nacional de Portos, passaram a ser controlados pela empresa pública Portos do Paraná. A independência comprova o alto nível técnico dos portos paranaenses, bem como, sua orientação calcada na melhoria contínua e aplicação de eficiência em suas atividades.

Tendo realizado o primeiro leilão em 2019, com investimentos de R\$ 87,0 milhões, em 2020 a Portos do Paraná realiza o segundo leilão oriundo da obrigação prevista no Convênio de Delegação 001/2019, em dezembro, com previsão de investimentos próximos aos R\$ 22,0 milhões.

As ações executadas pela autoridade portuária demonstram a efetiva aplicação dos recursos oriundos das tarifas recolhidas por meio de suas atividades, proporcionando a infraestrutura adequada, e assim, a continuidade das relações econômicas internacionais.

Os Portos do Paraná têm como planejamento um vasto conjunto de obras de recuperação, repotenciamento e reformas.

Mesmo em meio ao cenário pandêmico mundial, em 2020 foram totalizados aproximadamente R\$ 150,0 milhões investidos pela Empresa Pública na infraestrutura dos Portos Paranaenses, além de melhoria dos acessos terrestres.

Em 2020, foi entregue a expansão do cais, com ampliação do berço de atracação 201 e modernização dos berços 201 e 202.

No mar, novas campanhas de dragagem já estão programadas para os próximos quatro anos e a execução do contrato da derrocagem irá permitir a explosão de pedras que diminuem a navegação na entrada do Porto de Paranaguá.

As reformas e renovação dos trapiches das ilhas situadas nas áreas de influência da Empresa, também forma contratadas e as obras encontram-se com seu andamento normal.

O Governo do Estado assinou o contrato do projeto executivo de engenharia para restauração da capacidade da Avenida Ayrton Senna, garantindo mais segurança no trânsito e capacidade de tráfego

20.1.6.1 Projetos Estruturantes

O Porto de Paranaguá tem se mostrado eficaz na execução de suas ações visando o cumprimento de um papel estratégico no cenário nacional, em que disponibiliza um aparato de infraestrutura, garantindo aos produtos que passam pelos Portos do Paraná competitividade e qualidade.

No que se refere à Infraestrutura Marítima, obras relacionadas a recuperação e manutenção nos canais de acesso, na bacia de evolução e de manobras e nos berços de atracação, dragagem e derrocagem, tem previsão de execução no exercício 2021.

- ▶ Dragagem de manutenção do canal de acesso de Paranaguá e Antonina em andamento, remoção do assoreamento dos canais de acesso, bacias de evolução e dos berços de atracação para manter as profundidades pré-estabelecidas, com investimento de R\$ 403,0 milhões.

- ▶ Derrocagem - remover formações rochosas que são obstáculos para a navegação na entrada do Porto de Paranaguá, com investimento de R\$ 32,0 milhões.

As obras de Infraestrutura Terrestre diretamente relacionadas às operações portuárias, realizadas em áreas operacionais e de acesso, essenciais para ganhos de produtividade na movimentação de carga são:

- ▶ Projeto executivo da avenida Ayrton Senna - em execução; contratação do projeto executivo de engenharia para restauração e ampliação de capacidade da Av. Ayrton Senna da Silva, um dos acessos ao Porto de Paranaguá; com investimento previsto de R\$ 1,7 milhão.
- ▶ Projeto para modernização do Corredor de Exportação - projeto executivo para obras de repontecimento da estrutura do Corredor de Exportação de grãos; com investimento previsto de R\$ 3,2 milhões.
- ▶ Sistema de drenagem na faixa portuária (em execução); execução do sistema para drenagem de água da chuva na extensão do cais de atracação; com investimento previsto de R\$ 17,4 milhões.

PR.GOV.BR



